

RAQUEL NERY LIMA BEZERRA

**DE MULHER PARA MULHER:
A CONSTITUIÇÃO DO FEMININO EM MYRNA / NELSON
RODRIGUES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Iracema Luiza de Souza

Salvador
2006

A

Itamar, meu esposo querido, também companheiro e amigo, por sorrir e chorar junto comigo e, sobretudo, por compartilhar do trabalho e do sonho, como se eu mesma fosse.

Amélia, mãe e ajudadora constante que, doando-se sem reservas, viabilizou grande parte desta realização.

André e Ana Ruth, herança preciosa, por quem vale a pena o trabalho árduo.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Iracema, por ter acolhido esta forasteira entre os seus alunos e orientandos, por ter entendido minhas questões, apoiado meus projetos e conduzido com segurança e lucidez a pesquisa que resulta neste trabalho.

Aos professores do PPGLL, por darem muito de si a cada aula que formou minha titulação.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, ao Programa de Capacitação para o Ensino Superior e às professoras Silvana e Lígia, membros do programa, pelo apoio e orientação para a realização dos projetos e renovação da bolsa PROCES.

À secretaria do PPGLL, personificada em Cristiane e Laís, pela atenção dedicada em cada etapa do Mestrado.

Aos colegas e companheiros de sala de aula, pela amizade e marcas indelévels que deixam em mim: Lícia Rosalee, Gredson, Oséias Jr., Gilberto Neto, Erivelton, Kaline, Marcos Moisés, Lícia Perez, Fátima, Nara, Paulo, Josilene, Márcia Raquel, André Marcílio, Helania.

À Profa. Serafina, por acompanhar com atenção e interesse o meu percurso no Mestrado, desde o princípio. Por entender o desafio da leitura de Nelson Rodrigues. Principalmente, pelo apoio e amizade preciosos.

Aos professores Rosa Virgínia, Américo e Sônia, pelo acolhimento, atenção, incentivo. Vocês são especiais para mim.

Aos meus sogros queridos, Jessé e Aurinha, por lembrarem da minha lida todos os dias, e de longe intercederem por mim.

À IPBA e seu Conselho. Aos amigos: Neide e Aristeu, Ghislaine e Marden, Viviane e Marcelo.

Aos amigos de Aracaju: Bel e Gilberto, Rômulo, e à querida 12 de Agosto.

À família Neves Romero, por ter me acompanhado nos primeiros passos rumo à carreira acadêmica, oferecendo generosamente abrigo, conforto, consolo e carinho. Trago os dias de PREPES em grata e feliz memória.

A Júnior e Claudinha, manos queridos, por sempre me encorajarem.

Bendize ó minha alma ao Senhor, e tudo que há em mim bendiga ao seu santo nome. Bendize ó minha alma ao Senhor, e não te esqueças de nenhum de seus benefícios.

*Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas, o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
(dor não é amargura).
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida, é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.*

Adélia Prado

RESUMO

Este trabalho, de caráter interpretativo, teve como objetivo investigar de que maneira as relações de gênero repercutem na linguagem, entendida como um fenômeno analisável em sua necessária relação com a Sociedade. Para tanto, e tendo como fundamento teórico a Linha Francesa de Análise do Discurso, buscou-se entender a noção de feminino, não somente enquanto categoria gramatical, mas como formadora de sujeitos intersubjetivos, sujeitos do discurso. Objetivou-se, então, verificar sua constituição numa situação específica de interlocução, tomando como *corpus* um conjunto de textos compilados no livro “*Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo – o consultório sentimental de Nelson Rodrigues*”, formado por cartas escritas pelo autor no jornal carioca Diário da Noite, no ano de 1949. Nesse jornal, Nelson Rodrigues, identificado como um interlocutor feminino - Myrna, respondia a leitores, em sua maioria mulheres, que lhe escreviam para consultas sentimentais. Procedeu-se pela seleção de um conjunto de procedimentos de análise, a partir do aparelho formal da enunciação e de certas categorias sintáticas, textuais e discursivas pelas quais se tentou apreender as marcas históricas, sociais e ideológicas que as dissimetrias relativas às relações de gênero materializaram na língua. Ademais, buscou-se compreender sob que condições (materiais e históricas) o célebre dramaturgo instituiu a singular situação de interlocução com mulheres, e como, por conseguinte, esses textos se inscrevem numa determinada formação discursiva cuja referência à mulher é feita com base na relação do feminino com o amor e os sofrimentos que daí adviriam, remetendo a certas imagens e conceitos germinados no chamado amor romântico, cristalizados em várias práticas culturais ao longo do século XIX até meados do século XX. Assim, tomou-se como princípio de trabalho que as marcas estilísticas do escritor, o caráter ficcional ou estético de seus textos não constituiriam um objetivo para a análise, mas as regularidades temáticas, os procedimentos de abordagem do feminino e os mecanismos gramaticais que, na encenação de Nelson Rodrigues atuando como mulher, materializaram o discursivo, isto é, uma certa formação discursiva. Desse modo, o trabalho assume um posicionamento político e identitário na forma de conceber e abordar o fenômeno lingüístico.

Palavras-chave: Lingüística – Morfologia - Sintaxe; Análise do Discurso – Enunciação; Relações de Gênero; Nelson Rodrigues.

ABSTRACT

This thesis aims at investigating the way in which gender relationships affect language and can be understood as an analyzable phenomenon in their straightforward relationship with society. Using the French Discourse Analysis branch as the theoretical background, this research attempts to understand the notion of the feminine, not only as a grammatical category, but as a force engendering intersubjective subjects, namely subjects of discourse. One of the priorities is to scrutinize its constitution in a specific situation of interlocution, taking as its *corpus* a range of texts compiled in the book *Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo – o consultório sentimental* by Nelson Rodrigues, made up of letters written by the author in the Rio De Janeiro newspaper *Diário da Noite* in 1949. In this newspaper, Nelson Rodrigues, identified as female interlocutor Myrna, replied to readers, mostly women, who wrote to him in order to get romantic advice. A selection of analytical procedures was established, ranging from formal devices of utterances to specific syntactic, textual and discursive categories through which a number of historical, social and ideological markers were identified and by which dissymmetry concerning gender relationships materializes in language. Furthermore, I attempt to grasp the material and historical conditions in which the playwright began to use his feminine alter-ego, and how, consequently, these texts participate in a discourse that relates the feminine with love and the sorrows it entails, referring to specific images and concepts born from so-called romantic love and concretized in cultural practices throughout the 19th century and first half of the 20th century. Thus, the writer's stylistic marks, the fictional and aesthetic features of his texts, do not constitute the aim of this analysis, but rather the thematic regularities, the procedures of approaching the feminine and the grammatical devices that constitute Nelson Rodrigues' feminine *mise-en-scene*, materialize the discursive, that is, a certain discursive formation. In this fashion, the work employs politics and individual identity in its conception of the linguistic phenomenon.

Key-Words: Linguistics – Morphology - Syntax; Discourse Analysis – Utterances; Gender Relationship; Nelson Rodrigues.

LISTA DE CARTAS PUBLICADAS

Embora não tenha sido necessário transcrever o corpus, julgou-se conveniente numerar e listar as cartas por seus títulos, na ordem em que foram publicadas. Algumas delas constam dos anexos, identificadas com a numeração aqui estabelecida. As citações ao corpus, no corpo da dissertação, estarão sempre em itálico.

1. Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo
2. Conquiste todos os dias o seu marido
3. Amar uma vez e sempre
4. A mobília do quarto não interessa
5. Infeliz da mulher que não sabe perdoar
6. Sejamos irresponsáveis, um pouco irresponsáveis
7. O homem brilha pela ausência
8. A mulher é uma escrava espontânea
9. Minha filha está acima do bem e do mal
10. Fuja do homem bonito
11. Sacrifique sua personalidade
12. O amor que acaba, não era amor
13. Seja bela para seu marido
14. Tão difícil amar, tão difícil ser amada.
15. Será a lua-de-mel o túmulo do amor?
16. A mulher perdoa sempre
17. Uma namorada para dois
18. Sua alma é imortal?
19. É preciso merecer a felicidade
20. Tão difícil ser mãe!
21. Não há sacrifícios em amor
22. Trinta anos – grande idade para uma mulher
23. A mulher é uma vítima da natureza
24. Salve sua alma todos os dias
25. A mulher feia deve ser quase incontestável
26. O eterno e dramático problema das sogras
27. Quem gosta tem pena
28. Sobre a fidelidade no amor
29. Esposas sem amor, esposas sem maridos
30. Sofia é contra o amor
31. É uma delícia o ciúme sem motivo
32. A verdadeira lua-de-mel não acaba
33. Ninguém deve esquecer o bem-amado
34. As falsas tragédias
35. Inocentes e culpados no amor
36. Uma que fracassou como mãe, avó e sogra
37. O grande erro da mulher
38. Ninguém pode mandar no seu coração
39. Elogio da solteirona
40. O marido deve estar presente
41. Pequeno motivo para uma grande tragédia
42. O amor que não morreu e não morrerá
43. Seu marido e a moda

44. A vingança em amor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A TEORIA	17
1.1. A Escola Francesa da Análise do Discurso.....	17
1.2. A Teoria da Enunciação.....	22
1.3. A Metodologia do Trabalho.....	27
1.3.1. Os Procedimentos da AD.....	30
1.3.2. Os procedimentos da Análise Lingüística	38
2. A ANÁLISE – I	48
2.1. Sintaxe e Discurso.....	48
2.2. Myrna e Gênero Textual.....	63
2.3. A Aproximação.....	72
2.4. O Distanciamento.....	81
2.5. A Ambigüidade.....	87
2.6. A Heterogeneidade.....	97
3. A ANÁLISE - II	119
3.1. Que importa quem fala?.....	119
3.2. Myrna, as leitoras e seus textos.....	148
CONCLUSÃO	172
REFERÊNCIAS	179
ANEXO	185

INTRODUÇÃO

Uma característica do quadro geral dos estudos lingüísticos atuais é certamente uma reconfiguração ou ampliação de seu objeto: o ponto a partir do qual uma ciência lingüística pôde se constituir, ou seja, a apreensão do sistema, a *langue*, que resulta da subtração da *parole* do todo da linguagem, revelou-se insuficiente frente às questões que passaram a ser colocadas a partir do desenvolvimento de pesquisas mais recentes. Novas perspectivas foram construídas, resultantes inclusive da interface da Lingüística com outros domínios científicos e filosóficos, e a *parole* de algum modo foi reincorporada ao objeto. Assim, se tem sido possível incorporar aos estudos da linguagem a sua faceta “heteróclita e multiforme” (Saussure, 1988), também social¹, poderemos empreender uma análise das relações de gênero, fenômeno amplo, fato sociológico, em sua efetiva realização viabilizada na linguagem. Na distinção simbólica fundamental entre o Mesmo e o Outro, o masculino e feminino, que organiza a vida social, interessa a assimetria que se estabelece entre estes pólos. A face lingüística dessa relação é o que se propõe analisar aqui.

A razão pela qual foi possível desenvolver um estudo sobre a temática das relações de gênero tendo a linguagem como objeto de investigação encontra-se na Análise do Discurso (doravante AD), um domínio teórico localizado na interface entre a Lingüística, a História, a Filosofia e a Psicanálise. Pode-se afirmar a seu respeito tratar-se de uma perspectiva teórica pós-estruturalista, uma vez que opera com noções de descentramento (do sujeito, de certas categorias que organizam as forma de pensar e organizar o conhecimento ocidental) derivadas do próprio estruturalismo (Hall, 2003).

¹ Convém observar que, no Curso, é social a *langue*, o sistema abstrato da língua, o que existe independente do falante, ao tempo em que seu uso, a *parole*, é individual. Na sistematização saussureana, o que recebe caráter de social é a estrutura que existe objetivamente, independentemente dos que a fazem existir. Na perspectiva adotada na AD parece haver uma inversão no entendimento do que é social na linguagem.

O trabalho, no capítulo I, procura articular as proposições teóricas específicas da AD a alguns procedimentos de análise lingüística, tendo como pano de fundo as práticas sociais concernentes às relações de gênero, tomadas numa perspectiva histórica e ideológica. Trabalha-se com a hipótese de que as práticas sociais afetadas pela distinção do masculino e do feminino deixam marcas na materialidade lingüística, ou seja, no seu sistema gramatical. Ali será exposto o fundamento teórico da pesquisa, contextualizando e especificando o que é próprio da AD no campo geral dos estudos lingüísticos. Também se articula a teoria da enunciação ao campo teórico do trabalho, justificando-a como necessária à condução da análise que se propõe empreender. Além disso, explicita-se a metodologia do trabalho, que pretende articular procedimentos de análise lingüística a processos interpretativos característicos da AD.

Como a categoria de gênero, cuja expressão faz flectir os elementos nominais e seus adjacentes, é o componente lingüístico imediatamente perceptível, por apelar, em situações específicas de emprego da linguagem, a mecanismos tais que os tornam suficientemente aptos a serem incluídos no aparelho formal da enunciação, ela será alvo de uma discussão detalhada no capítulo II. Muitas marcas gramaticais de pessoa trazem em sua forma a inevitável informação da identidade de gênero dos elementos a quem representam ou referem. O trabalho propõe uma discussão que pretende dar relevo a estes elementos gramaticais que, de tão evidentes e onipresentes nas práticas lingüísticas, acabam funcionando na transparência, mas que possuem um grande potencial de materialização do discursivo e, por conseguinte, do histórico e do ideológico. Essa discussão envolve as proposições da teoria da enunciação, conforme pensada por Benveniste, uma vez que a categoria de gênero afeta a forma de um vocábulo (nominal ou pronominal) de acordo com as restrições que a situação de uso da língua determina; a discussão envolve também as próprias noções de flexão ou de derivação, centrais para a Morfologia.

Mas, além dos índices de pessoa afetados pela categoria de gênero, a análise trabalha na busca de outras marcas lingüísticas potencialmente capazes de materializar o discursivo, e isso diz respeito à peculiaridade dos textos que se prestaram à composição do corpus: trata-se do célebre dramaturgo Nelson Rodrigues (doravante NR), atuando numa situação de interação lingüística cuja identidade de gênero é constitutiva da organização gramatical, semântica e pragmática dos textos. Por ser um correio sentimental decorrente da correspondência gerada pela publicação do folhetim *A mulher que amou demais*, escrito sob o pseudônimo de Myrna no jornal carioca Diário da Noite (é possível pensar que as leitoras acreditavam estar se correspondendo com um indivíduo que de fato existia), o consultório sentimental de Nelson Rodrigues surgiu como uma conversa *de mulher para mulher*. Para executar a tarefa, o escritor parece lançar mão de recursos e estratégias organizados de modo a tornar bem sucedida sua tarefa de aconselhar, como mulher, suas consulentes, a maioria em grande sofrimento por causa do sexo oposto. Nesses textos, os mecanismos gramaticais, lexicais e textuais de elaboração dos conselhos carregam pistas, regularidades das estratégias e do processo engenhoso e complexo de falar, de um lugar social e identitário masculino, como feminino e para o feminino. Mas esse processo se vê atravessado por elementos sintáticos e semânticos que parecem escapar, e na verdade independem, da consciência plena e auto-referente da figura empírica do escritor. Para ilustrar o fato, vale adiantar que uma mesma palavra não remete ao mesmo sentido se empregada por ou para sujeitos cujas posições na estrutura são diferentes: *infidelidade* não significa a mesma coisa para o homem e para a mulher.

Portanto, ainda no capítulo II, busca-se apreender uma série de elementos presentes nos textos de NR que, de acordo com o que se pôde averiguar, presta-se a veicular, independentemente do trabalho autoral consciente, elementos que são interpretados como tendo um caráter discursivo. Assim, alguns mecanismos textuais ou estratégias de persuasão

denominados *aproximação* e *distanciamento*, ou ainda as manifestações da *heterogeneidade*, operadas pelas clássicas formas de discurso direto e indireto, além de um amplo repertório de formas de modalização, são analisados para a construção de uma análise que interpreta o emprego desses elementos como processos de *identificação* e *desidentificação* da consultora Myrna com vários tipos de consulentes, de tal modo que é possível afirmar que a conselheira trabalha com um *tipo ideal* de interlocutor, isto é, um leitor cuja identidade feminina o circunscreve em um horizonte de experiências amorosas incontornavelmente vinculadas à dor e ao sofrimento.

Para aplicar aos textos um dispositivo de análise organizado em torno destas categorias, foi necessário desenvolver uma reflexão sobre o conceito de gramática e de sintaxe. Como já foi dito, a moderna ciência lingüística se estabeleceu sobre um alicerce formal. As pesquisas que trabalham com essa perspectiva concebem a língua como um sistema que deve ser analisado em sua imanência, ou por sua própria ordem: um objeto, por conseguinte, transparente e autônomo. A descrição exaustiva das relações sintagmáticas, entendidas como a realização léxica, fonológica e morfossintática de relações paradigmáticas em uma proposição, é o procedimento clássico da análise distribucional que, para atribuir classificação aos constituintes, trabalha com pressupostos que ignoram determinações extralingüísticas. Não obstante, lançou-se mão desse aparato analítico, uma espécie de adesão parcial e provisória ao formalismo de um dos estruturalismos lingüísticos clássicos, por causa da compreensão de que seu método de trabalho poderia fornecer um dispositivo de análise através do qual se chegaria ao discursivo. Prevalece, contudo, o entendimento, bem formulado por Ferreira (2000), de que a AD não trabalha com a língua da transparência, da autonomia e da imanência, mas com um objeto constituído por elementos exteriores ao sistema, afetado pela ordem material. Ademais, a língua da AD é concebida e analisada em sua opacidade, de modo que a ambigüidade, a instabilidade e o equívoco são pensados como marcas da

historicidade que se inscreve na materialidade verbal: a linguagem não é uma ferramenta perfeita. A noção de agramaticalidade, advinda do Gerativismo, aponta ao fato com eficiência, ainda que aquilo que nela é posto num lugar periférico, a AD compreenda como fato estruturante.

As práticas sociais concernentes às relações de gênero abordadas neste trabalho são aquelas relativas à produção e circulação de textos que, de maneiras variadas, desde o século XIX, referem à mulher: seja como tema, seja como horizonte de interlocução. Assim, no capítulo III abordaremos a *leitora* e seus textos, que constitui um universo temático presente na literatura e nas práticas de publicação de textos, resultantes dos primeiros passos da imprensa brasileira, de ocorrência mais ou menos simultânea às manifestações literárias românticas, bem como da consolidação da família burguesa como núcleo de organização social. NR é herdeiro de uma tradição de jornalismo como expressão cultural de um país em franca urbanização e veículo principal de divulgação de idéias e também de uma ficção literária empenhada em afirmar a identidade ainda incipiente de uma nação recém-independente. O folhetim resulta da articulação desses fatores, e em meados do século XX, na década de 1940, os dados biográficos mostram NR praticamente multiplicando por dez a tiragem do inexpressivo “O Jornal”, o periódico de estimação de Assis Chateaubriand que veiculou o folhetim “Meu destino é pecar”, assinado por Susana Flag. Ao surgir como Myrna, NR dá continuidade a esse prática jornalística e ficcional que representava uma importante parcela de sua sobrevivência: a coluna “Myrna escreve” (e os folhetins assinados por heterônimos) é, de acordo com o próprio escritor, pouco mais que um exercício de estilo (Castro, 1992, p. 220).

Mas como ignorar o caráter ficcional de qualquer trabalho de NR? Como desconsiderar que as cartas de Myrna foram escritas pelo autor de “Vestido de Noiva” e “A vida como ela é...”? Esse ponto da pesquisa representou um desafio importante, e optou-se

por, em vez de tratar os textos numa perspectiva estilística ou estética, colocar sob suspeita o estatuto subjetivo e originário da função autoral, contextualizando-a e esvaziando, por conseguinte, as cartas de Myrna desse ser de razão ou desse poder criador representado no nome próprio Nelson Rodrigues. Mas esse processo não significa que a abordagem dos textos desconsiderou a força, a complexidade e a importância de NR, na imprensa, na dramaturgia e na ficção e em Myrna. A aproximação aos seus textos foi reverente e desafiadora, mesmo que não se tenha conseguido evitar reducionismos, já que a perspectiva assumida na pesquisa é politicamente afetada: o lugar requerido na análise é constituído da margem que relativiza o centro, é o lugar do Outro que desconstrói o seu próprio estatuto inessencial e relativo perante o essencial e absoluto Mesmo: as relações paradigmáticas indicam que as seleções realizadas na estrutura se equivalem e podem se alternar entre si, de modo que o centro passa a ser entendido como resultado de uma construção. A dimensão política do problema das relações de gênero, portanto, demanda uma tomada de posição, e constitui um trabalho interessado - assumidamente interessado. Na verdade, todo trabalho de descentramento e desconstrução será requerido por um movimento interessado da margem em direção a um centro (Derrida, 1971). Assim, Myrna / NR não são, em última instância, o foco da análise (daí perguntar: Que importa quem fala? no capítulo III), mas seus textos foram selecionados para o estudo por representarem emblematicamente o fato que se quer investigar, isto é, as determinações históricas e ideológicas das relações de gênero no sistema lingüístico e seu emprego efetivo em situações de interlocução.

Esse ponto da reflexão teórica problematiza o papel do analista nos processos de interpretação que caracterizam uma pesquisa em AD: ao assumir que o problema selecionado para a investigação resulta de uma escolha interessada, renuncia-se ao princípio da neutralidade do trabalho científico, tão caro às práticas de construção e organização do conhecimento no Ocidente. Com efeito, não há na AD, de acordo com Mariani (2003), uma

busca de regulação, administração ou domesticação dos objetos e das práticas analíticas, ao tempo em que se considera o fato de que a ideologia e o inconsciente afetam os gestos de compreensão-interpretação das leituras que se empreendem. Ora, a vulnerabilidade dessa posição problemática do analista deve ser assumida, não escamoteada. Ademais, as práticas científicas pretensamente objetivas e puras são, de resto, igualmente afetadas por fatores de variada ordem, e a objetividade pura configura-se como ilusão.

Resta acentuar, à guisa de fechamento das palavras introdutórias, quão pertinente continua sendo problematizar as questões relativas às relações de gênero. Passados quase cinquenta anos do correio sentimental de Myrna / NR, suas cartas voltam à tona, em edição organizada por Caco Coelho pela Companhia das Letras. O efêmero e transitório suporte de um periódico diário é substituído pela estabilidade e prestígio de um livro. A importância apenas contingencial de uma prática heteronímica de interlocução é revisitada por uma decisão editorial de incorporar os conselhos de Myrna à *obra* do escritor, dando a eles, no dizer do organizador, o estatuto de “grande código para a mulher” (Rodrigues, 2002, p. 140). Pois os mitos reencontram espaços sempre renovados e o *feminino* é um dos mais fecundos da história humana. Não obstante tantas modificações na direção de uma efetiva diminuição das assimetrias entre o masculino e seu oposto, não se pode ignorar tantos mecanismos de reificação da mulher promovidos pelos meios de comunicação, a par de um cotidiano de violência velada, disseminada em todos os lugares, em todas as classes sociais, em todas as faixas etárias. A língua, porque materializa o discurso, não é indiferente ou dissociada dessa realidade odiosa: a violência simbólica de muitos enunciados² cotidianos encontra sua eficácia na transparência dos modos de significar da linguagem. Por isso remetemos essa introdução, e todo este trabalho, às palavras de Rorty (1996):

Nada de politicamente útil acontece enquanto as pessoas não começam a dizer coisas que nunca disseram antes – com isso nos permitindo visualizar novas

² Como o da frase: “A gramática tem que apanhar todo dia pra saber quem é que manda nela”, que será abordada no capítulo II.

práticas, e não apenas analisar as antigas. (...) Pois o machismo é um monstro muito maior e mais feroz que qualquer dos monstros provincianos com que lutam os pragmáticos e os desconstrutivistas (...) esse tipo de monstro é muito adaptável, e desconfio que seja capaz de sobreviver quase tão bem num meio filosófico antilogocêntrico quanto num meio logocêntrico. (Rorty, 1996, p. 231)

1. A TEORIA

1.1. A Escola Francesa de Análise do Discurso

Que haja uma distinção entre lingüística e AD é algo a ser esclarecido, e nesse ponto deve-se acrescentar que a AD com a qual se identifica o trabalho é a chamada de Escola Francesa de Análise do Discurso. Sua especificidade resulta de uma série de formulações teóricas e estudos realizados em torno de Michel Pêcheux, epistemólogo francês que, tendo observado uma série de lacunas no desenvolvimento da investigação sociológica (que ele considerava uma pseudociência ou ideologia), tem como pretensão uma mudança de rota na abordagem dos fenômenos sociais (sobretudo de caráter político), o que acabará por incluir a necessidade de contemplar o “discurso”, termo que com ele passa a ter um significado específico.

De acordo com Henry (1997), a ligação de Pêcheux com a Epistemologia permitiu-lhe desenvolver a Análise Automática do Discurso (AAD), com o objetivo de fornecer às ciências sociais um instrumento científico necessário a uma abertura teórica que ele propunha a esse campo. Assim, em textos anteriores aos relativos à AAD³, Pêcheux desenvolve argumentos em torno da diferença entre uma ciência propriamente dita, suas reflexões teóricas, e um instrumento científico. Por entender que exista uma divisão acadêmica do trabalho intelectual, de forma semelhante à produção social de riqueza, propõe a distinção:

Em cada ciência, dois momentos devem ser distinguidos. Primeiramente, o momento da transformação produtora do seu objeto, que é dominado por um trabalho de elaboração teórico-conceitual que subverte o discurso ideológico com que esta ciência rompe. Em segundo, o momento da “reprodução metódica” deste objeto, o qual é de natureza conceitual e experimental.”(Henry, 1997, p. 16).

³ Segundo Henry (1997: 13), “em 1966, era publicado nos *Cahiers pour l'analyse*, a revista do Cercle d'Epistemologie de l'Ecole Normale Supérieure em Paris, um texto que tinha como título “Reflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale”. Este texto era assinado por Thomas Hebert, heteronímia de Michel Pêcheux. Algum tempo depois, durante o ano de 1968, era publicado sob o mesmo pseudônimo um segundo texto: “Remarques pour une théorie générale des ideologies””.

Com esta distinção, Pêcheux tem em vista apontar que, ao longo da história do conhecimento, o percurso “elaboração teórico-conceitual – reprodução metódica” resultou de um processo com características claras: o momento de estabelecimento de uma ciência é também o momento de (re)invenção dos instrumentos de sua prática (aplicação), e estes serão encontrados nas práticas científicas já consolidadas ou nas práticas técnicas existentes na sociedade e que pertencem aos processos de produção. O exemplo usado por Pêcheux para exemplificar isto, segundo Henry, é o de Galileu e sua teoria dos pesos e balanças:

Um sistema de medida dos preços das quantidades de materiais-objetos de transações comerciais havia sido instaurado em referência aos pesos. As balanças estiveram em uso nas transações comerciais bem antes de se tornarem instrumentos científicos. Com Galileu, a teoria das balanças tornou-se parte integrante da teoria física. (...) Este processo corresponde bem precisamente ao que Pêcheux chama de “reprodução metódica” do objeto de uma ciência, ou seja, o processo pelo qual uma ciência cria seu próprio (...) espaço de jogo, faz variar suas questões e, através de tais variações, ajusta seu discurso teórico a si mesma, nele desenvolvendo sua consistência e necessidade. (Henry, 1997, p. 17).

E ainda que, para algumas ciências, seus instrumentos se desenvolvam no interior de si próprias, é comum que um experimento ou instrumento seja transferido de um ramo de ciência para outro, devendo haver aí, de algum modo, uma reinvenção deste, tornando-o então um instrumento desta ciência em particular, do que se pode concluir, segundo Pêcheux (apud Henry, 1997, p. 17):

(...) as ciências colocam suas questões, através da interpretação de instrumentos, de tal maneira que o ajustamento de um discurso científico a si mesmo consiste, em última instância, na apropriação dos instrumentos pela teoria. É isto que faz da atividade científica uma técnica.

Sendo um filósofo ligado à epistemologia e tendo uma visão precisa da necessidade de um instrumento para o exercício de uma prática científica, concebida teoricamente, Pêcheux tinha então, na constituição da AAD, o objetivo específico de propor às ciências sociais um instrumento de análise que lhe viabilizasse uma prática de fato científica. Esta preocupação resultava de uma crítica da apropriação inadequada, comum às ciências humanas, de instrumentos das ciências naturais, como se a cientificidade e a credibilidade que se atribuía a

estas pudesse ser, por analogia, transferida pelo uso de suas práticas. Isto é esclarecido pelo exemplo da balança:

Se retornamos às balanças (...) sem considerar sua utilização técnica (em particular, nas transações comerciais), sabemos que as pessoas pesaram, utilizando-as, todo tipo de coisas, tal como sangue, urina, lã, ar atmosférico e assim por diante, quase tudo que podia ser pesado. (...) As balanças eram tidas como instrumentos que davam medidas “objetivas” sobre a realidade; dados que permitiam o direito de especular e tirar conclusões. (...) É a teoria de Galileu que tornou ao mesmo tempo possível e necessária a constituição de uma verdadeira teoria dos pesos e das balanças, exatamente como Galileu poderia constituir uma teoria da observação astronômica e de seus instrumentos (como ele fez, efetivamente, em uma pequena obra inacabada, datando de 1637). Mas seguindo a idéia do ato de pesar sangue, urina... por que não se poderia pesar, por exemplo, cérebros, declarando que o peso do cérebro mede a inteligência? Foi o que efetivamente se produziu e fomos conduzidos a fazê-lo na base de teorias que fazem do cérebro o órgão do pensamento e da inteligência. Alguns antropólogos se puseram a determinar o peso médio do cérebro de diversas raças humanas, relacionando este tanto ao suposto nível de aptidão intelectual das raças, quanto à sua distância relativa com as espécies animais... (...) Mas Binet estava longe disto quando disse que é a inteligência o que os seus testes medem? (Henry, 1997, p. 20-22).

Fica claro que, a despeito de tantas práticas científicas se constituírem “objetivamente”, a sua existência e demanda social é entremeada de ideologias e força simbólica. Mas Pêcheux, em sua reflexão sobre o estado das ciências sociais, tinha em vista a estreita relação destas com uma prática política e, por extensão, com as ideologias que envolvem tais práticas. Daí sua tentativa de teorização da ideologia, pensada inicialmente como um processo duplo que, por um lado, no processo de produção, desloca “conceitos técnico-operatórios [que], tendo sua função primitiva no processo de trabalho, são destacados de sua seqüência operatória e recombina em um processo original” (Henry, 1997, p. 23); por outro lado, ela é um processo que preserva as diferenças necessárias à reprodução de uma estrutura social dividida em classes (trabalhadores e não-trabalhadores, sobretudo), fazendo com que “os agentes da produção reconheçam seu lugar nestas relações sociais de produção” (Henry, 1997, p. 24). Estando as ciências sociais no prolongamento direto das ideologias que permeiam as práticas políticas e sendo o discurso (e não a linguagem) o instrumento desta prática, pode-se apreender, a partir disto, o enfoque da investigação de Pêcheux sobre o discurso.

Pensar nesse encadeamento de conceitos (ciências sociais, prática política, ideologia) leva necessariamente à ruptura com a concepção de linguagem que a toma como instrumento de comunicação cuja função seja transmitir informações que existam objetivamente. Esse é o posicionamento de Pêcheux ao teorizar o “discurso”. Tomem-se suas palavras para entender a questão:

O que precisa ser compreendido é como os agentes deste sistema reconhecem eles próprios seu lugar sem terem recebido formalmente uma ordem, ou mesmo sem “saber” que têm um lugar definido no sistema de produção. Quando alguém se vê obrigado a ocupar um lugar dentro de um sistema de trabalho, este processo já se deu anteriormente; tal pessoa sabe, por exemplo, que é um trabalhador e sabe o que tudo isto implica. (...) O processo pelo qual os agentes são colocados em seu lugar é apagado; não vemos senão as aparências externas e as conseqüências. Para compreender como este processo se situa em um mesmo movimento, ao mesmo tempo realizado e mascarado, e o papel que nele desempenha a linguagem, devemos renunciar à concepção de linguagem como instrumento de comunicação. Isto não quer dizer que a linguagem não sirva para comunicar, mas sim que esta é a parte emersa do iceberg. (Henry, 1997, p. 26).

Tal é o pano de fundo do trabalho teórico de Pêcheux, em suma: reconhecendo o caráter político e ideológico das ciências sociais, fornecer-lhe um instrumento de análise capaz de atuar cientificamente, num campo que, por ter feito da lingüística a ciência piloto dentro das ciências humanas, acabou procedendo a uma série de reducionismos, agindo à semelhança dos medidores de cérebro. Isso ocorreu porque, ao aplicar o modelo de análise lingüística à análise da cultura ou da sociedade⁴, os estruturalistas procederam como se a natureza humana fosse, por si mesma, um princípio explicativo:

O estruturalismo não renunciou à idéia de que há uma especificidade das “ciências humanas” assentada sobre a especificidade de seu objeto, o *homem*, o que resulta em uma petição de princípio porque pressupõe que a referência ao homem bastaria para colocar e especificar *a priori* um objeto de ciência, qualquer coisa cientificamente específica e bem definida. (Henry, 1997, p. 28).

É desse posicionamento que surge a crítica e a ruptura com o humanismo clássico, que vê o sujeito como origem de si mesmo. Esse é também o fio comum entre teóricos como Althusser, Lacan, Foucault e Derrida que, com objetivos distintos, procederam à mesma

⁴ Pode-se aqui lembrar de Barthes que, ao sistematizar o mito, esquematizou-o como sendo uma estrutura: “faz parte simultaneamente da semiologia, como ciência formal, e da ideologia, como ciência histórica: ela estuda idéias em forma”. (Barthes, 1980, p. 134).

crítica e à mesma ruptura, que pode ser denominada anti-humanismo teórico. Henry observa que Lacan, Foucault e Derrida enfocam a linguagem, o signo e o discurso, seja enquanto estrutura ou enquanto relações de tipo sintagmáticas e paradigmáticas: Lacan entende o inconsciente estruturado como uma linguagem, e os processos de condensação e deslocamento como metáfora e metonímia, embora não proceda como em uma análise lingüística; Derrida enfoca um jogo do signo ao tempo em que denuncia a busca por uma verdade que residisse no sujeito, quando esta lhe escapa; Foucault entende o discurso como uma ordem em que os sujeitos assumem posições: “ser um sujeito para Foucault é ocupar uma posição enquanto enunciador” (Henry, 1997, p. 33). Em Althusser (principal referência da AAD), entretanto, encontramos uma ênfase na ideologia (“A ideologia interpela o indivíduo como sujeito”):

“(…) é tendo como referência a ideologia que Pêcheux introduz o sujeito enquanto efeito ideológico elementar. É enquanto sujeito que qualquer pessoa é interpelada a ocupar um lugar determinado no sistema de produção. (...) Em outras palavras, todo sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito” (Henry, 1997, p. 30).

Posteriormente, Pêcheux (e Althusser) renunciou à pretensão de uma teoria geral da ideologia⁵, passando a outros problemas como o das “ligações entre o objeto de análise e da teoria do discurso e o objeto da lingüística” (Henry, 1997, p. 35), elementos que serão abordados ao longo do trabalho. Mas o ponto importante, por ora, é entender que, no momento inicial da AAD, e sob a influência de Althusser (que chegou a pensar a ideologia como o elemento universal da existência histórica) a intenção de Pêcheux era articular, numa teoria do discurso, o sujeito da linguagem e o sujeito da ideologia. Cabe esclarecer:

Os sujeitos de Lacan, Foucault e Derrida são ligados à linguagem e ao signo. A referência à ideologia não tem as mesmas implicações que a referência à linguagem. Althusser não estava particularmente interessado pela linguagem, e é aí que chegamos ao âmago daquilo que tem de ver com Pêcheux: as relações entre a linguagem e a ideologia. (...) Althusser estabeleceu o paralelo sem definir uma ligação. E foi para expressar esta ligação que Pêcheux introduziu aquilo que ele chama de *discurso* (...). (Henry, 1997, p. 34).

⁵ O problema da ideologia não foi abandonado, mas reformulado.

Fica evidente que o discurso de Pêcheux não é o mesmo de Foucault, ainda que, na sua última fase, a AD tenha incorporado muitas proposições teóricas deste, notadamente as contidas em *A arqueologia do saber*. Mesmo assim, a elaboração teórica daquele tem uma especificidade que é necessário estabelecer, para que seja possível delinear com alguma lucidez o que significa fazer uma análise de discurso num emaranhado teórico (no qual é bastante provável perder-se) que toma os mesmos termos por sentidos diferentes. Isto servirá também para estabelecer o lugar da teoria lingüística tomada como procedimento de trabalho dentro da AD.

1.2. A teoria da enunciação

Sendo necessário à AD analisar a língua, uma vez que esta é a materialidade do discurso, teve-se inicialmente um procedimento de análise identificado com o lingüista americano Harris, de quem se emprestou elementos específicos de trabalho com a língua. Quanto a Benveniste e sua Teoria da Enunciação, foram ignorados por Pêcheux, que via como problemática sua ênfase na subjetividade (questão basilar na AD) implícita na construção do aparelho formal da enunciação. O sujeito que intervém no discurso (enunciação) de Benveniste parece um retrocesso ou um retorno ao sujeito psicológico que saíra de cena com o estruturalismo saussuriano (resultado da ênfase no sistema, na *langue*). Contudo, o que parece evidente hoje é que Pêcheux não pôde vislumbrar que a subjetividade em Benveniste, pelo contrário, representou “uma fenda aberta no estruturalismo pelo reconhecimento do papel da enunciação” (Gadet, 1997, p. 45). Teve-se como objetivo incorporar ao trabalho desta pesquisa a teoria da enunciação como modelo teórico de tratamento da linguagem por entender que ela fornece elementos essenciais à articulação entre o sujeito da linguagem e o sujeito do discurso, ainda mais quando se pretende investigar os mecanismos de constituição das relações de gênero e suas dissimetrias.

Benveniste primeiramente considera o próprio ato da enunciação, trazendo à cena um locutor como condição necessária para o seu estabelecimento. É disso que provém a idéia do ato individual de apropriação do aparelho formal da língua e que conduz à noção de um sujeito soberano que conscientemente faz uso dela num ato volitivo. Como este indivíduo é passível de ser entendido como incompatível com o sujeito da AD, faz-se necessário justificar a eleição de tal teoria como modelo de análise lingüística para uma pesquisa com base na AD. Como conciliar um indivíduo que atua conscientemente na apropriação do aparato gramatical de uma língua com um sujeito teórico cuja origem é constituída fora de si e que não tem soberania plena sobre seus atos? Talvez encontremos uma resposta nos elementos posteriores da teoria da enunciação, que considera que esse locutor, no ato de apropriação da língua, “implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro”. Aqui o elemento não conflita com a AD, já que Benveniste incorpora a categoria elementar de constituição de todo e qualquer sistema de representação simbólica, seja o lingüístico (do ponto de vista do sistema, ou seja, o dualismo paradigma / sintagma), o ideológico ou o inconsciente⁶. O uso da língua pressupõe diálogo e alteridade, e nenhum indivíduo (cuja consciência, no dizer de Bakhtin (2002), é também social) produzirá discurso fora desta relação, constatação que leva a repensar a autonomia que é atribuída a este ser de linguagem incapaz de, em si mesmo unicamente, enunciar o que quer que seja. Ainda com relação ao ato da enunciação, encontramos um locutor empregando a língua para a “expressão de uma certa relação com o mundo”, compartilhada com o *outro* que co-refere (com algum nível de consenso) esta relação. Aqui, ainda que se precipite a rejeitar a harmonia consensual, na perspectiva da AD, alguma co-referência deve ser considerada como condição necessária ao estabelecimento mesmo do discurso, pois não é pelo discurso que as assimetrias entre os

⁶ “Naquilo que Lacan chama de “fase do espelho”, a criança que não está ainda coordenada e não possui qualquer auto-imagem como uma pessoa “inteira”, se vê ou se “imagina” a si própria refletida – seja literalmente, no espelho, seja figurativamente, no “espelho” do olhar do outro – como uma pessoa “inteira””. (Hall, 2003: 37).

sujeitos se estabelecem? Talvez seja possível pensar que o deslizamento de sentido teorizado pela AD se efetue muito mais pela posição dos sujeitos nas estruturas que resultam da organização social do que pela negação de uma referência compartilhada, necessária inclusive à estabilidade de conceitos como o de formações discursivas e ideológicas.

Todas essas considerações conduzem à conclusão de que esse locutor, em sua enunciação, “faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (Benveniste, 1989, p. 84), e essa instância auto-referente é o que vai dar sentido ao aparelho formal da enunciação: os índices de pessoa, os dêiticos e os tempos verbais constituem-se como sentido numa instância discursiva estabelecida não no sistema da língua unicamente, mas em um certo uso desta efetuado, necessariamente, por um indivíduo de linguagem. Assim, abre-se a possibilidade de pensar a estrutura para além da estrutura, incorporando o sujeito como condição necessária ao entendimento da forma da língua.

Convém agora delinear o papel desta teoria no estudo proposto. Para tanto, deve-se pensar na inclusão da categoria de gênero nos elementos formais da enunciação, como um elemento com o qual o enunciador deverá necessariamente se identificar no discurso⁷. A importância dessa identificação varia muito, se pensada na perspectiva, por exemplo, dos gêneros textuais em uso cotidianamente. Mas queremos dar revelo ao fato de que a identificação não é opcional, mas constituinte do sistema lingüístico; ela é axial para um conjunto de regras morfossintáticas cujo fundo ideológico será discutido adiante; ela é fundamental para a constituição de Myrna e seu funcionamento como *discurso*⁸, ou seja, como “atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados” (Maingueneau, 2000, p. 43), a que se tenta apreender numa perspectiva social, histórica e ideológica. Assim, tomar o aparelho formal da enunciação como base de uma análise lingüística é fazer com que, na

⁷ Lyons (1971) aponta que há línguas cujo sistema gramatical não possui a categoria de gênero, o que nos provoca a curiosidade de pensar uma sociedade cujos membros organizam e efetivam seus papéis sexuais sem essa marca lingüística de distinção.

⁸ Esse é o conceito de discurso adotado no trabalho: o conceito não remete, portanto, a um objeto específico, mas diz respeito a uma certa forma de apreensão da linguagem, de acordo com Maingueneau (2000, p. 43).

descrição e análise dos enunciados, os índices que se constituem na enunciação, sobretudo aquilo a que Benveniste chamou de indivíduos lingüísticos⁹, sejam destacados no texto como as evidências que permitem buscar os efeitos de sentido, como a parte da materialidade discursiva que funda lingüisticamente as relações sociais e históricas decorrentes da distinção de gênero.

A título de aplicação do que até aqui fica exposto, pode-se analisar um fragmento do que parece ter sido a primeira carta de Myrna no *Correio da Noite*:

Myrna escreve:

Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo

Você deseja saber quem é Myrna. E fará a si mesma perguntas como esta: “É loura? Morena? Nasceu no Cairo? Em Alexandria? Advinha o futuro? É velha ou moça?” Respondo: “Myrna sou eu”. Entretanto não é Myrna que está em causa. QUEM ESTÁ EM CAUSA É VOCÊ. Sim, leitora que nunca vi, bela, feia, juvenil ou passada. (...) (Rodrigues, 2002, p. 9).

Deve-se, a princípio, destacar a especificidade de uma alocação estabelecida no quadro de um gênero textual – a carta, de tal modo que a interação dialógica deveria acontecer sobre procedimentos formais mais ou menos estáveis, como data, local, vocativo, formulações introdutórias de saudação, seguidas do texto propriamente dito. Se reproduzido da forma como ocorreu primeiramente no jornal, temos uma série de adaptações no texto, o que, todavia, não o descaracteriza enquanto carta: um título precedido de uma chamada informativa. A identidade do interlocutor é posta no ponto inicial, identificando-o como agente de um verbo, cujo complemento, destacado como título, anuncia aquilo que parece ser um tema do escrito. Isso parece ter sido um modelo de configuração de todas as cartas, compondo um certo padrão ou estilo de abordagem.

⁹ “As formas denominadas “pronomes pessoais”, “demonstrativos”, aparecem agora como uma classe de “indivíduos lingüísticos”, de formas que enviam sempre e somente a “indivíduos”, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos”. (Benveniste, 1989, p. 85).

De tantas marcas enunciativas que o material oferece, destacam-se apenas duas para o momento:

- a) O pronome pessoal inicial: *você*. Pensando no suporte material desse texto (outro gênero textual), o jornal, e na impessoalidade que lhe é característica, a marca de pessoa fundamenta o teor dialógico específico da interlocução. Ainda que toda e qualquer formulação discursiva esteja baseada numa relação com o *outro*, o emprego do *você* vai caracterizar uma interlocução baseada em uma certa subjetividade que Myrna parece requerer de seu leitor e sob a qual garantirá a recepção de suas asserções e conselhos. O tom pessoal e subjetivo dessa relação se intensifica quando Myrna seleciona seu interlocutor, identificando-o com o feminino ao empregar no substantivo que o toma por sua função a desinência de gênero: “Sim, *leitora* que nunca vi”. Está constituída, assim, uma situação discursiva singular, devidamente delineada por elementos formais da enunciação, ou seja, o índice de pessoa representado pelo pronome, e a marca formal da categoria de gênero (o substantivo *leitor* acrescido da desinência *-a*), que opera uma seleção no horizonte de interlocução: o substantivo flexionado “exclui” o interlocutor não-feminino.
- b) Mas o que parece relevante nesse momento inicial de Myrna é a sua própria identidade, ou ausência dela. Nelson Rodrigues, evidentemente, com a prática jornalística que desempenhou ao longo de sua vida, tinha clareza da importância de se perguntar: *quem é este (esta) que fala comigo?* E estabelece a identidade de Myrna omitindo-a, num ato circular de auto-constituição: *Myrna sou eu*. Aqui está o efeito ideológico elementar apontado por Althusser e reiterado por Pêcheux, um dos componentes fundamentais da proposta de análise representada pela AD. Quando Myrna se auto-refere (ironicamente?) desse modo, quem ela apresenta a seus interlocutores? Uma mulher que é. Uma mulher que refere identicamente com as

outras a quem fala (em momentos específicos ver-se á como ela se inclui em um *nós*, *mulheres*) e a quem constitui simbolicamente. Isto parece representar bem a tese “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”, o que quer dizer, com Pêcheux, que

O “não-sujeito” é interpelado – constituído como sujeito pela ideologia. Pois bem, o paradoxo está precisamente em que a interpelação tem, por assim dizer, um *efeito retroativo*, o que resulta em que todo indivíduo é “sempre-já sujeito”. (Pêcheux, 1996, p. 150).

A hipótese com a qual se trabalha é a de que as estratégias sobre as quais Nelson Rodrigues construiu Myrna estão ancoradas, lingüisticamente, nas marcas formais de pessoa e de gênero, e que é através desses mecanismos que se poderá verificar o efeito ideológico e simbólico de enunciados que ecoam num sistema que, ao longo da história, não cessa de interpelar e constituir sujeitos como mulheres.

1.3. A metodologia do trabalho

Um dos maiores desafios deste trabalho é articular os fundamentos teóricos da AD com a especificidade de um trabalho circunscrito ao domínio da Lingüística. Desde que se passou a considerar como pertinente aos estudos da linguagem uma dimensão que extrapola à sua própria materialidade e estrutura, ou sua própria ordem, o objeto desse saber não cessa de se ampliar: os estudos enunciativos de Benveniste se desenvolveram pouco antes das pesquisas de Pêcheux, que se prolongaram, enquanto programa de pesquisa, até meados da década de 1980. Paralelamente, e se estendendo um pouco adiante no tempo, o impacto e influência das pesquisas de Foucault (morto em 1984). A Lingüística pós-60 se modifica não somente pela emergência dos estudos enunciativos, mas muito profundamente pela fronteira que se forma entre ela e outras áreas do conhecimento, numa relação de interdependência, ainda que pareça mais evidente a dependência de outros campos em relação à Lingüística, já que ela demonstra poder usufruir da autonomia fornecida pelo alicerce do estruturalismo.

Não obstante, a demanda por pesquisas que investiguem a dimensão (trans)estrutural da linguagem impõe novos desafios metodológicos. Se as pesquisas em AD estão localizadas na fronteira entre a Lingüística, a História e a Filosofia, isto resulta, para os estudos da linguagem, numa reconfiguração do objeto próprio daquilo que até então foi satisfatoriamente designado como Gramática. É muito significativo que Pêcheux, um epistemólogo “fascinado pelas máquinas” (Henry, 1997), para chegar ao domínio do Discurso, tenha reverentemente transitado pelos saberes da linguagem, ainda que para afetá-los desde a base: no Curso de Lingüística Geral.

Sua aproximação aos saberes da linguagem se dá sistematicamente: primeiro, ele observa que a tradição lingüística anterior ao advento do estruturalismo era predominantemente a de estudos de texto e de descrição gramatical com fins normativos (texto e gramática). As perguntas a que se respondia eram: *de que fala este texto? Quais as idéias principais contidas neste texto? Este texto está em conformidade com as normas da língua na qual ele se apresenta? Quais são as normas próprias a esse texto?* Essas questões remetiam umas às outras: “a ciência clássica da linguagem era a ciência da expressão e ciência dos meios desta expressão, e o estudo gramatical e semântico era um meio a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto, da mesma forma que, no texto, os “meios de expressão estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto” (Pêcheux, 1997, p. 63), a saber: fazer-se compreender.

Pêcheux observa que Saussure, rompendo com a homogeneidade entre a prática e a teoria da linguagem, introduziu um deslocamento conceptual ao abstrair do todo do fenômeno lingüístico o objeto para uma ciência da linguagem, ou seja, a separação língua (entidade social) e fala (ato individual). Vale notar que o caráter social (interacional) da fala não é sequer pensado, antes é deslocado para o virtual do sistema. Ora, uma das implicações desta

separação (e do que se predica a cada um dos termos) é que o elemento *fala* permite a emergência de um sujeito autônomo, sobre o qual Pêcheux (1997, p. 71) observa:

(...) é um fato que esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a lingüística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema.

Está, então, lançada a pedra fundamental dos estudos relativos ao discurso: o entendimento de que o sujeito não é origem de si mesmo. Esse princípio agrupa em torno de si outros pensadores e pesquisas (já mencionados na seção anterior), dos quais importa destacar Michel Foucault, cuja metodologia e teorização resultantes de pesquisas sobre a história do pensamento acabaram influenciando de forma decisiva a AD francesa.

O que é necessário destacar dessas observações é o caráter interdisciplinar dos estudos sobre o Discurso. É possível afirmar que sua gênese é exterior à Lingüística (não se trata de desconsiderar a modulação provocada por investigações como as de Benveniste, dentre outros, que forneceram a possibilidade sólida de transitar entre a ortodoxia do sistema e a abertura quase incontrolável da enunciação), e que seu objeto, ainda que seja da ordem da linguagem, não é a língua. Portanto, é necessário refletir sobre alguns aspectos teóricos que resultem em diretrizes ou definições metodológicas, a fim de que os fundamentos teóricos da AD se articulem, em “negociações”, com a análise do corpus que será executada com base em elementos da lingüística estruturalista clássica, isto é, da morfossintaxe.

A metodologia do trabalho pode ser, então, descrita em duas etapas. Primeiramente a que diz respeito aos procedimentos próprios à AD. Na seqüência, a análise lingüística propriamente dita.

1.3.1. Os procedimentos da AD.

A descrição do procedimento de análise resulta aqui de uma tomada de posição, que é a de adotar alguns princípios e práticas descritos por Foucault como a metodologia de seu trabalho arqueológico com algumas áreas do conhecimento humano (notadamente as pesquisas que resultaram nos textos “História da Loucura” e “As palavras e as coisas”). Ainda que, do ponto de vista estritamente teórico, o trabalho de Foucault seja distinto do de Pêcheux, não há incompatibilidades que inviabilizem uma articulação. Pelo contrário, o trabalho de Foucault constituiu-se em elemento importante para a consolidação do chamado segundo momento da AD, com a incorporação da noção de Formação Discursiva, e de maneira mais decisiva (sem “retificações”) a partir de 1980.

Foucault (2002) tem como ponto de partida de seu trabalho de construção ou descrição metodológica a renúncia a certas noções que, nas análises de certos objetos até então efetuadas, são tomadas como evidentes, sem um exame prévio de sua validade ou eficácia. Essas noções, segundo ele, estão todas apoiadas no tema da continuidade - do qual se quer desvencilhar - e são a noção de tradição, influência, desenvolvimento e evolução, mentalidade ou espírito. Essas idéias formam um certo modo (estável, constante) de organizar os saberes e os discursos humanos, fornecendo-lhes um contorno formal que, ainda que não seja totalmente ilusório, deve ser “desalojado” a fim de que surjam outras possibilidades de entendimento, outras formas de explicação, outras perspectivas para a apreensão dos objetos. Estes objetos dizem respeito às grandes massas de conhecimento institucionalizado, ou grandes tipos ou categorias a partir das quais os discursos se circunscrevem, a saber, a ciência, a literatura, a filosofia, a religião, o direito etc. Foucault (2000) rejeita (ou mantém em suspenso) essas formas prévias de continuidade, e isto se dá como princípio metodológico. A noção de continuidade resulta da constatação de que um determinado conjunto de enunciados produzido ao longo do tempo e circunscrito a uma daquelas categorias não funcionou sempre

da mesma maneira, não permaneceu sempre com a mesma forma, não teve sempre os mesmos referentes, sofreu, enfim, ao longo da história, várias modulações, de acordo com as condições e as contingências de cada época. Daí se questionar esse movimento que faz com que os enunciados se organizem, como que perfilados, e se identifiquem a uma categoria institucionalizada. O objeto a que Foucault constantemente refere no seu texto é a psicopatologia, apontando, de modo sucinto, como a loucura se apresentou como um saber construído sob diferentes perspectivas:

esse conjunto de enunciados está longe de se relacionar com um único objeto, formado de maneira definitiva, e de conservá-lo indefinidamente como seu horizonte de idealidade inesgotável; o objeto que é colocado, como seu correlato, pelos enunciados médicos dos séculos XVII ou XVIII, não é idêntico ao objeto que se delineia através das sentenças jurídicas ou das medidas policiais; não se trata das mesmas doenças, não se trata dos mesmos loucos. (Foucault, 2000, p. 36)

O que ele pretende e propõe como finalidade para a análise das massas ou “populações” de enunciados é que, uma vez suspensas as unidades ou categorias sob as quais estavam circunscritos, sejam investigados em sua singularidade enunciativa e na instância própria de cada um, a fim de que se possa compreender as condições de sua existência, fixar seus limites e estabelecer correlações com outros enunciados. Para ilustrar o que pretende nesse procedimento, Foucault propõe uma comparação: numa língua qualquer, a descrição de seu sistema de regras possibilita que se construa um número infinito de outros enunciados possíveis, ainda que essa descrição resulte sempre de um conjunto finito de enunciados (o que é um dos princípios do gerativismo). Inversamente a isto, porém, o campo do discurso é um conjunto finito e determinado de seqüências lingüísticas, e a pergunta a se fazer é: como apareceu um enunciado e não outro em seu lugar? (Foucault, 2000, p. 31).

Postos os enunciados numa suspensão que resulta da renúncia às sínteses ou categorias prévias nas quais estavam circunscritos, e já então rerepresentados em sua singularidade, Foucault aponta a possibilidade de apreensão das descontinuidades, que não se apresentam somente como “um desses grandes acidentes que produzem uma falha na geologia da

história” (Foucault, 2000, p. 32), mas o próprio enunciado se constitui como pequena incisão emergindo em sua dispersão: “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (Foucault, 2000, p. 32). Está ligado, por um lado, à língua e à escrita e, por outro, a outros textos que o precedem e o seguem. É assim que outras formas de regularidades podem surgir, outras relações que escapam a essas sínteses pré-existentes, à consciência e à atividade individual do autor. Podem, então, surgir outras relações entre o material de análise e outros enunciados, ou relações entre o corpus e acontecimentos de outra ordem, econômica, social, cultural, religiosa etc. Para Foucault, estes fatos enunciativos não devem ser interpretados (no sentido de buscar um discurso “secreto”, subjacente ao manifesto), mas analisados em sua coexistência, em sua sucessão, seu funcionamento mútuo, sua determinação recíproca, elementos que, sem esse procedimento de suspensão e renúncia às sínteses prévias, permaneceriam mudos¹⁰.

Com relação a Myrna / NR e a pertinência da metodologia conforme proposta por Foucault (2000), algumas observações devem ser feitas, e também alguns ajustes. Primeiro, Foucault sempre trabalhou com aquilo que ele chama de grandes massas verbais, componentes de um desses domínios ou unidades institucionalizadas a quem ele, por princípio, renuncia, e que são os campos da Medicina, da Gramática, da História Natural ou da Economia, todos eles em estreita relação com um domínio maior que os superpõe, que é o da Ciência. Isto posto, há que se justificar a adoção desses princípios metodológicos, uma vez que o corpus apresentado neste trabalho constitui-se modestamente como um conjunto de 44 textos, todos delimitados a um gênero, suporte, autoria e configuração. Por suas características, esse material parece inadequado ou insuficiente à metodologia de um projeto da envergadura do que realizou Foucault em “As palavras e as coisas”. Entretanto, é possível

¹⁰ Cabe, a propósito disto, ressaltar que as novas possibilidades de configuração dos enunciados discursivos não são, igualmente, elementos preexistentes, aguardando num limbo que esse trabalho de reanálise os liberte da sombra. O trabalho de elaboração de novos planos sobre os quais dispor os enunciados é também um procedimento arbitrário, contingente e igualmente submetido às demandas de ordem social, científica, econômica etc.

retirar dele uma série de princípios aplicáveis, desde que se proceda a alguns ajustes. O objeto em torno do qual se procederá à investigação é incerto, sua legitimidade é igualmente incerta, e se constitui na contramão de um princípio caro à ciência, que é o necessário distanciamento entre o sujeito do conhecimento e seu objeto. Pois falamos da mulher, do feminino. Mas o surgimento desse objeto não resulta justamente das possibilidades advindas de uma abordagem dos enunciados que faça aparecer novas relações até então não percebidas? É renunciando às prévias noções de autor (uma vez que não abordaremos cartas de Myrna para nelas encontrar o gênio NR, as pistas lingüísticas de seu estilo) e de obra (pela recusa da incorporação arbitrária destes textos no conjunto de enunciados que já não são mera palavra cotidiana, mas recoberta por uma nova camada de sentido advinda de sua vinculação à figura autoral do dramaturgo, e ainda pela possibilidade de, nessa recusa, permitir aos enunciados que se articulem a outros, para aquém ou além de NR, e não restringi-los aos sentidos de uma temática constante do autor) que se tentará apreender este objeto incerto, mas tão freqüentemente esboçado, ou desenhado com belas tintas, ou tantas vezes caricaturado, mas sempre presente nos discursos humanos.

Não é difícil constatar a ausência de um domínio específico que tenha a mulher por objeto. A isto se poderia contrapor dizendo que a história da mulher é a história do homem, mas esta proposição já evidencia em sua própria forma uma temática cara à AD: o deslizamento do sentido provocado pelas diferentes posições ocupadas pelo sujeito. O vocábulo *homem* já não pode designar o ser genérico da filosofia e da história, tornou-se opaco, e faz com que se requeiram novas formas genéricas de designação do ser humano (não temos sido, ultimamente, “homens e mulheres”?). É por uma favorável disposição epistemológica contemporânea que este objeto emerge. E na imensa população de enunciados que compõem os discursos, cabe-nos efetuar o recorte que de alguma maneira possibilitará a análise aqui proposta.

Foucault conduz seu percurso metodológico indicando que os fatos enunciativos devem resultar de um “recorte provisório” (Foucault, 2000, p. 33) que permita a delimitação de uma região inicial, cujos enunciados a análise “revolucionará e reorganizará” (Foucault, 2000, p. 34), se houver necessidade, e escolheu o amplo domínio empírico da ciência, mas não o faz sem a ressalva de que a garantia de contornar as noções apoiadas na continuidade está na seleção de domínios amplos e pouco formalizados:

Como se dar o máximo de chances de tornar a apreender, em um enunciado, não o momento de sua estrutura formal e de suas leis de construção, mas o de sua existência e das regras de seu aparecimento, a menos que nos dirijamos a grupos de discursos pouco formalizados, onde os enunciados não parecem se engendrar necessariamente segundo regras de mera sintaxe? (Foucault, 2000, p. 34)

O objeto proposto neste trabalho parece ter, de antemão, esta característica: não há, a seu respeito, um domínio empírico que delimite os espaços de sua ocorrência, ou uma existência prévia bem estabelecida. É a perspectiva teórica que definirá os seus contornos, que lhe permitirá ser esboçado. Por isso, tendo em vista que a materialidade do objeto *mulher* é lingüística, e devendo ser buscado na imensa massa de enunciados que constitui nossa cultura, propõe-se efetuar os seguintes recortes: primeiramente, dever-se-á levar em conta os enunciados que tomam a mulher (ou o feminino, ou certas figuras caracterizadas a partir do gênero, ou personificadas pela sua identidade ou categoria de gênero¹¹) como referente, um conjunto muito vasto de enunciados, passível de ser setorizado (na Filosofia, no Direito, na Teologia) mas não circunscrito a um domínio empírico. Feita essa primeira delimitação, parece ser possível estabelecer um outro recorte, posterior e submetido ao primeiro: os discursos que tomam por referente o feminino podem ser desmembrados entre aqueles que **falam do feminino**: uma reflexão superficial evidencia como representativos desses

¹¹ Numa frase como a que segue, atribuída a Luís Fernando Veríssimo – “A gramática tem que apanhar todos os dias pra saber quem é que manda nela” – as possibilidades de significação do enunciado estão submetidas a uma construção prévia: a personificação da gramática foi possibilitada pela necessária atribuição da categoria gramatical de gênero feminino ao vocábulo e, paralelamente, pela relação do feminino com elementos da ordem do social, que é o problema da violência doméstica. Certas figuras que povoam muitos enunciados importantes ao longo dos séculos têm uma vinculação estreita com o feminino, a exemplo das fadas e seu correlato maligno, as feiticeiras, ou das grandes personificações identificadas à mulher: a república, a liberdade, a revolução, ou a morte (Perrot, 1998).

enunciados o discurso filosófico – de que Schopenhauer é exemplo eloqüente - ou o teológico que, diferentemente da filosofia (que parece já ter tomado distância de sua *mésalliance* com a mulher (Volpi, 2004)), conserva uma certa maneira de articular seus enunciados, mantendo relativamente constante (ainda que totalmente atravessada pelas modulações resultantes das alterações do papel da mulher nos sistemas de produção) um certo modo de articular os textos sagrados ao matrimônio e à configuração da vida doméstica, na separação entre os papéis e funções do feminino e do masculino. Segundo, aqueles que **falam para o feminino**, e que podem ser reportados como um conjunto de enunciados construídos a partir de práticas sociais de leitura, de consumo, de comportamento, determinadas pela cultura ou por fatores econômicos, e que se configuram, se organizam e se adaptam sempre a essas transformações: a esse respeito muito tem a informar o discurso midiático, que não cessa de se modificar, adaptando não só os enunciados à mulher que a cada época já não é a mesma, como também os produtos a ela destinados. Multiplicam-se e se ampliam, atualmente, publicações cujo projeto gráfico, temático e textual é cuidadosamente elaborado para atingir categorias cada vez mais específicas do feminino: critérios como faixas etárias, capacidade e enfoques de consumo, nível de escolaridade, etnia etc. E por fim, há os discursos que **falam com o feminino**, e se estruturam no aparelho formal da enunciação: os enunciados são organizados numa clara relação de interlocução, ou seja, entre um *eu* e um *tu* que se constroem em mútua dependência e em bases pré-concebidas: os lugares e as identidades dos interlocutores estariam, nesses enunciados, identificados ao feminino, e o status que atribuem a si, relacionados às determinações sociais e históricas. É a partir da emergência da sociedade burguesa e seu padrão de casamento e vida doméstica, os hábitos cultivados nesse ambiente privado, bem como de seus costumes, que se viu constituir uma série de enunciados construídos na base de uma interlocução entre um *eu* enunciador e produtor empírico de textos e um *tu* enunciatário, receptor pressuposto idealmente nas imagens da mulher. É nessa

categoria de discursos que está o corpus deste trabalho: as cartas de Myrna estão associadas a uma prática específica de escrita e leitura entre interlocutores identificados com um certo modo de ser do feminino, com uma certa seleção de temas, objetos e interesses atribuídos a ele. Ademais, na investigação e análise do corpus, serão considerados os fatores relativos ao discurso midiático, ao qual os textos de Myrna se subordinam, e a partir do qual se podem estabelecer novas relações que tornam perceptíveis uma certa regularidade e permanência do feminino nas práticas discursivas dos meios de comunicação de massa.

Foucault, não sendo afeito a facilidades, cuida em deixar esboçado um necessário desvio às generalizações que encerrariam os objetos reconstruídos em outras formas de continuidade (colocadas no espaço deixado pela renúncia às primeiras). Como o enfoque é aquilo que está na ordem do discurso, adverte que não se deve perder de vista o caráter de dispersão que constitui as práticas discursivas, uma vez que um mesmo tema ou objeto se apresenta sob formas muito variadas de discurso¹²:

Mais do que buscar a permanência dos temas, das imagens e das opiniões através do tempo, mais do que retraçar a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos, não poderíamos demarcar a dispersão dos pontos de escolha e definir, antes de qualquer opção, de qualquer preferência temática, um campo de possibilidades estratégicas? (Foucault, 2000, p. 42)

Dessa maneira e por essa razão (por causa da constante dispersão dos objetos ou temas) é possível definir a noção de *formação discursiva*, que é a possibilidade de descrever, num conjunto de enunciados, as possibilidades de associação, as estratégias de vinculação de temas aparentemente incompatíveis, as regularidades presentes na constituição de uma certa ordem, mas em correlações, posições e modos de funcionamento sempre heterogêneos. Ao fixar a noção de formação discursiva, Foucault parece rejeitar o que ele chama de “palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas para designar semelhante dispersão, tais como *ciência*, ou *ideologia*, ou *teoria*, ou *domínio de objetividade*” (Foucault, 2000, p. 43). Vê-se aí a necessidade de transitar teoricamente entre os campos da AD

¹² Não se pode esquecer que o empreendimento de Foucault é histórico ou, por assim dizer, “diacrônico”, o que possibilita a percepção destas variações.

conforme pensada por Pêcheux e o que propõe Foucault, pois aquele, ao acatar a noção de FD, não o faz sem retificá-la, atribuindo a este “um discurso paralelo ao do materialismo histórico” (Maldidier, 2003, p. 63). Eis o que temos em Pêcheux:

(...) a idéia [de] que as formações ideológicas, como as formações discursivas que lhe estão ligadas, possuem, ao mesmo tempo, um “caráter regional” e um caráter de classe. O primeiro traço designa a evidência do domínio de especialização: o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus etc. O segundo remete à posição nas relações de produção. Assim se explica, na célebre fórmula, que as palavras mudam de sentido segundo as posições mantidas por aqueles que a empregam ou, para dizer de outro modo, de uma formação discursiva a outra. (Maldidier, 2003, p. 64)

A noção de ideologia e suas implicações para o conceito de formação discursiva foi alvo de intenso e constante debate no grupo liderado por Pêcheux, que apenas na fase posterior de seus trabalhos renuncia a certos conceitos totalizantes, acatando as formulações de Foucault, arrumando-as na especificidade dos interesses de seu objeto que, para ser abordado, requereria não apenas uma teoria do discurso, mas a articulação tríplice da língua, da história e do inconsciente (o triplo real – Maldidier, 2003, p. 71). Por enquanto, importa definir como desafio de trabalho a tentativa de movimentar-se na dispersão e na multiformidade que são próprias aos materiais discursivos, ou seja, buscar o que para além das regularidades temáticas, sintáticas, textuais, se constitui como processos de formação do feminino nos enunciados em questão, o que significa também apreender suas regras de formação, ou seja, as condições a partir das quais os enunciados de uma FD (aquela sob a qual a figura empírica de Nelson Rodrigues elaborou os enunciados) coexistem, mantêm-se, modificam-se ou desaparecem.

Os rumos desses procedimentos, notadamente no que se refere a Foucault, não esgotam as possibilidades de abordagem de um corpus cuja materialidade é lingüística, pois também não compartilham os objetivos que um trabalho localizado nos saberes sobre a linguagem possui. Assim, convém descrever em que consiste a metodologia do trabalho lingüístico em sua especificidade.

1.3.2. Os procedimentos da análise lingüística

Já foi dito que a AD, para estabelecer-se como área específica do conhecimento, ou seja, para formular a teoria do Discurso, um processo que teve seus primeiros movimentos na Filosofia, foi a Saussure, à Lingüística (e seu corte epistemológico fundamental que já foi mencionado no início deste capítulo), e à Sintaxe¹³, a fim de nela encontrar mecanismos de análise que permitissem chegar ao Discurso. Parece ser evidente que a Teoria do Discurso não possui instrumentos que lhe permitam atuar autonomamente na análise dos dados que seleciona, uma vez que a materialidade desses dados é lingüística e histórica. Por outro lado, a autonomia teórica e metodológica que caracteriza a lingüística estruturalista clássica só se mantém na base de uma série de recortes radicais: a ordem do sistema exclui o sujeito e o sentido, renuncia ao que de humano (social e histórico) há no fenômeno da linguagem. O elemento humano, esse resíduo filosófico resultante da separação entre língua e fala, não deixou de ser contemplado por vários saberes que o tomaram por objeto, até que várias correntes de pensamento passaram a abordá-lo por uma via distinta, desconstruindo-o: passou-se a repensar a subjetividade como tradicionalmente entendida desde Descartes, e, ainda que o debate não tenha se esgotado, prevalece o entendimento de que o sujeito, no mínimo, não é a origem de si mesmo. E quando se observam os percursos teóricos dos vários autores que se ocuparam do tema, percebe-se que têm em comum a relação entre a noção de subjetividade e a linguagem, o signo, o sentido, o discurso. A lingüística não fica indiferente ao debate e negocia com a ortodoxia de seus pilares estruturalistas, passa a articular a relativa estabilidade de seus saberes com as demandas das pesquisas sobre as relações entre o sistema

¹³ A primeira fase da AD empenhou-se numa proposta teórico-metodológica em que uma releitura de Saussure combinada com o materialismo histórico (Marx relido por Althusser) e com a psicanálise (Freud relido por Lacan) efetua um trabalho de análise automática do discurso, cuja metodologia é derivada do estruturalismo harrisiano, e buscava “colocar em evidência traços do processo discursivo, a fim de determinar os enunciados de base produzidos pela “máquina discursiva”” (Gregolin, 2004, p. 62). A importância de Zellig Harris deve-se, segundo Malidier (2003, p. 24), ao “recalque da enunciação e o lugar de *pobre* dado a Benveniste. Desconfiança face a tudo que parece fazer voltar o sujeito”.

e sua exterioridade. É interessante observar como a AD no Brasil encontrou nas faculdades de Letras um ambiente fecundo para o seu desenvolvimento, não obstante sua tradição francesa tivesse como prática o diálogo interdisciplinar de cunho freqüentemente político¹⁴.

No início da década de 1980, o trabalho teórico liderado por Pêcheux entra numa fase de profundas revisões, deslocamentos e reconfigurações, provocada em grande parte pela crise do marxismo como realidade política, o que repercutia diretamente no trabalho do grupo que, como já foi dito, tinha forte conotação política¹⁵. A essa altura, já se falava em *materialidades discursivas*, deslocando a teoria do discurso que, no colóquio¹⁶ que marca essa nova fase, é apresentada como um “fantasma teórico unificador” (Maldidier, 2003, p. 71):

Ele se endereçava a “aqueles que trabalham no campo da lingüística, da história, da análise do discurso, da psicanálise”, convocando a rede de suas questões em torno do “triplo real da língua, da história, do inconsciente”. A questão das materialidades discursivas era então colocada em um espaço de confronto entre disciplinas “que tem a ver com o discurso”, a análise do discurso não sendo senão uma entre elas. De pronto, na passagem do singular ao plural, do discurso às materialidades discursivas, da análise de discurso às outras disciplinas, se desenhava uma nova maneira de trabalhar. (Maldidier, 2003, p. 71).

Desse momento específico, Maldidier (2003) destaca a influência decisiva de lingüistas, como Françoise Gadet e J. J. Courtine, aos quais se juntou Jaqueline Authier-Revuz, cujas noções de heterogeneidade (que substitui “a contradição marxista ou os fracassos da interpelação ideológica” (Ortiz, 2005, p. 258)), foram incorporadas como fundamentais às pesquisas dali em diante. Havia, por essa época, o interesse desses lingüistas na questão dos limites da língua e do discurso, “o lugar em que a língua encontra o sujeito” (Ortiz, 2005, p. 257). Os trabalhos da AD passam a focalizar a *discursividade*, “a partir de certos fenômenos lingüísticos (como as relativas e a coordenação) interrogando os limites da gramática, o ponto de passagem à *ordem do discurso*” (Gregolin, 2004, p. 156).

¹⁴ Inquieto-me com a necessidade de refletir sobre qual o lugar da análise lingüística na AD. Estando as pesquisas em AD no Brasil localizadas nos cursos de lingüística, não se pode negligenciar a especificidade e a singularidade deste lugar. O trabalho com a língua não se sobrepõe totalmente ao trabalho com o discurso.

¹⁵ Gregolin (2004: 154) explica que “era necessário deslocar-se do plano político, da leitura marxista que insistia na *luta de classes*, pois o panorama econômico estava em transformação: a “classe operária” estava desaparecendo, adquirindo uma nova identidade como decorrência das reconfigurações econômicas da globalização e das novas relações no “mundo do trabalho”.

¹⁶ Trata-se do colóquio *Materialidades Discursivas*, e ocorreu em Nanterre nos dias 24, 25 e 26 de abril de 1980.

Pêcheux, nesse mesmo colóquio, apresenta a comunicação “O enunciado: encaixe, articulação e des-ligação”, e reflete sobre a “relação entre a gramática, vista como teoria da frase-enunciado, e algumas questões inerentes à discursividade” (Ortiz, 2005, p. 258), demonstrando que, no quadro geral da reconfiguração epistemológica e metodológica, a estrutura lingüística dos materiais que se ofereciam à análise (que já eram apenas os textos fortemente institucionalizados da política) permaneceria como um horizonte de possibilidades para o desenvolvimento das pesquisas. Ortiz (2005, p. 258) descreve sucintamente o trabalho empreendido por Pêcheux como de análise de situações sintáticas bastante específicas: observação de enunciados (na tradicional concepção de Benveniste) encadeados de maneira tal que a disjunção não é possível de ser feita livremente (são orações subordinadas restritivas), e o oposto, enunciados gramaticalmente independentes (sem constituintes compartilhados) mas “ideologicamente” conectados (coordenação semântica)¹⁷, a que Pêcheux denomina de *dispositivo de articulação de enunciados*, e que convoca, para o seu entendimento, um saber exterior à estrutura gramatical (Ortiz, 2005, p. 260). Assim, ele propõe uma divisão para as práticas discursivas: chama-as de *escritura por encadeamento*, aquela na qual “as relações de determinação e de explicação devem ajustar-se perfeitamente em um espaço sem resto” (e aí estariam circunscritos, por exemplo, os Códigos de uma sociedade) e *escritura por desligamento*, em que se encontram “deslocamentos, justaposições, frases interrompidas, apagamentos que afetam o *ponto de enunciação*” (Ortiz, 2005, p. 260). A conclusão da análise, segundo a expositora, é que à noção de agramaticalidade (analisada em vários níveis) subjazem tendências que se ligam ao desligamento, o que indica que nessas falhas se inscreveriam o inconsciente, a história, o interdiscurso¹⁸. A gramaticalidade, por sua vez, representaria a completude, o encadeamento sem falhas, adequada, portanto, à análise

¹⁷ Ortiz (2005, p. 259) informa os enunciados: *Os comunistas apóiam as lutas que mostram a determinação combativa dos trabalhadores e Está nevando. Não sairemos.*

¹⁸ Isto nos remete à proposição de Foucault de que “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (Foucault, 2000, p. 32).

gerativo-transformacional. Isto posto, importa compreender que, a partir das discussões empreendidas pelas pesquisas da AD na sua chamada terceira (e “última”) fase, que, dentre outras considerações, passa a compreender a necessidade da pesquisa disciplinar (e no caso da lingüística, vai considerá-la em sua especificidade), a gramática passa a ser entendida como um espaço teórico passível de esclarecer os mecanismos discursivos: é o *real da língua* que, articulado ao *real da história*, inscreve o sujeito em sua materialidade.

Françoise Gadet, lingüista que tem se ocupado de pesquisas em sociolingüística interpretativa, em seminário sobre a obra de Michel Pêcheux¹⁹ no Brasil, cuida da análise de aspectos de certas mudanças discursivas ou pragmáticas perceptíveis no francês contemporâneo, e apresenta evidências de que estas mudanças “parecem atravessar certos tipos de discurso”. Empregando uma certa noção de estilo como “uma propriedade das línguas que oferece a seus usuários os recursos para que possam produzir e compreender “maneiras de falar” diversificadas” (Gadet, 2005, p. 52), e tomando esse fenômeno como sendo observável (na oralidade e na escrita) pela apreensão de marcas fonológicas, morfológicas, lexicais ou sintáticas, propõe uma série de questionamentos elaborados a partir da relação entre o lingüístico, o discursivo e o social. Gadet analisa as práticas discursivas efetuando recortes como “tendência à democratização”, “tendência a uma tecnologização e mercadologização dos discursos”, e declara: “interessa-nos também a maneira pela qual as tendências discursivas se manifestam em funcionamentos lingüísticos precisos. (...) Falaremos da maneira por meio da qual o sentido pode ser forjado por certas opções de gramática ou de estilo” (Gadet, 2005, p. 61). Desse modo, passa a analisar o *trabalho discursivo da língua*, realizado por “fenômenos discursivamente interessantes”, e tomando certas noções como *modo de apresentação dos atores, das ações, dos acontecimentos*, ou de *fio do discurso* (tendo sempre em vista a distinção entre o oral e o escrito), analisa, por exemplo, como a voz

¹⁹ I Seminário de Estudos em Análise do Discurso: Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar (I SEAD). Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 10 a 13 de novembro de 2003.

passiva “permite modificar o equilíbrio entre as ações realizadas pelo sujeito e pelo objeto, em benefício de uma marginalização do agente situado no final da seqüência e, eventualmente, deslocado por apagamento total, depois por uma nominalização”, o que é exemplificado com uma seqüência de enunciados:

A cada 20 minutos, um homem viola uma mulher.
 A cada 20 minutos, uma mulher é violada por um homem.
 A cada 20 minutos, uma mulher é violada.
 A cada 20 minutos, perpetra-se uma violação.
 A cada 20 minutos, há uma violação. (Gadet, 2005, p. 62)

A análise demonstra os efeitos de um processo que, partindo da alternância entre os lugares gramaticais e lugares “semânticos” (e aí talvez se possa dizer discursivos), neutraliza gradativamente a ação operada por um sujeito, até chegar ao ponto de seu total apagamento, no mecanismo de nominalização (que Gadet classifica como “elemento de densidade lexical”). A lingüista explora ainda a noção de interdiscurso na análise das *attitudes dos enunciadores face ao asserido*, analisando escolhas lexicais de advérbios, ou tempos verbais, ou construções sintáticas complexas para a representação de jogos dialógicos (efetivos ou encenados). Assim, a respeito da relação entre o lingüístico e o discursivo, ela explicita que uma categoria discursiva não trabalha nunca de maneira unívoca e previsível, mas encontra o seu sentido (talvez se possa dizer, transita do seu estatuto gramatical para o discursivo) na discursividade e/ou no interdiscurso. O que ela propõe é que, entre as tradicionais regiões do formalismo e do funcionalismo, a sociolingüística e a AD (articuladas uma à outra e cada uma a seu modo), produzam novas formulações que dêem conta do impacto das categorias discursivas sobre o funcionamento da língua. Conclui sua reflexão sobre o lingüístico e o discursivo em um tom que parece se dirigir ao modo de fazer análise de discurso que talvez pudesse ser, como ela informa no início de sua fala, antes de tudo, “uma prática de análise de *corpus*”:

A análise de discurso avançou no estudo do material lingüístico da construção do discursivo? Compreende-se melhor, hoje, isso que são as categorias lingüísticas discursivamente marcadas? Pode-se fazer outra coisa além de repetir aquilo que a tradição retórica tratou longamente no correr dos séculos? Impõe-se a necessidade

de estudar as categorias discursivas não somente dentro de um funcionamento lingüístico (posição estruturalista) mas de maneira situada em uma sociedade. (Gadet, 2005, p. 65)

Essa incursão pelas análises efetuadas por Pêcheux e Gadet tem por finalidade tomar conhecimento de maneira mais precisa das possibilidades de trabalho com a língua que uma pesquisa teoricamente orientada para a AD possui. Não obstante, enquanto Foucault, no domínio da História, oferece à AD um roteiro bem delineado de uma metodologia (em *Arqueologia do Saber*), não se pôde, nas pesquisas bibliográficas realizadas ao longo deste trabalho, encontrar nos textos de Pêcheux e seus colaboradores referências a um método senão indiretas, ainda que não menos esclarecedoras. De modo que temos como direcionamento para o procedimento de análise lingüística do corpus os seguintes itens:

- a) Considera-se como pertinente a observação de que AD não se confunde com análise lingüística. Por outro lado, a especificidade da análise lingüística tende a contribuir com a abordagem do objeto discursivo, o que Courtine (1981) expressou da seguinte maneira:

O procedimento de determinação de tais relações [entre os elementos do texto – palavras, sintagmas, frases] pode variar, tomar a forma de recuperação de co-ocorrências entre os elementos do texto, ou expressá-los em termos de dependências (derivações gramaticais que equivalem a seqüências de operações). O princípio permanece, no entanto, o mesmo: se se formula a hipótese de uma estrutura do discurso recuperável a partir da co-ocorrência e da recorrência de determinados elementos, *esta estrutura deve caracterizar-se gramaticalmente*. O discurso, como objeto, mantém uma relação determinada com a língua e a possibilidade mesma de uma análise do discurso se delineia em tal relação. Todo procedimento de Análise do Discurso encontra na lingüística o seu campo de validação... e o correlativo risco de reduzir o discurso à língua.

- b) Se a lingüística é o campo de validação da AD, o procedimento do analista que se ocupa da análise gramatical é operar a descrição dos mecanismos lingüísticos (lexicais, morfossintáticos, textuais, semânticos) identificados com a discursividade, num trabalho interpretativo que efetue a passagem dos fatos da língua para os fatos do discurso (da lingüística para a AD), relacionando o sistema lingüístico com a história e com a sociedade (os sujeitos falantes e suas posições, as condições segundo as quais o

texto pôde ser produzido, publicado, compreendido). Courtine (1981), a propósito disto, indica que não se pode traçar uma linha demarcatória entre a autonomia relativa da língua e as determinações discursivas e ideológicas: o discurso é duplamente determinado.

Tendo em vista, portanto, o corpus constituído por um conjunto de textos já identificados ao escritor NR e seu heterônimo Myrna, o procedimento de análise consiste em:

1º. Descrever os enunciados segundo uma perspectiva textual, de forma a sistematizar as regularidades do gênero ou tipo de texto no qual eles se inscrevem enquanto atividade de produção discursiva inscrita socialmente e historicamente. Nesse primeiro movimento de descrição já é possível apreender regularidades formais que, na articulação com os outros níveis formais constitutivos dos enunciados, inscrevem e subordinam a forma à discursividade.

2º. Descrever os enunciados numa perspectiva propriamente gramatical, ou seja, observar como os enunciados apresentam aspectos gramaticais discursivamente afetados, resultantes de uma série de procedimentos passíveis de sistematização. Isto é feito segundo recortes ou categorias previamente selecionadas, que devem dar conta de explicar não só as estratégias do enunciadador na execução da heteronímia e na interlocução com as *leitoras*, mas também explicar o domínio e a especificidade do discursivo nas categorias em questão. Estas categorias de análise são:

- a) a enunciação: este é o ponto de partida, e a razão disto é a singularidade que constitui o enunciado: a interlocução se dá *de mulher para mulher*. A ficção do texto (NR encenando estilisticamente um sujeito feminino), a estratégia de abordagem de um interlocutor específico (a quem a língua *obriga* uma *forma* específica de interpelação), dão aos índices da enunciação, mais especificamente às marcas de pessoa, uma importância significativa na constituição do discurso. As falas dos enunciados estão,

antes de qualquer outro elemento, ancoradas nas marcas de pessoa que, a partir do que possibilita (ou obriga) a língua, constrói o alicerce da interlocução. Nesta categoria se inscrevem todas as marcas de pessoa (ou seja, os pronomes) e sua necessária identidade de gênero. Aí também estão inscritas algumas subcategorizações que modulam os enunciados e funcionam à maneira de estratégias de persuasão, que visam a adesão do interlocutor aos esquemas argumentativos do locutor.

- b) Certas categorias sintáticas a partir das quais é possível apreender não apenas as estratégias estilísticas acionadas pelo enunciador para a construção da interlocução, mas e principalmente a passagem que muitos mecanismos sintáticos executam para o que é da ordem do discurso: categorias como a determinação e a modificação (por encaixamento de relativas ou transposição de elementos nominais para a função de adjuntos e complementos), o mecanismo da predicação verbal, a relação entre a predicação nominal e a modificação, e a designação, importante processo de atribuir a diferentes entidades um estatuto ontológico marcado ideologicamente.
- c) Alguns processos de personificação de entidades não humanas, ou feminilização de tantas outras. Ademais, destacam-se alguns processos de generalização (apagamento de sujeitos ou atores de ações verbais) para a realização de enunciados declarativos de teor universalizante.
- d) Análise dos mecanismos que marcam (explicitamente ou não) a heterogeneidade do texto. A heterogeneidade marca os enunciados do corpus desde seu primeiro gesto de constituição: o enunciador é o outro em relação ao sujeito empírico: Myrna e NR coexistem e atuam numa base de alteridade, que se expande, em cada texto, na necessária relação entre uma carta que preexiste a ela. Por essa via surge uma constelação de mecanismos modalizadores (processos autonímicos, emprego de

vocativos, aspas, apostos, constituintes adverbiais vinculados ao locutor etc.) que constroem a interlocução.

Por fim, e numa perspectiva que se distancia da materialidade formal dos enunciados, merece atenção a série temática que atravessa todo o corpus e que se articula com a noção de formação discursiva, remetendo o conjunto dos enunciados ao componente histórico e social ao qual as cartas de Myrna estão submetidas.

Há, no procedimento de análise, um certo sentimento de impotência ou insuficiência, uma angústia diante do inesgotável do texto. O enunciado não se cansa: é possível pensar na possibilidade (ainda que a par da inutilidade) de uma descrição sintática exaustiva dos enunciados: reparti-los em constituintes até ao nível de cada unidade lexical, classificar todos os sintagmas, descrever as estruturas hierárquicas, e a cada movimento observar quão pouco o sistema, na sua autonomia, informa sobre o enunciado. Mas a abertura para o discursivo introduz um entendimento tal da língua que não sem demora nos encurrala entre a urgência da ação (do trabalho, da investigação) e a impotência diante do sentido que nos escapa. Por isso, o trabalho da AD se impõe como um gesto de interpretação, pois atravessar a intrincada trama do texto (intradiscursivamente e interdiscursivamente), nos gestos de descrição, reconhecendo o lugar de leitor que é próprio ao analista (ainda que deslocado), só é capaz de capturar um instante da possibilidade do dizível.

Ainda uma palavra sobre a metodologia: no constante processo que significará a passagem do objeto lingüístico ao objeto discursivo, um terceiro objeto permanecerá sempre à espreita, se insinuando e requerendo, pelas bordas, que se (re)afirme a sua inusitada existência: desde já é necessário que se requeira e se afirme o lugar do feminino como o objeto principal a ser apreendido, ou o elemento a partir do qual os gestos de leitura dos enunciados discursivos tomarão forma. É preciso reconhecer que o lugar dessa interpretação não é isento, ou seja, que a sua configuração se dá pelo reconhecimento (ainda ingênuo talvez,

ou pouco fundamentado) de que é necessário fazer falar o que, no que já está dito, é silenciado. A metáfora invertida da *gramática que apanha todo dia*, pelo gesto da pesquisadora (que pede licença, envergonhadamente, com e como Adélia Prado²⁰, para assumir e adicionar a desinência de gênero ao termo nominal generalizante, mas não neutro), é des-avessada. Santos (1995) já o percebeu:

Quem pergunta pela sua identidade questiona as referências hegemônicas mas, ao fazê-lo, coloca-se na posição de outro e, simultaneamente, numa situação de carência e por isso de subordinação. (...) A questão da identidade é assim semifictícia e seminecessária. Para quem a formula, apresenta-se sempre como uma ficção necessária. Se a resposta é obtida, o seu êxito mede-se pela intensidade da consciência de que a questão fora, desde o início, uma necessidade fictícia. É, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados. (Santos, 1995, p. 40)

O lugar da interpretação, nesta pesquisa, se constrói na afirmação da alteridade de sua identificação com o feminino, que não cessará de ser ressignificado, nesse processo de articulação do real da língua ao real da história, de buscar na estrutura e na materialidade do material lingüístico o apoio que ele dá aos mecanismos simbólicos que desde sempre falam sobre as mulheres, das mulheres e com as mulheres.

²⁰ A alusão é ao seu poema *Com licença poética*, epígrafe do trabalho.

2. A ANÁLISE

2.1. Sintaxe e Discurso

Importa ressaltar, de fato, que a Análise de Discurso não trabalha com a língua da Lingüística, a língua da transparência, da autonomia, da imanência. A língua da Análise de Discurso é outra. É a língua da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade inscrita na língua. É a língua da indefinição do direito e do avesso, do dentro e fora, da presença e ausência²¹.

Como já foi explicado, a análise propriamente lingüística dos textos se dará a partir da seleção de uma série de categorias gramaticais consideradas relevantes para a estruturação dos enunciados. Propõe-se adotar alguns conceitos que, a princípio, podem servir como recurso operacional para o trabalho de descrição com o qual iniciaremos a abordagem do material. Esses conceitos partem de uma determinada concepção de gramática. Convém retomar a idéia de corte epistemológico efetuado pelo estruturalismo que, concebendo a língua como um sistema de relações entre elementos interdependentes (relações que se dão de acordo com certas regras), concede a esse sistema uma autonomia: a língua tem uma ordem que lhe é própria, e esta ordem pode ser abstraída de tal modo que é separada dos processos que a animam: a *langue* é distinta da *parole*. Esse sistema, teoricamente concebido como autônomo e compartilhado por todos os falantes de uma determinada língua, é passível de ser descrito, pois funciona numa base de regularidades que podem ser descritas. Assim, gramática “é a descrição completa da língua, isto é, dos princípios de organização da língua” (Dubois *et alli*, 2004, p. 313), e comporta uma fonologia, uma sintaxe, uma lexicologia e uma semântica. Como a descrição da gramática de uma língua pode ocorrer a partir de diferentes perspectivas, serão adotados neste trabalho os elementos e conceitos que estão na base da gramática sintagmática, herdeira do estruturalismo americano. Esta corrente teórica, influenciada pelo empiricismo de Bloomfield, e tendo em Harris e Wells importante referência, delinea a

²¹ Ferreira (2005, p. 17). INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). *Michel Pécheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Paulo: Claraluz, 2005.

gramática de uma língua através de procedimentos de descrição e classificação (daí ser uma lingüística taxionômica), tendo o entendimento de que as frases não são o mero encadeamento de unidades organizadas em uma seqüência linear, temporal e espacial, mas sim, que são compostas de níveis de constituintes imediatos, encadeados hierarquicamente. Segundo Lobato (1986: 90), o método de descrição dessa análise (também chamada de distribucional) tem por objetivo “determinar as unidades lingüísticas a partir da distribuição em classe dos elementos que podem aparecer em ambiente idêntico”, o que levaria a “o estabelecimento formal, em termos de distribuição e não de sentido, das unidades lingüísticas” e a “o desenvolvimento de técnicas de análise gramatical, em que se procurava segmentar as frases da língua em suas partes constituintes, até chegar ao nível da palavra”. A análise distribucional teve o mérito de fornecer ao trabalho de descrição lingüística um método cujos critérios se assentam em bases formais e objetivas, e não mais em bases semânticas ou filosóficas. As unidades da sintaxe, por exemplo, passam a ser definidas em termos distribucionais, o que significa que a classificação de um elemento é feita com base nas possibilidades de posicionamento na estrutura do enunciado, ou seja, a partir de sua função, de modo que são delimitadas em classes de sintagmas que, na hierarquia de constituintes, exercem um certo número de funções. Este é o arcabouço teórico das noções de sintaxe pelas quais se operacionalizará a descrição dos enunciados em questão.

Esses conceitos se articularão a algumas noções que igualmente fornecerão um instrumento de interpretação dos elementos sintáticos, para que, desse ponto, se faça a passagem ao discursivo. Trata-se do entendimento de que o sistema semiológico que é a língua opera a especificidade do humano a partir de uma série de mecanismos ou funções. Azeredo (2004) abre a sua gramática de base sintagmática com considerações sobre a função simbólica e comunicativa das línguas humanas²². À parte das inúmeras questões que os

²² Azeredo incorpora à sua gramática de base sintagmática elementos teóricos do paradigma funcionalista.

conceitos adotados pelo gramático podem levantar (conceitos que remetem de maneira inequívoca a uma concepção racionalista da linguagem e do sujeito falante), pode-se preliminarmente aderir às afirmações de que a linguagem cumpre duas funções básicas:

- Estrutura a experiência humana da realidade em conteúdos significativos de consciência (função simbólica ou representativa);
- Torna esses conteúdos comunicáveis através do discurso²³ (função comunicativa ou interpessoal). (Azeredo, 2004, p. 16).

A adoção desses conceitos justifica-se pela sua utilidade, pois Azeredo (2004) emprega-os de maneira satisfatória ao propor uma classificação das palavras segundo a função comunicativa:

Por função comunicativa entendemos a capacidade que têm as palavras de organizar nossa experiência conceitual do mundo em um conjunto finito de “modos de significar”. Esses modos de significar dizem respeito aqui aos indivíduos, objetos e conceitos, às múltiplas características que os identificam no discurso e aos processos, ações e estados a eles referidos. (Azeredo, 2004, p. 74).

Observe-se que os modos de significar transitam os “conteúdos significativos de consciência” para o “discurso e os processos, ações e estados” que referem aos elementos conceituais. Eles serviriam aos propósitos da comunicação. Os modos de significar que o gramático propõe são a designação, modificação, predicação, indicação, quantificação e condensação. Para os nossos propósitos, explicitaremos os quatro primeiros conceitos, por entender que são úteis à nossa análise, além de articuláveis à sintaxe.

1. **Designação.** Sendo as funções básicas da linguagem, segundo Azeredo, simbolizar e comunicar, o procedimento simbolizador mais evidente é o de **dar nomes**: a isto se entende por designação. As palavras, pois, que serviriam a esse propósito seriam os substantivos e os verbos na forma infinitiva (nomes de ações). Azeredo esclarece que, graças à função de designação, “qualquer palavra ou seqüência de palavras tomada unitariamente adquire as características distribucionais de um substantivo” (Azeredo, 2004, p. 74). Disto se pode depreender que servem ao mecanismo de designação quaisquer sintagmas que, na estrutura de um enunciado, funcionem no lugar do nome,

²³ Essa adesão parcial às proposições de Azeredo obriga-nos a manejar provisoriamente o vocábulo *discurso* numa acepção distinta daquela que já foi estabelecida previamente. Estas definições e concepções são, reiteramos, provisórias e operacionais.

e aí temos, por exemplo, orações (transpostas a uma função própria de nome por um conectivo transpositor ou pelas formas nominais do verbo) e modificadores constituintes de sintagmas nominais cujo núcleo substantivo sofreu elipse.

2. **Modificação.** Segundo Azeredo (2004), os conceitos expressos pelos substantivos são meras generalizações (feita exceção ao nome próprio, cuja especificidade será abordada). Assim, “A referencialidade de um substantivo depende de outras palavras que o acompanham para significar traços que o caracterizam e o particularizam” (Azeredo, 2004, p.75), de modo que, para viabilizar uma referência nem sempre bem sucedida pela simples designação, empregam-se adjetivos ou locuções adjetivas ou orações (as chamadas relativas) que visam a expressar o que, segundo Azeredo (2004), são os “modos de existência” dos conceitos. Acrescenta-se que há elementos que modificam não os objetos designados, mas seus modos de existência expressos como predicação: os modificadores da predicação são os advérbios.
3. **Predicação.** O ato de predicar é, de acordo com Azeredo (2004), um procedimento simbolizador intimamente associado aos de nomear e modificar: Por ele, “o homem exercita e expressa seu raciocínio; não apenas isola uma parcela de sua experiência do mundo e lhe dá um nome (pela função da designação), mas também *pronuncia-se* sobre essa parcela, formulando um pensamento sobre ela” (Azeredo, 2004, p. 75). É graças ao verbo que se predica um objeto designado, daí as funções de sujeito (termo ao qual refere a predicação, se ela for referida) e predicado. A predicação é correlata à modificação, já que expressa, como esta, os modos de existência dos seres. Segundo o gramático,

adjetivos podem, até mesmo, desempenhar o papel da predicação. Na fala, isso acontece em frases exclamativas (*Muito inteligente, esse menino! Cabra safado!*). Nas frases declarativas, o adjetivo toma parte na predicação ao vir introduzido pelo verbo ser. (Azeredo, 2004, p. 75).

Do que se pode inferir que, em termos de expressão dos modos de existência dos seres, há uma proximidade entre modificação e predicação nominal. A diferença entre a predicação nominal e a predicação verbal é que, nesta, a seleção do sujeito da predicação é controlada por verbo nocional, enquanto naquela, a seleção do sujeito que sofre predicação é controlada por predicador não verbal (elementos nominais, que fazem com que a predicação funcione à maneira de designação, ou adjetivos, ou locuções preposicionadas, ou ainda orações).

4. **indicação.** Segundo Azeredo (2004, p. 76), “é a propriedade que certos signos têm de referir-se a dados do universo conceitual cuja identidade só pode ser conhecida com a ajuda da situação ou do próprio texto em que esses signos ocorrem”. Os indicadores cuja referência remete ao próprio texto efetuam a **anáfora**, e os que indicam uma referência extraverbal efetuam a **dêixis**. Isto remete diretamente à teoria da enunciação.

É necessário, depois dessas adesões teóricas preliminares, acrescentar algo a respeito do entendimento que se pode ter, dos postulados da AD, sobre a gramática. Foi dito que o mérito da análise distribucional é fornecer à lingüística um procedimento de análise capaz de descrever o funcionamento do sistema de modo objetivo, segmentando as frases em sintagmas que formam um conjunto limitado de classes, cada classe exercendo um conjunto variado de funções. Subjaz à teoria a perspectiva de *descrição* exaustiva do sistema de uma língua. A gramática gerativa, percebendo que a análise sintagmática não é capaz de *explicar* alguns fenômenos lingüísticos, avança com novas hipóteses e constitui um outro arcabouço teórico que dê conta desses elementos inalcançados:

O que torna inadequado o modelo em constituintes imediatos? (...) sua incapacidade de demonstrar a ambigüidade de certas frases; sua incapacidade de explicar que certas frases tenham interpretação semelhante, apesar de terem diferentes estruturas em constituintes (...). A vantagem do modelo transformacional estava precisamente na sua possibilidade de traduzir todos esses fatos. (Lobato, 1986, p. 93)

A gramática gerativa, então, percebe que a descrição estrutural, ocupada com a materialidade imediata que se oferece à análise, não é suficiente, por exemplo, para explicar alguns casos de ambigüidade. Ferreira (2000) esclarece que a ambigüidade é um conceito muito anterior a Chomsky, mas foi muito empregado por ele no seu posicionamento teórico oposto ao funcionalismo. Segundo ela, o argumento chomskyano a esse respeito pode ser resumido da seguinte maneira:

A linguagem não existe para ser útil, não havendo razão alguma para se acreditar que a condição funcional a ser satisfeita pelas línguas deva ser a de procurar facilitar a comunicação. Ora, a ambigüidade traz como pressuposto o fato de constituir um “problema de comunicação”, donde a conveniência em tê-la como aliada no combate ao funcionalismo. (Ferreira, 2000, p. 49)

Desse modo, no gerativismo, a ambigüidade seria um elemento a ser empregado para o fortalecimento da noção de estrutura profunda²⁴, sobre o que Ferreira (2000) comenta:

A distinção entre estrutura de superfície e estrutura profunda é crucial nesse modelo e repousa, em parte, sobre a observação de casos de ambigüidade nas línguas naturais. (...) A estrutura de superfície não exprime sempre diretamente as relações dos elementos de uma frase (pode-se freqüentemente lhe atribuir várias interpretações semânticas), enquanto a estrutura profunda tem apenas uma interpretação bem determinada. (Ferreira, 2000, p. 50)

A ambigüidade é então um problema a ser explicado e desfeito²⁵, à maneira de uma disjunção. Mas, na AD, esse elemento é entendido como constitutivo da linguagem, como algo que lhe é próprio. Para Pêcheux (2004), o entendimento que o gerativismo alcançou sobre a ambigüidade (nas várias gradações e sentidos do *agramatical*) é de grande importância, mas foi “desperdiçado”, por que este elemento é evitado na forma de um distanciamento de enunciados não compatíveis com o gramatical. Assim, para Pêcheux, o gerativismo seria afetado por uma “cegueira” sobre a discursividade. E esta não diz respeito apenas ao intradiscurso, isto é, àquilo que está nos limites da frase:

remete à existência de um interdiscurso como efeito constitutivo de seqüências exteriores, independentes e anteriores, sobre a seqüência dada. O “exterior

²⁴ O Gerativismo reconhece que a sintaxe não é o único modo de explicação do fenômeno.

²⁵ Ferreira faz a ressalva de que esse posicionamento não é apenas do gerativismo: “Há a concordância entre muitos lingüistas que a ambigüidade, acidental ou intencional, é um fato negativo que deve ser descartado através de regras e processos de desambigüização.” (Ferreira, 2000: 51)

radical”²⁶ não seria mais, desde então, o sistema (extralingüístico) dos conhecimentos e das crenças, remetendo às idéias e aos objetos pensados por um sujeito; ele residiria na ordem específica do interdiscurso como efeitos discursivos inscritos nos campos de arquivos (reais ou virtuais), no sentido de Foucault. (Pêcheux, 2004, p. 158)

O resultado disso é que “o sentido não preexiste à sua constituição nos processos discursivos” (Pêcheux 2004, p. 158). Isso traz conseqüências importantes ao modo como se analisará os enunciados a partir da sintaxe, pois as interpretações serão feitas numa base não apenas semântico-sintática, mas também histórica e interdiscursiva.

É necessário agora voltar à questão da enunciação: no primeiro capítulo deste trabalho, a teoria da enunciação foi introduzida, e justificado o seu uso como dispositivo teórico a partir do qual será possível descrever e interpretar os textos problematizados. Vimos que o aparelho formal da enunciação é constituído, de acordo com Benveniste (1989, p. 84), pelos índices de pessoa que emergem na interlocução (constituída sempre na relação eu – tu), pelos mecanismos de ostensão (os pronomes demonstrativos e algumas formas adverbiais com função locativa e temporal), “termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo” (Benveniste, 1989, p. 84), e todo o paradigma das formas temporais dos verbos, organizadas em torno do *presente* coincidente com o momento da enunciação. A enunciação é constituída por esse conjunto de sinais que evidenciam que a estrutura necessita, em alguns tipos de enunciado, que o locutor (o sujeito?) seja “trazido” para dentro para animá-los, pois não encontram seu sentido senão na situação e nas pessoas em que são produzidos:

É o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação. (...) A presença do locutor em

²⁶ Pêcheux (2004, p. 155) explica que o agramatical é caracterizável nos próprios termos que caracterizam o gramatical. Assim, segundo ele, a língua relaciona-se com dois exteriores: o “exterior radical” que é o sistema de conhecimentos e de crenças, e o “exterior específico”, o agramatical. Esclarece esta noção o conceito dado por Dubois (2004, p. 318): “a gramaticalidade não se baseia no emprego de uma palavra ou de uma construção, mas de um sistema de regras gerais interiorizadas durante a aprendizagem da língua. Por isso são os julgamentos de gramaticalidade que vão servir para estabelecer as regras de uma gramática e as agramaticalidades recenseadas permitem definir as coerções que se exercem sobre as regras gerais”. (...) Os julgamentos de gramaticalidade não se fazem somente por rejeições ou aceitações, existem *graus de gramaticalidade* que podem ser avaliados pela natureza da regra violada.”

sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. Benveniste (1989, p. 82 e 84)

A partir do entendimento de que a enunciação é a característica própria à língua e de que haja uma instância de seu emprego em que o locutor mantém-se em relação constante com a enunciação, propõe-se neste trabalho que se expandam os índices formais da enunciação pela incorporação da categoria de gênero. As razões são as que se seguem.

Primeiramente, deve-se reconhecer como pertinente a proposição de Barthes (2004, p.12): “a linguagem é uma legislação, a língua é seu código”. Como código, a língua adstringe o seu usuário a empregá-la nas restrições de um “lugar fechado”: Barthes remete a Jakobson, que mostrou que “um idioma se define menos pelo que ele permite dizer, do que por aquilo que ele obriga a dizer”. Obrigar a dizer seria limitar o sujeito a uma ordem de possibilidades que está aquém do que é desejado ou pensado. Na língua portuguesa (e o exemplo é muito semelhante ao do francês de Barthes) não há o lugar fora do masculino ou feminino: não há o neutro, mesmo que se requeira, mesmo que a identidade do feminino emerja e desloque a transparência do masculino.

Benveniste explica que os signos através dos quais o enunciado se ancora na enunciação colocam o locutor em relação constante e necessária com a enunciação. Isso significa que, em se tratando de pronomes pessoais (a quem Benveniste denomina *individuos lingüísticos*), sua forma corresponderá ao que a língua dispõe. Algumas dessas formas necessariamente deverão se adequar a um referente cuja identidade deverá repousar em um dos pólos: masculino ou feminino. Interessa aqui observar que pela noção de enunciação é possível, no dizer de Gregolim (2004, p. 156), interrogar “os limites da gramática, o ponto de passagem à *ordem do discurso*”. A hipótese é a de que certas categorias lingüísticas podem ser consideradas *categorias discursivas*, ou categorias lingüísticas discursivamente marcadas. Assim, o masculino / feminino são categorias lingüísticas afetadas pelo discursivo, já que

trazem potencialmente em sua forma uma complexa rede de determinações históricas e ideológicas. Elas inscrevem na materialidade da língua o jogo das identidades (a relação paradigmática entre os termos), marcas da tensa afirmação / negação de *um* em relação a *outro*.

Cabe uma rápida incursão pela análise estrutural da categoria de gênero. Rocha (1999) faz uma meticulosa revisão do tema, ao estudar a estrutura morfológica da língua portuguesa. Ao perguntar se o conceito de flexão²⁷ se aplica à categoria de gênero, Rocha procede a uma série de reflexões: Câmara Jr. (2001) afirma que o mecanismo de flexão distingue-se da derivação por ser **regular**, implicar em mecanismo de **concordância** e estar marcado pela **não opcionalidade** de seu uso (“não está na nossa vontade introduzir um novo termo no quadro existente”. Câmara Jr., 2001, p. 82). Da característica da regularidade um interessante dado é levantado: enquanto todos os substantivos da língua portuguesa variam sua forma para representar a categoria de número (os nomes invariáveis são em número tão reduzido que não chegam a influir na análise), o mesmo não acontece com o gênero. Se a flexão se caracteriza pela regularidade, e esta se apresenta pelo fato de que a cada forma básica haveria uma forma marcada correspondente (é o que acontece com o número), a categoria de gênero não é flexão, pois a maioria dos nomes em português possui o gênero imanente (não refere a objeto sexuado), ou seja, mesmo que qualquer substantivo da língua seja necessariamente masculino ou feminino, essa característica é expressa não na forma do vocábulo, mas nos seus determinantes, que se flexionam, quando for o caso, para expressar o gênero imanente do termo a que se ligam. Assim, a categoria de gênero deveria ser entendida, segundo Rocha (1999) como um mecanismo sintático e não morfológico, pois apenas 4,5% dos substantivos do português referem a objetos sexuados, e muitos desses vocábulos não variam a sua forma para expressar a categoria de gênero ou a identidade do que referem.

²⁷ O conceito submetido à análise em Rocha (1999) é tomado de Câmara Jr. (2000): processo de flectir, isto é, fazer variar um vocábulo para nele expressar dadas categorias gramaticais.

O segundo aspecto é a necessidade de concordância que, segundo Câmara Jr., reflete a “natureza” da frase, numa alusão ao gramático latino Varrão, que “distinguiu entre o processo de *derivatio voluntaria*, que cria novas palavras, e a *derivatio naturalis*, para indicar modalidades específicas de uma dada palavra” (Câmara Jr., 2001, p. 81). Rocha, por sua vez, considera que a concordância não diz respeito à natureza da frase. Quando se emprega, num enunciado, um vocábulo como *inflação*, diz-nos Rocha, “não é a natureza da frase que nos obriga a usar *inflação* no feminino. *Inflação* será um item feminino em qualquer frase” (Rocha, 1999, p. 200)²⁸.

O terceiro e último aspecto é o mais curioso, pois trata da noção de opcionalidade ou não-opcionalidade. Dito por Câmara Jr., a noção indica que a flexão “é uma relação fechada” (Câmara Jr., 2001, p. 81), ou seja, a lista dos termos esgota-se facilmente com a análise, e ao usuário da língua não resta a opção de empregá-lo ou não. A questão é tratada em Rocha por via distinta. Uma vez que desconsidera (se bem entendido, por razões metodológicas) os 4,5% dos vocábulos do português que referem a objetos sexuados, Rocha é categórico: “o substantivo possui o seu gênero próprio, exclusivo. O gênero não está relacionado com a questão da opcionalidade” (1999, p. 202). Entretanto, acrescenta depois que é possível, em poucos casos, à questão da opcionalidade estar relacionada ao gênero, e o faz citando

²⁸ Pareceu-nos equivocada a colocação que nega a *derivatio naturalis* sem, contudo, analisar a noção de *natureza* aí envolvida: quando Rocha diz que *inflação* será feminino em qualquer frase, ele não está justamente afirmando que o gênero feminino é inerente (*natural*) ao vocábulo? Não seria isso o que se quer indicar com a noção *derivatio naturalis*? Será que o termo *derivatio* indica sempre que haverá uma mudança no vocábulo? Câmara Jr. define-a como servindo para “indicar modalidades específicas de uma dada palavra”. Barthes (2003, p. 383), a propósito da noção de **gênero** como categoria gramatical, esclarece que o termo, a princípio, não se restringe ao sexual, pois refere ao conjunto de fenômenos pelos quais um conceito ontológico primitivo se manifesta na linguagem: esse conceito ontológico divide os nomes que representam os diversos seres em várias classes, como animado / inanimado, ândrico (homens, deuses) / metândrico (mulheres, animais, coisas), estes exemplos ocorrendo no iroquês e caraíba. Ele observa que há línguas que não conseguem incluir a noção de sexo no sistema: é o que ocorre no húngaro. O que parece ter escapado à análise de Rocha é o fato de que a noção de concordância não é absoluta, mas relativa, que parece ser o que indica Câmara Jr. (2001, p. 81): “Há concordância de número singular e plural e de gênero masculino e feminino entre um substantivo e seu adjetivo, como há concordância de pessoa gramatical entre o sujeito e o verbo”. Por outro lado, o linguista acerta em apontar aquilo que não parece convincente em Câmara Jr.: a indicação de que é a natureza da frase que nos faz adotar um substantivo no plural ou um verbo na 1ª. pessoa do pretérito imperfeito” (2001, p. 82). Mas a razão disto está na enunciação, o que é ignorado por ambos.

Sandman (1991), o qual expõe a não-opcionalidade da concordância do adjetivo com o gênero do termo a quem modifica:

Observe-se, por outro lado, que de todo adjetivo, por mais novo que seja, se pode formar mecânica e automaticamente o feminino: manipulativo – manipulativa (*Folha*, 17/02/1990, E-10), oligopolístico – oligopolística (*Folha*, 30/01/1990, A-3). No caso do substantivo isso pode ser difícil e demorado, dependente e postergado por fatores culturais. O Aurélio traz *juíza*, ao lado de *juiz*, mas não traz *desembargadora*, ao lado do *desembargador*. Durante jogo de futebol em que os jogadores de um dos times estavam fantasiados de mulher ouvi *goleira*. Em anos passados, acompanhei, nos jornais, a evolução: O primeiro-ministro Golda Meir, a primeira-ministra Golda Meir. Hoje ninguém titubeia em dizer “a primeira-ministra Margaret Thatcher”. Não foi um parto fácil a forma *soldada* (*Folha*, 05/12/89, D-3) e estou esperando encontrar escritas um dia *caba* e *sargenta*, em contexto neutro quanto à emocionalidade. (Sandman, 1991, p. 38)

O fragmento citado de Sandmann indica a relevância de fatores em que Rocha parece não encontrar relevância, uma vez que diz: “esse problema levantado por Sandmann é muito mais exceção do que regra” (Rocha, 1999, p. 203).

Quanto à constituição do gênero, além do gênero imanente e do gênero cujo referente é sexuado (de dois tipos: os chamados *sobrecomuns*, marcado nos determinantes e modificadores, e os que formam par opositivo, além dos epicenos e dos que se formam por heteronímia), Rocha aponta para o fato de que nem sempre a representação morfossintática de masculino refere explicitamente a seres do sexo masculino, pois “pode tratar-se de um emprego geral, em que não se pode ou não se quer explicitar o sexo do referente” (Rocha, 1999, p. 213). Para exemplificar, o lingüista emprega a frase:

Todo selvagem brasileiro merece consideração.

em que o determinante *todo* e o modificador *brasileiro* se anexam ao nome *selvagem*, indicando, pela forma dita não marcada, que o referente é genérico. É interessante observar, nesse caso, que o núcleo do sintagma, *selvagem*, é um nome que, a princípio, funcionaria como modificador e, portanto, constitui sintagmas cujo núcleo seja um nome com gênero imanente masculino ou feminino, sem, contudo, indicar na sua forma essa categoria, pois é

comum aos dois gêneros²⁹. Mas o que parece permanecer transparente é que, em casos como esse, em que “não se pode ou não se quer explicitar o sexo do referente”, os determinantes têm a forma morfológica do masculino (ou se pode considerá-lo, como Câmara Jr. (2001, p. 88), como termo não marcado, pois “o feminino indica uma especialização qualquer”). Ora, se nesses casos os substantivos não têm gênero imanente (seria esse o lugar do neutro?), por que os determinantes vão *necessariamente* para a forma do masculino? Porque a língua obriga a fazê-lo, e indica na sua “imposição” a assimetria e ascendência do masculino sobre o feminino. É por essa razão, portanto, que a categoria de gênero parece poder ser incluída nos índices lingüísticos que colocam o usuário da língua naquela relação constante com a enunciação: na relação eu – tu (a forma sobrecomum dos pronomes de 1ª. e 2ª. pessoa não invalida a proposição), os enunciados trarão em vários elementos formais a identidade das pessoas do discurso: o encadeamento morfossintático dos constituintes não é indiferente à identidade de gênero dos enunciadores envolvidos.

Não é difícil observar que a abordagem de Rocha desconsidera o que queremos ressaltar, e ao mesmo tempo dá algumas indicações de questões relevantes em torno do tema. Quando vai tratar da regra morfológica de gênero do substantivo, ou seja, da descrição daquela “insignificante” porcentagem de palavras que recebem, na sua forma, uma variação conseqüente da identidade sexual do referente, ele destaca que entre a flexão e a derivação não há diferença de essência, e que o vocábulo *menin-a* se submete ao mesmo tempo a uma regra de derivação e a uma regra de flexão: “diremos que o morfema *a* de *menin-a* é, simultaneamente, um sufixo derivacional (já que é aplicada uma regra morfológica³⁰) e uma desinência de gênero (já que toda a construção é submetida a um mecanismo de flexão).” (Rocha, 1999, p. 213) Ao caso de *menin-a* (que resulta da supressão da vogal temática do par

²⁹ Um enunciado que expressa com mais precisão o fenômeno seria: *Todo cidadão brasileiro merece consideração*, pois nesse caso, o nome *cidadão* compõe par opositivo com *cidadã*.

³⁰ A noção de regra morfológica advém do gerativismo, e pretende explicar como um falante, a partir dos elementos lexicais oferecidos pela sua língua, “cria” palavras (novas ou já institucionalizadas), estabelecendo relações de nível paradigmático.

opositivo), considerado como tendo a mesma característica daqueles vocábulos que formam o feminino pela simples adição do morfema –a (como professor / professor-a), juntar-se-iam outros vocábulos em que, segundo Rocha, se observa a aplicação simultânea de regras morfológicas de derivação e de flexão: a exemplificação dos vocábulos compõe uma amostragem de diferentes morfemas a partir dos quais se formam o feminino: profeta / profetisa, galo / gal-inha, maestro / maestr-ina, barão / baron-esa, tigre / tigr-esa, abade / abad-essa, cão / cadela.

Rocha, então, faz a afirmação que se quer destacar: operando, nesses vocábulos, regras derivativas e regras flexivas ao mesmo tempo, é, segundo ele, “o lado derivativo da flexão de gênero que vem dar ao substantivo um aspecto de irregularidade e de opcionalidade”, (Rocha, 1999, p. 214), e retoma a citação a Sandmann, que refere aos pares juiz / juíza, desembargador / desembargadora, goleiro / goleira, soldado / soldada, cabo / caba, sargento / sargenta. Ao que acrescenta: “se a nossa sociedade não vê necessidade de institucionalizar (?)postista e (?)apelidador³¹, essa mesma sociedade não vê necessidade de consagrar *generalala*, por ser uma patente militar que não é exercida por mulher. Mas nada impede que, sob o ponto de vista estrutural, essa palavra seja criada, dependendo exclusivamente da mudança dos costumes da sociedade.” (Rocha, 1999, p. 214). O lingüista, então, se por um lado reconhece que a formação das palavras pode sofrer fortes restrições concernentes à cultura da sociedade, por outro lado parece não conceder relevância à complexidade envolvida naquilo que chama de “mudança de costumes”³² e, para além disto, o caráter da relação que a língua mantém com a cultura e o real da história, que é o lugar ou a fronteira entre o lingüístico e o discursivo.

O lingüista, a respeito da categoria de número dos substantivos, afirma que os pares de vocábulos que expressam singular e plural “formam uma lista exaustiva e não está na vontade

³¹ Formações possíveis na língua, mas não institucionalizadas.

³² Perrot (1998), a respeito das áreas que se configuram como resistência às mulheres, isto é, à sua inserção legítima na dimensão pública da vida social, explica: “O militar, o religioso, o político, como as três ordens da idade média, constituem três santuários que fogem às mulheres. Núcleos de poder, são os centros de decisão, real ou ilusória, ao mesmo tempo que símbolos da diferença entre os sexos”.

do falante introduzir um novo termo no quadro existente”. Já quanto ao gênero, diz que o substantivo tem o seu próprio, exclusivo, não estando relacionado com a opcionalidade. Mas de que gênero fala ele? Daquilo que, estatisticamente, se impõe como fato relevante: 95,5% dos substantivos do português possuem gênero imanente. À pequena parcela de vocábulos que variam para expressar o gênero se aplica a noção de opcionalidade. Mas em que consiste optar, na referência a um objeto sexuado, pelo masculino ou feminino? Não se trata, absolutamente, de opção: a formação de pares opositivos de gênero não depende da vontade de quem fala, mas de forças sociais e históricas que afetam a estrutura da língua (não é difícil pensar que é à longa militância das sulfragistas que resulta a possibilidade de se anexar ao vocábulo *eleitor* o morfema *-a*); e uma vez cristalizado o par opositivo, a identidade sexual do objeto referido determinará a forma do vocábulo (quando for o caso, isto é, excetuando as formas sobrecomuns), e não está na vontade do falante introduzir um novo termo no quadro existente, ou empregar um em lugar do outro. A insignificância dos números revelados pela estatística de ocorrência de vocábulos morfologicamente marcados pela identidade de gênero do referente não subtrai a relevância do fenômeno. É uma questão de perspectiva. Assim, entende-se que a categoria de gênero, quando afeta a forma de um vocábulo em razão de referir à identidade sexual do objeto, faz com que se estabeleça uma importante relação entre o enunciado e a instância em que este é produzido. Essa instância pode ser apenas contingente, mas também corre o risco de ser ideológica e histórica. Neste trabalho, parte-se da hipótese de que é exatamente isso que ocorre em Myrna, e a partir destas considerações suas cartas serão abordadas.

No conjunto de textos de *Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo* é possível perceber dois tipos de relação entre os enunciadores: nas primeiras cartas, estabelece-se com

muita clareza um diálogo entre um *eu* enunciador e um *tu* enunciatário³³, mas depois passa a predominar um tipo de interlocução entre um *eu* e um *leitor geral* (ainda que feminino), e o recurso da fala dirigida à 2ª. pessoa é substituído: Myrna já não fala a quem lhe escreveu, e este é referido (ou seja, está no lugar de não-pessoa, é referente) por pronomes de 3ª. pessoa ou pelo seu nome próprio³⁴. O tom inicial do diálogo que deveria funcionar nessa relação de *eu – tu* é dado no texto que inaugura a coluna, parcialmente analisado no primeiro capítulo do trabalho e um dos textos mais representativos do corpus.

Evidentemente, as marcas formais que caracterizam o diálogo no primeiro texto são as marcas de pessoa: o uso do *você* como a primeira palavra empregada no texto indica que Myrna não apenas fala a leitoras em geral, mas a um indivíduo identificado ao feminino: é a segunda pessoa do singular, e as formas adequadas a ela que serão empregadas:

*QUEM ESTÁ EM CAUSA É VOCÊ. Sim, **leitora** que nunca vi, **bela, feia, juvenil** ou **passada**. Você sofre e basta. E é para você **própria** que devem voltar suas atenções.* (Rodrigues, 2001, p. 9)

Se *você* é um pronome cuja forma é comum aos dois gêneros, a seqüência desfaz a possível (e não desejável) generalidade do chamamento, e convoca os interlocutores identificados com a especificidade daquilo que é possível referir pelo emprego de desinências resultantes de flexão. Assim, ao referir ao interlocutor, as formas marcadas pela categoria de gênero (destacadas em negrito; o sublinhado indica forma sobrecomum) constroem a especificidade da interlocução, o que tem duas faces: as marcas do feminino excluem o masculino: enquanto os substantivos não marcados podem “expressar emprego geral, em que não se pode ou não se quer explicitar o sexo do referente” (Rocha, 1999, p. 213), o feminino é empregado em situações em que o referente se caracteriza pela sua singularidade. Sua exclusividade também

³³ Não foi possível fazer uma consulta às edições do jornal *Diário da Noite*, que compõe o acervo da Biblioteca Nacional, para verificar se a ordem em que os textos aparecem no livro corresponde à ordem das publicações no jornal. O organizador da coletânea informa que a campanha que precedeu o início da coluna durou todo o março de 1949; outros críticos informam que a coluna perdurou por seis meses. O biógrafo do escritor não detalha os dados referentes a Myrna.

³⁴ Observar as cartas 3 e 16 (no anexo), representantes destes dois tipos de interlocução.

significa sua impotência de referir genericamente, pois as marcas do feminino constituem-se como alteridade. Bezerra (2005) articula esse fato a uma noção basilar ao estruturalismo e, evidentemente, à lingüística: é a noção de paradigma:

(...) os dados da linguagem não existem senão por suas diferenças, não valem senão por suas oposições. A significação do masculino, portanto, se constitui por oposição ao feminino, na diferenciação que se configura entre um e outro. A noção de masculino não existe por si mesma, mas somente na medida em que se opõe ao *outro* feminino. (...) A categoria do outro é elementar na organização do pensamento de qualquer grupo social, e na Antropologia, o *outro* é tão elementar quanto a própria consciência. O par opositivo masculino/feminino não se constitui como dois pólos aos quais se atribui um valor qualquer e que se posicionam simetricamente. Entre o gênero masculino e feminino há uma relação assimétrica, e o primeiro é o termo não marcado, original, a partir do qual o segundo se curva (flexiona). Na categoria fundamental de alteridade está claro quem é o Mesmo e quem é o Outro. (Bezerra, 2005, p. 208)

Myrna, então, constrói sua interlocução operando com os mecanismos lingüísticos afetados pela noção de gênero, que, segundo o que se propõe aqui, não é apenas uma categoria lingüística, mas também discursiva. A relação do locutor com o seu ato de interação enunciativa é mais um indicativo do fato: NR não é mulher, mas institui o indivíduo lingüístico Myrna, o qual será a estratégia de implantação de um espaço solidário de ligação entre o *eu* e o *tu*. As diferentes marcas de pessoa que estruturam a interlocução entre Myrna e sua leitora podem fornecer evidências de que elas funcionam na fronteira entre o formal / lingüístico e o discursivo. Propõe-se, a partir de uma seleção de enunciados, observar que na interação lingüística encenada na coluna *Myrna Escreve*, ocorre uma variação de estatutos destas marcas de pessoa, de acordo com o que seriam estratégias discursivas construídas com a finalidade de abordar o sujeito destinatário e instituir uma interlocução com eficácia suficiente para persuadi-lo.

2.2. Myrna e gênero textual

Inicialmente, proceder-se-á à identificação do texto numa perspectiva do gênero de discurso. Teoricamente, a noção de gênero é a princípio aplicada aos textos literários, e como tal remonta à antiguidade clássica, mais especificamente a Aristóteles. Mas nas abordagens feitas pela AD (bem como na Semiótica e na Lingüística Textual) o conceito de gênero

assume a conotação de dispositivos comunicativos sócio-historicamente definidos e consolidados (Maingueneau, 2000, p. 73).

Bakhtin (2002), em sua reflexão sobre as determinações que as condições materiais imprimem sobre a interação lingüística, refere às formas de concretização do espírito de uma época, ou seja, uma certa *tipologia* das formas de comunicação, diretamente determinadas pela infra-estrutura: “cada época e cada grupo social tem seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica.” (Bakhtin, 2002, p. 43) Os textos que são efetivamente produzidos num determinado meio social se inscrevem necessariamente num contexto ideológico de base material. A partir dessa ótica pode-se operacionalizar uma categorização³⁵.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004) os locutores, por causa do contato ou do aprendizado no uso social, dispõem de uma gama extensa de possibilidades de emprego da língua em situações efetivas de interação. Classificá-las é tarefa da AD, e essa classificação é fundamentada em critérios. Como os critérios são em número muito variado, há muitas tipologias: a eficácia da tipologia está ligada “à natureza e ao número de variáveis escolhidas para estabelecê-la” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 471). Torna-se, então, necessário definir que tipo de classificação é mais adequada ao caso de Myrna / Nelson Rodrigues.

De antemão, requer-se uma distinção da terminologia *gênero* e *tipo* de discurso: para Maingueneau, todo texto pertence a um *gênero de discurso*, ou seja, é passível de ser enquadrado numa categorização, tanto mais rigorosa quanto mais precisa for a análise. O emprego da terminologia *gênero* e *tipo* é diferenciada:

(...) os gêneros de discurso pertencem a diversos *tipos* de discurso associados a vastos **setores de atividade social**. Dividimos, assim, a sociedade em diferentes setores, que correspondem a grandes tipos de discurso. Tais divisões se baseiam em grades sociológicas mais ou menos intuitivas. (Maingueneau, 2002, p. 61 - Grifo do autor).

³⁵ A possibilidade de uma tipologia não pode pretender que se postulem tipos (ou gêneros) estanques ou “puros”. Há estruturas consolidadas e mais ou menos estáveis, que se permitem alguma sistematização, mas que permanecem potencialmente instáveis, e se prestam a hibridismos ou transformações determinados sócio-historicamente.

As tipologias são definidas, então, “no interior de um domínio delimitado” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 471), e a partir delas se organizam os gêneros. A classificação dos gêneros, por sua vez, pode se conformar a vários posicionamentos teóricos, a partir dos quais se constituem diferentes pontos de vista, de modo que, ainda segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 250), os gêneros de discurso podem ser classificados do *ponto de vista funcional*, ou seja, a partir do estabelecimento de funções das atividades de linguagem, pois “as produções textuais podem ser classificadas segundo o pólo do ato de comunicação em direção ao qual elas são orientadas”; de um *ponto de vista enunciativo*, em análises “que tentam descrever os gêneros considerando as características formais dos textos e reunindo as marcas mais recorrentes”, num nível gramatical ou, mais precisamente, analisando o aparelho formal da enunciação; um *ponto de vista textual*, voltado para a organização dos textos, no qual se procura definir a regularidade composicional dos textos; e um *ponto de vista comunicacional*, derivado de várias orientações, dentre as quais destaca-se o que propõe Bakhtin (apud Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 250), segundo o qual os gêneros dependem da natureza comunicacional da troca verbal, do que se distinguem duas categorias de base: as produções “naturais”, que pertencem à vida cotidiana, os chamados “gêneros primários”, e as produções construídas, institucionalizadas, pertencentes aos “gêneros secundários”, derivados dos primários. Charaudeau (apud Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 251) enfatiza, por sua vez, o caráter situacional dos gêneros, uma vez que “as características dos discursos dependem essencialmente de suas condições de produção situacionais nas quais são definidas as coerções que determinam as características da organização discursiva e formal”.

Maingueneau desenvolve uma reflexão esclarecedora sobre as variáveis envolvidas na concepção de um gênero de discurso, partindo do princípio de que, diferentemente dos gêneros literários, ele é um “ato de linguagem” e, como tal, está submetido às condições de

êxito. Assim, ao conceber um gênero deve-se levar em conta: uma finalidade reconhecida, ou seja, ao fato de que ele “visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa” (Maingueneau, 2002, p. 66); também leva-se em conta o estatuto do enunciador e do co-enunciador, o que determinará expectativas, posturas, saberes, coerções; também o lugar e o momento, o que não é apenas uma coerção externa, mas um elemento constitutivo do gênero de discurso; incorpora-se ainda nessa concepção a importante noção de temporalidade, organizada por elementos como periodicidade, duração e continuidade de encadeamento, duração de validade, o suporte material e a organização textual.

O objetivo desta pesquisa não foi constituir uma tipologia, mas identificar o material para análise dentro de uma classificação, e para tanto se incorporou mais de uma orientação teórica ou ponto de vista. De qualquer modo, prevalece na análise uma abordagem que dê conta das condições de produção dos textos, de modo que a perspectiva textual (formal) encontre seu sentido numa base que transcenda a materialidade do texto por si mesma, a fim de alcançar a dimensão ideológica da constituição do feminino em Myrna. Dessa forma transitamos da abordagem (e classificação) lingüística para a enunciativa. Procedemos primeiramente à identificação de uma tipologia e a partir dela analisamos o gênero de discurso a que se pode classificar os textos.

Na perspectiva da tipologia, pode-se levar em conta, inicialmente, a bipartição básica feita por Benveniste a partir do emprego estilístico dos tempos verbais (no caso do francês):

“Os tempos de um verbo francês não se empregam como os membros de um sistema único; distribuem-se em *dois sistemas* distintos e complementares. Cada um deles compreende apenas uma parte dos tempos do verbo; todos dois estão em uso concorrente e permanecem disponíveis para cada locutor. Esses dois sistemas manifestam dois planos de enunciação diferentes, que distinguiremos como o da *história* e o do *discurso*” (Benveniste, 1989, p. 261-262).

Essa é uma distinção fundamental dos planos da enunciação, que posteriormente foram empregados para identificar os enunciados chamados *embreados* dos *não-embreados*, ou seja, os enunciados que se estruturam a partir de uma ancoragem de tempo e pessoa (um aqui e

agora atrelados a um eu e um tu) e aqueles que desvinculados dessas marcas, se estabelecem como narrativas: a estes Benveniste caracteriza como *história* e àqueles como *discurso*. Deve-se observar que essa classificação nada tem de morfológica ou sintática, pois a análise propõe descrever a forma a partir de seu emprego: assim se impõe o ponto de vista para além do enunciado, ou seja, a enunciação.

Essa distinção é o ponto de partida para a caracterização dos textos de Myrna / Nelson Rodrigues, pois ele se estrutura na sua perspectiva de gênero de discurso como um texto marcado pela ancoragem enunciativa, ou seja, pelo emprego de marcas formais que o ligam à situação de enunciação. De modo mais específico, ele é marcado pelo emprego formal de pronomes que apontam a uma interlocução – o eu : tu intersubjetivo, dialogal e polifônico, conforme caracterizado por Benveniste (1989, p. 267) como “toda interlocução que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro”.

Na perspectiva mais geral de uma tipologia, os textos em análise, nos seus dois momentos³⁶, se apresentam em suportes que, de acordo com Maingueneau (2002, p. 61), se enquadram em um mesmo “setor de atividade social”, de modo que podem ser classificados como pertencendo ao discurso midiático. A partir desse ponto faz-se necessário distingui-los, pois mesmo que as cartas se apresentem com o mesmo conteúdo em ambos os momentos, sua forma de apresentação os faz textos distintos, conforme esclarece Maingueneau (2002, p. 68):

Uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero de discurso. O que chamamos “texto” não é, então, um conteúdo a ser transmitido por este ou aquele veículo, pois o texto é inseparável de seu modo de existência material: modo de *suporte / transporte* e de *estocagem*, logo, de *memorização*.

Entretanto, apenas as considerações sobre o primeiro momento de Myrna são feitas, levando em conta a especificidade e a originalidade do suporte material que o compõe. O segundo momento de Myrna é desconsiderado, uma vez que a mudança de suporte não alterou

³⁶ As cartas de Myrna / Nelson Rodrigues são consideradas, para efeitos de análise, como constituindo dois momentos: as edições diárias no Jornal “Correio da Noite” no final da década de 1940, e a edição em livro em 2002.

os enunciados dos textos, e ainda que as repercussões da mudança de suporte sejam sérias e relevantes, a presente análise não comporta a complexidade e exigências da tarefa de abordá-las.

O primeiro momento de Myrna está no espaço do jornal. O *Diário da Noite*, periódico diário fundado por Assis Chateaubriand em 1927 e que compunha os *Diários Associados*, conglomerado de comunicação de sua propriedade. “Myrna” passa a produzir, pois, textos que podem ser identificados como pertencendo ao gênero epistolar, na verdade uma prática textual milenar, ali adaptada ao suporte material e enunciativo do jornal. Seguindo a trilha de possibilidades de classificação proposta por Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 250), submeter as epístolas de Myrna à análise resulta em uma descrição do gênero em suas várias perspectivas:

- a) na perspectiva funcional, e empregando o clássico esquema de comunicação proposto por Jakobson (1997), os textos exercem predominantemente a função conativa, ou seja, o gênero epistolar direciona-se ao destinatário: no caso de Myrna, observa-se todo um esforço de elaboração textual cuja ênfase está no leitor, ou mais especificamente, na *leitora*. Com efeito, essa é uma característica de relevância na composição de Myrna: ela existe como personagem feminino tendo em vista a sua interlocução com o feminino, o que fica bem claro na sua estréia como conselheira sentimental:

Você deseja saber quem é Myrna. Respondo: “Myrna sou eu”. (...) Entretanto, não é Myrna quem está em causa. QUEM ESTÁ EM CAUSA É VOCÊ. Sim, leitora que nunca vi, bela, feia, juvenil ou passada. Você sofre e basta. E é para você própria que devem voltar suas atenções. (Rodrigues, 2002, p. 9).

Esse foco na alteridade intersubjetiva da “leitora” determinará muito da regularidade textual e discursiva que encontraremos nas cartas, e não há possibilidade de separação entre “destinatário” (componente do esquema de Jakobson) e sua identidade de

gênero, pelas razões já expostas: a função conativa das cartas se constitui sobre a base morfossintática do vocativo e do imperativo próprios do gênero, mas igualmente na identidade (recíproca) de gênero construída na interlocução. Para além disto, pode-se conceber que a função referencial e emotiva também componham o gênero, tendo em vista a perspectiva de narrativa da carta, que narra dialogicamente a missiva que lhe deu origem, e o tom expressivo de Myrna manifestar suas opiniões e conselhos, elemento fundamental para alicerçar o sucesso da interlocução.

- b) Do ponto de vista enunciativo, conforme já foi mencionado, os textos de Myrna estão fundamentados numa base de ancoragem enunciativa, ou seja, na relação intersubjetiva de um eu : tu explícitos, essenciais ao funcionamento do gênero. Essa ancoragem, que opera a distinção básica proposta por Benveniste entre discurso e história, no gênero epistolar assume a importância de constituir a própria “identidade” do gênero de discurso, devido ao seu caráter inerentemente pessoal. Com efeito, a interlocução na epístola pressupõe o diálogo entre um eu : tu cuja identidade empírica parece ser minimamente necessária: o nível de envolvimento pessoal entre os sujeitos está diretamente relacionada ao teor do discurso: assim, uma carta comercial (do tipo mala direta) de uma empresa a um cliente em potencial emprega, sempre que possível, o seu primeiro nome, e é de modo geral “assinada” (uma assinatura manuscrita devidamente copiada e impressa em cor azul no corpo do texto) pelo gerente ou responsável por aquele setor; uma carta aberta ao público conterá elementos textuais que o invoque enquanto pessoas, numa perspectiva individual, ainda que sem referência a nomes, como evoca Maingueneau (2005, p. 91) “a carta a todos os franceses”, escrita por François Mitterrand na campanha eleitoral de 1988, que tem como vocativo a expressão: *meus caros compatriotas*; uma carta estritamente pessoal operará com escolhas lexicais indicativas de conhecimento mútuo e compartilhamento

de experiências, lançando mão de elementos textuais, como pronomes e anáforas, adequados ao tipo de relação intersubjetiva experimentada. No caso de Myrna, temos na construção da “cena de enunciação” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 95), ou seja, na instituição formal de um espaço consolidado enquanto gênero textual (e do discurso instaurando seu espaço de enunciação), o delineamento dos papéis a serem encenados desde a primeira carta: Nelson Rodrigues constitui e encena Myrna discursivamente, na materialidade lingüística viabilizada no aparelho da enunciação, particularmente, no preciso emprego das marcas de pessoa; delinea também seu interlocutor, abordando-o pela sua identidade (social? Ontológica? Ideológica?) de feminino, igualmente estruturada no aparelho formal da enunciação.

- c) Do ponto de vista textual, ou seja, numa perspectiva que defina a organização formal própria do gênero (Charaudeau e Maingueneau 2004, p. 250), os textos de Myrna não seguem o padrão clássico de uma carta, qual seja, o esquema formado por vocativo / texto / assinatura. Pode-se supor várias razões para isso: uma delas é seu suporte material, o jornal. A interação entre leitor e corpo editorial de um *media* tem suas especificidades: à pessoalidade de uma “carta à redação” não corresponde sua resposta, que é publicada no próprio meio e potencialmente lida por todos os seus leitores³⁷, geralmente omitindo-se, a depender do contexto, a identidade do remetente, para preservação de sua privacidade. Como em muitas situações discursivas como essa, delinea-se uma dissimetria entre os interlocutores: o remetente do texto opera com base numa relação de autoridade estabelecida entre o “especialista” e ele, e o próprio ato de escrever-lhe pressupõe o reconhecimento dessa relação. Em Myrna isso fica muito claro, já que o canal de interação com o leitor é fundado em sua ascendência sobre ele: *Mas eu sou mulher e é para as mulheres que me volto, com*

³⁷ Cabe acentuar a distinção entre este tipo de carta e aquela enviada como “opinião do leitor”, nem sempre formulada com vistas a uma interlocução que demanda uma resposta.

toda a minha simpatia humana. (...) Posso aconselhá-las, orientá-las, dizer-lhes: “não faça isso!”. Ou, conforme o caso: - “faça isso!”, escreve ela em sua carta inaugural. Procedendo-se, pois, a uma sumária descrição das regularidades formais dos textos de Myrna, observa-se que: em lugar do vocativo, temos um título (Myrna escreve, comenta, aconselha, adverte...) precedido de uma chamada informativa (à maneira de um *lead*) que, em se tratando de texto veiculado por um jornal, parece obedecer ao modelo padrão de cada uma das notícias que o compõem, i.e., título, lead e corpo; no corpo do texto, a menção ao interlocutor é feita nas primeiras linhas, sem, contudo, um padrão constante de procedimento. Há textos que se estruturam, desde o primeiro enunciado, como diálogo intersubjetivo: *Com você, Juannita, acontece o seguinte: é casada há 36 anos e foi, recentemente, abandonada pelo marido.* (Rodrigues, 2002: 21) Em outros, a emergência da identidade do interlocutor não é feita na segunda pessoa (o *você* e seus equivalentes), mas como terceira pessoa ou referente: *O drama de Celeste é comum. Ela padece de um mal que, não raro, faz uma mulher cometer uma série de loucuras: o medo da solidão!* (Rodrigues, 2002, p. 70). A essa formulação introdutória, segue-se uma narrativa sucinta da carta recebida, apresentando o tema que será discutido e que gerará as considerações e conselhos da consultora, a essa altura sempre já operando textualmente na segunda pessoa, empregando os recursos enunciativos adequados a um diálogo. De modo que, preliminarmente, não obstante as particularidades, por assim dizer, estilísticas da consultora sentimental em sua abordagem aos leitores, é possível apreender que, pelo seu caráter essencialmente dialógico, e tendo em vista o contexto de encenação da enunciação, os textos de Myrna / Nelson Rodrigues no *Diário da Noite* podem ser classificados, na perspectiva textual, como pertencendo ao gênero epistolar.

d) Do ponto de vista comunicacional, enfocando que “as características dos discursos dependem essencialmente de suas condições de produção situacionais nas quais são definidas as coerções que determinam as características da organização discursiva e formal” (Charaudeau , apud Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 251), de modo que os gêneros de discurso são pensados como “gêneros situacionais”, pode-se sustentar que os textos de Myrna são cartas adaptadas às coerções exercidas pelo suporte e pelo “contrato de comunicação” (Charaudeau, apud Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 251) delineado e estabelecido no primeiro contato com as leitoras. Sua estruturação textual heterodoxa resulta do jogo polifônico estabelecido entre NR e sua personagem Myrna, e entre esta e sua interlocutora imediata (que gera o tema do texto e é o pólo da alocação estabelecida), materializada textualmente nas cartas remetidas ao *Diário da Noite*: cada uma destas constitui heterogeneamente a fala de Myrna, que com ela dialoga, e não só, pois pelo caráter público da resposta elaborada pela consultora, o diálogo é com (e para) todas as mulheres que diariamente lêem sua coluna.

2.3. A aproximação

Falou-se que Myrna / NR institui o consultório sentimental com base em estratégias discursivas construídas com a finalidade de abordar o sujeito destinatário e instituir uma interlocução com eficácia suficiente para persuadi-lo. A primeira dessas estratégias seria a de constituir uma atmosfera propícia ao diálogo. A expressão *de mulher para mulher* pretende designar essa situação. O capítulo subsequente tratará das condições históricas a partir das quais foi possível a NR falar a mulheres. Por ora importa destacar a instituição de um sujeito enunciante³⁸, que é Myrna (distinto do indivíduo Nelson Rodrigues), e de um sujeito destinatário, o sujeito ideal, “construído pelo ato de enunciação” (Charaudeau e Maingueneau,

³⁸ O capítulo III detalha teoricamente as denominações empregadas aqui: sujeito comunicante, sujeito enunciador (ou enunciante), sujeito destinatário, sujeito ideal (designações para o interlocutor de Myrna).

2004, p. 156): a dupla Myrna / sujeito destinatário forma, na encenação discursiva, os protagonistas do discurso. Assim, Myrna aciona e controla estrategicamente um conjunto de marcas formais de pessoa que transitam de um alto grau de pessoalidade a um grau de pessoalidade quase nulo.

A este alto grau de pessoalidade correspondem as formas que representam os protagonistas da situação enunciativa, exemplificadas nos fragmentos 1, 2 e 3. É preciso, portanto, revestir esses indivíduos lingüísticos de que fala Benveniste³⁹ com uma dimensão mais ampla, ou seja, histórica e ideológica, pelo entendimento de que seu emprego não é mera referência, mas a constituição de subjetividades que conferem a si um estatuto muito bem delineado, conforme expõe Courtine (1981):

(...) na análise do processo de enunciação no enunciado, combinam-se simultaneamente os aspectos formais da relação enunciado / enunciação (relação entre índices de pessoa, lugar, tempo e modalidade de enunciação) com os efeitos subjetivos do ato, fundado em uma situação enunciativa cujos protagonistas podem conferir-se um status social.

O estatuto de Myrna é primeiramente o de uma mulher que se constitui como alteridade em relação a Nelson Rodrigues e como identidade em relação ao sujeito enunciante que é a sua leitora:

*(1) Mas **eu** sou mulher, e é para as mulheres que me volto, com toda a minha simpatia humana. (Rodrigues, 2002:11)*

Daí ser necessário materializar a simpatia que ela oferece ao interlocutor pelo recurso lingüístico de índices cuja recorrência pode ser interpretada como estratégia de abordagem, aproximação, constituição de cumplicidade em favor do seu papel de conselheira. Esta estratégia se desdobra em todos os correspondentes de 1ª. pessoa, clíticos e determinantes com função de indicação, vinculação e posse. A carta 2, por exemplo, nos informa:

³⁹ Benveniste (1989, p. 85) compreende os pronomes pessoais como “formas que enviam sempre e somente a “indivíduos”, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos.”

- a) A frequência com que o pronome *você* (que no português hodierno assume o lugar do *tu*) é usado: são 27 ocorrências lexicais, como a seguinte:

(2) *Você, então, invoca em causa própria o que você é, o que você tem feito.* (Rodrigues, 2002, p. 12)

- b) Emprego constante de marcas que remetem a 2ª. pessoa: são 28 ocorrências de determinantes⁴⁰ e clíticos, como a que segue:

(3) *Eu compreendo o seu drama, que é nada mais, nada menos o drama de milhares de mulheres.* (Rodrigues, 2002, p. 13)

Além disso, pode-se entender como extensão destas formas, o emprego de vocativos, formulados com nome próprio (o nome daquela que, supostamente, escreveu-lhe uma carta) ou um substantivo designativo, frequentemente modificado por um sintagma com função de modificador:

(4) *Você, **minha doce amiga**, escreve: tenho ciúme de tudo e de todos*". (Rodrigues, 2002, p. 15)

(5) *E você? Você é diferente, **Luciana**, bem diferente.* (Rodrigues, 2002, p. 18)

(6) *CELINA DULCE – Rio. **Minha amiga**: não conheço ato mais transcendente que o julgamento. (...) Que aconteceu com você, **Celina Dulce**?* (Rodrigues, 2002, p. 108,109)

(7) *Bem **Clélia**, conversemos nós duas, com um máximo de intimidade.* (Rodrigues, 2002, p. 35)

(8) *Stella escreve e pergunta: “Que devo fazer? Pode uma mulher gostar de um ladrão?”. Ai de nós, **Stella!** Uma mulher pode*

⁴⁰ Os determinantes são constituintes que se adjungem ao núcleo do sintagma nominal, e possuem características morfossintáticas e semântico-discursivas variadas. Segundo Azeredo (2004), o determinante *seu* (tradicionalmente classificado como pronome possessivo) pode indicar 2ª. pessoa (*você* ou *tu*) ou 3ª. pessoa (*ele* / *ela*). A distinção entre um e outro é de caráter semântico discursivo: quando indica 3ª. pessoa, o determinante *seu* possui o traço de remissor, “assinala um segmento do texto cuja informação deve ser compreendida em conexão com outra presente no texto ou na memória do interlocutor”(Azeredo, 2004, p. 187), o que para a indicação de 2ª. pessoa não é necessário, pois o emprego de *seu* indica algo que diz respeito diretamente ao interlocutor; o uso do *seu* a que nos referimos no texto é, portanto, um dêitico com função de identificação (o objeto para o qual aponta é de conhecimento compartilhado entre os interlocutores) e dá idéia de vínculo ou posse.

*perfeitamente gostar de um ladrão. (...) Ora, eu sou franca, **minha cara Stella**.* (Rodrigues, 2002, p. 35)

Nas cartas em que a leitora que tematiza o texto é não-pessoa (e onde conseqüentemente haveria uma diminuição no grau de pessoalidade), a atmosfera de intimidade entre Myrna e seu referente é mantida pelo emprego do vocativo. Na carta 14, por exemplo, cuja característica é ser a missivista não-pessoa, o pronome *ela* ocorre cinco vezes, e cinco vezes é referida pelo nome próprio, além de dezesseis ocorrências de formas verbais de 3ª. pessoa elíptica: ou seja, grande parte da coluna é dedicada à narrativa da interlocutora, cuja história mantém-se como eixo a partir do qual o texto se desenvolve, e a certa altura Myrna escreve:

(9) A carta de Elena é um profundíssimo lamento. Ela amava e se julgava amada. Jamais tivera um motivo real para duvidar da eternidade do seu romance. Agora, Elena me escreve e pede minha opinião. Quer saber, sobretudo, se ele deixou de amá-la. E eu respondo: não, Elena, ele não deixou de amar; simplesmente jamais a amou. Você foi, para ele, uma conquista agradabilíssima e que lhe custou pouquíssimo esforço. (Rodrigues, 2002, p. 49)

O distanciamento de Myrna é apenas aparente, pois, ao mesmo tempo em que emprega índices de pessoa mais “impessoais”, na suspensão da interação intersubjetiva apoiada nas 1ª. e 2ª. pessoas, retoma-os a seguir, numa oscilação que indica a preservação das características da mulher-conselheira que é. Observe-se que o quadro enunciativo sofre uma modulação: não só a interação Myrna / interlocutora é intermitentemente suspensa, como as formas verbais da parte inicial da carta estão nos tempos pretéritos, os tempos da história, segundo Benveniste (1989). A esse respeito Koch (2001, p. 51) comenta as noções de *mundo comentado* e *mundo narrado*, a partir da distinção entre discurso da história e discurso intersubjetivo:

No mundo comentado, o locutor responsabiliza-se, compromete-se com aquilo que enuncia, isto é, há uma adesão máxima do locutor ao seu enunciado, o que cria uma “tensão” entre os interlocutores que estão diretamente envolvidos no discurso; no mundo narrado, a atitude do locutor é distensa, “relaxada”: ele se distancia do seu discurso, não se compromete com relação ao dito: simplesmente *relata* fatos, sem interferência direta.

Parece temeroso arriscar alguma explicação definitiva para esse padrão alternativo de construção do texto; é possível, entretanto, pensar numa tentativa, por parte de NR, de

alcançar, com esse distanciamento, o leitor geral (ainda que feminino) da coluna, dando ao enunciado um tom de “conversa com o público”, à maneira dos textos de opinião que, na imprensa escrita, combinam a objetividade do texto jornalístico com a investida subjetiva de um enunciador colocado na posição institucionalizada do texto opinativo, sobre o qual muitas vezes o veículo que o publica expressa seu distanciamento: “o texto expressa a opinião do escritor”...; para além disto, a aparente quebra da relação intersubjetiva é refutada pelo fato de que a narrativa não se narra a si mesma, pois muitas formas (como as sublinhadas abaixo) que são empregadas indicam a subjetividade da colunista:

(10) *O pior não foi isso. O pior foi quando ele, a título de consolo, avisou-a de que, apesar disso, continuaria com **ela!** Elena poderia perdoar tudo, menos a compaixão.* (Rodrigues, 2002, p. 47)

(11) *É exato que ele a humilhou, que ele a ofendeu, gravemente. Mas sem saber. O homem que não ama, humilha e ofende sem a menor consciência dos danos que está infligindo à mulher. É o caso de se perguntar: “Se ele não amava, por que namorou e conquistou **você?**”. Ah! Minha filha! Se os homens só namorassem a criatura amada, só namorassem em caso de amor, haveria no mundo uma meia dúzia de namorados. (...) Ai de **você, Elena!*** (Rodrigues, 2002, p. 47)

Observa-se que a interlocutora de Myrna, quando colocada no lugar de não-pessoa, parece ter o mesmo estatuto enunciativo da outra não-pessoa também envolvida na narrativa: o anônimo, designado por bem-amado, amoroso, além do próprio pronome *ele*⁴¹; ela também é referida pelos clíticos em negrito, e situada no mesmo nível formal-enunciativo que o referente secundário da frase:

(12) *Investiu contra **ele**, esbofeteou-o, em uma fúria de todo o ser.*
(Rodrigues, 2002, p. 47)

⁴¹ Não se deve confundir essa não-pessoa com outros indivíduos lingüísticos incorporados ao enunciado, mas vazios de referência: no caso do fragmento 11, trata-se dos termos *o homem* e *os homens*. Deles falaremos adiante.

Esse nivelamento se desfaz com a retomada da interação enunciativa ancorada nos vocativos *minha filha* e *Elena* (no fragmento 11)⁴². O uso da 1ª. pessoa é menos constante: na carta 2, são três ocorrências, além de mais oito como elipse. Ocorre também o correlato do *seu* de 2ª. pessoa, ou seja, o determinante dêitico indicativo de vínculo e suas flexões:

(13) **Destaco** de sua carta – *tão fremente de dor e indignação, - os seguintes trechos: “os homens são assim mesmo... os homens não prestam... os homens não são sinceros”...* (Rodrigues, 2002, p. 13)

(14) *Isso diz você. Agora vejamos **minha** opinião. Suas qualidades domésticas **eu** as considero de primeira ordem.* (Rodrigues, 2002, p. 13)

(15) **Eu** compreendo o seu drama, que é nada mais, nada menos o drama de milhares de mulheres. (Rodrigues, 2002, p. 14)

(16) *Sei que você está atônita diante de **minhas** ponderações que, afinal de contas nada tem de insólitas, e apenas exprimem verdades cotidianas e eternas. (...) Desculpe que **eu** lhe fale assim claro. Mas **digo** apenas verdades. (...) Antes de concluir, **vou** lhe dar um conselho, a si e a todas as mulheres casadas, conselho que você não vai seguir, porque não é esta a sua sorte: - Conquiste seu marido todos os dias.* (Rodrigues, 2002, p. 15)

O emprego da primeira pessoa constitui-se como a contrapartida da 2ª pessoa na interlocução: já foi dito que Myrna resulta da instituição de uma entidade lingüística pelo enunciador NR. Sua existência está alicerçada tão somente na estabilidade social e histórica do jornal e suas práticas textuais⁴³. Cabe então a essa entidade lingüística reforçar o traço tênue de seu contorno existencial fazendo funcionar as formas lingüísticas que lhe dão suporte e coerência. Assim, as marcas de 1ª pessoa (efetivamente realizadas ou elípticas) não são empregadas aleatoriamente, mas em momentos em que o enunciador se apresenta na função que foi previamente acordada na primeira coluna. Myrna é mulher e, do lugar de sua experiência e simpatia para com os seus pares ela fala: “Posso aconselhá-las, orientá-las, dizer-lhes: “Não faça isso!”. Ou, conforme o caso: “faça isso””. (Rodrigues, 2001, p. 11). Sua

⁴² Observar a funcionalidade do nome próprio, que assume o lugar de 2ª. pessoa e não-pessoa.

⁴³ Já foi mencionado o fato de que, à época da coluna *Myrna escreve*, o heterônimo também assinou o folhetim *A mulher que amou demais*.

aparente desimportância (presumida do fato de as marcas de 1ª pessoa serem pouco numerosas em relação às outras) se dissipa pela contundência de suas proposições: o momento em que sua subjetividade se manifesta como forma lingüística, é o momento em que ela afirma sua posição de conselheira, orientadora, detentora de uma saber a ser transmitido: a palavra que se pronuncia verdadeira. Myrna, então, emprega a primeira pessoa para apresentar sua interlocutora e dar-lhe, de alguma maneira, “voz”:

(17) *A primeira carta que **abri** foi a sua, Lúcia. Você dá as indicações necessárias e, em seguida, passa a seu caso. E faz esta exclamação: “Meu marido não gosta de mim!”* (Rodrigues, 2002, p. 12).

(18) *Chegou a sua vez, Luciana. **Tenho recebido** cartas de namoradas, noivas, esposas e desquitadas. (...) Você é a primeira noiva sensata que me escreve. (...) Sua tragédia pode ser assim resumida – “seu noivo ganha pouco e você não quer casar nessas condições”. Diz, então, esta coisa aparentemente lógica: “Prefiro esperar”.*⁴⁴ (Rodrigues, 2002, p. 18).

E no momento de pronunciar suas “verdades eternas” ou dar seu conselho:

(19) ***Vou** lhe ensinar a maneira de ser feliz. **Chegue**⁴⁵ junto do seu namorado e **diga**: “Quero me casar logo”. Ele dirá: “Mas vamos passar fome!”. E você: “Paciência”. Você será felicíssima.* (Rodrigues, 2002, p. 25)

(20) ***Concebo** o inferno como uma sala, confortável, tranqüila, e dentro dela, sentados, um homem e uma mulher, que não se gostam, e estão condenados a viver, perpetuamente, juntos.* (Rodrigues, 2002, p. 71)

Há outro mecanismo discursivo importante para o estabelecimento da interação entre Myrna e sua leitora, e que diz respeito também às marcas de pessoa. O emprego do *nós*, a que chamaremos de *inclusão solidária*: há no texto em análise 3 ocorrências deste uso do *nós*⁴⁶ que significa *eu + tu*. Além disso, há duas ocorrências de determinantes que indicam essa

⁴⁴ Observar as diferentes funções das aspas nesse fragmento: no primeiro uso, elas servem para enunciar uma proposição síntese, destacada da narrativa; no segundo, as aspas são o índice de que Luciana fala. Como essa carta é um exemplo de desidentificação de Myrna com a interlocutora, ela demonstra um modo distinto de operar com a heterogeneidade. Isso será analisado a seguir.

⁴⁵ As formas verbais do presente do subjuntivo corresponderiam ao modo imperativo, de manifestação variada e complexa, como de resto ocorre com os tempos e modos do Português (Bechara, 2001, p. 283). Diferentemente dos modos indicativo e subjuntivo, o modo imperativo é usado exclusivamente em situações em que o enunciador se dirige explicitamente ao seu interlocutor. As formas *chegue* e *diga*, ainda que tenham como sujeito a 2ª pessoa do discurso, pressupõe que o enunciador (implícito no enunciado) a tenha pronunciado. Assim, o locutor (numa certa medida, sujeito), nesse modo verbal, não participa do enunciado, mas da enunciação, animando-a de fora.

⁴⁶ O *nós* também ocorre nos textos no discurso relatado, ou seja, quando o enunciador modula o encadeamento discursivo e dá voz ao interlocutor (referido como 2ª. ou 3ª. pessoa). Se Myrna emprega o *nós* = *eu + ele*, onde *ele* significa um referente masculino, teremos aí um emprego possível da forma do ponto de vista sintático-semântico, mas não será a *inclusão solidária*, que é um aspecto discursivo do emprego do *nós*.

inclusão: trata-se de *nosso* que, à semelhança de *seu* é dêitico, identificador e vincutivo⁴⁷.

(21) *Porque, na verdade, nenhum homem é para sempre **nosso**. **Nós** precisamos conquistá-lo sempre, **nós** precisamos conquistá-lo todos os dias.* (Rodrigues, 2002, p. 13)

(22) *Somos **nós** que fazemos o **nosso** amor eterno, com muita graça, muita feminilidade, um esforço incessante e uma paciência infinita.* (Rodrigues, 2002, p. 13)

Noutra carta, Myrna amalgama-se à sua interlocutora em tom exclamativo e categórico:

(23) *Mas você é mulher Juanita. E ai de **nós!** (...) O **nosso** destino é perdoar, perdoar sempre, ao namorado, noivo e marido.* (Rodrigues, 2002, p. 27)

A estratégia de aproximação não obedece a um esquema ou padrão de procedimento, e varia de uma carta para outra, percorrendo de modo variado todo o encadeamento do enunciado. O que de regular se pode observar, entretanto, é que em cada carta o mecanismo de aproximação se estabelece nessa evocação à subjetividade feminina, o que é necessário à “pessoa” de Myrna que tem por função um tipo singular de interação com a mulher que, invariavelmente, tem um drama, sofre, se sobressalta e se expõe, numa atmosfera trágica que envolve praticamente todos os textos. Se o tema da carta que desencadeia a coluna for o da mulher que sofre, Myrna se identifica e dá o tom abnegado de toda amante, cujo destino é sofrer. Se for o caso, entretanto, de uma missivista subversiva, questionadora, inconformada com o sofrimento do amor, ela se desidentifica sem, contudo, perder a conexão pessoal que fornecerá as condições para o pronunciamento de suas verdades de conselheira.

⁴⁷ Numa carta a uma mulher Myrna usa a expressão: Imaginem se todos nós fôssemos, em amor, bastante lúcidos. Então, pensaríamos minuciosamente em tudo: no preço do feijão, do arroz; no custo de vida cada vez mais elevado; no colégio das crianças. (24) Observe-se que, nesse caso, não se trata de inclusão, mas do emprego de um pronome pessoal com conteúdo semântico indeterminado.

2.4. O Distanciamento

Como já foi dito, trabalha-se, nesta pesquisa, com a hipótese de que o enunciante NR, na composição do seu correio sentimental, institui um cenário de interação lingüística entre um sujeito enunciadador chamado Myrna e um sujeito destinatário caracterizado pela singularidade da identidade feminina. A hipótese é de que Myrna, entidade lingüística, opera uma série de estratégias para o estabelecimento dessa interlocução, estratégias discursivas ancoradas no aparelho da enunciação. Vimos que a primeira estratégia é a da aproximação, e que ela se dá pelo uso preciso de instrumentos gramaticais que são próprios da interação lingüística: a 1ª e a 2ª pessoas do discurso.

Buscando as regularidades formais dos enunciados estruturados como gêneros socialmente e historicamente consolidados, a fim de neles encontrar o que é da ordem do discurso, foi proposta a idéia de *aproximação* e, agora, propõe-se a de *distanciamento*. Esta noção resulta da observação de que as variadas marcas de pessoa que ancoram a situação enunciativa das cartas sofrem uma variação quanto ao seu estatuto subjetivo, pois Myrna controla marcas formais que transitam de um grau de pessoalidade alto até um nível de quase nulidade. A 1ª e 2ª pessoas e as formas que lhe correspondem, bem como o plural da 1ª. pessoa (a rigor, aquele que resulta do *eu* Myrna mais o *tu* interlocutora) seriam as formas marcadas por um alto grau de pessoalidade; e mesmo que a protagonista da enunciação de Myrna seja não-pessoa, pôde-se concluir que não se trata de uma postura mais objetiva da enunciadora, mas de mera oscilação para as finalidades da narrativa que cada carta possui. Mas os enunciados estão povoados por indivíduos lingüísticos (no sentido que Benveniste deu a este termo) que não os protagonistas diretos da cena enunciativa.

E aqui se deve propor que, na tentativa de articular a análise destas marcas formais, trabalhe-se com a idéia de *lugares de pessoa*. Esta expressão quer apenas referir ao espaço semântico do núcleo do sintagma nominal (que é exatamente o “lugar” dos pronomes). Ocorre

que, nos textos em análise, algumas marcas de pessoa e alguns substantivos são afetados por diferentes estatutos, e distanciam-se por instantes da interação intimista de Myrna para funcionar como proposições de caráter mais objetivo. Essas proposições, enunciadas de formas variadas, consistiriam no *distanciamento*.

Para formulá-las, destaca-se o emprego do pronome *quem*. Esta forma é classificada, segundo Azeredo (2004, p. 124), entre os chamados pronomes indefinidos, “palavras gramaticais de significação imprecisa e não-dêitica que integram o sistema nominal”. *Quem* é forma igualmente empregada em frases interrogativas, daí ser classificado também como pronome interrogativo. Nas cartas de Myrna aparece em enunciados como:

(24) **Quem** não quiser realizar este esforço, ou demonstrar esta paciência, não tem direito de se queixar do destino (Rodrigues, 2002, p. 13).

(25) **Quem** ama pensa que vai ser felicíssimo; e estranha qualquer espécie de sofrimento. (...) **Quem** ama, não tem sossego, perdeu-o para sempre. (Rodrigues, 2002, p. 15)

(26) Os amorosos que têm confiança não são amorosos. (...) **Quem** ama desconfia sempre. (Rodrigues, 2002, p. 96)

À semelhança de *quem*, funciona outro signo com as mesmas características de imprecisão semântica e não-indicialidade, o pronome *ninguém*, empregado em enunciados como:

(27) Nunca se esqueça do seguinte: em amor, **ninguém** tem direito de exigir nada. (Rodrigues, 2002, p. 30)

(28) **Ninguém** está disposto a considerar a soma de fatos, a soma de circunstâncias e de imprevistos, que fazem uma pessoa fiel ou infiel. (Rodrigues, 2002, p. 29)

(29) **Ninguém** se casa expressamente para ser fiel, nem expressamente para ser infiel. (Rodrigues, 2002, p. 62)

O que se quer destacar quanto ao uso destas formas é que, ainda que não possam operar a indicação, como é próprio dos dêiticos, eles estão no “lugar de pessoa”; por outro lado, tanto quanto os pronomes que representam as pessoas do discurso, eles não remetem a

conceitos. A pergunta que se deve fazer é: a que remetem essas formas, então? Deve-se observar que o emprego dessas formas, situadas no entrelugar da designação e da indicação (precisamente por isso são *indeterminadas*) tem uma função específica: distanciados da possibilidade de referenciação objetiva, funcionam como entidades supra-subjetivas de onde se podem formular proposições tomadas como verdadeiras, votadas à universalidade, enunciados cuja eficácia está em, distanciados de um enunciador (digamos, entre aspas, que não é Myrna quem os diz) poderem como que dizer-se a si mesmos, uma vez que, por não estarem vinculados a um referente conceitual, poderem ser considerados como possuindo um baixo grau de pessoalidade. Myrna, ao longo de suas cartas, oscila entre o emprego de formas mais *pessoais*, que já foram expostas, e esses recursos de distanciamento subjetivo, a fim de que os conselhos tenham a necessária eficiência no seu empenho de persuasão. A aproximação e o distanciamento são um processo contínuo em todos os textos, ainda que varie a intensidade de um ou outro desses mecanismos. O grau de pessoalidade destas formas, deve-se, entretanto, dizer, não é nulo: reside nelas a possibilidade de terem seu espaço semântico indeterminado ou, por assim dizer, vazio, ocupado por uma “pessoa”. A propósito disto, é relevante observar outros índices, como os que ocorrem nos seguintes enunciados:

(30) *Mas, sucede que, com minha relativa experiência, sei que, em amor, ninguém faz o que quer. A pessoa age, segundo as circunstâncias, segundo os impulsos de momentos e que, raramente, são controláveis* (Rodrigues, 2002, p.102).

(31) *Quem não quiser realizar este esforço, ou demonstrar esta paciência, não tem direito de se queixar do destino. Porque a culpada é ela mesma.* (Rodrigues, 2002, p. 13)

No fragmento 30, temos o pronome indefinido *ninguém* que é sujeito gramatical do verbo (flexionado) *faz*, e também do verbo da oração subordinada à anterior. No encadeamento enunciativo, temos um sintagma nominal cujo núcleo é um vocábulo de sentido nocional – *pessoa* – o qual não se constitui semanticamente como aquelas formas que não significam por

si mesmas e que, por isso, remetem a algo que está além, a quem lhe cabe referir. Sendo um nome, seu papel deveria ser o de significar por si mesmo (remeter a um conceito). Entretanto, não é isso o que ocorre: embora o signo *pessoa* seja nocional, o sintagma *a pessoa* tem conteúdo semântico semelhante ao do pronome indefinido *e*, conseqüentemente, opera o mesmo tipo de referência que a forma *ninguém*. Já no fragmento 31, o mecanismo enunciativo, embora muito semelhante, se intensifica em relação ao enunciado 30: o *quem*, sujeito da primeira oração, no encadeamento do enunciado é substituído por *ela*⁴⁸, que pelo seu caráter dêitico, representa semanticamente o que indica; *ela*, anaforicamente, indica *quem*, indivíduo lingüístico indeterminado, e isso se constitui numa “falha” gramatical: a tentativa de distanciamento falhou por não ter conseguido “descolar” a identidade feminina do sujeito da segunda oração como ocorreu na primeira.

Mas a questão que se coloca é: sabendo que a indeterminação semântica não significa vazio semântico, esses elementos indeterminados apontam necessariamente para alguma coisa. A que, então, essas formas remetem? Voltando para a idéia de distanciamento, propôs-se que, ao oscilar entre a interação intersubjetiva e os conteúdos proposicionais caracterizados pela suspensão enunciativa da pessoa de Myrna, tem-se nessa oscilação a efetivação de uma estratégia de persuasão: os enunciados cujas marcas de pessoa são indeterminadas constituem-se como um lugar semântico a ser preenchido sempre, no caso das cartas em análise, pela mulher ou pelo homem, pelo esposo ou pela esposa, o noivo ou a noiva, o amoroso ou a amorosa, lugares delimitáveis por sujeitos que, da primeira à última seção, estão em um jogo sempre tenso e cheio de contradições. O enunciado 31 é exemplo dessa tensão: sendo o tema da carta a queixa de uma esposa que já não se sente amada e que por isso diz “os homens não prestam...”, Myrna conduz seu argumento até o ponto em que responsabiliza a sua interlocutora pela sua própria desdita (o que, do ponto de vista temático, é uma regularidade).

⁴⁸ A equivalência semântica e funcional entre os pares *ninguém* / *a pessoa* pode ser testada: substituindo-se a forma *a pessoa* pelo pronome *se*, ver-se-á que não haverá prejuízo para o sentido: o índice de indeterminação de sujeito representado pelo *se* corresponde à forma substituída. O mesmo não ocorre no enunciado 31.

Daí o emprego do feminino *ela* do enunciado 31 (que é excludente e não generalizante) para referir a *quem*, cuja indeterminação é apenas aparente.

O distanciamento subjetivo de Myrna emprega também outros mecanismos: são formas nominais de denotação determinada, mas de referência indeterminada, quando os juízos a respeito do homem ou da mulher são bem delimitados, como no fragmento 32:

(32) *Pois a primeira obrigação da noiva e da esposa é não se desinteressar da própria aparência física para que o noivo ou marido não se desinteresse também.* (Rodrigues, 2002, p. 13)

(33) *A mulher pode se privar de pão; de amor, nunca. Para a casada, a fome de amor torna-se mil vezes pior do que a fome propriamente dita.* (Rodrigues, 2002, p. 23)

(34) *Para um homem apaixonado, não pode haver tragédia pior.* (Rodrigues, 2002, p. 124)

(35) *Para uma mulher é muito difícil conciliar o amor-próprio e o amor de um determinado homem.* (Rodrigues, 2002, p. 21)

O distanciamento se efetiva também em formas que remetem aos dois sexos, sem o uso do masculino como forma genérica, isto é, formas marcadas pelo feminino a par da forma não marcada:

(36) *Se há um grande sentimento em casa, tanto a mulher, quanto o homem, não levam em conta as condições práticas de sua união.* (Rodrigues, 2002, p. 23)

(37) *O amoroso, ou amorosa, é, por excelência, fabricante de fantasmas, fabricante de possibilidades sinistras.* (Rodrigues, 2002, p. 17)

(38) *Ao contrário do que se diz vulgarmente, o melhor cego ou cega é aquela que não quer ver. Esta cegueira voluntária existe como autodefesa na vida da mulher.* (Rodrigues, 2002, p. 21)

Ou ainda na regular forma não marcada (ou com a marca morfológica do masculino), usada sem referência direta ao sexo do referente, ou quando o masculino e o feminino estão necessariamente implicados, como é o caso destes enunciados:

(39) *Porque os **namorados** estão cegos e surdos, para tudo o que não seja o próprio sentimento.* (Rodrigues, 2002, p. 23)

(40) *Só os **pobres de espírito** julgam que conquistaram a criatura amada para sempre. Frágil e doce ilusão! Os **verdadeiros amorosos**, e os **mais felizes**, são aqueles que se conquistam todos os dias.* (Rodrigues, 2002, p. 125)

(41) *Infelizes os **amorosos** que não sofrem juntos.* (Rodrigues, 2002, p. 20)

Myrna aciona ainda outras formas de enunciar proposições universalizantes, como a personificação de entidades ou conceitos abstratos, sobre os quais se pronunciará mediante predicação:

(42) *A **vida** ensina que duas criaturas que se amam, sofrem fatalmente.* (Rodrigues, 2002, p. 15)

(43) *Para uma mulher é muito difícil conciliar o amor-próprio e o amor de um determinado homem. **Quantas vezes a vida** não exige o sacrifício de um desses dois sentimentos?* (Rodrigues, 2002, p. 21)

(44) *O **verdadeiro amor** não pode ser inteiramente feliz.* (Rodrigues, 2002, p. 15)

(45) *Pois o **destino**, quando concede a graça inefável do amor, subtrai uma série de outras coisas.* (Rodrigues, 2002, p. 15)

Usa a forma infinitiva do verbo, constituindo-se em apagamento do sujeito da ação verbal.

(46) ***Sofrer** pela criatura amada – permita que lhe diga – não é um mal, é quase um bem.* (Rodrigues, 2002, p. 16)

(47) *Impossível **amar sem sofrer**.* (Rodrigues, 2002, p. 17)

E usa o pronome *se* como símbolo de indeterminação do sujeito de uma ação verbal:

(48) *Não **se** pode amar e ser feliz ao mesmo tempo.* (Rodrigues, 2002, p. 10)

(49) *Chega-**se** a sofrer por hipóteses as mais remotas, as mais inverossímeis, as mais absurdas* (Rodrigues, 2002, p. 17).

(50) *O único direito que **se** tem é o de aceitar aquilo que a outra pessoa dá de todo o coração e com um máximo de espontaneidade.* (Rodrigues, 2002, p. 30)

O distanciamento é, pois, um procedimento de formas muito variadas, enquanto a aproximação tem um mecanismo mais previsível. Mas o que disso se pode concluir é que o discursivo não ignora ou prescinde da língua e da estrutura da língua, mas na materialidade das suas regras, nas possibilidades do dizível, ele constitui o que lhe é próprio. Há que se considerar que, sendo o distanciamento subjetivo de Myrna e seus interlocutores uma estratégia, por assim dizer, retórica de proferir enunciados verdadeiros, as formas que essa estratégia assume constituem-se como predicções de sintagmas nominais que representam sempre *lugares de pessoa*, diferentemente preenchidos pelos sujeitos envolvidos. O que se propõe é que, sendo o distanciamento uma estratégia de persuasão, o preenchimento semântico das formas indeterminadas ou incertas (*quem, ninguém, se*, as personificações), ou mesmo das formas semanticamente mais precisas (na referência ao masculino e ao feminino) é caracterizado pela disjunção, pois as posições de sujeito do homem e da mulher não se confundem no quadro temático geral esboçado por Myrna. Isso não significa que as referências ao homem e à mulher se façam de maneira unívoca ou segundo um traçado rígido. Pelo contrário, a afirmação da disjunção é possível por causa dos equívocos, das ambigüidades e das contradições observadas da perspectiva tanto intradiscursiva quanto interdiscursiva.

2.5. A ambigüidade

Toma-se na AD a concepção de que a língua seja capaz de contradições, deslocamentos, de sofrer transgressões, que ela escapa a uma estruturação lógico-matemática totalizante, que seus espaços discursivos não são logicamente estáveis. Assim, “os sentidos ambíguos, a apreensão de equívocos na fala não podem ser imputados a problemas episódicos de interpretação, mas sim a condições estruturantes da própria língua” (Ferreira: 2000, p. 27).

As cartas de Myrna não escapam a essa constatação. Antes, têm na ambigüidade, no deslizamento de sentido, na ironia, os efeitos de constituição discursiva de maior impacto. Tem-se falado da fragilidade do estatuto ontológico de Myrna, na sua frágil existência material, isto é, sua existência unicamente lingüística. Sabendo-se de seu duplo estatuto (ou seja, o homem NR sobreposto pela mulher Myrna), não é difícil prever as tensões envolvidas nessa duplicidade, uma vez que ela atravessa toda a trama lingüístico-discursiva das cartas. A mulher com quem Myrna dialoga, por sua vez, não é um sujeito absoluto, mas é em relação ao homem, a partir de quem se constitui como alteridade. De modo semelhante, nas quatro cartas em que dialoga com homens⁴⁹, estes são abordados em relação à mulher e ao amor. O lugar de Myrna é incerto, vacilante, e inscreve na espessura do texto as contradições que resultam dessa tentativa de, delimitados os espaços do masculino e do feminino, propor verdades eternas e indiferentemente aplicáveis ao amoroso e à amorosa.

O fragmento 38 é exemplo da necessidade de definição desses lugares.

*(38) Ao contrário do que se diz vulgarmente, o melhor **cego** ou **cega** é **aquela** que não quer ver. Esta cegueira voluntária existe como autodefesa na vida da mulher. (Rodrigues, 2002, p. 17)*

Myrna toma para si, para a formulação de sua proposição, uma máxima conhecida. Esta se trata de um enunciado estruturado como predicação de um sujeito geral, cujo núcleo é designado na forma morfológica não marcada, ou masculina (*cego*). Para efeitos de eficácia persuasiva, é possível supor que Myrna duplica o núcleo do sintagma nominal, especificando a referência do nome (no caso, um adjetivo substantivado) na identidade singular do feminino, mecanismo reforçado pelo sintagma que vai integrar a predicação nominal: um pronome demonstrativo modificado pela relativa que fornece o sentido ao termo *cega*. O efeito seria só

⁴⁹ Há quatro cartas que dialogam com homens (19, 37, 38, 40). Todas tratam do problema da infidelidade, que do ponto de vista masculino se apresenta como uma ameaça constante. A temática da infidelidade é fartamente abordada nas cartas, mas a forma como é tratada se modifica com a identidade do interlocutor e com a posição que ocupa: há quatro variáveis que parecem interferir no tratamento do tema: homem traído, homem infiel, mulher traída, mulher infiel.

retórico se o tema da coluna não fosse o perdão: seu título é “Infeliz da mulher que não sabe perdoar”: trata-se de mulher “abandonada pelo marido” (carta nº. 5) após 36 anos de casamento e que pergunta o que fazer. Myrna responde-lhe: perdoar; não sem antes desenvolver algumas idéias do que sejam procedimentos próprios ao feminino:

(51) *Creio mesmo que, **para a mulher**, existe uma arte, uma sabedoria, realmente indispensáveis: a arte de não ver, a sabedoria de ignorar. Ao contrário do que se diz vulgarmente, o melhor **cego** ou **cega** é **aquela** que não quer ver.* (Rodrigues, 2002, p. 17)

A disjunção foi operada pela enunciadora, e o encadeamento discursivo esclarece que a duplicação do núcleo do sintagma nominal realizada no enunciado não é gratuita ou contingente, mas diz respeito a um conjunto de normas que pode ser apreendido da totalidade dos conselhos de Myrna: essas normas indicam que, no amor, as relações entre o homem e a mulher estão afetadas por uma série de assimetrias que permitem que se afirme: as posições que *os amorosos* ocupam não são intercambiáveis. As oscilações entre marcas de pessoa, ou lugares de pessoa, que referem ao homem ou à mulher ou a ambos apontam para essa disjunção, e indicam como a estrutura lingüística pode ser afetada pelo discursivo.

Esse aspecto do discursivo remete de modo emblemático à carta intitulada *É preciso merecer a fidelidade*. É o caso de um interlocutor que escreve a Myrna e pergunta como encontrar uma mulher fiel. Uma parte do que Myrna lhe responde é:

(52) *De um modo geral, **qualquer criatura** pode tornar-se uma coisa ou outra, segundo variadíssimos fatores. Direi mais: a fidelidade não depende nem da **mulher** nem do **homem**, mas da **criatura amada**.* (Rodrigues, 2002, p. 62)

A alternância dos substantivos *criatura, mulher, homem*, pode ser pensada na perspectiva do fato excepcional de se estar falando a um homem, o que necessariamente vai gerar uma forma alternativa de referência marcada pelo gênero (é impossível a Myrna, nesse caso, empregar a

inclusão solidária do *nós*). O conselho de Myrna é que Vadu, seu interlocutor, faça por merecer a fidelidade da mulher com quem se casar:

(53) *Vadu, não tenha medo da mulher e sim de si mesmo. Sua namorada, sua noiva ou sua esposa, será um pouco obra dele mesmo*⁵⁰. *E assim acontece com todo o mundo. O homem e a mulher fazem, espiritualizam ou degradam a criatura amada.* (Rodrigues, 2002, p. 62)

Observa-se nesse fragmento a equivalência dos lugares do masculino e do feminino, à maneira de uma simetria, daí o tom generalizante dos termos *a criatura amada* e *todo o mundo*. Deve-se, entretanto, considerar que o enunciado discursivo relaciona-se com outros enunciados, interdiscursivamente e intradiscursivamente, de modo que se deve lançar mão do que a mesma carta informa sobre Vadu:

(54) *Nasceu em São Paulo, tem seus vinte e poucos anos, faz uma vida de boemia desvairada e seus parentes o consideram o “maluco da família”. Maluco por quê? – Porque chega tarde à casa e tem muitas pequenas. E que mais? Vadu informa que desejaria encerrar a vida de solteiro – incerta, atribulada e vazia. Pensa em casar-se, ter sua casa, seu lar e uma mulher tranqüila e definitiva, que corresponda a seu amor e seja fiel.* (Rodrigues, 2002, p. 61)

Deve-se observar que o rapaz que procura a mulher fiel descreve a si mesmo de um espaço de não-fidelidade. Além disso, ao desenvolver a proposição do enunciado 52, pela construção da hipótese de que gostasse de um determinado cavalheiro, Myrna, num jogo de inversões pergunta:

(55) *A fidelidade de meu amado depende de mim ou dele mesmo? De mim, sobretudo de mim.* (Rodrigues, 2002, p. 62)

E concretiza a sua tese sobre a fidelidade, desenvolvendo exemplos do seu lugar de “mulher”:

(55) *se eu trato bem meu companheiro, se eu o encanto, se eu o fascino, se eu me faço amar, ele me será fiel. Esta é a grande fidelidade, a natural, a espontânea, a involuntária. Meu amado é fiel, mesmo sem querer, mesmo contra a vontade, porque não acharia a*

⁵⁰ A forma *dele mesmo* parece ter se constituído como um equívoco, por não preservar a coerência do enunciado intersubjetivo, empregando, na mesma sequência, formas de segunda pessoa (*sua*) e de não-pessoa (*dele mesmo*).

menor graça em outra mulher e não saberia entreter um flirt, um simples flirt, senão comigo mesma. (Rodrigues, 2002, p. 63)

Myrna ainda levanta outra hipótese, negativa:

(56) eu trato meu companheiro sem delicadeza, sem compreensão, sem carinho, sem solidariedade. Sou, para ele, uma desilusão cotidiana. E que acontece? A fidelidade do meu amado será a coisa mais frágil do mundo, mais ameaçada, mais precária. Se acontecer uma desgraça, poderei me queixar? Acho que não. (Rodrigues, 2002, p. 63)

Daí, a missivista suspende a sua subjetividade e assere:

(57) A vida é muito engraçada: todo mundo exige fidelidade, e quase ninguém cogita em merecê-la. (Rodrigues, 2002, p. 63)

Embora o enunciado 57 possivelmente aponte (semanticamente) à falta de coerência do interlocutor, que se pode depreender das informações sobre a sua biografia, Myrna, na posição do feminino, explica a Vadu, usando as formas da 1ª pessoa, como merecer a fidelidade expondo as normas que se aplicam ao feminino, as mesmas normas que expõe em outras duas cartas⁵¹. O que se depreende do quadro geral das cartas de Myrna é um duplo “código de fidelidade”, com regras claras para a mulher, abstraídas inclusive de enunciados dirigidos a um homem: Myrna instrui Vadu sobre o merecimento da fidelidade construindo uma situação em que o merecedor (e o desmerecedor) dela é uma mulher (enunciados 55 e 56). Na carta 14, Myrna expõe a Elena, cujo noivo lhe comunicara que se casaria com outra, outra regra desse duplo código:

(58) O homem que não ama, humilha e ofende sem a menor consciência dos danos que está infligindo à mulher. (Rodrigues, 2002, p. 47)

Noutra carta, à pergunta de Maria das Dores – “Devo andar bem vestida dentro de casa para meu marido? Ou não precisa?” – Myrna responde:

⁵¹ A referência é às cartas 02 (“Conquiste todos os dias o seu marido”) e 13 (“Seja bela para o seu marido”).

Ouço amigas, ou simples conhecidas, queixarem-se de que o interesse do marido declina. E elas não sabem explicar por quê, não conseguem descobrir as causas misteriosas e sutis dessa transformação. O fato lhes parece tanto mais inexplicável quanto elas continuam sendo as mesmas, em corpo e alma. E, no entanto, se prestarem mais atenção a pequeninas coisas, veriam que o marido, coitado, não é culpado de coisa alguma. Elas próprias é que, sem saber e sem querer, se desvalorizam, de dez em dez minutos. E por quê? Porque não se cuidam, porque não se embelezam, porque não se enfeitam. (Rodrigues, 2002, p. 43)

Na coluna 31, “É uma delícia o ciúme sem motivo”, Myrna recebe a queixa de Miriam, cujo namorado possui “um defeito grave, fonte de atritos e de mágoas: tem ciúme, o rapaz. E ciúme feroz” (Rodrigues, 2001, p. 96). E responde:

O ciúme serve de estímulo vital para o amor. Observação comum esta, porém, de uma verdade essencial e eterna. Eu sei que Miriam alega: - “Ele não tem o menor motivo!” Claro, Miriam, claro! E é preciso que assim seja, ciúme com motivo, com razões fundamentadas, significa que houve infidelidade, traição e que não existe outra alternativa, senão a do rompimento. (Rodrigues, 2002, p. 97)

Observe-se a assimetria: a infidelidade da mulher é intolerável, gera rompimento, mas a do homem é tolerada e perdoada: é o que é dito à “desesperada amiga” Celina Dulce, numa carta da qual é possível apreender uma situação de infidelidade:

Ora, de todos os deveres, o que me parece menos belo é precisamente o de ser justa, justa, de qualquer maneira, a todo transe. Se me perguntassem o que eu queria ser – justa ou generosa – responderia, imediatamente: - generosa. Absolveria sempre. Um perdão contínuo, sistemático, apriorístico, talvez seja uma forma ilegítima de justiça, mas a que me interessaria mais. Para mim não existe nada pior do que condenar. A rigor, este é um direito que só deveria ceder a um deus e não a um ser humano, precário, contingente, suscetível de erros, de paixões e de crimes. Sobretudo, em amor. Há muito tempo que faço minhas meditações sobre o amor. Custa-me acreditar que um amoroso possa ter uma culpa integral. Mesmo quando se mostra eventualmente cruel – não tenhamos dúvida: faz sofrer uma mulher e sofre com outra. Tem assim o duplo papel de algoz e de vítima. (Rodrigues, 2002, p. 108)

Se a fidelidade resulta do mérito de cada um, esse mérito não se constitui da mesma forma para o homem e para a mulher. Assim, há que se considerar que há um sentido no silêncio de

Myrna em não referir diretamente ao fato de o rapaz ter “muitas pequenas”. As práticas e valores sociais vigentes na primeira metade do século XX indicam que ao rapaz havia muito mais liberalidade e tolerância em sua conduta, ou seja, à sua iniciação sexual, de modo que a sexualidade é exercida a partir de padrões muito distintos. Isso produz reflexos no modo como a mulher é retratada em Myrna. Nos chamados anos dourados, década de 1950, reverbera nos códigos sociais a dupla moralidade nas relações entre os sexos, e para a mulher colocam-se duas alternativas: a honestidade, castidade, pureza ou a perdição:

As revistas da época classificavam as jovens em *moças de família* e *moças levianas*. Às primeiras, a moral dominante garantia o respeito social, a possibilidade de um casamento-modelo e de uma vida de *rainha do lar* – tudo o que seria negado às *levianas*. Estas se permitiam ter intimidades físicas com homens; na classificação da moral social estariam entre as *moças de família*, ou *boas moças*, e as prostitutas. (Bassanezi, 2000, p. 610)

É pela via desses valores que Myrna responde a Sumatra (carta 24), uma moça cuja experiência é relatada assim:

Começou muito mal, pois, aos quinze anos, freqüentava, como ela própria diz, um cabaret⁵² do interior. Digamos – não era uma moça direita. Mas não pensem que Sumatra estivesse feliz com o seu destino. Pelo contrário. Era uma revoltada, e lhe ocorria, de vez em quando, a idéia do suicídio. Um belo dia, porém, conhece um rapaz. E acontece algo de inesperado e maravilhoso: ela se enamora. Foi feliz, porque ele se enamorou, também. (...) Dois anos depois, o rapaz – após as mais dramáticas dúvidas - resolve casar-se com Sumatra. A moça é, para todos os efeitos, uma “senhora honesta”. Tem seu marido, usa o nome do marido e possui um lar. (Rodrigues, 2002, p. 76)

O problema desta moça, segundo informa Myrna, é que a sogra não a aceita:

Aos seus olhos, Sumatra surgia como uma “cavadora de ouro”, uma “mulher-dama”, uma “fulana sem escrúpulos” etc. (...) E dia após dia, hora após hora, vivia desfeiteando-lhe e humilhando Sumatra, chamando-a, entre outras coisas, de “perdida”. (Rodrigues, 2002, p. 76)

A partir da palavra “perdida”, Myrna desenvolve um argumento em que espiritualiza a situação anterior de Sumatra, opondo a noção com a qual foi designada pela sogra (*perdida*)

⁵² Haveria uma importante análise semântica e histórica a ser feita a partir dos vocábulos cabaret e garçonière. Cf. nota 91, p. 158.

pela sua antítese: a salvação. A situação moral de uma mulher é alçada às alturas da condição existencial representada na alma, situada sempre nos pólos alternativos da santidade ou da malignidade:

Cada uma de nós é suscetível de perder a alma hoje, e ganhá-la amanhã, para perdê-la outra vez, e ganhá-la, de novo. A nossa salvação é um esforço de todos os dias, um duro, um penoso, um tenaz esforço. Admiro o mal que se torna bom, o devasso que se torna virtuoso, o leviano que se torna fiel⁵³. (...) Maravilhosa esta aventura da alma que se liberta, da lama para a luz. (Rodrigues, 2002, p. 77)

Em análise dos mitos que envolvem o feminino, Beauvoir (1980, p. 235) discute a sexualidade da mulher em oposição à do homem, e mais especificamente sobre o adultério afirma:

Assim como, entre os primitivos, o sexo masculino é laico enquanto o da mulher se impregna de virtudes religiosas e mágicas, não passa, nas sociedades mais modernas, o erro do homem de um deslize sem gravidade; consideram-no, amiúde com indulgência. Mesmo se desobedece as leis da comunidade, o homem continua a pertencer-lhe; não passa de um menino levado que não ameaça profundamente a ordem coletiva. Ao contrário, se a mulher se evade da sociedade, retorna à natureza e ao demônio, desencadeia no seio da coletividade forças incontroláveis e perniciosas.

É desse modo que as posições do sujeito feminino e do masculino não se confundem nas colunas de Myrna, ainda que a enunciativa tente, num esforço de justeza e equilíbrio, dar à mulher um tratamento que demonstre simpatia pelos seus dramas e sofrimentos, o que foi analisado como sendo uma estratégia de aproximação. Mas como o discurso se materializa no lingüístico, a dualidade desses lugares pode se constituir lingüisticamente como ambigüidade, como resultado de uma passagem do que é da ordem da língua para o que é da ordem do discurso. Um último exemplo desse processo: a carta é de Katia Vevel, que amou um homem de quem teve de se afastar por causa da “peste branca”, a tuberculose. Já curada, a moça encontra “aquele que seria o seu bem-amado”, pelas indicações do texto, já comprometido com outra pessoa:

⁵³ Observe-se que as formas escolhidas no enunciado não são marcadas pelo morfema de gênero.

Mas sucede que havia uma outra se interpondo entre vocês dois. Uma outra que não fazia o seu bem-amado feliz; que não o compreendia; que não tentava um esforço pela sua felicidade. (...) Assim, ele encontrou, em você, toda a ânsia, toda a sede de amar. E você o retribuiu, apaixonadamente. Então começou o que você chama o seu martírio. (Rodrigues, 2002, p. 17)

O texto permite afirmar que se trata de um triângulo amoroso, e que cabe a Kátia o papel marginal da *outra*. Ela sofre de ciúmes. Myrna, com efeito, reconhece a dificuldade da sua situação, louvando as tristezas que decorrem do amor:

Quando uma mulher apaixonada se queixa, eu tenho vontade de fazer-lhe esta pergunta: Não lhe basta amar? Você quer, ainda por cima, ser feliz? (...) Você conhece tristezas mais lindas, mais inspiradoras, do que as tristezas do amor? Não, não há, minha querida amiga. Uma pessoa sensata diria: “São tristezas”, ao que eu replicaria: “Mas de amor!”. E tristezas desta natureza valem qualquer alegria. (Rodrigues, 2002, p. 16)

Já que o sofrimento no amor é inevitável, Myrna aconselha a moça a contentar-se com momentos de felicidade, sugerindo que ela não pretenda a felicidade que não é compatível com a condição humana. O ciúme, por sua vez, deve ser controlado, pois a infidelidade não passa de um conceito deslocado do plano concreto para uma abstração:

*Ouçá, Kátia: não acredite que seu bem-amado a traia. Mesmo que ele quisesse, não o conseguiria. Ninguém gosta de duas pessoas ao mesmo tempo. Assim como ele é o **único homem para você, você é, para ele, a única mulher na face da terra.** (Rodrigues, 2002, p. 18 - grifo nosso)*

A ambigüidade resulta aí de uma estratégia preparada desde o início da coluna, ao propor que o amor e o sofrimento são indissociáveis. Assim, a dor da infidelidade pode ser amenizada por uma certa atitude de espírito. A estratégia lingüística está em construir, para isso, um paralelismo: do ponto de vista estrutural, não há diferença entre os constituintes: o sintagma adjetival *único* modifica o sintagma nominal *o homem* tanto quanto *única* o faz com *a mulher*. *Homem e mulher* igualmente têm as mesmas propriedades distribucionais, no âmbito do enunciado são ambos núcleos de um sintagma nominal e semanticamente constituem, por

heteronímia, um par opositivo de masculino e feminino, o que corresponde a uma equivalência. Mas o vocábulo *único(a)* não atua da mesma maneira: ao se anexar ao vocábulo *homem*, *único* o modifica num sentido denotativo, imediato, e corresponde à contingência concreta vivida por Kátia, pois refere ao indivíduo empírico em questão; mas quando o modificador se anexa a *mulher*, esse vocábulo não refere à Kátia, mas a uma entidade deslocada da sua condição imediata: o sentido de mulher é outro, não-correspondente à experiência imediata, criando uma ilusão necessária à manutenção do triângulo amoroso. Kátia já não é um indivíduo, foi alçada à sublime condição de *mulher*: desse lugar supra-humano (e romântico) cabe-lhe a contraditória condição de amante e sofredora: o sofrimento é a expiação da experiência amorosa e proibida. Cabe-lhe, tragicamente, cumprir a pena.

Retomando o que foi dito no capítulo 1, o trabalho que Foucault propõe para a análise de enunciados discursivos se faz pela possibilidade de descrevê-los nas associações, estratégias de vinculação de temas e nas regularidades que perfazem uma certa ordem, ainda que dispersa e heterogênea, de modo a esboçar o traçado de uma Formação Discursiva. O conjunto de enunciados que foram reunidos aqui é, conforme também já foi dito, limitado a um corpus circunscrito a um gênero, suporte, enunciador e período de tempo. No capítulo subsequente, tentar-se-á associá-lo a um campo mais extenso de enunciados e de práticas de produção de discurso artístico e jornalístico. Por ora, entretanto, é possível afirmar que os enunciados constituídos em Myrna, numa relação intersubjetiva que encena uma relação voltada à temática das relações amorosas, fundam-se na separação ou delimitação de posições de sujeito que distinguem o que é próprio do feminino do que é do masculino, num intrincado manejo de formas referenciais dos sexos. A ambigüidade vai resultar da necessidade que a conselheira tem de cimentar o seu espaço de equilíbrio e justeza, e, por conseguinte, de verdade e persuasão, no qual proferirá suas asserções: afirmações sobre o amor são proferidas e referem aos sexos às vezes indistintamente e de modo genérico, outras vezes atribuindo o

que é próprio a cada um, mas sempre pressupondo uma dualidade que, de resto, é o ponto central do problema.

2.6. A heterogeneidade

A análise empreendida até aqui se tem apoiado em uma propriedade fundamental das cartas de Myrna que é o seu caráter lingüístico, a sua existência material fundada numa relação intersubjetiva, ou seja, a interlocução entre um *eu* e um *tu* permanentemente ancorados na cena enunciativa. Propõe-se, agora, a análise dessa relação pela noção da heterogeneidade.

Alguns aspectos do caráter ficcional de Myrna também já foram analisados, sem, contudo, considerar a empiricidade ou ficcionalidade de suas interlocutoras e interlocutores. A propósito disto, pode-se, com muita facilidade, contar com a possível existência efetiva de indivíduos a quem Myrna tenha dirigido suas palavras, sujeitos empíricos receptores e leitores do texto (como qualquer pessoa que disponha do material e o leia) que também tenham correspondido ao sujeito enunciante protagonista, juntamente com Myrna, da cena enunciativa. É possível supor que uma das leitoras a quem Myrna tenha evocado em sua coluna tenha sido de fato uma moradora do Rio de Janeiro, vivendo um drama amoroso e pensando em suicidar-se, quando leu no Diário da Noite as palavras encorajadoras de Myrna em resposta à sua consulta: “Mas isso não, isso nunca! Seria perder-se, de novo, seria renunciar a uma salvação, tão duramente conquistada”. Com efeito, o consultório sentimental de Myrna / NR nasceu de uma demanda específica: os folhetins que o escritor, assinando como Suzana Flag ou Myrna, produzia prodigamente geravam uma correspondência abundante, e a idéia do consultório veio a calhar com as necessidades materiais de quem vivia do que escrevia.

Entretanto, os dados históricos, tudo que é possível narrar a partir de arquivos, depoimentos ou biografias não pode interferir no estatuto ficcional dos interlocutores de Myrna. Por algumas razões. Primeiramente, do ponto de vista histórico e documental, não há nenhuma referência às cartas que as leitoras e leitores remetiam ao Diário da Noite⁵⁴, se Nelson Rodrigues não somente as lia, mas também se elas de fato eram consideradas como um intertexto efetivo. Mas mesmo que assim tenha acontecido, mesmo que o escritor procurasse ser fiel na narração dos fatos informados nas cartas, mesmo que elas tivessem sido arquivadas e conservadas para que se pudesse comprovar essa equivalência de par em par, cedo se constataria que não há fidelidade entre o citante e o citado, que nenhum discurso é completamente fiel ao que relata, que todo discurso é fiel somente a si mesmo. De modo que a existência empírica dos interlocutores de Myrna não pode, em nenhuma instância oferecida pelos dados, ser considerada para fins de análise. O que parece ser um obstáculo, entretanto, constitui-se como o modo de ser que é próprio ao discurso.

Impõe-se, portanto, a necessidade de analisar os enunciados discursivos sob a perspectiva da heterogeneidade. Essa perspectiva tomou forma a partir da chamada 3ª fase da AD, quando, nos inícios da década de 1980, os rumos das pesquisas apontavam à necessidade de investigar não mais um objeto rigidamente concebido – o discurso -, mas a discursividade, inscrita não apenas em materiais fortemente institucionalizados, mas em corpus recortados com mais flexibilidade, materiais dos quais se apreendem formações discursivas variadas (de teor não apenas político) e uma multiplicidade de vozes, apreensíveis das variadas marcas lingüísticas nas quais se apóiam: Gregolim (2004) informa:

(...) essas redefinições levam à incorporação de alguns novos pólos temáticos: a heterogeneidade, a idéia da alteridade (“presença do discurso do outro como discurso de um outro e/ou discurso do Outro”), as relações entre intradiscurso e

⁵⁴ A desejada mas frustrada entrevista ao atual responsável pelos arquivos de Nelson Rodrigues, o produtor cultural e organizador da coletânea *Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo*, provavelmente forneceria alguma informação adicional a esse respeito. Ruy Castro trata de Myrna com muita superficialidade. Alguns críticos cogitam que sua ausência no prefácio da coletânea que reúne os textos da coluna de Myrna sejam um indicador de um desinteresse por essa literatura “menor”.

interdiscurso (propondo buscar no “fio do discurso” os vestígios da memória discursiva). (Gregolim, 2004, p. 157)

A noção de heterogeneidade é herdeira da teoria da polifonia de Bakhtin. Este filósofo ressignificou o termo, emprestado da música, que significa combinação simultânea de vários sons ou melodias. Quando Bakhtin se apropriou da expressão, ele o fez, na análise da ficção de Dostoievski, para representar “as relações recíprocas entre o autor e o herói” (Charaudeau e Maingueneau, 2004: 384). A partir deste conceito, a lingüista Authier-Revuz desenvolve a noção de heterogeneidade, “colocando em evidência as rupturas no “fio do discurso”, mostrando o aparecimento de um discurso *outro* no próprio discurso” (Gregolim, 2004, p. 155). A heterogeneidade é uma proposição teórica frutífera para a análise lingüística, porque, à semelhança da teoria da enunciação, viabiliza a articulação de inúmeras marcas formais da linguagem com o discursivo, como uma ferramenta que permita operar, como diz Courtine (1981), a passagem contínua daquilo que é da ordem da língua para aquilo que é da ordem do discurso, da Lingüística à AD.

Pode-se partir, portanto, de uma proposição aparentemente simples: todo discurso se estrutura em relação ao *outro*. Quanto a Myrna / NR, essa asserção tem contornos que extrapolam o lingüístico: no início deste capítulo, abordou-se a questão da alteridade, categoria básica de organização não apenas do pensamento, mas da própria subjetividade: a constituição de uma identidade ou categoria qualquer se dá como relação: o mesmo e o outro, o singular e o plural, o masculino e o feminino. Hall (2003) esclarece a noção de alteridade a partir do que Lacan (1966) chama de “estágio do espelho”, em um texto que explora o momento de formação do “eu” de uma criança que, não possuindo ainda uma imagem de si mesma, experimenta o “gozo rejubilatório”, o momento em que percebe a si mesma num espelho (literalmente) ou figurativamente no “espelho” do olhar do outro. Hall explica:

A formação do eu no “olhar” do Outro, de acordo com Lacan, inicia a relação da criança com os sistemas simbólicos fora dela mesma e é, assim, o momento da sua entrada nos vários sistemas de representação simbólica – incluindo a língua, a cultura e a diferença sexual. (Hall, 2003, p. 37)

Para o que concerne aos enunciados em análise, essa noção permite que a questão da alteridade seja abordada numa perspectiva mais abrangente: o ponto de partida de toda a possibilidade de analisar esses textos do ponto de vista do discurso é a percepção de que Nelson Rodrigues fundamenta a cena enunciativa dos textos numa dupla alteridade: ele é o sujeito comunicante que se opõe a Myrna, sujeito enunciante; ele é homem, e se opõe a Myrna, uma mulher. É, então, um mecanismo simbólico de várias faces. Myrna, por sua vez, constitui em seus enunciados a sua própria identidade (de mulher e de conselheira) em oposição às das interlocutoras e interlocutores com quem se relaciona lingüística e intersubjetivamente. O fio do discurso já tem a espessura, então, de uma trama: são fios cruzados, em cuja superfície os sentidos se articulam. O discurso em Myrna é, em vários sentidos, polifônico.

Toda a existência de Myrna está materialmente ancorada no lingüístico: alguns elementos do aparelho da enunciação possibilitam-lhe o manejo de uma série de estratégias já analisadas, cabendo agora as marcas da heterogeneidade. A heterogeneidade é uma noção que afirma a relação do enunciado com outros e assume diversas formas. As suas manifestações recebem a classificação consagrada por Authier-Revuz: heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva:

A “**heterogeneidade mostrada**” corresponde à presença localizável de um discurso outro no fio do discurso. Distinguem-se as formas **não-marcadas** de heterogeneidade e suas formas **marcadas** (ou *explícitas*). O co-enunciador identifica as formas *não marcadas* (discurso indireto livre, alusões, ironia, pastiche...) combinando em proporções variáveis a seleção de índices textuais ou para-textuais diversos e a ativação de sua cultura pessoal. As formas *marcadas*, ao contrário, são assinaladas de maneira unívoca; pode-se tratar de discurso direto ou indireto, de aspas, mas também de glosas que indicam uma não coincidência do enunciador com o que ele diz (modalização autonímica). (...) **Fala-se de “heterogeneidade constitutiva”** quando o discurso é dominado pelo interdiscurso: o discurso não é somente um espaço no qual viria introduzir-se, do exterior, o discurso outro; ele se *constitui* através de um debate com a alteridade, independentemente de qualquer traço visível de citação, alusão etc. [Todos os grifos são do autor] (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 384).

O conceito de *heterogeneidade mostrada* indica que o trabalho sobre o enunciado deve ser feito com base em uma série de elementos lingüísticos, de caráter gramatical e gráfico,

pois é por essas marcas que o discurso *outro* é perceptível. Pelas características já descritas, sabe-se que Myrna, em seus textos, está sempre “conversando” com alguém, os enunciados de seus textos se desenvolvem com base numa relação contínua de sua voz com a voz de sua interlocutora ou interlocutor. Esse diálogo é a própria razão de ser da coluna, e todas as cartas têm por tema as experiências advindas de um protagonista que divide com Myrna a cena da enunciação. A voz do outro, nesta cena, é, entretanto, sempre mediada por ela, que oscila entre a manutenção de sua própria fala e o suporte enunciativo da voz do outro. Já foi visto, na análise das marcas da enunciação, que as marcas pronominais e verbais de 1ª. pessoa (singular e plural) constituem-se como estratégia discursiva para a enunciadora conselheira instituir seu papel. Viu-se também que as marcas de 2ª pessoa, os nomes próprios e os vocativos indicam que há interação entre o *eu* e o *tu*, situação que parece garantir que a função da consultora seja exercida com êxito. Entretanto, é possível que outra pessoa, que não Myrna, diga *eu*, e passe a ser o eixo a partir do qual o enunciado, na perspectiva temporal e espacial, se estruturará. Quando isso ocorre, temos “*uma enunciação sobre outra enunciação; põem-se em relação dois acontecimentos enunciativos, sendo a enunciação citada objeto da enunciação citante.*” [Grifos do autor] (Maingueneau, 2002, p. 139). As formas que essa enunciação citada assume é muito variada, e esta análise não seria capaz de esgotar todos os mecanismos empregados por Nelson Rodrigues para a constituição dessas vozes. Tomaremos para análise, portanto, uma seleção de enunciados que parecem representar aspectos discursivamente relevantes para o recorte temático com o qual se trabalha.

Não são muitas as regularidades lingüísticas e textuais das cartas de Myrna. Focalizou-se, ao longo da análise, os dois modelos de interação lingüística entre ela e suas interlocutoras, pois há um grupo de cartas em que prevalece a relação eu – tu, e outro grupo onde o interlocutor é constituído como não-pessoa. Dessa dupla possibilidade de estruturação da cena enunciativa, observou-se que a enunciadora mantém um movimento contínuo de

aproximação e distanciamento da relação intersubjetiva, o que parece se constituir uma estratégia de persuasão, uma vez que a aproximação fortalece o vínculo entre os enunciadores e o distanciamento fornece à conselheira as condições adequadas de pronunciamento de proposições verdadeiras. Quanto às marcas de heterogeneidade, não parece ser possível afirmar que um certo recurso lingüístico corresponda sempre a uma certa finalidade e não outra. O quadro de marcas formais da heterogeneidade marcada é variado e multifuncional. Entretanto, a partir da observação de que Myrna não mantém com seus enunciatários uma mesma atitude, ou seja, levando-se em conta que ela mantém com eles uma posição de identificação ou desidentificação, é possível depreender os mecanismos lingüísticos pelos quais, na variada forma que o *outro* é constituído como fala na fala de Myrna, esta se identifica ou se desidentifica.

Da primeira carta compreende-se que ficou estabelecido um perfil relativamente estável da mulher que a deveria consultar (*QUEM ESTÁ EM CAUSA É VOCÊ. Sim, leitora que nunca vi, bela, feia, juvenil ou passada. Você sofre e basta.* (Rodrigues, 2002, p. 9)). Pode-se afirmar que há, da parte de Myrna, uma maior identificação com a interlocutora sofredora do que com a que não se encaixa no perfil, ou seja, com a mulher que sofre mas que mantém com a situação uma postura tal que a faz interrogar-se sobre sua legitimidade. Para operacionalizar a análise com base nessa distinção, parece ser útil adotar um conceito advindo das Ciências Sociais, e que fornece um mecanismo de sistematização capaz de operar as noções de identificação e desidentificação; trata-se de um princípio metodológico chamado *tipo ideal*, originalmente formulado por Max Weber. Segundo Santos (2005), a rigor, construir um *tipo* corresponde à construção de um conceito, à maneira de um modelo segundo o qual se possa estabelecer relações com a realidade (social) e, assim, delinear um percurso analítico:

(...) os modelos, os conceitos, não deixariam de ser parciais, uma vez que a realidade com a qual eles se relacionam é multifacetada, incomensuravelmente complexa. Então, consoante à postura weberiana, assumimos a parcialidade do

conceito e construímos racionalmente (e de modo interessado) os *tipos*. Ao comparar a “realidade” aos tipos pretendemos evidenciar *aproximações* (...). (Santos 2005, p. 16)

Santos acrescenta a advertência de que o tipo ideal não é um modelo no sentido axiológico ou moral, ou seja, não há nele nenhum juízo de valor. Os tipos também não correspondem a algo cuja existência possa ser apreendida *a priori* e independentemente do trabalho analítico. Nele, outrossim, se inscreve um gesto intencional de aproximação dos elementos em questão, recortados da realidade. Desse modo, propõe-se neste trabalho dois tipos ideais: a *interlocutora trágica* e a *interlocutora sensata*⁵⁵. A hipótese é a de que Myrna tem com o tipo *interlocutora trágica* uma atitude de identificação, oposta ao tipo *interlocutora sensata*, com quem Myrna tende a se desidentificar. Os interlocutores implicados nas colunas de Myrna que selecionamos para a análise correspondem à *realidade* com a qual se comparam os tipos construídos. A carta 16 (*A mulher perdoa sempre*) traz um exemplo de situação e protagonista a quem se pode atribuir o tipo *interlocutora trágica*, com a qual Myrna se identifica⁵⁶. Partindo da hipótese de que nesta carta Myrna mantém com a interlocutora uma postura de identificação, a questão a ser respondida é a de como a heterogeneidade se manifesta nestas condições, ou seja, que processos lingüísticos materializam a fala que não pertence ao locutor.

As formas clássicas de manifestação do discurso citado são o discurso direto, o discurso indireto e o discurso indireto livre. Mas essa tripartição não é capaz de representar a complexidade envolvida nas manifestações da heterogeneidade; assim, Charaudeau e Maingueneau (2004) sistematizam as noções envolvidas no campo da heterogeneidade a partir de proposições desenvolvidas por Authier-Revuz, dentre as quais se pode destacar uma certa oposição estabelecida entre signo “padrão” e signo “autônomo”. O uso padrão de um signo diz respeito ao seu emprego “transparente”, ou seja, a palavra é remetida diretamente ao seu referente (mesmo que seja uma metáfora), enquanto o uso autônomo diz respeito à

⁵⁵ Essas designações são arbitrárias, mas não gratuitas: foram selecionadas com base nos adjetivos utilizados por NR para predicar, na carta 4 (*A mobília do quarto não interessa*, transcrita no anexo) as esposas, noivas e namoradas que lhe escrevem.

⁵⁶ A carta está transcrita no Anexo.

propriedade do signo (ou da linguagem) de referir a si mesmo. Assim, “o discurso direto tem relação com o funcionamento autônomo: aquele que cita faz menção às próprias palavras empregadas pelo enunciador citado, ou , melhor dizendo, apresenta seu enunciado como tal” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 173), enquanto no discurso indireto “aquele que cita faz uso de suas próprias palavras para citar outrem” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 384). Outra proposição é a que opõe “as representações explícitas da citação e as supõem um trabalho interpretativo por parte do receptor” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 174), do que se pode apreender três situações: a heterogeneidade cuja forma de manifestação é explícita, como o discurso direto e indireto, e algumas formas de modalização; aquela que é lingüisticamente marcada, mas que pede um trabalho interpretativo, e neste caso teríamos formas híbridas de discurso relatado; e aquela cuja forma é tão somente interpretativa, como o discurso indireto livre, as alusões, as citações ocultas etc. A identificação do discurso indireto livre está apoiada em muitos índices lingüísticos, enquanto a localização das alusões ou citações ocultas apela aos conhecimentos prévios, compartilhados ou não pelo receptor, e diz respeito também ao gênero do discurso, entre outros fatores. Na carta 16 temos um exemplo muito claro de discurso indireto livre. Esta forma de discurso relatado se alinha às cartas em que Myrna trata sua interlocutora (Claudia) como não-pessoa: na verdade, a enunciatária da coluna tem o estatuto de um personagem em uma narrativa, e a sua voz não se manifesta paralelamente à de Myrna, mas esta lhe absorve completamente. Maingueneau (2002, p. 153) explica:

A polifonia no discurso indireto livre não é a de duas vozes claramente distintas (discurso direto), nem a absorção de uma voz pela outra (discurso indireto), mas uma *mistura* perfeita de duas vozes: em um fragmento no discurso indireto livre, não se pode dizer exatamente que palavras pertencem ao enunciador citado e que palavras pertencem ao enunciador citante.

O contexto geral da coluna nos informa que as cartas obedecem a um conjunto de procedimentos estáveis, e eles são tais que permitem inferir que Claudia é alguém a partir de

quem se tem um enunciado previamente constituído e, por isso, constituinte do texto que se apresenta. Na carta 16, Myrna e Claudia estão plenamente amalgamadas, pois não há momento em que as duas vozes se distingam com nitidez, exceto pela primeira frase, onde a enunciatória apresenta a sua interlocutora, informando o gesto pelo qual ela se deu a conhecer: *Na carta que me enviou, Claudia conta a sua aventura*. Por essa frase, Myrna configura o lugar de sua interlocutora, previamente estabelecido no texto de abertura do consultório sentimental, um gesto de apresentação que está presente em todas as cartas de Myrna: a palavra *carta* informa o procedimento prévio pelo qual a interlocução é gerada, o gênero textual que autoriza a conselheira a construir a cena enunciativa, e a forma verbal *conta*, um verbo *dicendi* cujo sujeito indica que Claudia não é personagem passivo, mas a outra voz à qual Myrna se imiscui. É, pois, um movimento fundamental para a estruturação da cena enunciativa fundada, como se tem sustentado ao longo do capítulo, na relação intersubjetiva entre Myrna e sua interlocutora.

O outro momento em que Myrna se descola à voz de Cláudia, um movimento também regular em todas as cartas (o momento em que Myrna explicita a pergunta feita pelo seu enunciatário e a sua resposta), é o que está representado no fragmento:

Seu coração, seu instinto de mulher a adverte que o destino lhe reserva uma experiência idêntica à do noivado desfeito. Será? É a pergunta que me faz, no seu desespero. Infelizmente, Claudia, também me parece que sim. Você deu...

Tem-se, nesse momento, a transição do estatuto de não-pessoa de Claudia para o de pessoa. A análise das marcas de pessoa na constituição da interlocução enunciativa já foi feita, mas deve ser retomada para que seja observada como a modulação da situação de não-pessoa para a de pessoa afeta o quadro de manifestação da heterogeneidade: no encadeamento discursivo, o enunciado se estruturava como discurso indireto livre, até o momento em que a heterogeneidade se mostra de forma híbrida, pois passa ao discurso direto livre, representado em: *Será? É a pergunta que me faz (...)*. Discurso direto livre é o “discurso relatado que tem

as propriedades lingüísticas do discurso direto, mas *sem nenhuma sinalização*” (Maingueneau, 2002, p. 148). Observe-se que temos uma transição gradativa do discurso direto para o indireto, pois ainda que a interrogação direta seja formada tão somente pela forma verbal *será*, infere-se sem dubiedade que a frase - *seu coração, seu instinto de mulher a adverte que o destino lhe reserva uma experiência idêntica à do noivado desfeito* -, embora sintaticamente independente, corresponde semanticamente à função de uma oração subordinada substantiva subjetiva não encaixada, já que ainda pertencente ao discurso indireto livre. É deste ponto em diante que o discurso indireto transita, do ponto de vista da enunciação, para o diálogo intersubjetivo, estruturado nas marcas de pessoa (1ª e 2ª).

Outro momento em que a heterogeneidade se mostra de maneira híbrida é o enunciado: “*Não sou enfermeira profissional*” – *teria dito*. Entre aspas, Myrna abandona o discurso indireto livre para expressamente conceder voz a outra pessoa envolvida na narrativa, mas distinta de sua protagonista: a esposa que abandonara o marido enfermo. Myrna suspende a integração que mantém entre a sua fala e a fala de sua interlocutora, e as aspas que delimitam o enunciado parecem apartá-lo dessa harmoniosa sintonia. Além disso, a autonomia da expressão *teria dito* deixa muito nítida a distância entre o discurso indireto livre e o discurso direto, introduzido cataforicamente por verbo dicendi.

A carta 4, por sua vez, apresenta uma situação cuja protagonista se aproxima do tipo *interlocutora sensata*, e representa, portanto, a desidentificação da conselheira para com a atitude de sua interlocutora. Diferentemente da anterior, temos nesta carta um repertório maior de mecanismos lingüístico-discursivos que correspondem aos movimentos da enunciatória entre a sua voz e as outras que necessariamente povoam seu discurso. Esta é uma carta em que a conselheira faz um grande esforço de persuasão, pois sua interlocutora (Luciana) tem uma experiência amorosa de outra natureza, e ela é tal que não caberá a Myrna aconselhá-la de coisa alguma, mas simplesmente desaprová-la e, ao fim, assumindo o papel

(menos freqüente, mas também previamente estabelecido) de vidente, afirmar, à maneira de “profecia”, que aquele casamento não se realizará.

Esta carta também se distingue da anterior por conter poucas “falas” da enunciatária: na primeira, Myrna emprega quase todo o espaço do texto para, em discurso indireto livre, narrar o drama de sua consulente, que, por isso, fala *em* e *com* Myrna. Nesta, o movimento é inverso, pois há um vasto cenário estendido como um fundo sobre o qual, em contraste, os enunciados que representam a voz de Luciana são recortados e tomam forma, negativamente. O primeiro movimento de Myrna é o de trazer as vozes de suas outras missivistas, que se apresentam, como Luciana, enquanto sujeitos em relação a um homem e ao amor, ou seja, são *namoradas, noivas, esposas, desquitadas*, e têm, a propósito desta subjetividade, a postura esperada por Myrna: o tom trágico e passional próprio das situações amorosas. Myrna define sua interlocutora por aquilo que, nela, contrasta com a *interlocutora trágica*, pois no texto pressuposto (real ou imaginário) a partir do qual a carta se constitui, “nada existe de patético, nem de trágico”. As aspas que compreendem o sintagma *noiva sensata* podem ser um indicativo, pelas possibilidades que se apresentam de seu emprego, de uma *ilha enunciativa*, que é um enunciado isolado graficamente pelo citante que o “utiliza e menciona, emprega e cita” (Maingueneau, 2002, p. 151), daí ser também chamado de forma híbrida de discurso relatado: é possível que a expressão tenha sido uma forma de auto-designação empregada por Luciana; mas, como de qualquer maneira nada de categórico se pode afirmar sobre esses textos prévios, entende-se que, nestas aspas, a enunciadora se manifeste em modalização autonímica. O termo *modalização* “designa a *atitude* do sujeito falante em relação a seu próprio enunciado, atitude que deixa *marcas* de diversos tipos” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 336 – grifos dos autores), e a modalização autonímica vai se manifestar “sempre que o enunciador comente seu próprio dizer ao pronunciá-lo” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 84), o que, em sua forma mais resumida, corresponde à presença de aspas. Daí poder-se

interpretar esse sinal gráfico como um mecanismo de ruptura, no fio do discurso, da voz de Myrna, que não assume como sua a designação de *noiva sensata* à sua interlocutora, e provavelmente atribui a ela mesma a autoria dessa designação, incorporando à expressão uma conotação negativa. Isso é seguido de uma série de apreciações⁵⁷ (*Nunca vi ninguém raciocinar tão bem, nunca vi tanto senso comum, idéias tão bem organizadas, idéias tão bem expressas. Eu devia ficar bem impressionada com tanto juízo, tanta lucidez e isenção.*) que, apesar de parecerem elogiosas, tem como efeito a desqualificação da interlocutora no que concerne às relações amorosas.

O texto, então, desenvolve-se em alternâncias: a enunciadora constitui o encadeamento discursivo em dupla oposição à sua enunciatária. A fala de Myrna, em primeira pessoa, se estrutura como alteridade em relação a Luciana, isto é, como oposição entre um *eu* e um *tu* co-existentes, e também como contraste, pois o esforço de persuasão nesta carta consiste em contrapor à fala de Luciana, tomada sempre na forma de discurso direto, enunciados alinhados à uma certa formação discursiva que refere à mulher a partir de um certo conjunto de valores e de práticas: deve-se pensar que, em meados do século XX, à altura da década de 1940, conquanto algumas mudanças já se esboçassem (é o período pós-guerra), à mulher ainda se reservava uma existência voltada ao ambiente doméstico: casamento, procriação, e as atividades resultantes desses papéis, circunscritos ao âmbito do privado. Sua existência é, desse modo, relativa, pois sempre pensada em relação a outrem. Essa formação discursiva, veremos no próximo capítulo, pode ser identificada nos enunciados dispersos em práticas consolidadas de produção e leitura de textos que, de várias maneiras, são afetados por alguns aspectos do movimento artístico romântico, notadamente o literário, que tem na mulher uma figura emblemática. Daí a apreciação negativa da interlocutora: após aludir às enamoradas

⁵⁷ Apreciação pode ser entendida como “conjunto das marcas por meio das quais o enunciador exprime um julgamento de valor ou uma reação afetiva” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 49).

perfeitas de novela e seus sofrimentos, Myrna predica a consulente com adjetivos cujo caráter negativo não reside neles mesmos, mas no sentido que se opõe ao perfil desejável de amante:

Um mulher enamorada não tem esse raciocínio minucioso, essa visão implacável das exigências da vida prática. Falta a você o frêmito, o ímpeto, o fervor das enamoradas perfeitas. Nenhuma grandeza, nenhum heroísmo, nenhum sacrifício, nenhum arrebatamento que faça lembrar as heroínas de novela, de ópera e de filme. Ora, qualquer romance autêntico, mesmo suburbano, se parece bastante com a literatura, o cinema e o teatro lírico ou dramático. Se um caso não sugere uma reminiscência artística qualquer – temos direito de pôr de molho a sua autenticidade. É o que acontece com você. Tenho recebido consultas de mulheres que já pensaram, até, na solução do suicídio. Pois bem. Nenhuma me assustou tanto quanto você, lógica e esclarecida noiva, calculista, objetiva e prática.

Ainda do ponto de vista da estruturação formal da heterogeneidade, convém ressaltar um momento em que a fala de Luciana não é tomada em aspas do discurso direto:

Você já fez orçamentos completíssimos: sabe quanto custa o colégio dos filhos que você não teve, que talvez não terá; sabe o preço do feijão etc.

Neste fragmento, temos o discurso indireto livre estruturado num enunciado embreado: a enunciadora emprega o pronome de 2ª pessoa para relatar o que fora previamente informado, daí a forma verbal (*fez*) no pretérito perfeito funcionando como um verbo introdutor do discurso relatado. A função do discurso indireto aí é completamente distinta do seu emprego na carta anterior, na verdade, não tem outra função que não a de acrescentar outro enunciado que, juntamente com os outros, emerge tão somente com a função de traçar para Luciana o perfil de sujeito deslocado do papel desejável de uma enamorada. Por fim, vale destacar um momento precioso do texto, em termos de proliferação e efeitos de sentido:

Você termina dizendo que o seu bem-amado é “bonzinho”. Eu, se fosse homem, consideraria este elogio ofensivo. Às vezes, um simples qualificativo chega para invalidar um romance. Está nesse caso o “bonzinho”. O nosso bem-amado não pode ser “bonzinho”, nunca. É formidável, único, fabuloso, deslumbrante. Menos “bonzinho”.

Para apreender a relevância deste fragmento, é necessário observar os dois momentos aos quais estes enunciados estão submetidos. No primeiro, a figura de Myrna é autônoma e, para

os fins de recepção do texto e efeito de sentido, o enunciado não traz grandes conseqüências. Entretanto, no segundo momento de publicação dos textos, quando a identidade de Myrna já se conhece como heteronímia, o enunciado não é indiferente ao jogo entre as identidades e as posições distintas do masculino e do feminino. A heterogeneidade já não pode ser pensada apenas como mecanismos gramaticais e gráficos de instituição de vozes outras que não a do sujeito enunciante, até por que, nesse caso, não as há. É necessário considerar esse momento em termos de heterogeneidade constitutiva, como a emergência da tensão entre a figura empírica de NR⁵⁸, identificada ao masculino, e o sujeito enunciante Myrna, cuja identidade é feminina. Temos então a ocorrência de ironia, se pensada na perspectiva da heterogeneidade ou da polifonia. A princípio, pode-se pensar a ironia como um processo pelo qual o locutor não assume o enunciado proferido, estabelecendo-se uma dissonância entre o enunciado que é esperado e aquele que de fato ocorre. Charaudeau e Maingueneau (2004, p.291) expõem tópicos sobre teorias da ironia, das quais se destaca a que propõe Ducrot, para quem o entendimento da ironia resulta da distinção entre locutor L e enunciador E⁵⁹: a ironia é a fala que o locutor enuncia sem assumi-la, uma vez que ela expressa a posição do enunciador, isto é, daquele ser da enunciação a partir de quem se apresentam os enunciados. A fala que o locutor expressa é absurda, e por isso, imputada ao enunciador. Aplicando esta noção ao enunciado em análise, temos que a ironia se constitui porque NR, no seu exercício de escrever como uma mulher (como alteridade), desloca-se de sua posição de sujeito falante, ou seja, de entidade empírica que viabiliza a existência material (lingüística) de Myrna, e “assume”, digamos, por instantes, este espaço enunciativo de locutor; Myrna, por sua vez, também é

⁵⁸ No capítulo 3, em discussão sobre a função autor, observa-se, de acordo com Foucault (2001, p. 278), a complexidade dos dêiticos nos textos ligados à figura autoral, uma vez que neles o seu papel é mais complexo, pois em vez de apontar ao sujeito empírico que o produziu, aponta a um “alter ego” cuja distância em relação ao autor sofre de uma certa variação. Assim, os dêiticos não funcionam em Myrna (ainda não vinculada a Nelson Rodrigues) do mesmo modo que em Myrna / Nelson Rodrigues: neste, os dêiticos remetem ao locutor real e às coordenadas espaço-temporais do seu discurso.

⁵⁹ Para Ducrot, *sujeito falante, locutor e enunciador* são entidades distintas a partir das quais se pode entender a questão da polifonia. Assim, sujeito falante é o autor empírico do enunciado, locutor é o ser que é apresentado como responsável pelo enunciado e enunciador, “um ser de pura enunciação, que determina o ponto de vista a partir do qual os acontecimentos são apresentados.” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 310)

deslocada, como conseqüência, do lugar de locutor para o lugar de enunciador; assim, NR, sob a máscara de Myrna, pronuncia o enunciado, sem ter como assumi-lo, porque enuncia-lo é assumir o nonsense, o absurdo: *eu, se fosse homem (...)* só pode ser assumido por Myrna, mas ter conhecimento da heteronímia acrescenta uma outra perspectiva de efeitos de sentido.

Isto posto, há que se considerar a questão da heterogeneidade constitutiva. O exemplo da ironia que se acabou de discutir é um indício de que as cartas de Myrna se constituem num jogo constante de identidades que se cruzam e de formações discursivas que fazem dos enunciados um complexo jogo de sentidos que aciona muitas vozes. A tensão entre o masculino e o feminino já foi exposta na análise das marcas da enunciação, e esse seria o elemento constitutivo da heterogeneidade mais imediato, porque afeta os aspectos gramaticais pelos quais se organizam os enunciados ancorados na situação de enunciação. Também foi possível apreender a assimetria entre o masculino e o feminino pela forma distinta, embora pretensamente isenta, com que Myrna trata de assuntos semelhantes para o homem e para a mulher, notadamente na temática da fidelidade e da beleza física: a assimetria resulta da tentativa de explorar os sentidos de um certo vocábulo ou expressão como se fossem os mesmos para o homem e para a mulher. A heterogeneidade constitutiva, porém, não imprime sobre a superfície textual uma marca visível, capaz de ser apreendida na estrutura material da linguagem. O entendimento desta noção se dá pelo trabalho de interpretação dos enunciados circunscritos numa prática social de produção e circulação de sentidos, e isto, nos textos de Myrna, tem algumas características que lhe são próprias.

Primeiramente, retomando um aspecto já abordado, está a característica da alteridade, que já foi de algum modo considerada na teoria da enunciação de Benveniste. Mas na perspectiva da heterogeneidade constitutiva, postula-se uma contradição: “uma formação discursiva é sempre assombrada pelo seu antagonista. (...) a alteridade sempre afeta o mesmo” (Gregolim, 2004, p. 174). Entender essa proposição requer uma retomada da noção de

Formação Discursiva, que fornece a possibilidade de apreensão dos enunciados discursivos não somente enquanto material lingüístico, mas também, e sobretudo, pela sua possibilidade de estar ligado a outros enunciados que o precedem e o seguem, fazendo surgir outras formas de regularidade e relações. Foucault estava interessado na análise de grandes massas verbais, muitas vezes submetidas a uma forma prévia de regularidade ou continuidade. Quando renunciou às formas pré-existentes e estáveis de regularidades que circunscreviam alguns objetos desta investigação, era para que emergissem novas possibilidades de regularidades e relações, daí a noção de descontinuidade.

Já se discutiu neste trabalho que o objeto aqui proposto, a mulher ou o feminino, diferentemente dos objetos contemplados por Foucault, não corresponde a nenhum campo de conhecimento previamente ou estavelmente estabelecido, e assim, o lugar desta análise é um lugar, desde a sua base, de interpretação e de uma possibilidade de leitura. Considera-se, assim, que haja um conjunto de condições históricas que favorecem o aparecimento deste objeto; a estas condições não se pode contemplar ou descrever por ora, mas é possível afirmar, com Foucault (2002, p. 51), que este objeto não preexiste a si mesmo, como se estivesse, num limbo, à espera de um movimento que o libertasse: ele “existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações”, estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais e outros elementos conjunturais que permitem o estabelecimento deste gesto de interpretação. O trabalho de delimitação desse objeto obedeceu ao que foi proposto no 1º. capítulo, ou seja, dentre os enunciados que tomam a mulher por referente, selecionou-se uma seqüência cuja principal característica é falar *com* mulheres. Na análise que foi empreendida até aqui foi possível identificar que, na aparente estabilidade semântica dos enunciados, despontam índices de deslizos, ambigüidades, lacunas ou insuficiências, elementos constitutivos da língua através dos quais se pôde apreender o discursivo. Esses elementos foram apreendidos no lugar de análise previamente construído,

isto é, na perspectiva da oposição entre o masculino e o feminino. Entretanto, a tensão entre esses pólos não se esgota na categoria gramatical de gênero, mas transborda para outras marcas formais que materializam essa tensão, daí a noção de heterogeneidade, fundada no entendimento da polifonia, do dialogismo, cuja evidência é marcada na heterogeneidade que se mostra por índices lingüísticos específicos. Esses índices, por sua vez, não esgotam a extensão que a heterogeneidade imprime aos enunciados, uma vez que estes são constitutivamente afetados por ela. Assim, para conceituar a heterogeneidade constitutiva, Maingueneau (2000) insere as noções de *interdiscurso* e *formação discursiva*:

O discurso é dominado pelo interdiscurso. Assim, o discurso é não apenas um espaço onde vem se introduzir o discurso outro, ele é *constituído* através de um debate com a alteridade, independentemente de toda marca visível de citação, alusão etc. (...) em Pêcheux, a dupla referência à psicanálise e à concepção althusseriana da ideologia funda a primazia do interdiscurso sobre cada formação discursiva. (Maingueneau, 2000, p. 79).

Pela noção de formação discursiva é possível abordar esta heterogeneidade. Voltando por um instante a Foucault, observa-se que ele estava interessado em romper com os contornos prévios que delimitavam certos objetos, pois a tentativa de apreender a unidade sob a qual se configuram os objetos conduziu-o à constatação de uma dispersão, e seu objetivo passa a ser o da descrição das regularidades que subjazem à dispersão dos objetos. O trabalho de descrição desses sistemas de dispersão conduz à noção de formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que, entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (Foucault, 2003, p. 43)

O trabalho de descrição das regularidades de um certo sistema de dispersão forneceria, ao fim, a apreensão de uma formação discursiva. Não se pode, entretanto, esperar que a descrição de um tal funcionamento discursivo resulte numa dispersão disciplinada, mas uma formação discursiva, como já foi dito, está em permanente relação com sua alteridade, e é

nessa relação constante de antagonismo que os enunciados se constituem. Pêcheux (2002, p. 56) adverte a esse respeito:

A noção de “formação discursiva” emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora. (Pêcheux, 2002, p. 56)

Por essa via, portanto, os enunciados que formam as cartas de Myrna se reapresentam numa perspectiva mais complexa. Por duas razões. A primeira diz respeito à própria formação discursiva pela qual se apreende o feminino. A coluna de Myrna / NR está povoada de uma infinidade de vozes, as quais é possível aglutinar em torno de uma certa noção do feminino que parece ter tomado forma a partir do Romantismo, isto é, a partir das maneiras pelas quais a mulher passou a ser referida nas práticas sociais identificadas com a arte, mais especificamente com a literatura: o romance, o folhetim, a novela, as narrativas e peripécias em torno do amor, cuidaram em dar forma a uma entidade já existente, mas nunca idealizada, sacralizada e retratada em traços tão nítidos. É numa tal prática social afetada por certas formas de conceber o feminino que a mulher de Myrna é abordada. Esse será o trajeto do próximo capítulo. A segunda diz respeito às possibilidades de sentido que advêm do entendimento da heterogeneidade constitutiva: o gesto de interpretação que este trabalho proporciona não esgota aquilo que é próprio do discursivo inscrito nos enunciados. O feminino não está escondido nos textos de Myrna / NR, como um objeto apaziguado, ainda que oculto nos enunciados analisados: o feminino em NR é um nó em uma rede, articulado com tantos outros textos e sentidos aos quais ele se liga, textos aos quais se podem associar pela incontornável questão da autoria: a dramaturgia e crônica rodrigueana é um trabalho reiterado de subversão dos valores burgueses.

O biógrafo de NR relata a perseguição que ele sofria pela direita, afinal de contas, suas crônicas de *A vida como ela é...* publicadas no *Última Hora*, um jornal que se distinguia, na

década de 1950, pelo seu tom “avermelhado” de esquerda, era uma afronta aos bons costumes que a família burguesa preservava ao rejeitar o “demônio” do Comunismo. Com efeito, “as esquerdas viam no seu teatro algo a ser considerado”, diz Castro. “À sua maneira individualista, neurótica, meio doentia talvez, Nelson realmente ajudava a desmontar “o mundo burguês, da família, da tradição, da religião.”” Entretanto, ““Me interessa a pessoa em particular”, sempre disse Nelson. “A História que vá para o diabo que a carregue, e Marx, que vá tomar banho.”” (Castro, 1992, p. 245). Quanto a Myrna, não se pode ignorar seu silêncio, considerado aqui como de inquestionável significação, na ausência de adúlteras como consulentes, pois em *A vida como ela é...* “era sempre a história de uma adúltera, como o próprio Nelson confessava.” Ruy Castro aprofunda um pouco mais, a respeito dessa temática onipresente das crônicas do *Última Hora*:

Na cabeça desses personagens – garantida a virgindade e a fidelidade de suas mulheres ou namoradas -, as mulheres ou namoradas dos outros eram para ser desejadas sem contemplação. O conflito se dava porque, debaixo de toda a culpa e repressão, as moças tinham vontade própria e também desejavam os homens que não deviam desejar. E, com isso, todos eles, homens e mulheres, viviam num estado de permanente excitação erótica. As pessoas não gostavam de admitir e preferiam chamá-lo de “tarado”, mas Nelson estava sendo estritamente realista em seu tempo. No Rio em que se passam as histórias de “A vida como ela é...” – o dos anos 50, quando elas foram escritas -, não havia motéis, nem a pílula e nem a atual liberdade absoluta entre os jovens. A Zona Norte, quase sem comunicação com a paradisíaca e permissiva Zona Sul, ainda preservava valores contemporâneos da “Espanhola”. As famílias eram rigorosas e, o que é pior, muito mais famílias moravam juntas do que hoje. Maridos, cunhadas, sogras, tias e primas cruzavam-se dia e noite nos corredores dos casarões, sob uma capa de máximo respeito. Nessa convivência compulsória e sufocante, o desejo era apenas uma fâisca inevitável.” (Castro, 1992, p. 237).

Se falarmos, portanto, em formações discursivas no cruzamento desses enunciados inevitavelmente associados pela figura autoral, talvez seja possível dizer que há entre as colunas *Myrna escreve* e *A vida como ela é...* uma relação de implicação e oposição simultâneos, tanto quanto há entre as lexias *cabaret* e *garçonnière*. Castro também comenta como o jornal *Última Hora*, provavelmente impulsionado pela coluna de NR, acabou se voltando para a Zona Norte, dedicando um espaço privilegiado às páginas policiais e de esportes. A coluna de NR era “leitura obrigatória nos bondes e lotações. (...) ao contrário dos

folhetins de Susana Flag, a nova coluna de Nelson tinha uma sólida platéia masculina”

(Castro, 1992, p. 238). A propósito disto o biógrafo relata:

Um leitor encontrou Nelson na rua, reconheceu-o pelo seu retratinho no jornal e foi sincero:

““Seu’ Nelson, não deixo minha noiva ler sua seção!”

Nelson caiu das nuvens:

“Mas por que, e que piada é essa?”

“Porque as suas heroínas dão mau exemplo.” (Castro, 1992, p. 238).

Castro acrescenta que a isto, na mesma época, o escritor respondeu por escrito, em outra parte do jornal:

Discordo desse ideal de noiva cega, surda e muda diante da vida. Acho que uma moça só deve ser esposa quando está em condições de resistir aos maus exemplos. Considero monstruosa, ou inexistente, a virtude que se baseia pura e simplesmente na ignorância do mal. Cada mulher devia ter um minucioso conhecimento teórico do bem e do mal. Afinal de contas, a virtude é, acima de tudo, opção.” (Castro, 1992, p. 245).

A leitura deste fragmento parece negar as dissimetrias previamente apontadas nos processos de análise até aqui propostos, já que a esposa, para NR, não deveria sofrer as coerções ou censuras quanto aos conteúdos de suas leituras⁶⁰, como era próprio à época⁶¹. Mas a aparente subversão de NR não atinge o cerne da questão, pois os lugares e os valores aplicáveis a um homem e a uma mulher permanecem intocados: o conhecimento do bem e do mal serviria para transformar o coercitivo em desejável. Mas a proposição “a virtude é, acima de tudo, uma opção” escamoteia sua face oposta, silenciando-a: a mulher que toma conhecimento de que existe o mal e o bem converte a honestidade em virtude⁶², mas é-lhe vedado optar entre um e outro, pois a polaridade aí não opera somente a disjunção, mas a exclusão; assim, a virtude resulta não da opção, mas da permanência no único lugar que lhe cabe, pois fora dele resta-lhe o lugar marginal da desonra. Este processo de disjunção (ainda

⁶⁰ Vale retornar ao apanhado histórico de Bassanezi (2000) sobre os anos dourados e as expectativas sociais com respeito à mulher e seu previsível destino de esposa e mãe. Para que essa trajetória se cumprisse a contento, era necessário a essa mulher ser uma boa moça, a quem se deveria monitorar as leituras: “A literatura também estava sob suspeita e os pais e educadores deveriam procurar controlar as leituras das moças recomendando obras edificantes ou, ao menos, inofensivas à moral e aos bons costumes” (Bassanezi, 2000, p. 610).

⁶¹ Cf. item 3.2, *Myrna, as leitoras e seus textos*, p. 148.

⁶² Houais indica como um dos sentidos do verbete *virtude*: “continência amorosa ou castidade (geralmente referente à mulher)”.

que seja um subterfúgio para a exclusão) é, segundo Pêcheux, uma necessidade de “homogeneidade lógica” que é própria ao sujeito pragmático:

O sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os “simples particulares” face às diversas urgências da vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (por exemplo, em nossa civilização, o porta-notas, as chaves, as agendas, os papéis etc.) até as “grandes decisões” da vida social e afetiva (eu decido fazer isso e não aquilo, de responder a X e não a Y, etc...) passando por todo o contexto sócio-técnico dos “aparelhos domésticos” (isto é, a série dos objetos que adquirimos e que aprendemos a fazer funcionar, que jogamos e que perdemos, que quebramos, que consertamos e que substituímos)...

Nesse espaço de necessidade equívoca, misturando coisas e pessoas, processos técnicos e decisões morais, modo de emprego e escolhas políticas, toda conversa (desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis – com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si-mesmo e/ou para os outros. (Pêcheux, 2002, p. 33).

Pêcheux acrescenta que tal necessidade é um inegável desejo universal de “um mundo semanticamente normal, isto é, normatizado”, e que desta necessidade constroem-se “laços de dependência face às múltiplas coisas-a-saber”⁶³. O mecanismo explicativo-disjuntivo proposto por NR (em *a virtude é acima de tudo opção*) é passível de ser explicado por essa via e, por conseguinte, “de nada serve negar essa necessidade (desejo) de aparência, veículo de disjunções e caracterizações lógicas”. Todavia, no gesto de interpretação do discursivo, quer-se apontar para a duplicidade que constitui o enunciado e para o silêncio colocado lateralmente: à disjunção / exclusão à qual a mulher é circunscrita (no sentido que Pêcheux acentua da escolástica aristotélica – “questões disjuntivas em *utrum* (ou... ou)”) corresponde, para o homem, a possibilidade de pensar o *neutro* (etimologicamente, nem um, nem outro), no sentido que Barthes (2003, p. 16) indicou:

Defino o Neutro como aquilo que burla o paradigma, ou melhor, chamo de Neutro tudo o que burla o paradigma. (...) Paradigma é o quê? É a oposição de dois termos virtuais dos quais atualizo um, para falar, para produzir sentido. (...) o sentido assenta no conflito (escolha de um termo contra o outro), e todo conflito é gerador de sentido: escolher *um* e rejeitar *outro* é sempre sacrificar ao sentido, produzir sentido, dá-lo a consumir.

⁶³ É desta necessidade de apreensão das “coisas-a-saber” que se constrói o projeto de um saber unificador cuja promessa é de uma *ciência régia* capaz de explicar o real “fora de toda falsa aparência”, o que foi o positivismo.

A possibilidade do neutro a que, nesse silêncio constitutivo, o masculino está ligado, se ausenta do feminino, marcado pela alternativa incontornável para a mulher de ser casta ou impura, fada ou bruxa, esposa ou meretriz: a sexualidade da espécie humana, nestas formações discursivas que se entrecruzam, seria simbolicamente marcada no lado do feminino, deixando ao masculino um caráter tão somente biológico. Bassanezi (2000) transcreve o *Teste de Bom Senso*, um fragmento do *Jornal das Moças* de 17 de abril de 1952, que propõe uma série de respostas à questão de como se comportar a esposa no caso de saber que seu marido tem uma aventura extraconjugal. À alternativa de fingir ignorar tudo e esmerar-se no cuidado pessoal para atrair o esposo infiel segue-se o comentário:

Qual mulher inteligente deixa o marido só porque sabe de uma infidelidade? O temperamento poligâmico do homem é uma verdade; portanto, é inútil combatê-lo. Trata-se de um fato biológico que para ele não tem importância. (Bassanezi, 2000, p. 607)

É desse modo que se pode descrever a heterogeneidade constitutiva nas cartas de Myrna: este *discurso para as mulheres* está em constante relação com sua alteridade, ou talvez melhor: com o “absoluto” de quem o feminino é relativo. Essa alteridade imprime suas marcas no real da língua que se entrecruza com o real da história e do inconsciente. Os enunciados se estruturam na transparência da linguagem e na evidência do sentido, na superfície textual e nos silêncios colaterais, na materialidade da gramática e suas formas que obrigam a dizer “ou isto ou aquilo”, e também nas falhas dessa estrutura diante das demandas que o sujeito impõe, e nas ambigüidades, no absurdo e na ironia. A validade deste trabalho interpretativo fica, portanto, apoiada numa perspectiva política de estabelecimento de um posto de observação, afetado pela história, pelas práticas sociais contemporâneas que, na ordem do simbólico, não prescindem do feminino para as relações cotidianas hodiernas, marcadas pelo poder, pelo capitalismo globalizado e pelas demandas identitárias.

3. A ANÁLISE – II

Que importa quem fala?

Uma das questões mais importantes para a AD, e que constitui sua especificidade teórica é a questão do sujeito, já discutida anteriormente. Assim, a trilha teórica adotada aqui é a de por sob suspeita a existência prévia de uma subjetividade auto-referente, porque se tem o entendimento de que o sujeito é constituído por outrem, fora e aquém de si mesmo, e sua subjetividade possui, assim, um fundo histórico e ideológico a ser considerado.

Desse modo e por esse viés coloca-se a questão da autoria das cartas publicadas no Diário da Noite. Não se trata de deitar suspeitas sobre a veracidade empírica de ser NR o seu autor. O que se pretende é discutir a necessidade de buscar NR em Myrna, em operar uma análise tal que dê conta de fazer aparecer no conjunto dos enunciados as pistas, as marcas, uma certa regularidade que caracterize a autoria empírica do Nelson autor de uma multidão de outros textos aglutinados em torno de seu nome.

Os fatos biográficos dão conta de uma certa vocação de NR para a ficção voltada para uma temática específica desde sua infância. Ruy Castro (1992) descreve um cenário para reconstruir o entorno da infância de Nelson. Faze-o em tons realistas para, a uma certa altura, associá-lo aos seus textos:

As vizinhas eram mesmo gordas e patuscas. Tinham bustos opulentíssimos, braços espetaculares e colares de brotoejas. Passavam o dia nas janelas, fiscalizado os moradores da rua e suspirando exclamações como “Deus é grande!” e “Nada como um dia após o outro!”. Seus maridos eram magros, asmáticos, espectrais e, à noitinha, postavam-se nas soleiras com seus pijamas de alamares e chinelos, esperando o garoto cujo pregão já se ouvia desde a Maxwell: “Eu sou um pobre jornalista / Que não tenho paradeiro / Vivo sempre a sofrer”. E puxava um fôlego extra para gritar: “Olha ‘A Noite’!”. Era também uma vizinhança de solteironas ressentidas, de adúlteras voluptuosas e, não se sabe por que, de muitas viúvas – machadianas, só que com gazes enroladas nas canelas, por causa das varizes. [...] Os banhos eram de bacia, os partos eram feitos em casa e os velórios eram a grande atração da rua – ia-se à casa do defunto não para vê-lo pela última vez, mas para se assistir ao desespero da mãe ou checar a sinceridade da viúva. Como os velórios eram domésticos, e não nas capelinhas, não havia morte que passasse em branco. Daí a impressão de que as pessoas morriam mais, principalmente as crianças. Talvez morressem mesmo. Mas o mais provável é que essas mortes, assim como as solteironices e adultérios, fossem tantas quanto hoje, só que menos banalizadas. Onde você já viu esse cenário e esses personagens? Em Nelson Rodrigues, claro. Pois esse cenário e personagens eram reais e compunham a paisagem da rua Alegre

na época em que a família Rodrigues se mudou para lá, em agosto de 1916. (Castro: 1992, p. 21,22)

Sua primeira “obra”, escrita na escola aos 8 anos, é outro índice de seu perfil artístico, que assumiria seus contornos fixando “a obsessão que sempre o acompanharia – o sexo e a morte de mãos dadas” (Castro, 1992, p. 25):

Aos 8 anos, no segundo ano primário, aconteceu a história que depois se tornaria uma de suas favoritas: a do concurso de redação na classe. Um dia, dona Amália anunciou que, em vez de escrever sobre imagens que ela lhes mostrava (geralmente gravuras de animais domésticos, como vacas ou pintos), cada aluno iria discorrer sobre o tema que quisesse. A melhor redação seria lida em voz alta na classe. As composições foram escritas e entregues no mesmo turno de aula. Dona Amália passou os olhos sobre as folhas de caderno, quase caíram-lhe os óculos ao ler uma delas e, por via das dúvidas, selecionou duas vencedoras e não uma. A primeira, de um garoto chamado Frederico, cujo sobrenome não passou à História, contava o passeio de um rajá no seu elefante. A outra – a de Nelson – era uma história de adultério. Um marido chega de surpresa em casa, entra no quarto, vê a mulher nua na cama e o vulto de um homem pulando pela janela e sumindo na madrugada. O marido pega uma faca e liquida a mulher. Depois ajoelha e pede perdão. (Castro: 1992, p. 24)

Ainda menino, “começara a ler como um possesso” (Castro: 1992, p. 28), desde *Tico-tico*, a primeira revista infantil brasileira, até autores como Alexandre Dumas e Xavier de Montepin, descrita por Castro como sublitteratura: “Variavam os autores, mas no fundo era uma coisa só: a morte punindo o sexo ou o sexo punindo a morte – ou as duas coisas de uma vez, no caso de amantes que resolviam morrer juntos.” (Castro:1992, p. 29). É notável que o tom trágico que coloriu sua primeira obra de ficção e muito da literatura que consumia coloriria também sua vida, marcada por fatos marcantes envolvendo sua família quando ainda era adolescente.

A tragédia familiar mais marcante decorre da atividade jornalística da família. Sabe-se da intensa atividade jornalística de Mário Rodrigues, seu pai, desde Recife, onde fundara o “Jornal da República” pelos idos de 1909. Por razões políticas, abandonou o jornal, cuja linha editorial assumira posição de defesa do então governador de Pernambuco. Deixou também Recife e um cargo de deputado estadual, indo com a família recomeçar a vida e o trabalho na então Capital Federal, o Rio de Janeiro. Ali, foi acolhido pelo jornal “Correio da Manhã”, onde passou a fazer cobertura política, amigos e muitos inimigos. Atuou de uma tal maneira

que acabou sendo o catalizador de uma crise política, cujas razões era a sucessão presidencial de 1922, que culminou na rebelião do Forte de Copacabana, conhecida como “18 do Forte”. O desenrolar da atuação de Mário contra o então Presidente Epitácio Pessoa e seu sucessor, Arthur Bernardes, rendeu-lhe 1 ano de cadeia e o fechamento do “Correio da Manhã”, de propriedade de Edmundo Bittencourt. Ao fim da pena, e após um curto período de atuação mais contida no *Correio* (reaberto por decisão judicial após oito meses da interdição), pediu demissão, quando percebeu que Bittencourt dava mostras de aproximação com Epitácio Pessoa, aquele que, por causa do Jornal, tornara-se seu principal inimigo. Passaria a atuar, a partir de então, no seu próprio jornal, “A Manhã”.

A verve jornalística do patriarca parece ter sido herdada pelos filhos. A propósito disto, Castro (1992, p. 38) comenta:

ao que se saiba, nunca lhe passou pela cabeça vê-los jornalistas. [...] Mas nem Mário Rodrigues, que toda a família via como uma potestade incontestável, podia impedir que o jornal entrasse na corrente sangüínea de seus filhos. Principalmente depois que, promovido a diretor do “Correio da Manhã”, meteu-se numa batalha com Bernardes e Epitácio que lhe custou um ano de cadeia.

E foi o que aconteceu com o ainda muito jovem Nelson: convenceu seu pai a deixá-lo trabalhar como repórter de polícia, com salário de trinta mil réis por mês: “Tinha treze anos e meio [...]. Precisou comprar calças compridas para impor respeito aos colegas, embora fosse filho do patrão” (Castro: 1992, p. 45). Na função, espantava a todos “por sua facilidade para emprestar carga dramática aos toscos relatórios que os repórteres traziam da rua” (Castro: 1992: 47). Revelou especial predileção pelos pactos de morte entre casais de namorados, alguns dos quais eram desmembrados em narrativas diárias, à maneira de folhetim, “muito depois que o casal já estava enterrado e quase esquecido” (Castro, 1992, p. 48).

O *modus operandi* do jornalismo de Mário Rodrigues era de tal modo virulento que parece tornar o hodiernamente chamado de Jornalismo de Investigação trabalho de amador:

Dava voz ao adversário, transcrevendo os ataques que este lhe fazia. Então usava os insultos do outro como uma alavanca para os seus próprios insultos: vasculhava a vida particular do inimigo, descobria-lhe amantes, publicava as suas cartas de amor e expunha-lhes as tripas ao sol. (Castro, 1992:, p. 48)

O fato é que sua maneira agressiva e audaciosa de fazer jornalismo acabou desencadeando uma tragédia, pois custou-lhe a vida de Roberto. Após perder o controle acionário do “A Manhã” para o seu sócio (de quem passou a receber salário), Mário Rodrigues abriu o Jornal “A crítica”, ainda mais agressivo que o primeiro. O jornal tinha duas páginas que competiam entre si em relevância para o público: a primeira página, de temática política, e a última, voltada para os fatos policiais. Esta última, muito defendida por Roberto, que a ilustrava e às vezes fazia com que ocupasse a primeira página. Foi o que aconteceu com a edição de 26 de dezembro de 1929: uma notícia bombástica de um desquite cuja causa parecia ser o adultério da Sra. Sylvia Thibau que, perguntada pelo jornal das verdadeiras razões de sua separação, pediu que não publicassem a notícia, chegando mesmo a ir pessoalmente ao jornal fazer o pedido. Não foi atendida. No mesmo dia, comprou um pequeno revólver e foi à redação de “A Crítica”, perguntou por Mário Rodrigues e Mário Filho e, como não estivessem, pediu para conversar em particular com Roberto, aquele a quem pedira pessoalmente que não publicasse a notícia. À queima roupa, atingiu-lhe com um tiro. Roberto morreu três dias depois, em consequência do ferimento⁶⁴. A partir daquele momento, a vida dos Rodrigues mudaria drasticamente, pois alguns meses depois Mário Rodrigues morreria de hemorragia cerebral, cuja causa, evidentemente, foi diretamente vinculada ao impacto que lhe provocara a morte de Roberto. Além disso, no ano de 1930, os rumos políticos do país também mudariam, e isto dizia respeito diretamente àquela família. Mário Rodrigues apostara numa possibilidade que não se concretizou, pois Getúlio Vargas, o candidato a quem “Crítica” se opôs, acabou se fixando no poder. As circunstâncias que envolvem o período mostram que a família Rodrigues estava em plena decadência, na opinião pública e nas relações com o poder político. Sylvia Thibau fora absolvida, apesar da dura e persistente campanha que o jornal empreendera contra sua pessoa:

⁶⁴ Castro (1992) afirma que não conseguiremos entender o teatro de Nelson Rodrigues se não avaliarmos corretamente a dimensão e o efeito dessa tragédia sobre ele.

[...] iniciou-se em “Crítica” uma das campanhas mais duras que um jornal já desencadeou contra uma pessoa isolada, em toda a história da imprensa brasileira. Durante 267 dias o jornal de Mário Rodrigues publicou um quadrado onde se via a foto de Sylvia – proibitivamente linda e sorridente, com pérolas lhe escorrendo pelo colo –, o título “JUSTIÇA! JUSTIÇA! MERETRIZ ASSASSINA!” e, dia após dia, sempre o mesmo texto:

“Faz hoje [*tantos*] dias que Sylvia Seraphim, ex-Thibau, esposa adúltera, mãe infame, cujos vícios inspiraram uma escandalosa ação de divórcio, para maior liberdade da cadela de rua, feriu de morte Roberto Rodrigues, artista de 23 anos de idade, chefe de família, profundamente honesto, com o fulgor de um grande talento e de virtudes inexcusáveis. A meretriz assassina será castigada.” (Castro, 1992, p. 93)

e quase simultaneamente, a revolução de 30:

A revolução saiu às ruas no dia 3 de outubro e Rio grande do Sul, Minas e quase todo o Nordeste caíram logo em poder dos rebeldes. Mas “Crítica” continuava a atacá-los com cega coragem, como se aquilo se estivesse passando na Bósnia, no Congo ou em outro país distante. Certamente contava com os focos de resistência em São Paulo e no Rio, principalmente em Itararé, SP, onde as forças fiéis a Washington Luís estavam entrincheiradas para barrar o avanço da revolução. Mas “Crítica” calculou mal, porque Rio e São Paulo também caíram e, afinal, nem houve a batalha de Itararé. Na madrugada de 24 de outubro, o presidente Washington Luís, docemente constrangido, aceitou sua demissão do cargo, e a turba saiu cedinho às ruas para acertar contas com os jornais do velho regime.

Redações e oficinas foram invadidas. Máquinas de escrever eram atiradas na rua, prensas eram destruídas a golpes de canos de ferro, gavetas inteiras de tipos eram jogadas para o alto como peneiras de café. Bobinas de papel atapetavam as ruas do Carmo, Ouvidor, Sete de Setembro e Assembléia. Tudo ia sendo chutado, rasgado, demolido e em alguns casos, incendiado. [...] foram invadidos “Crítica”, “A Noite”, o “Jornal do Brasil”, “O País”, “A Notícia”, “Vanguarda” e a “Gazeta de Notícias”. [...] Nas poucas horas entre a saída de Washington Luís do Catete e a instalação da Junta Militar Provisória (com a nomeação do Coronel Bertoldo Klinger como chefe de polícia do Distrito Federal), tinha havido um vácuo de autoridade – exatamente quando o assalto aos jornais acontecera. Por volta de meio-dia, com os novos governantes já empossados, os quebra-quebras pararam – quebrar mais o quê? (Castro, 1992, p. 105).

A conjugação desses fatos conduziu os Rodrigues a um longo período de penúria, privação e fome. E como não houvesse outra coisa que se soubesse fazer na família, Nelson e Joffre passaram a acompanhar Mário Filho em “O Globo”, onde este fora admitido por Roberto Marinho. É a partir deste contexto que Nelson inicia toda sua atividade de jornalista, escritor de folhetins e, posteriormente, também dramaturgo.

Em “O Globo”, a princípio Nelson atuava como jornalista esportivo, mas, a certa altura, não suportando mais escrever sobre esportes, conseguiu uma vaga de redator em “O Globo Juvenil”, tablóide de histórias em quadrinhos recém-lançado pelo jornal. Além disso, conseguiu também que lhe permitissem uma atuação como crítico de arte, mais precisamente de ópera, em função da grande atividade dramática desse gênero no Rio de Janeiro daquele

tempo⁶⁵. Nessa função produziu críticas de cuja pertinência e propriedade não se podia duvidar. Além disso, era pago por fora por cada artigo, o que convinha aos seus planos de casamento. Casou-se em 1940. Escreveu sobre ópera até 1943, assinando N. R.

Como soía acontecer aos casais da primeira metade do século findo, NR pediu a Elza, sua mulher, que deixasse seu emprego (na redação de “O Globo Juvenil”). Também pediu: “Meu anjo, esteja sempre de banho tomado, vestida e cheirosa, à minha espera”. Por sua parte, “era incapaz de voltar para casa sem bombons ou um prato de doces para ela.” As evidentes limitações financeiras e a estagnação profissional em “O Globo” moveram-no na direção de uma atividade nova:

Estava passando pela porta do Teatro Rival, na Cinelândia, onde uma fila se atropelava para ver Jaime Costa em “A família Lero-lero”, de R. Magalhães Jr. Nelson ouviu alguém comentar: ‘essa chanchada está rendendo os tubos!’ Por que não escrever teatro? Não lhe parecia mais difícil do que escrever um romance. Pelo menos era mais rápido. Com os dedos salivando, Nelson resolveu tentar. (Castro, 1992, p. 151)

E foi com tal motivação que, por volta de 1941, Nelson Rodrigues escreveu seu primeiro drama, “A mulher sem pecado”, e logo depois a célebre “Vestido de Noiva”, cuja repercussão mudaria os rumos de sua vida, tanto quanto da dramaturgia nacional. Com o intuito de ver a peça ser acatada por alguém que a produzisse e ensaiasse, Nelson Rodrigues lançou-se em verdadeira campanha de promoção de seu trabalho, entregou uma cópia a Manoel Bandeira, que elogiara “A mulher sem Pecado”, e como o poeta se agradasse muito do trabalho, o autor lhe pediu: “Você escreve, escreve?” (Castro, 1992, p. 159). Entre outros que subscreveram recomendação estavam Astrogildo Pereira (fundador do Partido Comunista), Otto Maria Carpeaux e Carlos Drummond de Andrade. A peça foi acatada por “Os Comediantes”, grupo de teatro formado por amadores e dirigido pelo polonês Zbigniew Ziembinsk. O sucesso estrondoso da peça, principalmente com relação à crítica, não era capaz de satisfazer seu autor, e aí o próprio Nelson Rodrigues começa a “atuar”:

⁶⁵ Foi por ter trânsito livre como jornalista no Teatro Municipal que Nelson Rodrigues obteve algum conhecimento sobre teatro, “fundamental para que ele em breve se tornasse o autor de “A mulher sem pecado” e “Vestido de noiva” (Castro, 1992, p. 142).

Mesmo coberto de ouro, incenso e mirra, Nelson ainda não parecia satisfeito: um artigo assinado por “Maria Lúcia” em “O Globo Feminino”, logo depois da estréia, punha vestido de noiva nas nuvens – o que, aliás, era o seu lugar. Só que o artigo parecia ser escrito por Nelson. Reportagens laudatórias assinadas por outros, mas com o indiscutível estilo nelsonrodrigues, continuariam saindo em “O Globo” durante janeiro de 1944. E, assim que ele se mudasse para os “Diários Associados”, em fevereiro, passariam a sair nos jornais e revistas de Chateaubriand. Não era uma coincidência? (Castro, 1992, p.176).

E mesmo depois que aceita o convite para trabalhar nos “Diários associados” de Assis Chateaubriand (como diretor das revistas “O Guri” e “Detetive”), continuou atuando como vários autores, de modo específico na principal revista brasileira da época, “O Cruzeiro”:

Tornou-se parte de “O Cruzeiro”, escrevendo artigos sobre si próprio, na terceira pessoa, que saíam assinados por Accioly Neto (responsável pela seção de teatro), Alceu Pereira, Flávio Marques e até Freddy Chateaubriand. Por que os outros se sujeitavam a assinar por ele? Porque “Vestido de Noiva” ainda era o grande assunto e os artigos eram muito bem escritos. Além disso, gostavam de Nelson e queriam ajudá-lo. E por que Nelson insistia em escrever sobre si mesmo? Porque ninguém entendia “Vestido de Noiva” melhor do que ele. Além disso, cada uma dessas matérias lhe era paga por fora. (Castro, 1992, p. 183).

Não chega a ser propósito deste trabalho vasculhar esses textos em busca do “indiscutível estilo nelsonrodrigues”⁶⁶. Isto nem mesmo é relevante aos nossos propósitos. Convém observar, entretanto, a tarefa que o autor a si mesmo se dá, estendendo seus textos como por tentáculos e elaborando outras formas de dizer o que estava dito a cada encenação. Nelson constrói pela heteronímia de si mesmo um conjunto de textos, falas e comentários que cobrem e recobrem sua “obra” em camadas sucessivas de significação. Para alguém de uma questão estilística, é interessante observar o funcionamento dessas práticas textuais, e de como uma verdadeira rede de sentidos se forma, se expande e recua em torno daquilo que queremos investigar como obra e autoria, ou a função autor.

Em 1946, Nelson Rodrigues escreve a peça “Álbum de Família”, que é interdita pela censura federal do governo do general Eurico Gaspar Dutra. Com a interdição, resolve

⁶⁶ Em entrevista sobre o “O Baú de Nelson Rodrigues”, coletânea dos textos de Nelson de 1928 a 1936, Caco Coelho diz: “o livro trata do início do Nelson como escritor, um caminho que começa dos 15 para os 16 anos, em 1928, quando sai a primeira crônica assinada por ele. É um livro que abrange os períodos nos jornais “A Manhã” e “Crítica”. Neste jornal, que talvez tenha sido o mais revolucionário já existente no Brasil, ele assina críticas literárias, contos, crônicas, além de um material muito grande de reportagem policial. E também abrange o período em “O Globo” anterior a ele se tornar crítico de ópera do jornal. O livro será dividido entre os três jornais e entre matérias assinadas e não assinadas, nas quais há uma grande evidência que exista a mão do Nelson.” (Transcrito de <http://portalliteral.terra.com.br>, acessado em 28/12/04, às 11:48h.)

publicá-la em livro, que passa a ser alvo de uma grande polêmica (a peça deveria ser ou não ser apresentada?) envolvendo toda a crítica. Álvaro Lins, então crítico de Teatro do “Correio da Manhã”, posicionou-se contra a censura e igualmente contra a peça que, segundo ele, “era ‘chula’, ‘primária’, ‘grosseira’, ‘de desoladora miséria vocabular’” (Castro, 1992, p. 198), por causa da profusão de incestos que anulava o caráter extraordinário do fato. Em resposta, Nelson Rodrigues envolve todos os ‘Associados’ em uma guerra contra Álvaro Lins:

“Um artigo assinado por Monte Brito em “O Jornal” classificava de ‘enciclopédica e delirante a sua ignorância [de Álvaro Lins] sobre o teatro’. Na mesma linha, Freddy Chateaubriand, em “O Cruzeiro”, notou que Álvaro Lins citara dramaturgos gregos, franceses e americanos em seu rodapé e estranhou a ‘súbita cultura teatral que adquiriu – do dia para noite, consultando dicionários, incomodando amigos pelo telefone’. (...) Nada de grave nesses ataques, exceto por um detalhe: apesar de assinados por pessoas conhecidas, (...) ambos os artigos eram da mesma e ostensiva autoria: Nelson Rodrigues.” (Castro, 1992, p. 198)

Com efeito, desde 1944 e ao longo de mais de dez anos, as resenhas de peças de autoria de Nelson Rodrigues na coluna “Spot-light” da revista “O Cruzeiro” foram escritas pelo próprio, embora assinadas por Accioly Neto. E disso Castro (1992, p. 211) relata:

Entre observações agudas e pertinentes sobre as intenções do autor (e quem estaria mais abalizado para isso?) e hinos à eternidade das peças, Nelson fazia leves restrições ao cenário ou à iluminação para parecer “imparcial”. Várias observações de “Accioly” (na vida real, boa-praça, grande gozador, fã de Nelson e das moças que saíam na capa de “O Cruzeiro”) foram incorporadas aos estudos críticos sobre ele.

Mas essa prática textual heteronímica não chegara ainda a ser profícua, o que de fato só ocorreu com o início de Susana Flag.

Embora a mudança de emprego tivesse resultado numa elevação significativa no padrão de vida do autor (passara a ganhar sete vezes mais), não eram ainda tempos de abundância, e ele continuava a procurar trabalhos extras. Como soubesse que Freddy Chateaubriand planejava comprar um folhetim francês ou americano para impulsionar as vendas de “O Jornal”, que era o jornal de que Assis Chateaubriand mais gostava, mas cuja tiragem era de apenas três mil exemplares, Nelson Rodrigues ofereceu-se para escrevê-lo, e sua proposta foi aceita após ele garantir que entregaria os seis primeiros capítulos de uma vez,

o que de fato ocorreu dois dias depois. Castro (1992) relata as circunstâncias que definiram o folhetim:

Os seis capítulos começariam a sair enquanto Nelson seguiria fazendo outros, para ter sempre alguns à frente. Precisavam de um título – e de um pseudônimo, porque Nelson, o autor “sério”, não queria assinar o folhetim. Para que não houvesse dúvida, deveria ser um pseudônimo feminino. Freddy concordou, mas achava que deveria ser um nome inglês – se fosse brasileiro, ninguém leria. Nelson insistia num nacional, algo assim como Susana, nome da mulher de seu primo Augusto. Freddy cedeu e forneceu o sobrenome.

Daí nasceu “Susana Flag”. Com essa assinatura, o título do folhetim só poderia ser aquele: “Meu destino é pecar”. Castro (1992, p. 185)

A publicação de “Meu destino é pecar” catapultou as vendas de “O Jornal”: a modesta tiragem de três mil exemplares passou a cerca de trinta mil em quatro meses daquele 1944. Em junho, foi publicado em livro e, conta-se, foram vendidos centenas de milhares de exemplares do romance. À época do folhetim de sucesso espantoso, o jornal recebia muitas cartas para Susana Flag, e Castro (1992, p. 186) relata que “dezenas de velhinhas invadiram a redação de “O Jornal”, na Avenida Venezuela, num dia em que a gráfica saltou um episódio por engano”. Quando acabou “Meu destino é pecar”, Susana / Nelson começou “Escravas do Amor” e a “autora” ficou famosa em todo o Brasil. É a partir dessas circunstâncias que podemos começar a entender Myrna.

Em 1948, Nelson ainda lança “Núpcias de Fogo” como Susana Flag, simultaneamente em “O Jornal” e “O Cruzeiro”, ainda que desejasse, segundo Castro (1992, p. 219), dedicar-se ao teatro. Mas precisava sobreviver, e as interdições sucessivas de suas peças forçavam-no a continuar nos folhetins. Mas estava cansado de Susana Flag. Como Freddy Chateaubriand estivesse saindo da direção de “O Jornal” e indo para a do “Diário da Noite” e tivesse convidado Nelson para acompanhá-lo, o escritor sugeriu que abandonassem Susana Flag. Mas em seu lugar, e por sugestão de Freddy, surgiu Myrna. De acordo com Castro (1992, p. 219), Myrna começou como um folhetim que gerava uma correspondência dos leitores, e desta correspondência nasceu o correio sentimental *Myrna Escreve*:

A correspondência de Myrna era tão descomunal que era pena não transformá-la num “correio sentimental”. Ei, por que não? As leitoras acreditavam em “Myrna”⁶⁷ e escreviam contando suas brigas com a mãe ou com o namorado, pedindo conselhos. Nelson poderia respondê-las, com a solidariedade que sempre dispensara às mulheres – e faturando mais alguns caraminguás.

Já Caco Coelho, no posfácio da coletânea das cartas que constitui nosso corpus, narra o processo de criação de forma ligeiramente dessemelhante, como se o folhetim não tivesse precedido o correio sentimental:

Nelson Rodrigues estava concluindo um período de seis anos nos *Diários Associados*. Até esse momento, com 23 anos de profissão, ele já havia escrito seis peças e quatro romances, estes com a assinatura de Susana Flag. Antes de seguir para a *Última Hora*, onde criaria *A vida como ela é...*, ele fica por seis meses no *Diário da Noite*. (...) Entre uma e outra correspondência, Myrna também escreve o romance *A mulher que amou demais*. (Rodrigues, 2002, p. 139)

É nesse contexto que nasce Myrna, de quem Nelson Rodrigues diria tratar-se de um mero “exercício de estilo”, já que desejava realmente era escrever teatro. Um contexto que informa quão pouco mulheres faziam fora do lar, muito menos em atividades como o jornalismo, e é desse modo que NR, para afastar qualquer possibilidade de associação de seu nome à vulgaridade do folhetim (àquela altura, ainda queria ser visto como autor sério, para o bem de suas peças), assina o que escreve pelo nome de mulher: a verossimilhança da autoria feminina só se sustenta pela via de uma literatura “menor”, ao tempo em que preserva a posição prestigiosa do autor.

A questão inicial deve, então, ser retomada, e ela diz respeito ao quanto deve importar Nelson Rodrigues para Myrna, já que percorremos o trajeto biográfico do missivista desde sua infância até o ponto cronológico em que as cartas acontecem. Importam sua vida, sua vocação literária e jornalística, seu estilo? Tendo em vista a perspectiva teórica da AD, qual é a relevância desses dados? Faz-se necessário retomar alguns pontos importantes para o trabalho.

O primeiro deles se refere ao objetivo da pesquisa, que é investigar as repercussões ideológicas da produção de discurso baseada na identificação dos interlocutores quanto ao

⁶⁷ Observar o caráter feminino do público leitor de folhetins. Observar também a “solidariedade” dispensada às mulheres que Castro ressalta.

gênero e assim verificar o quanto a linguagem realiza a dissimetria entre o masculino / feminino em sua própria materialidade. É por essa razão que se selecionou um conjunto de textos que fosse representativo do problema a ser investigado, o que Orlandi (2003, p. 63) indica ser um procedimento importante para a AD: “decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas”. Afirmamos, assim, que NR, sua obra, seu estilo, as características de sua estética, não importam a este trabalho. O que importa, então? E quem é NR? O que constitui empiricamente aquilo que produziu e subscreveu o texto? Certamente não é apenas a pessoa de NR. Sua realidade empírica, de fato, importa muito pouco.

No trajeto biográfico percorrido, pôde-se observar que sua multifacetada atividade como escritor não obedece a uma linearidade ou estabilidade, seja na forma (numa perspectiva de gêneros textuais), seja no conteúdo (o que resulta da forma, do gênero, do meio ou suporte do texto). Nelson jornalista de esportes ou da página policial (fazendo ficção), Nelson crítico de arte, Nelson dramaturgo ou crítico de teatro (do seu próprio e do de outros), Nelson ficcionista ou missivista sob máscaras femininas: a variedade dos textos é proporcional à variedade dos papéis encenados pela pessoa “empírica” rodrigueana, exercendo de modo múltiplo aquilo que Foucault (2001) chama de “Função Autor”. A essa noção, pretende-se articular a de “condições de produção”, a fim de organizar um traçado pelo qual se conduzirá uma possibilidade de entendimento das cartas “myrnianas”.

A noção de função autor é empregada a partir da necessidade de justificar uma certa metodologia de análise que Foucault empreendeu, por exemplo, em “As Palavras e as Coisas”. Sobre o texto, ele diz:

(...) eu tentara analisar as massas verbais, espécies de planos discursivos, que não estavam bem acentuados pelas unidades habituais do livro, da obra e do autor. Eu falava em geral da história natural, ou da “análise das riquezas”, ou da “economia política”, mas não absolutamente de obras ou de escritores. (...) utilizei ingenuamente, ou seja, de forma selvagem, nomes de autores. (...) busquei simplesmente – o que era muito mais modesto – as condições de funcionamento de práticas discursivas específicas. (Foucault, 2001, p. 266)

Mas nessa justificativa acaba por desenvolver toda uma discussão em torno das práticas textuais na sua relação com a noção de autoria, ou com essa figura que nem sempre teve o mesmo estatuto. A análise deste processo – o de individualização do autor, de como a partir de um certo momento em nossa cultura “pôs-se a fazer pesquisas de autenticidade e de atribuição, em que sistema de valorização o autor foi acolhido, em que momento passou-se a contar a vida não mais dos heróis, mas dos autores” (Foucault, 2001, p. 267) – não é o foco do texto, mas a relação do texto com o autor. Daí a pergunta que tematiza a discussão que se desenvolve e também intitula esta seção: “que importa quem fala?” É sabido que o caráter solene da autoria tem padecido de certa decadência – ao menos teoricamente. O célebre ensaio de Barthes, “A morte do autor”, aponta contundente para a impossibilidade da estabilidade do sentido em grande medida alicerçada na figura da autoria. A propósito de um fragmento da novela *S / Z*, de Balzac, e de qual é, dentre os possíveis sentidos, o verdadeiro, ele diz: “será para sempre impossível sabê-lo, pela boa razão de que a escrita é destruição de toda a voz, de toda a origem.” (Barthes, 1987). As implicações da constatação são radicais, e tomam por base argumentos da própria lingüística (dentre outros):

A lingüística acaba de fornecer à destruição do Autor um instrumento analítico precioso, ao mostrar que a enunciação é inteiramente um processo vazio que funciona na perfeição sem precisar ser preenchido pela pessoa dos "interlocutores"; lingüisticamente, o autor nunca é nada mais para além daquele que escreve, tal como *eu* não é senão aquele que diz *eu*: a linguagem conhece um «sujeito», não uma «pessoa», e esse sujeito, vazio fora da própria enunciação que o define, basta para fazer «suportar» a linguagem, quer dizer, para a esgotar.

Que fique claro que tais considerações não anulam a possibilidade do sentido, em grande parte, segundo Barthes⁶⁸, de responsabilidade do leitor. Outrossim, o que importa é perceber que a escrita é o lugar mesmo de apagamento da figura empírica que a produziu, e isto não resulta meramente de uma opção teórica, mas da constatação da especificidade do

⁶⁸ “um texto é feito de escritas múltiplas, saídas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar em que essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se tem dito até aqui, é o leitor: o leitor é o espaço exato em que se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que uma escrita é feita; a unidade de um texto não está na sua origem, mas no seu destino.” (Barthes, 1987)

funcionamento da escrita. A autonomia constitutiva de sua materialidade acaba provocando esse apagamento ou essa não-necessidade. A concepção moderna de escrita, segundo Barthes, está ciente, assim, da impossibilidade de um aquém do texto, do mesmo modo que já não é possível postular, na escrita, outro eixo para o tempo que não o presente, ou outro preenchimento para os dêiticos que não aqueles que se apóiam na própria enunciação. Do que se pode concluir, empregando a metáfora de Barthes (1987), que o escritor moderno “não é de modo algum o sujeito de que o seu livro seria o predicado”.

Mas a despeito de tais coisas, a figura do autor mantém-se vigorosa. Não é sem razão, com efeito, que é necessário aqui justificar uma certa “indiferença” para com NR, indiferença que, pela sua estranheza, cobra a teoria que lhe dê legitimidade, uma legitimidade que se contraponha à muito mais legítima instituição chamada autor e sua obra. No caso de Myrna, a figura de NR é suficientemente forte e marcada, de modo que não se pode ignorá-la. Myrna, hodiernamente, está colada a NR, é parte constituinte de sua obra, e o presente capítulo, repleto de dados biográficos, servem tão somente para por em questão a sua (não) importância, para afirmar e negar, a um tempo, que Nelson Rodrigues e Myrna não importam⁶⁹.

Há, então, que se justificar essa posição. Foucault, alinhado às considerações de Barthes, observa que a escrita contemporânea não mais está atrelada ao tema da expressão: “ela se basta a si mesma e, por conseqüência, não está obrigada à forma da interioridade; ela se identifica à sua exterioridade” (Foucault, 2001, p. 268). Sendo assim, poderia se supor sua independência, já que a escrita é o lugar mesmo da morte da subjetividade, a “abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não pára de desaparecer” (Foucault, 2001, p. 268). Mas a despeito disso, a figura do autor permanece consolidada, o que, no dizer de Foucault, parece se dever a noções que, em vez de substituir o privilégio do autor, acabam por furtá-lo.

⁶⁹ Esse mecanismo teórico é suficientemente contraditório para realçar a dimensão acadêmica da noção de morte do autor: o processo retórico de negação da relevância da autoria traz em suas bordas a afirmação de sua importância para a cultura, ou para a práxis editorial e econômica: que seria, hoje, de Myrna sem NR?

Uma é a noção de obra. Ainda que a crítica moderna já cuide em não alinhavar, em seu trabalho, a obra e o autor, sua tarefa, segundo o teórico, tem sido a de analisar a estrutura da obra, a estrutura que constitui sua especificidade e identidade. É, então, daí que Foucault coloca a questão, pois quer saber o que seja “essa curiosa unidade que se designa com o nome de obra” (2001, p. 269). O conceito de obra pressupõe necessariamente a existência prévia de alguém, sem o qual perde sua consistência: o sentido de obra transita para o seu autor (que é precisamente seu *complemento* nominal). Nessa perspectiva, Foucault levanta algumas perguntas, com o fim de desconstruir o conceito tematizado:

Se um indivíduo não fosse um autor, será que se poderia dizer que o que ele escreveu, ou disse, o que ele deixou em seus papéis, o que se pode relatar de suas exposições, poderia ser chamado de “obra”? (...) Mas suponhamos que se trate de autor: será que tudo o que ele escreveu ou disse, tudo o que ele deixou atrás de si faz parte de sua obra? (...) Dentre os milhões de traços deixados por alguém após sua morte, como se pode definir uma obra? (...) A palavra “obra” e a unidade que ela designa são provavelmente tão problemáticas quanto a individualidade do autor. (Foucault, 2001, p. 270).

Temos assim um problema a discutir: a noção de obra está implícita e previamente conectada à de autoria e, desse modo, o problema da subjetividade se recoloca sub-repticiamente. Isto fica evidente em Myrna, cuja identidade e muito de seus “sentidos” estão atrelados ao autor. Cabe, nesse ponto, observar o trabalho de Caco Coelho, atualmente responsável pelo espólio intelectual e literário de NR. Ele é o organizador da coletânea de textos que constitui o corpus desta pesquisa. Seu último trabalho, *O baú de Nelson Rodrigues (1927- 1935)*, consiste exatamente nessa atividade de recolhimento dos dispersos do autor, mais especificamente do período que atuou como jornalista. Em entrevista concedida por Coelho ao *Portal Literal*⁷⁰, obtém-se a informação de que ele está

há mais de dez anos mergulhado em jornais velhos, microfilmes e pistas várias para recolher o maior número possível de inéditos de Nelson. O objetivo não é descobrir por descobrir, mas entender o passo-a-passo da obra do autor, estabelecer vínculos, desmontar mentiras ou desinformações que foram se consolidando como verdades ao longo das décadas - muitas delas com a ajuda do próprio Nelson - e abrir novos caminhos rodriguianos. Com a pesquisa "O baú de Nelson Rodrigues (1927-1935)", apenas uma etapa do que sonha fazer, ele conquistou a confiança da família

⁷⁰ <http://portalliteral.terra.com.br>, acessado em 28/12/04, às 11:48h.

Rodrigues e passou a coordenar as publicações do autor na Companhia das Letras, em substituição a Ruy Castro.

Com efeito, a Companhia das Letras lançou primeiramente a *Coleção das obras de Nelson Rodrigues*, sob a coordenação de Ruy Castro, com os títulos: *O Casamento* (1992), o único romance que Nelson Rodrigues escreveu para ser publicado diretamente em livro (e não em jornal); *A vida como ela é... – O homem fiel e outros contos* (1992); *O óbvio ululante – Primeiras confissões* (1993); *À sombra das chuteiras imortais – Crônicas de futebol* (1993); *A coroa de orquídeas e outros contos de A vida como ela é...* (1993); *A menina sem estrela – Memórias* (1993); *Asfalto selvagem – Engraçadinha, seus amores e seus pecados* (1994); *A pátria em chuteiras – Novas crônicas de futebol* (1994); *A cabra vadia – Novas confissões* (1995); *O reacionário – Memórias e confissões* (1995); *O remador de Ben-Hur – Confissões culturais* (1996), crônicas publicadas em vários jornais no período de 1957 a 1979; *Flor de obsessão – As 1000 melhores frases de Nelson Rodrigues* (1997); sob o pseudônimo de Susana Flag, *Núpcias de Fogo* (1997) e *Escravas do amor* (2001). E sob a coordenação de Caco Coelho, a *Coleção Baú de Nelson Rodrigues*, com o romance *A mentira* (2002); *Pouco amor não é amor* (2002), textos publicados aos domingos no *Jornal da Semana – Flan*; *O Baú de Nelson Rodrigues – Os primeiros anos de crítica e reportagem (1928-35)*; sob o pseudônimo de Myrna, *Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo – o consultório sentimental de Nelson Rodrigues* (2001) e *A mulher que amou demais* (2003); sob o pseudônimo de Suzana Flag, *Minha vida* (2003). Têm-se ainda *O profeta tricolor* (2002), organizado por Nelson Rodrigues Filho. O trabalho de pesquisa continua e Coelho pretende ainda publicar vários outros, pois o que ele chama de “o baú de Nelson Rodrigues” não tem fundo: “em números eu acredito que ele tenha ultrapassado 55 mil publicações. Por 55 mil vezes ele escreveu na imprensa”, diz o organizador.

Pois é assim que todo um trabalho editorial de pesquisa, coleta, seleção e publicação se articulam em torno do nome Nelson Rodrigues. Como já foi dito, seu trabalho não é

estável, regular (a não ser a constante atuação no ambiente jornalístico), e seus escritos estão distribuídos numa variada gama de gêneros e tipos. A constituição de sua obra decorre de uma tarefa que é fruto muito mais da admiração e obstinação de um pesquisador do que de sua própria imanência⁷¹. Coelho refere-se ao trabalho heteronímico de NR com Myrna como libertador, e associa-o a algo que já existia antes, referindo-se a uma Maria Amélia⁷², que narra a história “A paixão religiosa de Maria Amélia”:

Já na Myrna é a primeira vez com que Nelson está falando com o leitor. Mas não é a primeira vez que ele usa a voz feminina. Uma das novidades do baú é que eu encontrei textos antigos dele usando a voz feminina. Por exemplo: em "A paixão religiosa de Maria Amélia", é Maria Amélia quem conta a história. E, nesse material, é possível sempre ver a defesa imperiosa da mulher diante do homem. A mulher tem brios, o homem é um cafajeste. À mulher cabe o destino de trair, ao homem o de compreender. Na reportagem policial ele também sempre se posiciona do lado da mulher. Depois, os heterônimos constituídos passam a ser essa voz que já existia. Ao contrário do que se costuma dizer, que os heterônimos seriam uma proteção do nome de Nelson, os heterônimos são uma libertação do escritor. Em ele sendo mulher, ele pode escrever coisas que o homem não pode. A Myrna pode dizer coisas que o Nelson não pode. É uma ampliação do seu universo de escritor. Esses me parecem dados novos⁷³.

Importa observar que o trabalho de reunião e compilação de inéditos parece carecer de um fundamento que lhe dê alguma consistência, para além daquela fornecida pela força do nome do autor. Foucault observa que “a teoria da obra não existe, e àqueles que, ingenuamente, tentam editar obras falta uma tal teoria e seu trabalho empírico se vê muito

⁷¹ Julio Daio Borges entra em defesa do trabalho editorial de Caco Coelho, fazendo um contraponto à crítica de então. Ele diz no site Digestivo Cultural: “Heidegger afirma que Nietzsche só pode ser entendido a partir dos escritos que deixou inacabados. Se alguém quiser compreender o método de Kafka, tem de inevitavelmente passar pelos capítulos que ele escreveu mas não quis acrescentar (a O Processo, por exemplo). O mesmo se dá em relação a Nelson Rodrigues. Diante do lançamento de “A Mentira” (romance) e “Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo” (consultório sentimental), a crítica tem sido unânime em considerar o acontecimento desimportante, por se tratar de obras “menores” do autor. Acontece, porém, que nenhum escritor será devidamente assimilado se não estiver representado em todos os seus momentos: os bons e os não tão bons. Na verdade, a ausência de Ruy Castro (estóico organizador da obra do Anjo Pornográfico) no prefácio, já dava sinais de que os resenhistas refugariam, em conjunto, o material inédito. De qualquer jeito, e isso ninguém tasca, o “pior” Nelson Rodrigues é sempre largamente superior ao melhor nome que se puder evocar nas prateleiras das livrarias do tempo presente.”

⁷² No livro editado em 2004 (a entrevista de Caco Coelho é de 17/01/2003) encontra-se “A paixão religiosa de Maria Amélia”. Trata-se de uma narrativa em 1ª pessoa, mas não narrada por ela, e sim por um personagem que parece ser seu assassino (Rodrigues: 2004, p. 124). Há que se notar também que, no texto em questão, ainda que Maria Amélia fosse o narrador-personagem, não se trataria de heteronímia, que parece ser o que o organizador da coletânea quer indicar na entrevista ao referir a Myrna.

⁷³ Transcrito de <http://portalliteral.terra.com.br>, acessado em 28/12/04, às 11:48h.

rapidamente paralisado”(Foucault, 2001, p. 270). É assim, pois, que a noção de obra está sustentada na noção de autor, como que furtando seus privilégios.

Outra noção que parece ter também o poder de perpetuar os privilégios do autor para depois de sua morte é a de escrita, operando o inverso daquilo que se esperaria, haja vista o entendimento que se tem dela atualmente. Segundo Foucault (2001, p. 271), ao tempo em que se tenta apagar as marcas empíricas do autor, utiliza-se, em contra partida, duas maneiras de trabalho com a escrita que a caracterizariam: uma modalidade crítica e uma modalidade religiosa. O que se pode depreender de tais modalidades é que, havendo uma tendência em se dar à escrita um estatuto originário, isto é feito a partir (ou a priori) de uma certa transcendência que afirma, teologicamente, o seu caráter sagrado – daí a necessidade de interpretar – e, criticamente, o seu caráter criador – na busca de significações implícitas, que demandam comentários. Ou seja, o trabalho sobre a escrita é sempre hermenêutico, fazendo subsistir “o jogo das representações que fazem uma certa imagem do autor” (Foucault, 2001, p. 271), de modo que o desaparecimento do autor estaria submetido a um “bloqueio transcendental”(Foucault, 2001, p. 271). Dá-se, portanto, a necessidade de discutir a noção de autor.

Primeiramente Foucault (2001) relaciona o conceito de autor ao problema filosófico do nome próprio, mais precisamente conforme proposto por Searle (1981), que, a propósito de uma teoria dos atos lingüísticos, discute que relação existe entre a forma pela qual uma descrição definida isola o seu referente e a forma pela qual o nome próprio o faz. Daí decorre a proposição de que os nomes próprios não têm um sentido porque não descrevem o objeto, apenas o refere: “as descrições representam aspectos ou propriedades de um objeto, os nomes próprios representam o objeto real” (Searle, 1981, p. 216). Isto, segundo Searle, decorre da crença na distinção, de cunho metafísico, entre os objetos e as propriedades dos objetos. Como resultado de uma série de objeções a essas proposições, Searle reformula o problema:

“os usos referenciais dos nomes próprios implicam logicamente algum tipo de predicados descritivos?” (Searle, 1981, p. 219). Uma possibilidade de ser positiva a resposta à questão é reconhecer que o sentido de um nome próprio contém o modo de apresentação que identifica o referente, ou seja, uma simples predicação. Entretanto, diz Searle, “é evidente que um predicado descritivo simples não nos fornece uma descrição identificadora. Que Sócrates seja um homem pode ser analiticamente verdadeiro, mas o predicado “homem” não é uma descrição que permita identificar Sócrates” (Searle, 1981, p. 222). Assim, o argumento é reformulado e avança para a afirmação de que o que se requer de quem se utiliza de um nome próprio é que deva estar preparado para substituí-lo por uma descrição identificadora, de modo que um nome próprio teria um sentido constituído por essa descrição (que pode incluir apresentações dêiticas). Objeta-se a afirmação, ainda, pelo fato de que a descrição que um certo falante der a um nome próprio pode não ser a mesma que daria um outro falante: “diremos que o que é verdadeiro por definição para um, é somente contingente para outro?” (Searle, 1981, p. 222). É então que Searle desenvolve o argumento também empregado por Foucault: ainda que se descubra que uma determinada crença a respeito, por exemplo, de Aristóteles, seja falsa, o que se acreditava ser verdadeiro a respeito dele não necessariamente perde a validade. Havendo, entretanto, várias descrições definidas (tidas como verdadeiras) com as quais se pode referir a um objeto do qual se possa dizer que o nome é *X*, e havendo um objeto *Y* sobre quem nenhuma das descrições possa ser verdadeira, então esse *Y* não é idêntico ao nome *X*: “é uma condição necessária para que um objeto possa ser Aristóteles, que ele satisfaça pelo menos algumas dessas descrições” (Searle, 1981, p. 224). Dessa discussão Searle conclui:

Portanto, a nossa resposta à pergunta, “Os nomes próprios têm um sentido?” – se ela equivale a perguntar se os nomes próprios são, ou não, utilizados para descrever ou especificar as características dos objetos – será “Não”. Mas se ela equivale a perguntar se os nomes próprios são, ou não, logicamente ligados às características do objeto ao qual se referem, a resposta é: “Sim, de uma maneira bastante frouxa”. (Searle, 1981, p. 224)

A complexidade da questão (e sua relativa insolência) está ligada ao fato de que, segundo Searle (1981), a função referencial (a que Foucault chama de função de designação, que é a propriedade dos substantivos em sua tarefa de nomear as coisas⁷⁴) e a função descritiva (predicativa) da linguagem estão em intrincada relação. Haveria a necessidade de isolar essas duas funções, mas não é possível, “porque isso seria violar o princípio de identificação, sem o qual não há referência possível” (Searle, 1981, p. 229). Sendo assim, que relevância há em se tratar de um problema aparentemente insolúvel? A resposta a isso remete diretamente à discussão sobre a função autor e, por conseguinte, ao autor NR em sua relação com Myrna. As palavras são de Searle (1981, p. 226):

O que faz a originalidade dos nomes próprios, e o que os torna de grande utilidade do ponto de vista pragmático, é precisamente o fato de nos possibilitarem a referência aos objetos, sem que haja necessidade de nos propormos os problemas, nem tampouco de entrarmos em acordo sobre as características que devem exatamente constituir a identidade do objeto. Eles não funcionam como descrições, mas como cabides, dos quais pendem descrições.

Assim, Foucault observa que o nome do autor é, primeiramente, um nome próprio e, por conseguinte, possui os mesmos problemas que ele. Do nome Nelson Rodrigues *pendem* as cartas de Myrna, sem que se imponha a necessidade de discutir os possíveis problemas que decorram dessa referência. Eles (o nome do autor e o nome próprio) estão entre os dois extremos da descrição e da designação: “eles têm seguramente uma certa ligação com o que eles nomeiam, mas não inteiramente sob a forma de designação, nem inteiramente sob a forma de descrição: ligação específica” (Foucault, 2001, p. 272). Mas, por outro lado, a ligação desses elementos com seus referentes não se dá da mesma maneira. Como então funciona o nome do autor?

Searle argumenta que a negação de uma determinada crença a respeito de algo a que se possa referir por um nome próprio não muda a nossa relação ou o emprego que fazemos desse

⁷⁴ Azeredo (2004, p. 74), quando propõe uma classificação das palavras segundo sua função comunicativa: “As duas funções básicas da linguagem são: simbolizar o universo de nossas experiências e comunicar essas experiências por meio de signos. O procedimento simbolizador mais evidente, tão característico da fase de aquisição de linguagem da criança, é o de **dar nomes** (designação)”. (Cf. Cap. 2, item 2.1, p. 50)

nome. Entretanto, de acordo com Foucault (2001), com o nome do autor não acontece o mesmo:

Se descobro que Shakespeare não nasceu na casa que hoje se visita, eis uma modificação que, evidentemente, não vai alterar o funcionamento do nome do autor. E se ficasse provado que Shakespeare não escreveu os *Sonnets* que são tidos como dele, eis uma mudança de um outro tipo: ela não deixa de atingir o funcionamento do nome do autor. E se ficasse provado que Shakespeare escreveu o *Organon* de Bacon simplesmente porque o mesmo autor escreveu as obras de Bacon e as de Shakespeare, eis um terceiro tipo de mudança que modifica inteiramente o funcionamento do nome do autor. (Foucault, 2001, p. 272 - 273)

É dessa maneira que se apercebe da especificidade do nome do autor: ele não é simplesmente uma unidade formal que compõe a estrutura de um enunciado. Seu funcionamento vai além, porque ele exerce um papel, assegura uma classificação, possibilita que se aglutine em torno dele uma série de textos, ou se excluam outros. Outrossim, faz aparecer outros textos que exercem outras funções, textos cuja *assinatura* decorre de posições bem delimitadas, lugares de autoridade (requerem um reconhecimento da legitimidade - social, cultural, acadêmica - de *quem escreve o que escreve*) desdobrados do autor: não são a crítica, o comentário, a hermenêutica, as pesquisas de autoria e de atribuição (a investigação do estilo) resultantes desse papel fecundo que é o papel do autor? É, portanto, imperiosa a necessidade de se reconhecer a função do autor como “um certo modo de ser do discurso”:

Para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, (...) mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status*. (Foucault, 2001, p. 274)

Veja-se a inversão que as funções heteronímicas de Myrna, Susana Flag e tantas outras designações que a figura empírica de Nelson Rodrigues escolheu para a sua escrita (e sua “morte”, seu apagamento) sofrem: o trabalho editorial da Companhia das Letras, executado pelos pesquisadores, organizadores e compiladores (Ruy Castro e atualmente, Caco Coelho) percorre contrariamente o caminho trilhado por ele. É possível perceber, pelos dados biográficos, que Nelson Rodrigues explora, naquilo que é possível do trabalho empírico de

um indivíduo (e, portanto, à parte das implicações do discurso), as possibilidades que a morte do autor decorrente da escrita, sua inerente ausência, proporciona. É pela via da análise das condições de produção do discurso, pela dinâmica das relações entre as Formações Discursivas implicadas nos textos e seus contextos, seus suportes, nas variáveis envolvidas no teatro de Nelson, sua recepção pela crítica vigente na década de 1940, a própria urgência financeira compondo um pano de fundo desse cenário geral, que se pode depreender muito da função heteronímica de Myrna (e Suzana Flag, Maria Lúcia, e mesmo Freddy Chateaubriand, Acioly Neto, Alceu Pereira, Flávio Marques, nomes próprios cuja referência é empírica e que foram habilmente utilizados por causa de uma certa *função assinatura*, conseqüente correlato imediato da função autor). Talvez seja possível atribuir a NR o mérito de explorar até as últimas conseqüências as possibilidades advindas do entendimento contemporâneo – de que ele evidentemente tinha conhecimento - de que a escrita traz em sua materialidade a morte de quem a produz. Não é sem razão que critica, a uma certa altura de sua vida, o fazer jornalístico de então, já diferente daquilo que ele experimentara, por exemplo, em seus anos de *A Noite*:

As matérias eram feitas na delegacia ou por telefone, mas, nos casos escabrosos, a “caravana” do jornal (como então se chamava a dupla de repórter e fotógrafo) pegava o vale de vinte mil réis para o táxi e saía feito uma flecha. Era importante chegar antes da concorrência (...). (Segundo o folclore corrente, um marido certa vez telefonou para “A Noite” avisando que ia matar a mulher. A reportagem chegou e ainda encontrou o revólver fumegando). A “caravana” era onipotente. Não se limitava a entrevistar os parentes da vítima ou do assassino. Quando chegavam antes da polícia, repórter e fotógrafo julgavam-se no direito de vasculhar as gavetas da família e surrupiar fotos, cartas íntimas e róis de roupa do falecido. Os vizinhos eram ouvidos. Fofocas abundavam no quarteirão, o que permitia ao repórter abanar-se com um vasto leque de suposições. Como se não bastasse, era estimulado, quase intimidado pela chefia, a mentir descaradamente. (No futuro, Nelson lamentaria: “Hoje o repórter mente pouco, mente cada vez menos”.) De volta à redação, o repórter despejava o material na mesa do redator e este esfregava as mãos antes de exercer sobre ele os seus pendores de ficcionista. (Castro, 1992, p. 47)

O redator de tais reportagens era, evidentemente, NR: “Os colegas já sabiam da fixação de Nelson por esses casos. Quando ocorria um, o secretário do jornal, seu irmão Milton, gritava: está pra ti, Nelson! Pacto de morte na rua tal, número tal. Chispa!” (Castro:

1992, p. 48). A imprecisão dos limites entre o real e a ficção na escrita (ainda que dentro da “seriedade” do fazer jornalístico) tem a mesma consistência que a relação entre o autor e seu texto, e esse entendimento perpassa toda a prática de NR escritor-jornalista-dramaturgo-missivista. Myrna atua na ausência de possibilidade da função designadora deste nome próprio (no *Diário da Noite*, não se sabe a quem, objetivamente, Myrna refere: “Myrna sou eu”⁷⁵ (Rodrigues, 2001, p. 9)), é parte da estratégia de abordagem do escritor, como fizera com Susana Flag. Mas quando se descobre – e se vincula – o nome de Nelson Rodrigues sobreposto a Myrna, temos um outro efeito de sentido sobre o conjunto das cartas, já compiladas e materializadas em livro. Já não é, absolutamente, de Myrna que se está tratando. Sua referência é completamente outra, pois ela se esvazia de seu estatuto de nome próprio situado no entrelugar da designação e da predicação e passa a ser apenas mais uma das descrições a que se pode atribuir o nome Nelson Rodrigues. Em seu primeiro momento, Myrna é pouco mais que signatária das missivas do jornal (é também confessora e conselheira), ou seja, não está incluída em “um certo número de discursos que são providos da função “autor”, enquanto outros são dela desprovidos”:

Uma carta particular pode ter um signatário, ela não tem autor. (...) Um texto anônimo que se lê em uma parede terá um redator, não terá um autor. A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade. (Foucault, 2001, p. 274).

Na continuação da análise da função autor, Foucault desenvolve uma série de três características que ela parece possuir (e que opõe os textos por ela marcados daqueles que não a têm): primeiro, o texto que tem um autor é um objeto de apropriação, e esta apropriação é de codificação recente (fim do século XVIII e início do XIX). O discurso, antes de tornar-se uma propriedade, era um ato passível de punição (se seu caráter fosse profano, e não sagrado): “ele

⁷⁵ A propósito da predicação pelo nome próprio, Searle (1981) observa que é impossível ao nome próprio referir como sujeito de uma proposição: “Cérbero não existe”, e, conseqüentemente, “existe” não poderia ser um predicado. Assim, “uma afirmação de existência não se refere a um objeto para estabelecer que ele existe, mas sim, exprime um conceito e afirma que há uma instância em que ele é verdadeiro para um objeto.” (Searle, 1981, p. 218)

foi historicamente um gesto carregado de riscos” (Foucault, 2001, p. 275). Mas quando se instaurou o regime de propriedade intelectual sobre os textos, e se codificou as regras de seu funcionamento, o seu caráter subversivo (no limite entre o sagrado e o profano) passou à Literatura⁷⁶: Nelson Rodrigues soube tirar proveito disto, “restaurando o perigo de uma escrita na qual garantir-se-iam os benefícios da propriedade” (Foucault, 2001, p. 275). A outra característica é que a função autor não é exercida de uma mesma maneira em todos os discursos: em nossa cultura, o discurso que estava atrelado à figura da autoria era o da ciência, e aqueles que hoje chamaríamos de literários funcionavam no anonimato. Com a modernidade, operou-se uma inversão: na ciência, a vinculação de uma teoria a um nome é ocasional, mas a literatura está necessariamente ligada à função autor:

Os discursos “literários” não podem mais ser aceitos senão quando providos da função autor; a qualquer texto de poesia ou de ficção se perguntará de onde ele vem, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projeto. O sentido que lhe é dado, o *status* ou o valor que nele se reconhece dependem da maneira com que se responde a essas questões. E se (...) ele chega até nós no anonimato, a operação é imediatamente buscar o autor. O anonimato literário não é suportável para nós; só o aceitamos na qualidade de enigma. (Foucault, 2001, p. 276)

É nessa prática de circulação de literatura que está a validade e o sucesso editorial da coleção “O Baú de Nelson Rodrigues”, e é por isso que as cartas myrrianas são alçadas ao estatuto de componente da obra do escritor, são lidas, interpretadas, classificadas dentro de uma certa temática (como a empatia de Nelson para com as mulheres). A função autor não se forma espontaneamente (que é o que ocorre com Myrna, uma mera designação para um signatário instituído numa certa contingência), mas resulta de um processo que envolve certa

⁷⁶ É interessante observar a relação de Nelson Rodrigues com a censura (na ditadura Vargas e, posteriormente, na militar: algumas de suas peças sofreram anos de censura – Dorotéia é um exemplo – e há uma interessante relação entre ele e a campanha da direita brasileira contra o comunismo pela via da preservação da família brasileira: ““O tarado Nelson Rodrigues!”, gritava Carlos Lacerda pela rádio Globo em 1953. “Um dos instrumentos do plano comunista da “Última Hora” para destruir a família brasileira!” Carlos Lacerda citava Marx e Engels, para mostrar o péssimo conceito que os dois filósofos alemães tinham da família, e lia trechos de “A vida como ela é...”, para provar que Nelson Rodrigues fazia parte do insidioso movimento comunista internacional”. (Castro, 2001, p. 243). O caráter subversivo de sua atividade literária deu-lhe a pecha de escritor maldito, ou o epíteto que atribuiu a si mesmo – Anjo pornográfico.

complexidade capaz de produzir o que Foucault chama de “ser de razão”, o autor, a quem se tenta dar um *status* realista: “seria, no indivíduo, uma instância “profunda”, um poder “criador”, um “projeto”, o lugar originário da escrita. Mas, na verdade, o que no indivíduo é designado como autor (...) é apenas a projeção do tratamento que se dá aos textos (...)” (Foucault, 2001, p. 277). É por essa causa que é possível à crítica moderna explicar a presença de todas as variações e nuances da obra (pela sua biografia, ou seja, pela interpretação de uma certa localização da pessoa do autor em uma classe social, ou localização geográfica, ou o vislumbre de seu projeto: é precisamente isto que acontece com Ruy Castro, na citação inicial que abre o presente capítulo: a realidade do subúrbio carioca dos anos 20 e a onipresente temática rodrigueana: o sexo de mãos dadas com a morte). A crítica atua, portanto, na reconstituição do trabalho autoral como um certo nível constante de valor, um certo campo de coerência conceitual ou teórica (ou temática), como unidade estilística e como momento histórico definido e ponto de encontro de um certo número de acontecimentos (Foucault, 2001, p. 277). O princípio da unidade da escrita se efetiva no equacionamento das diferenças ou contradições por elementos como “evolução”, “maturação” ou “influência” (Foucault, 2001, p. 278), e se há contradições entre os textos, é porque deve haver “em um certo nível de seu pensamento, desejo, sua consciência ou inconsciente - um ponto onde as contradições se resolvem” (Foucault, 2001, p. 278).

Há ainda um importante aspecto a analisar na função autor: ela não se dá unicamente por uma atividade localizada para alguém dos textos. Para Foucault (2001, p. 278) há neles uma série de índices que remetem diretamente à figura autoral: são os dêiticos, que não funcionam da mesma maneira nos discursos providos da função autor e nos discursos que não a têm: nestes, os dêiticos remetem ao locutor real e às coordenadas espaço-temporais do seu

discurso (incluindo aí as variantes do discurso direto e o indireto)⁷⁷. Nos discursos providos de função autor, o papel dos dêiticos é mais complexo, pois em vez de apontar ao sujeito empírico que o produziu, aponta a um “alter ego” cuja distância em relação ao autor sofre de uma certa variação. Para Foucault, “é falso buscar o autor do lado do escritor real ou do escritor fictício: a função autor é efetuada na própria cisão – nessa divisão e nessa distância” (Foucault, 2001, p. 279). Nessa perspectiva, é possível pensar numa tipologia ou classificação para os textos de NR, e talvez analisar a sua “obra” de acordo com as variações que estão implicadas nessa divisão entre escritor real e escritor fictício, observando-se, contudo, que essa dualidade ou cisão o escritor operou como um jogo, lançando mão de muitos recursos que a heteronímia pôde proporcionar como formas de atuação na escrita. A isto acrescentar-se-ia o fato de que a função autor, em cada texto heteronímico de NR, sofre uma modulação, uma vez que, como já foi dito, cada nome próprio empregado pelo escritor já não é o que foi, porque submete-se ao nome do escritor, ao seu ser de razão, ao seu poder de lugar originário da escrita, já que o trabalho editorial de compor as coleções publica os textos dos heterônimos sob a designação soberana do nome Nelson Rodrigues. Outrossim, não seriam apenas os textos ficcionais que se submeteriam a essa tipologia, mas todos os textos a quem se lhe atribui autoria: as notícias de jornal, as críticas (assinadas como N.R. ou pelos nomes de seus amigos dos Diários Associados), e todas as crônicas, romances folhetins, e mesmo as peças de teatro: todos os discursos que possuem a função autor comportam essa pluralidade de egos (Foucault, 2001, p. 279). Essa tipologia não está baseada em características textuais (formais), mas numa dimensão de propriedades discursivas que não está sob a ordem da gramática ou da estrutura do texto, ou do modo de operar com determinados objetos (o literário, o científico, o religioso). A relação do texto com o autor (em suas possíveis formas, inclusive a da ausência de relação) seria uma dessas propriedades.

⁷⁷ Parece haver, nesse ponto, uma dessemelhança entre a abordagem de Foucault e a de Barthes (1987), que destaca os dêiticos pela sua capacidade de apagar, na sua autonomia, qualquer marca de subjetividade originária. Uma observação cuidadosa verá que a contradição é apenas aparente.

Submeter a obra de Nelson Rodrigues a uma tal taxionomia é tarefa que extrapola em muito as possibilidades deste trabalho, restrito a um grupo de cartas de Myrna. A análise da função autor esclarece, todavia, que não importam as características do escritor e dramaturgo NR implícitas no texto, sua verdade e sua intenção. Não importa que fale o ser de razão, origem da escrita, gênio criador (ainda que seja impossível ignorá-lo completamente). Importam a relação entre a função autor e seus textos, as condições a partir das quais o que foi dito por Myrna pôde ser dito, compreendido, acatado, e também redito e novamente compreendido (mas já não totalmente acatado) cinquenta anos depois. A análise deste trabalho, portanto, está baseada nessa referida relação do texto com a função autor, e os mecanismos lingüísticos que fundamentam e materializam essa relação.

Primeiramente, retomando a assertiva de Foucault, a função autor é um certo modo de ser do discurso, o que equivale a dizer que os textos providos dessa função não se constituem como “uma palavra cotidiana, indiferente, (...) mas uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status*.” (Foucault, 2001, p. 274). A princípio, as cartas de Myrna parecem não possuir tal status, pois Myrna, como já foi dito, não é muito mais que um signatário da coluna do jornal “Diário da Noite”. Entretanto, os dados fornecidos pelo biógrafo e pelo organizador de “Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo” informam que a atividade de Myrna no correio sentimental, se não foi posterior ao folhetim *A mulher que amou demais*, foi pelo menos concomitante a ele (Castro, 1992, p. 219 e Rodrigues, 2001, p. 139). Há, portanto, uma função autor de algum modo atuando em Myrna.⁷⁸ Que tipo de atuação é permitida ao nome próprio Myrna? Alguns dados já expostos neste capítulo apontam para alguns detalhes: primeiro, as características do folhetim. Não se pode ignorar que a decisão de escrever um texto como esse por Nelson Rodrigues não é isolado do entorno social e ideológico da década de 1940. Partimos da hipótese de que os

⁷⁸ Esta análise seria muito mais acurada se tivéssemos acessado algumas edições do *Diário da noite*, à época das cartas de Myrna e do folhetim.

textos de Myrna destinavam-se a um público predominantemente feminino, o que parece estar suficientemente fundamentado na carta inicial da coluna *Myrna Escreve*:

Você deseja saber quem é Myrna. Respondo: “Myrna sou eu”. (...) Entretanto, não é Myrna quem está em causa. QUEM ESTÁ EM CAUSA É VOCÊ. Sim, leitora que nunca vi, bela, feia, juvenil ou passada. Você sofre e basta. E é para você própria que devem voltar suas atenções. (Rodrigues, 2002, p. 9).

As formas gramaticais do feminino (e conseqüentemente, a indubitável certeza de que, estando essas formas assim marcadas, a interlocução se dá com mulheres) nos asseguram uma especificidade do gênero (as cartas como um consultório sentimental num jornal) e de sua forma de circulação. A heteronímia feminina de Nelson Rodrigues tem dupla finalidade: preservar a figura autoral ainda não consolidada do escritor e fornecer verosimilhança ao texto: de quem se podia esperar, em meados do século XX, escrever um folhetim?⁷⁹ Castro (1992, p. 219) observa que as mulheres acreditavam em Myrna, e era essa confiança que gerava uma farta correspondência que acabou desencadeando a coluna. A interlocução era, portanto, de mulher para mulher. A função autor em Myrna está fundada nessa relação e nessa especificidade. Entretanto, há que se considerar, igualmente, a modulação da função autor nas cartas myrnianas, a partir do momento em que são editadas em outro suporte, o livro, e vinculadas (ou submetidas) ao nome e à obra de NR. Trata-se, portanto, de dois momentos distintos: ainda que do ponto de vista lingüístico e textual as cartas permaneçam iguais, seu modo de funcionamento, circulação e recepção⁸⁰ são diferentes em um e outro caso.

Outro ponto a ser considerado é o desenvolvimento e funcionamento da imprensa no Brasil, seus modos de circulação, os textos que veiculava e sua relação com o público leitor.

⁷⁹ Castro (1992, p. 233) observa que no Jornal “Última Hora”, em 1952, trabalhavam as seis irmãs de Nelson Rodrigues, mas “ocupando o suplemento feminino: Helena, entrevistando os elegantes e as elegantes em voga; Elsinha, fazendo reportagens sobre orfanatos ou pré-nupcial; Dulcinha, recolhendo o que os políticos achavam das mulheres; Irene, tratando de torneios de tênis; Maria Clara, acompanhando o basquete brasileiro feminino ao Peru; e Stella, escrevendo um folhetim, “Três homens no meu destino”.

⁸⁰ Empregar este termo, *recepção*, resulta tão somente da necessidade de referir ao ato de receber a mensagem por parte do sujeito que a lê e reconhece nela a especificidade de pertencer à figura autoral de Nelson Rodrigues.

Uma leitura da realidade dos jornais brasileiros da primeira metade do século XX é potencialmente esclarecedora dos lugares sociais do leitor - e da leitora, e de como a produção dos textos na relação com o público se articula em torno dessa distinção. Há que se considerar, numa perspectiva teórica, a hipótese de que o jornalismo impresso no Brasil da primeira metade do século XX não ignora a especificidade de seu leitor na concepção, constituição e periodicidade de suas publicações. A questão a se colocar, no processo de análise das cartas de Myrna, é o sucesso editorial resultante da publicação de folhetins (observe-se que se trata da metade do século, e que, do ponto de vista estético, cultural, literário, o folhetim é um fenômeno do século XIX), a interlocução efetiva com mulheres (o testemunho do biógrafo (Castro, 1992, p. 219) é de que Myrna gerava “uma correspondência descomunal”), e a produção diária de crônicas que, no dizer de Coelho, expunha “um conjunto de normas claríssimas, radicais, (...) formatando um grande código para a mulher” (Rodrigues, 2001, p. 140). Como foi possível, e segundo que condições, a Myrna “existir”, circular, constituir, enfim, uma situação concreta e material de existência, cujo estatuto não é empírico (não existe um indivíduo Myrna), mas lingüístico?

Sendo, pois, o estatuto ontológico de Myrna unicamente lingüístico, a questão da subjetividade se impõe imperiosamente. A questão se coloca com a finalidade de discutir e definir uma terminologia que designe as “pessoas” envolvidas na situação lingüística em que estão envolvidas: de um lado, Myrna, e do outro, leitoras, a quem Myrna às vezes se dirige como à segunda pessoa do discurso, mediante o nome próprio e seus equivalentes dêiticos, ou apenas como referente, ou como uma terceira pessoa que parece ser nada mais que o personagem de uma narrativa. O aparato teórico que aborda a questão é heterogêneo, varia de acordo com as diferentes concepções de linguagem e subjetividade adotadas. Neste trabalho, parte-se da perspectiva da teoria da enunciação (Benveniste, 1989), já fundamentada e justificada no capítulo 1.

Partindo, assim, da noção de enunciação, ou seja, do entendimento de que, na constituição de qualquer situação de discurso, um *eu* necessariamente projeta seu enunciado a um *tu*, tem-se a relação *eu / tu* como “um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. (...) o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário” (Benveniste, 1989, p. 84). A isto pode-se articular também a noção de *destinatário*, “empregado para designar o sujeito ao qual se dirige um sujeito falante quando escreve ou fala” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 155), o que significa tanto o indivíduo que efetivamente recebe a mensagem (lendo-a, interpretando-a), quanto o chamado *sujeito ideal*, aquele visado pelo produtor do discurso, incluído no seu ato de enunciação. O destinatário pode ser ainda “uma instância à qual se dirige explicitamente”, marcado no enunciado por índices claros, tanto interiores (ou seja, lingüísticos, que é o que nos interessa observar) como exteriores (olhares, gestos, mímicas, turnos de fala, etc.). Charaudeau (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 155) propõe, a partir destes elementos, a noção de *sujeito destinatário*, que designa o chamado “ser de fala” ou intralocutor, construído pelo ato de enunciação do locutor ou sujeito comunicante. Esse sujeito destinatário estaria, então, “numa relação simétrica com o sujeito enunciante (ou enunciador), os dois sendo os “protagonistas” da encenação discursiva” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 156), figuras distintas, portanto, dos participantes empíricos do ato de comunicação. Essa distinção é útil à análise das cartas myrnianas, porque separam o indivíduo Nelson Rodrigues (sujeito comunicante) de Myrna (sujeito enunciante), bem como as figuras, igualmente distintas, do receptor (sujeito interpretante, instância empírica e material que efetivamente lê o texto) e da *leitora*, o elemento feminino cuja constituição nos interessa e é constantemente evocado nas cartas.

3.2. Myrna, as leitoras e seus textos

Tem-se dito que, para a análise de Myrna, Nelson Rodrigues “não importa”, na medida em que a perspectiva teórica adotada desloca o indivíduo escritor do lugar privilegiado de origem ou essência dos enunciados em análise, suas intenções, verdades ou seu estilo. Concebida a linguagem como materialidade discursiva em que estão implicadas variáveis que extrapolam a vontade e a ação do sujeito produtor de enunciados, deve-se considerar as condições de produção do discurso, articulando-as com as formações discursivas ali envolvidas. Daí a necessidade de investigar, para além das crônicas de Myrna, as práticas (sociais, culturais, literárias) de produção de textos como aqueles, e igualmente sua recepção por uma categoria subjetiva específica: a leitora. Será, portanto, considerado, como um ponto de referência para a análise, o fato de Myrna ocorrer em consequência de, ou simultaneamente a, o folhetim *A mulher que amou demais*, nada mais que um horizonte estendido do sucesso de Susana Flag.

Os folhetins são um gênero literário cujo desenvolvimento no Brasil remonta à própria formação de uma identidade nacional. Seu surgimento coincide com a urbanização de um país que, no fim do século XVIII e início do XIX, é predominantemente rural e cujas cidades se estruturam de maneira desordenada, refletindo uma total ausência de referências citadinas. É somente no fim do século XIX e começo do XX que se presencia a uma modernização urbana no Brasil, de modo específico no Rio de Janeiro, desencadeado e motivado pela emergência da República, quando “idéias de ser *civilizado* e de europeizar a capital, em oposição à velha cidade da sociedade patrimonial, estão entre as primeiras intenções do novo regime político.” (D’Incao, 2000, p. 226). A estrutura social e familiar, até então baseadas em relações senhoriais, dá lugar progressivamente à de tipo burguês, de modo que um novo modo de vida deveria se consolidar ao tempo em que se combatiam comportamentos, atitudes e expressões da velha tradição, incompatíveis com a nova ordem. E é assim que se consolida uma certa

organização familiar alinhada aos valores e procedimentos burgueses, que tinha como valor a distinção entre o público e o privado:

O que se presenciava era a dissolução das formas tradicionais de solidariedade representada pela vizinhança, família e grupos clânicos, compadrio e tutela. [...] Com a aquisição de seu novo *status* de lugar público, a rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado – a casa. (D’Incao, 2000, p. 226)

Há, então, uma interiorização da vida doméstica, com diferentes repercussões para as diferentes camadas sociais, de modo que, por exemplo, as famílias ricas desenvolveram em suas casas ambientes de caráter público (as salas de visita e os salões, que se abriam à apreciação dos “outros” e submetiam a mulher, reclusa ao espaço doméstico, à sua avaliação) e de caráter privado (de que a alcova é o grande exemplo, lugar do segredo, da individualidade, da expressão de sentimentos preservados pela privacidade). Havia também os espaços intermediários entre o público e o privado, salas que se prestavam a reuniões mais fechadas ou saraus, e ali eram lidas, em voz audível, poesias ou trechos de romances, ou se executavam árias de óperas européias, acompanhadas de piano. Essas práticas implicam em novos hábitos femininos:

As leituras animadas pelos encontros sociais, ou feita à sombras das árvores, ou na mornidão das alcovas, geraram um público leitor eminentemente feminino. A possibilidade do ócio entre as mulheres de elite incentivou a absorção das novelas românticas e sentimentais consumidas entre um bordado e outro, receitas de doces e confidências entre amigas. (D’Incao, 2000, p. 229)

O romance brasileiro não se desenvolve indiferente a essa prática de leitura eminentemente feminina, de resto igualmente existente na Europa⁸¹, modelo de modernização e urbanidade para a Colônia desejosa de novos ares civilizatórios. A figura da mulher associada à leitura de folhetins é igualmente retratada por autores românticos (ou que receberam influência do romantismo): é o caso de Machado de Assis, em cujos textos

⁸¹ É o que nos informam Flaubert e Stendhal sobre suas heroínas, Emma de Bovary e Mathilde de La Mole: leitoras de romances. (Cunha, 1999, p. 56)

encontra-se não só uma interlocução entre narrador e *leitora*, mas também a referência direta ao interesse das mulheres⁸² pelos romances cuja temática é predominantemente amorosa:

A leitora que é minha amiga e abriu este livro com o fim de descansar da cavatina de ontem para a valsa de hoje, quer fechá-lo às pressas, ao ver que beiramos um abismo. Não faça isso, querida, eu mudo de rumo. (Assis, 1985)

O que a senhora deseja, minha amiga, é chegar ao capítulo do amor ou dos amores, que é seu interesse particular nos livros. (Assis, 1987, p. 67)

A propósito disto, convém recuar um pouco, às origens da ficção romântica no Brasil, cujas formas ou gêneros variam entre novela, conto ou o romance propriamente dito. À parte da discussão dos significados e complexidade do Romantismo como corrente e expressão filosófica, interessa pontuar a sua expressão de um nacionalismo⁸³, o que no Brasil coincide e se adequa à tendência de afirmação política, econômica e cultural da colônia frente ao colonizador. Há, então, uma sobreposição de uma forma nova de fazer literatura (anticlássica, não prevista na *Poética* de Aristóteles) com essa corrente de pensamento e as tendências sociais em voga nos séculos XVIII e XIX. Cândido (1987) fala da ficção romântica como sendo complexa e ampla e, dentre os gêneros modernos, o mais universal e irregular, e visto que eminentemente aberto, pouco afeito aos rigores formais que regiam os gêneros clássicos.

À flexibilidade de sua forma enquanto gênero literário, segundo Cândido, tem suas razões:

(...) a facilidade e a felicidade com que se tornou o gênero romântico por excelência; aquele, podemos dizer, que deveu ao Romantismo a definitiva

⁸²Mayer (1993) discute a intimidade do autor com o referido gênero literário. Encontra nos traços dos seus personagens, no estilo de sua escrita e na própria construção da trama a influência "suspeita" do folhetim. O que a faz concluir que não são apenas os personagens machadianos (considerados medíocres por ele) que lêem *Saint-Clair das Ilhas* — famosa novela inglesa de 1803 — mas também o próprio Machado. O folhetim era considerado gênero "menos digno" na avaliação de alguns intelectuais porque o público destinatário desse tipo de literatura era geralmente o feminino, considerado mundano, pouco instruído e de horizonte cultural limitado. Mas, conforme argumenta a autora, era esse, precisamente, o público a que se dirigia Machado em suas crônicas publicadas, por exemplo, em *A Estação*, jornal de modas nos mesmos moldes (e título — *La Saison*) de um periódico francês da época. Segundo Mayer, o *Catálogo da Exposição do Centenário* de nascimento do autor explica suas publicações neste jornal de modas "vindo de fora", mas contendo uma parte, nitidamente separada, dedicada à literatura e "aos melhores autores brasileiros da época": "*A Estação* era uma revista de modas editada pela tipografia Lombaerts. Mantinha uma seção literária de que Machado de Assis era uma espécie de diretor espiritual" (Mayer, 1993, p. 76).

⁸³É interessante a ligação que Bakhtin (2002, p. 110) estabelece entre o Romantismo e filologia: "Os românticos foram os primeiros filólogos da língua materna (...)", uma forma de reagir "contra a palavra estrangeira e o domínio que ela exerceu sobre as categorias do pensamento".

incorporação à literatura séria e o alto posto que mantém desde então. (Cândido, 1997, p. 97)

Para além desse elemento de caráter formal, o aspecto sociológico se mostra como fator de influência decisiva:

(...) a ampliação do público leitor, devida à participação mais efetiva do povo na cultura, depois dos movimentos democráticos. Daí o desenvolvimento da imprensa periódica e da indústria do livro, que solicitaram desde logo um tipo acessível de literatura – bastante multiforme para agradar a muitos paladares, relativamente amorfo para se ajustar às conveniências da publicação (folhetins, seriados, etc.) (Cândido, 1997, p. 98)

O caráter anticlássico dessa forma nova de expressão literária provoca receio na crítica de então, que o considerava um gênero menor:

Uma espécie de bastardinho brilhante, sem tradição nem regras, perigosamente festejado pela curiosidade popular. A esta devemos possivelmente um forte estímulo ao seu desenvolvimento, um apoio à imaginação dos escritores, que iam sentindo a eficácia e modernidade do novo instrumento. (Cândido, 1997, p. 98)

Sua possibilidade de ser tolerável devia-se ao seu potencial educativo e moral. Cândido (1997, p. 106) cita o crítico J. C. Fernandes Pinheiro, em texto de 1855 que, ao analisar o romance *Vicentina*, de Joaquim Manoel de Macedo, redime-o da condição periférica pela sua utilidade de ensinar às moças a se preservarem do mal (devidamente figurativizado em “serpentes que se introduzem por entre as flores”). De qualquer modo, a fácil assimilação da ficção romanesca foi atestada pela grande quantidade de traduções publicadas como folhetins em jornais do Rio de Janeiro e de todo o Brasil, sobre o que Cândido (1997) cita o trabalho de J. M. Vaz Pinto Coelho, que faz, em 1880, um levantamento das traduções publicadas em folhetins na imprensa brasileira, que é de “74 romances traduzidos e publicados desta forma, entre 1830 e 1854” (Cândido 1997, p. 107), o que implica na seguinte observação:

[...] o interesse pelo romance parece coincidir com o aparecimento das primeiras manifestações românticas; considere-se, para evitar um raciocínio causal arriscado, que é também o momento em que começa a se desenvolver o jornalismo de maior porte, bem como a chegar aqui o exemplo francês. (Cândido, 1997, p. 107)

A despeito das dificuldades geradas por tantas traduções (publicadas sem as despesas com direitos autorais) para os escritores nacionais, desestimulados pela concorrência desigual, a tradução foi um elemento importante para o desenvolvimento do hábito do romance no

Brasil, lido não só em folhetins, mas em volumes também, o que, no dizer de Cândido (1997, p. 107) parece ter de algum modo influenciado a produção brasileira:

Os livros traduzidos pertenciam, na maior parte, ao que hoje se considera literatura de carregação; mas eram novidades prezadas, muitas vezes, tanto quanto as obras de valor. Assim, ao lado de George Sand, Mérimée, Chateaubriand, Balzac, Goethe, Irving, Dumas, Vigny se alinhavam Paul de Kock, Eugene Sue, Scribe, Soulié, Berthet, Souvestre, Féval, além de outros cujos nomes nada mais sugerem atualmente: Bard, Gonzáles, Rabou, Chevalier, David, etc. Na maioria, franceses, revelando nos títulos o que se convencionou chamar folhetinesco. Quem sabe quais e quantos desses subprodutos influenciaram na formação do nosso romance?

Enquanto na Europa a manifestação literária de influência romântica foi material para muitos debates (desde o *Werther*, de Goethe (Giannotti (1994), e toda uma polêmica pré-romântica em torno do ainda não definido termo *romanesco* ou *romance* (Prado, 1992)), no Brasil, carente de afirmação cultural, a recepção a uma vasta produção de ficção estrangeira é feita sem reservas, ou sem o caráter ambíguo que ela assumira nos países de origem⁸⁴, Inglaterra e, principalmente, a França (sem intermediação de Portugal): “É de supetão que chega o romantismo, como um fato já vitorioso” (Prado, 1992). A consolidação do folhetim reflete essa recepção: é Prado (1992) quem informa a respeito da definição desse gênero, em artigo que discute o advento do teatro romântico no Brasil:

De repente, em 1836, chega ao teatro brasileiro a onda revolucionária romântica, de cambulhada com melodramas modernos. (...) Poucos anos antes, o jornalismo parisiense, em fase de grande expansão, inventara o “feuilleton”: graficamente, a colocação da matéria ao pé da página, sob um traço horizontal que, por assim dizer, a isolava, privilegiando-a; quanto ao texto, um tom que desse prazer à leitura, mas sem perda da qualidade literária. Era ali que se abrigavam, conforme os dias, os romances publicados em série – os de Eugenio Sue entre os primeiros – e a crítica teatral de um Jules Janin, feita para deleitar e não apenas para julgar. O gênero estava fadado a deixar marcas duradouras no Brasil, através do romance-folhetim, do rodapé literário e da crônica leve, um tanto fantasiosa, como a cultivaram, entre outros, Martins Pena, Alencar, Macedo, França Júnior e Machado de Assis. A ambição de Justiniano [Justiniano José da Rocha, crítico de teatro da época], iniciando-se no jornalismo depois de completar estudos secundários em Paris e jurídicos em São Paulo, era introduzir na cinzenta imprensa brasileira o “feuilleton”, essa “abençoada invenção da literatura periódica, filha mimosa de brilhante imaginação”, que ele não sabia como verter, não lhe agradando nem “folhetão”, “que soa tão mal”, nem “folhazinha”, a tradução literal. Cinco anos depois, em 1841, quando ele volta à crítica teatral, que logo abandonara, a forma definitiva já fora descoberta – “folhetim”. (Prado, 1992)

⁸⁴ Mayer (1993) informa que essa literatura, em boa parte de autoria feminina, figurava em catálogos populares e também em sofisticados manuais “oficiais”, ainda que “seu destinatário explícito fosse toda aquela massa indistinta que compunha os/as leitores(as) da popular Minerva Press, uma das primeiras editoras a enveredar no que seria o caminho da indústria cultural. A gente séria da célebre *Edimburgh Review* critica a editora, mas nem por isso deixa de resenhar um ou outro de seus produtos”. (Mayer, 1993, p. 50).

Deve-se observar, portanto, uma tríplice relação: o desenvolvimento do romance como um gênero literário de características singulares e reciprocamente afetado por uma nova ordem social (resultante de movimentos democráticos e da formação da burguesia) que tem na imprensa jornalística um importante mecanismo de expressão e afirmação cultural. Nas narrativas, que tematizavam o núcleo familiar e a subjetividade, uma concepção de amor derivada do Romantismo, o movimento intelectual e artístico que forjou muito do que se entendeu, até meados do século passado, sobre o amor⁸⁵, o casamento, a mulher, a saber, muito do que Myrna expressa em suas cartas.

É com muita cautela que se aborda o romantismo: se pensado em termos de “origem” remonta ao século XVII, e repercutiu em tantas expressões de cultura no ocidente que é temerário (e inexequível) a sua abordagem neste trabalho. Impõe-se, entretanto, uma sumária incursão pela literatura, buscando algum aprofundamento em termos de relações com Myrna e NR. Falar do Romantismo é, pois, uma necessidade incontornável, e o caminho que se tenciona percorrer é duplo: por um lado, e primeiramente, deve-se considerar o Romantismo numa acepção bastante difundida, aquela que diz respeito ao movimento artístico (e mais especificamente o que aqui importa, o literário) que se delineou no período compreendido entre os séculos XVIII e XIX. Por outro lado, trataremos, já na conclusão, da influência do romantismo como uma certa forma de pensar a sociedade e a subjetividade, numa tentativa de leitura de NR que seja capaz de contextualizá-lo.

⁸⁵ Segundo Del Priore (2005), na verdade o tema do amor ou do drama entre apaixonados é antiqüíssimo, e os primeiros registros a respeito datam a quase dois milênios antes de Cristo. Mas é na Idade Média que se iniciam os primeiros movimentos em direção a uma nova configuração das relações amorosas que repercutirão no amor romântico: “No fim do século XI, trovadores introduzem novas relações entre homens e mulheres. (...) O amor puro é aí cantado em versos. (...) Nessa época, a aventura do amor cortês erigiu como tema a exaltação carnal e espiritual nas relações amorosas entre homens e mulheres. Exaltação mais idealizada do que prática, mais descrita do que vivenciada. (...) Associada aos ideais da cavalaria, a erótica trovadoresca prometia aos que servissem na corte a alegria de serem distinguidos com um amor nobre e desinteressado. (...) Porta-vozes dessa cortesia, os trovadores escrevem poesias e as colocam em música. Cada um escolhe a esposa de um senhor a quem consagra seus versos. A dama era posta em um pedestal, enquanto o homem se esforçava por ganhar seus favores.” (Del Priore, 2005, p. 69-71) E assim, à maneira de um código, a ética do trovadorismo se deu como um movimento moralizador e muito regrado, influenciando o que se pensou sobre o amor (notadamente na Literatura) no Ocidente, sobretudo na exaltação e idealização da mulher, símbolo de pureza, e do amor como sentimento incompatível com a efetivação carnal.

Como já foi mencionado, o estabelecimento do Romance como gênero literário coincidiu com este movimento, e sua tendência em retratar aspectos concernentes ao indivíduo, à pessoa enquanto instância individual, fez com que fossem contemplados os aspectos do cotidiano e da família burguesa, modelo social em franca consolidação. Por conseguinte, a temática do amor parece ser bastante adequada a essa configuração geral, de modo que uma certa maneira de falar do homem, da mulher e do amor acabou caracterizando os textos desta época (mais especificamente o século XIX, em autores como Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar e o próprio Machado de Assis). Nesses textos, o casamento já não é simplesmente um acordo entre linhagens, preocupadas com os processos de acumulação e transmissão de bens, mas o ápice do sentimento então cultivado, o amor.

Com efeito, considerar a afetividade como um elemento de caráter basilar para o estabelecimento de um novo modelo nuclear para a sociedade é uma característica da modernidade. Zilberman, aludindo aos grandes textos que contemplam a história da família, informa que a estrutura a que se designa com o termo *família* é um fenômeno do Iluminismo; e sobre esse período de trânsito entre a Idade Média e a Modernidade, esclarece:

O Estado moderno, no processo de abolição do poder feudal, encontra na família nuclear seu sustentáculo maior, cabendo-lhe então reforçar e favorecer sua situação e estrutura, assim como sua universalidade. Vê-se, pois, que a mudança aponta para a aliança entre o poder político centralizador e a camada burguesa e capitalista, que se lança à expansão de sua ideologia familista, fundada no individualismo, na privacidade e na promoção do afeto: entre esposos, estimulando a instituição do casamento; e entre pais e filhos, por estar interessada na harmonia interior do núcleo familiar. (Zilberman, 2003, p. 37).

Esse individualismo, do qual se pode dizer que o apreço e cultivo da privacidade é consequência direta, proporciona à ordem social uma forma também nova de lidar com os sentimentos relativos aos sexos, ou seja, àquilo que se passou a chamar de amor, mas também de sexualidade. Como já não havia o antigo convívio social característico do período anterior à urbanização, as relações passaram a ser reguladas por outras normas e valores, sobre o que D'Incao explica:

(...) teria havido um afastamento dos corpos, que passaram a ser mediados pelo *amor romântico*. Essa mudança parece ter sido parte de um movimento mais geral da sociedade que levou ao isolamento do homem moderno em relação à comunidade e aos grupos de convivência. (D’Incao, 2000, p. 230)

Entretanto, deve-se esclarecer que esse *amor romântico*, ainda segundo D’Incao (2000), é muito mais uma atitude, presente na ficção do século XIX, do que uma prática, já que os namoros da época são descritos como “um contato direto dos corpos sem intermediações discursivas ou sentimentais prévias” (D’Incao, 2000, p. 234), ainda que controlado pelas proibições e vigilância das famílias. O que a ficção apresentava era menos o reflexo da concretização da atração física do que de um estado da alma. Assim, a ficção romântica proporcionou a idealização do relacionamento amoroso, distinto da realidade efetiva que a mulher e o homem burgueses experimentavam. Enquanto os heróis e heroínas são, na ficção, sempre vitoriosos – “o amor dos romances vence sobretudo o interesse econômico no casamento” (D’Incao, 2000, p. 234) – para a mulher burguesa, constrangida pela imposição do casamento por interesse, o amor é muito mais “um exercício do espírito” do que uma prática vivenciada⁸⁶. É dessa perspectiva que Ribeiro (1993) pode afirmar que “Madame Bovary morreu de tanto ler romances”.

A relação da mulher burguesa com a leitura e com seus textos é perpassada por essa conjuntura, uma soma de práticas sociais efetivas em relação recíproca com práticas discursivas: ao ócio da mulher burguesa corresponde a freqüência da leitura e a intimidade com os textos. Os escritores e o crescente mercado editorial, por sua vez, “respondiam” a essa prática, construindo uma situação enunciativa de interpelação direta a um interlocutor cuja identidade de gênero condicionou o emprego de uma faceta específica do aparelho da enunciação: o *tu* a quem o enunciador (narrador) se dirige não é neutro, nem genérico, mas *feminino*. Estendendo essa cadeia, ao longo do século XIX, paralela e independentemente dos rumos e tendências estéticas da literatura, consolida-se uma prática de circulação de textos

⁸⁶ D’Incao (2000) observa, a propósito disso, que a mulher das classes menos favorecidas, porque não estava submetida às pressões econômicas envolvidas no casamento típico burguês, pôde vivenciar com mais liberdade o amor, o casamento e a sexualidade.

diretamente determinada por essa relação da mulher com a leitura: é o binômio “diversão e instrução” de que fala Mayer (1993) ao referir à produção de muitas romancistas⁸⁷ da segunda metade do século XVIII, que escreviam para um público leitor fortemente caracterizado pela identidade de gênero: esta ficção feita para mulheres deveria fornecer um contraponto ao “perigo” que a leitura de romances representava aos bons costumes a que o sexo feminino era convocado a representar e perpetuar, sintoma de um secular preconceito e dualidade moral: “os perigos da imaginação, associado aos próprios padrões morais da época. “Nunca uma jovem casta leu romances [...] [sua] leitura é um perigo para as moças”, diz Rousseau, referindo-se ao seu próprio romance, o avassalador *Nouvelle Heloise* (1760)” (Mayer, 1993, p. 53). Esses textos, que circulavam nas principais cidades brasileiras pelos gabinetes de leitura, tinham um conteúdo bastante previsível, o mais das vezes de cunho moral e educativo:

É um misto de sensibilidade, sentimentalismo, moralismo didático, moral e recato, que continuam a imperar mesmo quando se instalam suspenses, sustos e sadismos dos vilões do romance gótico. Tudo regado a lágrimas abundantes, a serviço de alguns temas recorrentes: educação, criação de filhos, amor entre religiosos (...), pesado destino da mulher casada, drama das solteironas, sofrimento da governanta, necessidade de princípios, expectativa e imprescindível virtude das mocinhas casadoiras, a *young lady*. (Mayer, 1993, p. 60)

Temos, assim, algumas dualidades em questão: primeiro, a idealização do amor, expressada pela ficção romântica (a princípio nos textos que representam esse momento estético, como Macedo e Alencar, e depois nas produções de que se falou acima, o germe de uma “indústria cultural” a se consolidar, a expansão da “onda romanesca”, no dizer de Mayer (1993, p. 49)) e as tensões envolvidas nos relacionamentos amorosos reais. Perrot (1998) alude a uma “miséria sexual” decorrente dessa dualidade – um afastamento entre coração e corpo - que o romantismo pôde representar, e que alimentou a prostituição e a galanteria:

Essa dualidade entre o amor sonhado e a sexualidade trivial já está no coração do romantismo. A mulher ideal - musa e madona – é inacessível. A sexualidade cotidiana declina-se em gestos decepcionantes, realizados com mulheres ignorantes

⁸⁷ Estas, muitas vezes, em situação financeira delicada: viuvez, encarceramento do esposo por dívidas, e a pressão por manter uma prole numerosa: são mulheres que tiram seu sustento produzindo subliteratura, muitas vezes encomendada, e que abastecia à farta os gabinetes de leitura do século XIX. Muitos desses textos chegaram ao Brasil.

ou desencorajadas por uma violência sexual dominadora e pouco preocupada com seu próprio prazer. (Perrot, 1998, p. 20)

O conteúdo desses textos fornecia à leitora a possibilidade de evasão ou de sublimação de seus anseios e desejos, devidamente domesticados pela necessidade de controle das emoções que caracterizou a sensibilidade burguesa (D’Incao, 2000, p. 240). Por essa perspectiva, Ribeiro (1993) observa, a respeito do célebre romance de Flaubert, que Emma Bovary vive sob “forma literária”, isto é, numa relação com os textos que representa uma possibilidade de suportar a mediocridade de sua vida⁸⁸:

A personagem lerá vorazmente, sobretudo histórias de amor, que lhe permitam imaginar um mundo mais emocionante do que o oferecido por seu enfadonho marido, o médico Charles Bovary. Também por isso, tão logo possa, se entregará a um amante, depois a outro, esperando assim escapar do tédio e aceder a um mundo mágico, o dos sentimentos exaltados, o da literatura⁸⁹. (Ribeiro, 1993).

Ainda de acordo com Ribeiro, o caráter prosaico dessa sociedade organizada em torno de valores e normas de comportamento burgueses concede à literatura, na sua tarefa de expressão de anseios ou facetas da existência humana desdenhadas ou recalçadas pela ordem social, a possibilidade de se constituir como subversão⁹⁰. Daí se coloca a segunda dualidade: o potencial subversivo do texto ficcional a que as mulheres estavam tão inclinadas a consumir contrapondo-se ao esforço dos produtores de cultura em suprir essa tendência com uma abundante produção, mas de cunho moralizante e educativo. E aí está a terceira dualidade implicada: a dupla moral que permeou o século XIX e adentrou ao XX, capaz de configurar para a mulher um conjunto de papéis e valores, distintos e em contraponto aos papéis e espaços do homem: a separação entre o público e o privado, o político e o doméstico, a

⁸⁸ Desse modo se assemelhando a Dom Quixote, o fidalgo que “enlouquece de tanto freqüentar os romances de cavalaria”, ou seja, retomando a temática do leitor que se perde na leitura (Ribeiro, 1993).

⁸⁹ Não é difícil perceber as razões pelas quais se exercia controle sobre os textos que as mulheres liam, mecanismo semelhante ao do leitor de NR que não deixa a sua noiva ler as crônicas de “A vida como ela é...”. Cf. item 2.6, p.116.

⁹⁰ Ribeiro (1993) afirma que esta é uma característica do século XIX, uma vez que, contemporaneamente, “por mais que um escritor – ou artista – queira escandalizar, raras vezes o consegue: quando muito, pode pretendê-lo pela exibição quase direta, sem mediação, de algo proibido, como o furto, o sexo. Mas dificilmente estará “defendendo dimensões humanas reprimidas”, papel que hoje cabe às análises e terapias”. Entretanto, Nelson Rodrigues parece ter conseguido fazê-lo, sobretudo em seu teatro, e este é um dado incontornável na análise de Myrna, que aparenta contradizê-lo, pelo seu teor conservador e educativo.

sexualidade casta das esposas e a função reguladora das prostitutas⁹¹, a atitude austera do homem, representada no seu vestuário sem adornos, e o papel ostensivo da mulher, que com suas jóias e roupas tem a função de *representar* o poder do marido. Essas dualidades estão dispersas nas práticas sociais e se apresentam em formações discursivas passíveis de ser apreendidas em Myrna, que, já estando no meio do século XX, faz ecoar em seus enunciados esses modos de pensar e representar o feminino. Isto impõe uma reflexão: entender sob que condições foi possível a NR estabelecer Myrna e seu correio sentimental, o que remete ao funcionamento da imprensa jornalística de então.

Os dados biográficos já apresentados informam sobre a estreita ligação de NR com o jornal. Caco Coelho, pesquisador atento a essa perspectiva do escritor, cuida em acentuar que a escrita no jornal ocupou toda a vida dele, e oferece alguns dados interessantes sobre a sua produção jornalística: a pesquisa que resultou no livro *O Baú de Nelson Rodrigues – os primeiros anos de crítica e reportagem (1928-35)* levantou desse período indicado no título 650 matérias jornalísticas (segundo Coelho, “não assinadas mas estilisticamente sugestivas do universo rodriguiano”), 36 colunas assinadas e duas notas aniversariantes. O organizador admite que é impossível tomar conhecimento de tudo o que NR escreveu, mas estima, em números, que ele tenha ultrapassado 55 mil publicações. O escritor iniciou sua atividade na imprensa, como já foi dito, nos jornais do pai, profundamente afetado pelo contexto político e social, como de resto era a práxis jornalística de então. A imprensa periódica, na verdade,

⁹¹ Perrot (2000, p. 29) descreve o papel “exutório” das prostitutas, necessário à irreprimível sexualidade masculina, a tal ponto que é atividade regulamentada pelo governo francês e, depois, em toda a Europa: “Fichadas, as mulheres públicas recebem visitas médicas regulares e são, quando preciso, encerradas nos hospitais-prisões (...)”. Não se pode ignorar, entretanto, que essa dualidade não esgota o exercício da sexualidade ou dos lugares socialmente estabelecidos para a mulher, pois há espaços distintos do lar ou do prostíbulo, a exemplo da *garçonniere* ou do *rendez-vous*, das casas de espetáculos e do lugar privilegiado das grandes estrelas, sedutoras pelo talento e pela beleza. Mas o que importa observar, no que diz respeito à dualidade, é que à mulher permite-se ocupar unicamente um desses lugares, e aí constituir seu papel, imagem e identidade, em oposição ao homem, que transita por eles, de certo sofrendo restrições variadas (os burgueses, por exemplo, buscavam lugares mais sofisticados de prostituição; NR, fascinado pelas estrelas do teatro de revista, não as podia alcançar, e já casado, dividiu com um amigo a manutenção de uma *garçonniere* (Castro, 1991)), mas de nenhum modo afetados por uma disjunção.

parece ter tido uma função importante naquele período ainda não afetado pela tecnologia e velocidade da informação que caracterizam os tempos mais recentes.

O trabalho de NR na imprensa deve, então, ser pensado na perspectiva do jornalismo cultural, pois sua atuação, afora as páginas policiais (trabalhadas como se fosse matéria de ficção), foi fortemente marcada pela via, se não da Literatura *stricto sensu*, pelo menos na perspectiva da ficção: foi cronista e folhetinista, ainda que considerasse que o mais importante trabalho de sua vida fosse o teatro. Mas, que jornalismo era esse que lidava com os fatos como quem lida com a imaginação? Sob que condições o público leitor acatava um jornalismo que tomava por princípio a impossibilidade de traçar o limite exato entre o real e o imaginado? Como pode ser possível a Myrna receber uma descomunal correspondência, e ainda atuar como conselheira sentimental? Com efeito, o jornalismo anterior à revolução da incorporação do *lead* e do *copy-desks* (chamados por NR de “os idiotas da subjetividade”) tratava os fatos com um tal envolvimento subjetivo que provocaria pudor aos jornalistas e leitores hodiernos. Coelho observa a esse respeito:

Nelson não via dessemelhança nenhuma entre literatura e jornalismo, e ela, de fato, praticamente não existia⁹². O jornalismo brasileiro desse período, feito com uma linguagem refinada, ganhava dimensões nacionais, e os jornais se firmavam como os grandes meios de comunicação de massa, antes da era do rádio. Foi a última geração romântica da imprensa. (Rodrigues, 2004, p. 25)

Quanto ao escritor, foi reconhecido, no jornal dos Rodrigues, como um cadete, “aquele que chegaria a oficial sem passar pelos postos inferiores” (Rodrigues, 2004, p. 25). Sem escolaridade formal completa, viveu toda a sua vida, desde a adolescência, no e do jornal.

Olhando a história da imprensa, obtém-se a informação de que as demandas sociais, de público e de constituição de produtos culturais veiculados pelo jornalismo só se desenvolvem no Brasil com o processo de urbanização posterior à chegada da família real ao Rio de

⁹² Observar, a propósito disso, a especial relação de NR com a página policial, sobretudo em relação às já mencionadas tragédias amorosas. A propósito disto, e ilustrando a maneira específica de construir a notícia, conferir, no anexo B, a transcrição de uma notícia, cuja redação é atribuída ao escritor e cujo título (já sugestivo desse caráter peculiarmente ficcional dado ao fato) é: *O desfecho de sangue e desespero da manhã de ontem fixa a tragédia de um amor que culminou em uma rajada de ódio e loucura.*

Janeiro, em 1808. Por essa época, a população era maciçamente analfabeta e rural, e só aos poucos se estabelecem as práticas de circulação de artigos como o jornal, um processo que em muitos países da Europa começara pelo menos dois séculos antes. Segundo Gadini (2004, p. 2), “na prática, em termos urbanos e públicos, só vai ser possível falar em consumo e crítica cultural boas décadas mais tarde. Ou, para ser mais exato, a partir das últimas décadas daquele século [XIX]. E, de modo mais significativo, a partir dos anos 1930”. Até esse período de práticas consolidadas de produção e circulação de produtos de caráter literário e cultural, do que NR é exemplo em sua atuação em O Globo, o jornalismo vai, de modo irregular, mas progressivo, circunscrevendo esses espaços. Gadini (2004) percorre o traçado desse processo, informando como, nas principais cidades brasileiras, os jornais ocupam, nos fins de semana, resenhas de livros europeus, poesias, além dos folhetins, já mencionados, “buscando ampliar a influência junto aos alfabetizados”:

A presença de escritores nessas páginas vai ser visível, até porque a ausência de casas editoriais forçava-os a ocupar as seções literárias das edições de final de semana dos diários ou mesmo dos semanários e mensários que já circulavam em vários estados brasileiros. (...) O gradual fortalecimento dos centros urbanos do País, aliado ao surgimento de emergentes camadas sociais, contribui para essa realidade, possibilitando que, poucas décadas mais tarde, alguns intelectuais reproduzissem os movimentos literários europeus: da poesia parnasiana, passando pela fase romântica, bem como a tendência realista que, aqui, adquire entonações específicas e próprias do cenário nacional. (...) no final do século XIX, os jornais brasileiros passam a exercer maior influência, junto aos seus leitores, através do folhetim-novelesco que acompanha as edições periodísticas (é, aliás, uma das marcas do jornalismo que vai existir, em meio aos embates políticos que vão orientar os diários do País, ao longo de algumas décadas, e seguramente até os anos 1930/40). Assim como havia acontecido em vários países europeus, algumas décadas antes, o Brasil passa, nos últimos anos do século XIX, a gerar novas ocupações aos poetas e escritores nos emergentes periódicos nacionais. (...) Assim, o País só começa a forjar um fortalecimento dos setores mais esclarecidos que buscam informação, lazer e cultura a partir dos anos 1930, quando a urbanização se fortalece e passa a criar demandas por novos espaços públicos. É, simultaneamente, a partir dos anos trinta que também surgem as primeiras universidades no País. (Gadini, 2004)

O jornal era, portanto, um espaço de práticas discursivas às quais NR se adaptou bem e produziu muito. Ainda jovem, conviveu, na redação de A Manhã, com Monteiro Lobato, Antônio Torres, Agripino Grieco, Medeiros e Albuquerque, Ronald de Carvalho, entre outros, ilustres colaboradores dos tempos áureos de Mário Rodrigues. Já vimos como, à época em

que queria consolidar sua reputação de dramaturgo, escreveu textos subscritos por figuras ligadas à cultura e artes, e não cessou de transitar entre outros ilustres da época (Manoel Bandeira, Álvaro Lins, Alceu Amoroso Lima, Accioly Neto, Nelson Werneck Sodré etc.) em busca de apoio a suas peças. Numa época em que a academia não havia ainda se consolidado, a imprensa jornalística era esse veículo privilegiado de publicação e circulação de idéias e saberes. Ciente desse modo de funcionar da imprensa, não há como negar a necessidade de NR preservar, a princípio, uma certa reputação, atuando pela heteronímia de Susana Flag e, posteriormente, de Myrna. O público feminino era uma realidade preexistente, pois os jornais também traziam suplementos e cadernos alinhados aos interesses dessas leitoras que, desde o século anterior, já se tinha delineado e continuava a consumir o que de específico lhe era destinado: com efeito, essa imprensa foi também elemento determinante na construção da propalada feminilidade. Braga (2003) a esse respeito explica que, embora na primeira metade do século XX os movimentos feministas fossem bastante ativos, o conteúdo das publicações não os representava:

Suas reivindicações ficaram por muito tempo inacessíveis ou restritas às esferas superiores da sociedade em consequência de uma dualidade radical que cortava a cultura feminina em duas partes sem comunicação. De um lado, a cultura da feminilidade, desenvolvida na imprensa feminina e que confirmava e confinava a mulher no seu papel tradicional; do outro, a ideologia da *intelligentsia* feminista, ignorada e filtrada pela cultura da feminilidade, que por sua vez recusava a cultura da feminilidade como alienação.

A figura da *leitora* era, portanto, parte de uma prática discursiva consolidada, de modo que Myrna se apresenta como mais um personagem dentro do quadro a que Del Priore (2005) chama de *Imprensa Conselheira*, também presente na célebre revista *O Cruzeiro* e no *Jornal das Moças*, ambos na década de 1950, e as *conselheiras sentimentais*⁹³ cumpriam o que delas era esperado: aconselhar as mulheres dentro do contexto geral das convenções da época. Perpassando esses conselhos, todo um código sobre o amor e os relacionamentos, cujas normas já não eram aquelas vigentes no século anterior: o casamento por interesse, que tantas

⁹³ Del Priore não menciona quem seriam as pessoas que elaboravam os textos em resposta às cartas das consulentes.

conseqüências provocou na vivência familiar e na sexualidade, fora por fim substituído pelo padrão de casamento por amor, com a devida participação dos envolvidos. Mas as relações entre o homem e a mulher continuavam profundamente marcadas pelas dissimetrias implicadas nas relações amorosas.

Assim, depreende-se que, atravessando os enunciados de Myrna, articulam-se uma constelação de fatores de ordem social, histórica e ideológica, materializados na língua, na dimensão discursiva que lhe é própria, de quem se abordou somente uma parcela. Importa, portanto, uma última incursão pelos discursos da conselheira, com o intuito de tratar os enunciados de Myrna sob a perspectiva da ideologia. Esse não é um tema pacífico. Já vimos como Foucault (2002) contornou o problema apelando à noção de Formação Discursiva, a fim de não empregar “palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências” como o é *ideologia*. Inevitavelmente atrelada ao materialismo histórico, acaba sendo tratada como uma idéia problemática, tendo em vista a crise do marxismo, por sua vez conseqüência da falência dos regimes comunistas. Teoricamente, o conceito de ideologia também sofre duras críticas, em razão de certos reducionismos operado pelos pensadores e estudiosos que o adotaram em suas análises. É, por exemplo, o que de algum modo acontece com a AD que, durante seu desenvolvimento teórico, esteve muito comprometida com o discurso político *stricto sensu*, mais precisamente em muitas questões envolvendo o Partido Comunista Francês (por essa razão, o grupo de pesquisa liderado por Pêcheux passa, depois de 1980, a contemplar não o *discurso* – termo fortemente ligado à política institucional – mas o *discursivo*, e de certo modo “abandonando” Althusser). Neste trabalho, opta-se por não percorrer o caminho de uma discussão sobre o conceito de ideologia, sua validade ou suas variações ao longo do tempo. Parte-se do princípio de que, ainda que a noção tenha sofrido muitas variações, revisões ou críticas, ela nunca deixou de constituir um horizonte não só possível, mas, sobretudo, necessário de análise. O recrudescimento do capitalismo como sistema geral de produção de

riqueza não invalida a discussão, pelo contrário, traze-a à pauta de pesquisas interessadas em entender processos relativos às relações sociais, mediadas pela linguagem e pelos processos simbólicos.

Quanto ao correio sentimental de NR, importa levantar algumas questões. A primeira delas refere a essa formação discursiva que atravessa os enunciados em Myrna, os quais se constituem como uma certa maneira de referir à mulher tal qual o fez uma certa onda romântica que adentrou o século XX. Quando se abordou o romantismo, pensou-se que nas práticas de produção e circulação dos textos produzidos por NR de algum modo repercutem as práticas sociais afetadas pelos valores e crenças ou por um certo modo de *representar* as relações entre o homem e a mulher mediadas pelo chamado amor romântico. Pôde-se entender, pelo percurso histórico das produções literárias (em sentido lato), que a instauração de um consultório sentimental é condizente com uma prática social de leitura efetivada tanto pela imprensa jornalística como pelo público leitor específico. Essa concepção de amor que forma a base das relações projetadas nos enunciados de Myrna é, por sua vez, igualmente afetada por esse romantismo tardio e, ademais, incoerente com a dramaturgia e a própria ficção do escritor, sobre quem Ginsburg (1994) escreve:

As criações do dramaturgo e do romancista exibem figuras, jogos de situação e linguagem que armados com o kitsch e o mito, por exemplo, com os valores ritualizados e as práticas automatizadas, com os impulsos instintivos e as regras sociais, com os psiquismos obsessivos e as conveniências racionais se carregam, na dança de suas farsas trágicas, de estranheza, absurdo e, em última expressão, de grotesco. Esse efeito, que aflora quase sempre pelo lado do humor e do caricato, não visa ao cômico. O seu objetivo é levantar o alçapão das mentiras convencionais da sociedade e expor o fundo negro da mente e da vida dos homens e das mulheres, brasileiros, cariocas, mas nem por isso menos plenamente representativos da condição humana, isto é, universais.

Há que se concordar com o crítico, que pôde descrever que, no teatro e na ficção em questão, há um movimento sistemático na direção do grotesco, do imoral e anormal, a ponto de “escandalizar” até figuras como Manoel Bandeira, que, quando da interdição de sua peça *Anjo Negro*, perguntou-lhe:

“Por que você não escreve sobre pessoas normais?”

Nelson não teve coragem de dizer-lhe que suas peças tratavam de pessoas como ele, Bandeira, e como ele, Nelson, e como todo mundo. Bandeira poderia ofender-se e considerar-se chamado de “anormal”.

O que incomodava Nelson era que, se Manuel Bandeira – o rutilante poeta, o estudioso dos gregos, dos franceses, dos espanhóis – interpretava-o tão mal, o grosso da população tinha todo o direito de achar que Nelson Rodrigues, de fato, não era portador de uma alma imortal e que suas peças eram de fato fétidas e pestilentas. Mas o próprio Nelson contribuía para isso, criando ele mesmo o anúncio de “Anjo Negro” no “Diário da Noite”, e deixando no ar a dúvida – “imoral ou obra de arte? - a respeito de sua peça. (Castro, 1991, p. 213-214)

Deve-se observar que o episódio relatado acima ocorre na mesma época que Myrna, e a chamada “imoral ou obra de arte?”, no mesmo jornal do correio sentimental. Não cabe buscar aqui uma razão ou interpretação para esse fato, afora o reconhecimento de que, conforme pensado por Foucault, o discurso é um conjunto de enunciados que se apóiam em uma formação discursiva, a qual postula um sujeito que não é uma consciência individual que fala, mas uma posição que se ocupa. As práticas discursivas atuantes no nível *cotidiano* (e com essa expressão pretende-se distinguir tais práticas discursivas daquelas representadas pelo teatro de Nelson) da imprensa conselheira dos fins da década de 1940 convergem, tendo em vista os fatores já explorados, numa maneira de falar da mulher e do amor a que NR / Myrna não “falam” apenas, mas são falados. Há um mecanismo ideológico pelo qual a formação discursiva em questão atravessa os enunciados do consultório sentimental, fazendo de NR, ainda que não um mero veículo totalmente assujeitado, pelo menos uma instância que, a partir de uma certa posição, pronuncia enunciados inscritos em relação a outros enunciados, tanto no nível intradiscursivo como no nível interdiscursivo. Nesse mecanismo está implicada a evidência do sujeito – a ilusão de que somos sempre já sujeitos, processo que escamoteia a interpelação da ideologia: a constituição da subjetividade não se dá do sujeito por ele mesmo, mas por outrem. Daí os processos simbólicos de constituição do *eu* a partir do olhar do *outro*, e que corresponde à passagem da vida psíquica aos processos simbólicos. A isso corresponderia, igualmente, a percepção de Beauvoir na sua célebre proposição: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, sendo esse *tornar-se* um processo de mediação que constitui o indivíduo como feminino, ou o *outro*; e também a evidência dos sentidos (Orlandi, 2003):

como a ideologia dissimula sua existência dentro de seu próprio funcionamento, a AD procura explicar que isso ocorre por causa da evidência do sentido, ou seja, pelo apagamento (ou transparência) do caráter material do signo (“que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam como uma dominante”). Por isso é possível identificar, interdiscursivamente, relações dos enunciados de Myrna com a concepção de amor romântico.

A idealização do amor, isto é, o tratamento desse sentimento como experiência espiritual muito mais do que carnal ou física pode ser identificada em várias cartas, seja pela sua preservação para além da morte, como na que escreveu em resposta a Doris (carta 42: *O amor não morreu, nem morrerá*):

Você pergunta, ainda, se é possível amar-se, eternamente, um morto. Ao contrário do que muitos pensam, acho que sim. (...) Que diferença faz um homem que se ausentou, definitivamente, pra um que morreu? Alguém dirá que o vivo pode voltar, e o morto não. Raciocínio inteiramente falso. Não importa que o ausente possa voltar e o morto não. Se importasse é que haveria, no amor, um sentido prático. Esse sentido não existe, porém. Tanto não existe que amamos quem não deveríamos amar, amamos a quem só nos faz sofrer, amamos a quem não nos ama. Em uma palavra: amamos porque... amamos. (...) O mundo conhece centenas de amores que não se realizaram e ainda assim foram imortais. (Rodrigues, 2002, p. 131)

Ou ainda pela não materialidade física da experiência amorosa, representada, por exemplo, em *O homem brilha pela ausência* (carta 7), que escreve em resposta a Jandira, cuja queixa é que só gosta realmente de seu amado na sua ausência. Myrna responde-lhe que a maioria das mulheres acha mais encanto na ausência que na presença de seu namorado, noivo ou marido:

Se a presença do meu amado não me empolga, nem nada, apelo para a sua ausência, Recurso infalível! Sob a sua presença, eu o vejo como ele é, na realidade. Quero dizer, limitado, sem espírito, sem inteligência e, às vezes, feiíssimo. Já na ausência, tudo muda. Vejo-o não como ele é, mas como eu o quero, pois o que funciona é a minha livre e criadora imaginação. Componho, para mim mesma, para meu regalo especial, a imagem de um homem fabuloso, que nada tem a ver com o meu amado; ou, por outra, é o meu amado, mas exaltado, transfigurado, superaperfeiçoado. (Rodrigues, 2002, p. 27)

O romantismo tardio, aí expresso na idealização do amor e da pessoa amada (e sua não correspondência com a realidade), apresenta uma face nova: o amor romântico do século XIX idealizava o amor como uma incompatibilidade com as práticas efetivas de relacionamento entre homem e mulher, mas Myrna, apesar dos louvores ao sofrimento por amor, e à irracionalidade ou irresponsabilidade dos amantes, já incorpora aos seus conselhos o que outrora fora impossibilidade: a escolha do cônjuge já não se dá como acordo entre famílias ou linhagens na economia de interesses materiais, mas como vontade dos *apaixonados*, como explica em resposta a Honória, uma mãe que não concorda com a escolha da jovem filha:

(...) a menina gostou de um rapaz que Honória acha que “não serve”. Mas, afinal de contas, quem vai suportar os defeitos e as qualidades do rapaz? É Honória ou a filha? A filha. Logo, esta me parece ser a maior autoridade na matéria. (Rodrigues, 2002, p. 65)

A idealização já não é a representação da impossível realização do amor, mas se dá como inevitável e incontrolável acontecimento, de caráter único e irrepetível que, uma vez ocorra, deve progredir para o matrimônio desejável. Mas, como não se escolhe a quem se vai amar, decorrem daí as tragédias, os sofrimentos daquela que amou uma vez por todas, pois *amamos quem não deveríamos amar, amamos a quem só nos faz sofrer, amamos a quem não nos ama; ou quando digo que o amor é imortal, refiro-me ao verdadeiro amor, que acontece uma vez na vida, quando acontece, e, às vezes, não acontece nem mesmo essa única vez.*

Entretanto, é importante ressaltar que, nessas cartas escritas de mulher para mulher, os acordos trágicos do amor parecem ecoar com perfeição em ouvidos femininos. A duplicidade da moral burguesa já foi de algum modo abordada, sobretudo no quesito fidelidade conjugal. Myrna, entretanto, percorre, de modo muito habilidoso, uma certa relação do feminino com a natureza, forjada nos primórdios do movimento romântico, quando Goethe espiritualiza e louva o *eterno feminino* (a quem Beauvoir identifica como mito, dos mais convincentes e de difícil refutação). Por ele, o feminino é instaurado numa base biológica, por assim dizer, e, conseqüentemente, *natural*, antes e fora de qualquer processo histórico e simbólico. Em carta

que responde a Antonieta (carta 32), uma recém-casada entediada com o matrimônio e que pergunta se a felicidade acaba quando a lua-de-mel finda, Myrna responde que esta dura tanto quanto o amor e o amor é eterno. Para compor seu argumento, lança mão das seguintes “verdades”:

Há sentimentos que nascem com a pessoa, que a acompanham até a morte. Com efeito, a mulher, ao nascer, já tem o sentimento materno. A mulher já é mãe, antes de o ser; mãe, no plano psicológico, na sua afeição pelas bonecas e em uma série de outras manifestações ultraperceptíveis nas meninas, e por onde se revela a presença e a irradiação de um instinto maravilhoso. Até o último suspiro, a mulher gosta do seu filho, como no primeiro dia. Portanto, verifiquemos o seguinte: há, quanto mais não seja, um sentimento eterno. E, com isso, abre-se a possibilidade, pelo menos teórica, da existência de outros sentimentos eternos. Por que o amor não o será, também? Tanto mais que o sentimento materno e o amor dependem um do outro – pelo menos nos casos normais. (Rodrigues, 2002, p. 100)

Em enunciados como este, percebe-se o material com que se constrói o mito, com que força se articula e se integra ao imaginário social e lingüístico. A maternidade, nesse caso, é a base para o estabelecimento de uma especial e *natural* relação da mulher com a experiência amorosa, encerrando-a numa parte daquilo que não se pode negar: com efeito, a maternidade é um fato, biológico, natural. Entretanto, cabe articular o texto com seu silêncio (“os fatos reclamam sentido”), ou seja, tomar um fato, social ou biológico, por si mesmo, numa perspectiva auto-referente, é negar a historicidade que atravessa a existência social, circunscrevendo-o numa permanência incompatível com o que se depreende do real da história. A eternidade do amor, ou o amar uma vez e para sempre, nesse caso, passa a ser próprio à mulher, e a ela caberá o louvor, a veneração (e seus opostos, por conseguinte), que até bem recentemente reduzia-a a esse *outro* com quem se relaciona pela via das várias disjunções já mencionadas. Em outra carta (nº. 23), Myrna vai mais longe, num texto que pode ser tomado como um dos mais significativos da coletânea, e que é um exemplo de texto que refere ao tipo *leitora sensata* com a qual Myrna se desidentifica: não sabemos seu nome,

e é referida como a que escreve para fazer uma reclamação; entre aspas autonímicas, a consulente fala: “A senhora protege, demais, os homens!” e “A senhora é, sempre, contra as mulheres!”. Aí, desde o título está delineado o mito do eterno feminino, pois “A mulher é vítima da natureza”. Nesta carta, Myrna fala o que toca à mulher sem, contudo, silenciar o que toca ao homem. Optou-se por transcrevê-la quase totalmente:

Quem protegeu o homem, antes de mim, foi a própria natureza. Se a mulher é vítima de alguém, o é da natureza, e não dos homens. “Por que a natureza protegeu o homem?” e passo a responder. A partir do momento em que surgiu a primeira mãe, patenteou-se o seguinte fato: - a natureza era unilateral e, assim, colocava sobre os ombros das mulheres as piores penas, os mais graves deveres e as mais dramáticas responsabilidades na tragédia amorosa. Penas, deveres e responsabilidades que resultam do simples e puro fato da maternidade. “Ser pai” pode representar, na vida de um homem, um mero episódio, sem a menor repercussão na sua vida. É preciso que ele tenha uma série de qualidades pessoais, qualidades de caráter, de inteligência, de coração para que veja o acontecimento, na sua verdadeira transcendência. Se ele for um frívolo, um superficial, um leviano, pode, perfeitamente, sacudir os ombros e passar adiante. A natureza foi tão parcial com o homem que, inclusive, ele pode ignorar, pode não saber, precisa ser informado da própria paternidade; e, mesmo informado, pode se dar ao luxo de duvidar, de não acreditar. Já a mulher, nunca. Ela jamais poderia duvidar, ignorar, não acreditar em sua maternidade. Não é preciso que lhe digam, não é preciso que a informem. A maternidade estará, nela, através de mil e uma manifestações nítidas, indiscutíveis, insofismáveis, manifestações físicas e psíquicas. O homem ainda pode se refugiar no cinismo e na mistificação, sugerindo: - “Serei eu o pai?” Digamos que isso seria uma infâmia, mas, em todo o caso, uma infâmia praticável e que eximiria o fulano de suas responsabilidades e deveres. Ao passo que jamais veríamos uma mulher duvidar de si mesma, duvidar da própria maternidade. Mesmo que ela conseguisse escondê-la, guardá-la em sigilo, não conseguiria enganar a si mesma, não se poderia libertar das tremendas conseqüências mentais, afetivas e físicas que decorrem da maternidade. Portanto, o homem aceita, se quiser, se lhe convier e se for bastante humano para isso – os deveres e responsabilidades de sua condição de pai. A mulher não. Perante a natureza, ela é obrigada a aceitar os deveres, as responsabilidades e os sofrimentos de sua condição de mãe. E isto faz com que, em face do amor, o homem e a mulher tenham atitudes diferentes. (Rodrigues, 2002, p. 74)

Com esse texto, estamos face à literalidade e transparência com que a ideologia opera sua eficácia. Onde está o sentido dos fatos? Na natureza. É-se, a princípio, obrigado a concordar, porque a maternidade, com efeito, é um fato *insofismável*. Mas o que parece escapar é que não há sentido sem interpretação, uma vez que qualquer indivíduo, necessariamente inscrito na ordem do simbólico, não pode acessá-lo como se ele estivesse colado ao signo, o que corresponde à proposição de Althusser sobre a evidência do sentido, ou esse *sempre já lá* que escamoteia o processo prévio que o institui. A ideologia, portanto, atua na ilusão da evidência, ou no chamado processo de esquecimento (o n.º. 1), pelo qual, inconscientemente, “esquecemos” que os sentidos do que dizemos preexistem ao ato de dizê-lo: “eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam, e não pela nossa vontade” (Orlandi, 2003, p. 35). Beauvoir, numa outra perspectiva, parece vislumbrar esse processo ao analisar os mitos construídos em torno do feminino, dentre os quais este, o do *eterno feminino* em sua “essencial” relação com a natureza. Ela o expressou nos seguintes termos:

É inteiramente verdade que a mulher – como o homem – é um ser arraigado na Natureza; ela é mais do que o homem escravizada à espécie, sua animalidade é mais manifesta, mas, nela como nele, o dado é assumido pela existência, pertence também ao reino humano. Assimilá-la à natureza é um simples *parti pris*. Poucos mitos foram mais vantajosos do que esse para a casta dominante: justifica todos os privilégios e autoriza mesmo a abusar deles. Os homens não precisam preocupar-se em aliviar os sofrimentos e encargos que são fisiologicamente a parte da mulher, porquanto “são da vontade da Natureza”. (Beauvoir, 1949, p. 301).

Beauvoir compreende que “o dado é assumido pela existência”, isto é, pertence ao sistema simbólico que caracteriza a humanidade. Mas ela avança para uma interessante vinculação com as práticas efetivas de organização e realização das práticas sociais: a apropriação (assimilação à natureza) do dado fisiológico (inexoravelmente atrelado à maternidade e suas conseqüências) como subterfúgio à dominação do masculino pelo feminino, e assim, ao “natural” estabelecimento de assimetrias: o diferente é, sobretudo, desigual e, do seu lugar de *outro*, confere privilégios ao *mesmo*: “o homem aceita, se quiser, se lhe convier e se for

bastante humano para isso – os deveres e responsabilidades de sua condição de pai”, afirma Myrna. O sistema de representações advindos desse entendimento de um vínculo especial da mulher com a natureza, importa observar, deriva para o discurso, que atravessa as relações amorosas, as de trabalho, as religiosas, os modos de representar, cuidar e vestir os corpos, as possibilidades de construção e estruturação da identidade. E o que é a identidade senão o resultado de uma certa relação recíproca entre práticas efetivas (inscritas socialmente e historicamente) e mecanismos simbólicos que lhes representam⁹⁴? Assim, quando se olha o “real” da história, das práticas cotidianas, da produção de riqueza e do trabalho, percebe-se que a identidade é mediada pelo *fazer*. Beauvoir, contemporânea de NR e de uma conjuntura na qual Myrna existiu e asseriu seus enunciados, pôde observar agudamente que o *ser mulher* não resulta desse enraizamento ideológico na natureza, mas no que se permitiu ao feminino realizar efetivamente. Assim, responde aos mitos que a encerram em representações imaginárias que, por exemplo, impediriam afirmar o que é a mulher (representada no “mito do mistério”):

O fato é que ela [a mulher] se veria bastante embaraçada em decidir *quem* ela é; a pergunta não comporta resposta; mas não porque a verdade recôndita seja demasiado móvel para se deixar aprisionar: é porque nesse terreno não há verdade. Um existente não é senão o que faz; o possível não supera o real, a essência não procede a existência: em sua pura subjetividade o ser humano *não é nada*. (Beauvoir, 1949, p. 303)

Portanto, o discurso sobre o feminino não é “verdadeiro” por si mesmo, mas foi, no dizer de Gregolim (2003), “naturalizado na história”: as coerções resultantes do componente natural (fisiológico) da maternidade parecem ter circunscrito o feminino a essa cadeia material (porque relativa às condições práticas efetivas na qual se pôde afirmar socialmente) e simbólica (seria possível pensar que as relações entre os sexos – o *amor* - se realizam independentemente ou sem a mediação das condições materiais da existência?). A língua,

⁹⁴ É por essa via que Hall procura entender a ideologia, pensando-a conforme Althusser: “sistemas de representação – compostos de conceitos, idéias, mitos ou imagens – nos quais mulheres ou homens vivem suas relações imaginárias com as reais condições de existência.” (Hall, 2003)

como principal materialidade que viabiliza a organização social, não é indiferente a esse quadro: tanto o discursivo quanto a sua estrutura afetam e são afetados por essas relações. É por ela que se efetiva a interpelação que, incessantemente, e mesmo passados quase 50 anos do correio sentimental de Myrna, mesmo tendo ocorrido tantos avanços reais na existência prática que envolve o feminino e sua experiência da maternidade e do trabalho, não cessa de constituir indivíduos como mulheres, mediante mecanismos simbólicos que, instituindo a diferença, não renuncia às facilidades das dissimetrias. Mas essa é uma perspectiva ética e política, quiçá científica.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, procurou-se contemplar um objeto de análise delineado sob duas perspectivas distintas. Por um lado, a AD. Por esse ponto de vista, tomou-se um campo teórico que tem como especificidade um entendimento de língua e de linguagem capaz de realizar uma abordagem distinta das já consolidadas pelo estruturalismo. Na verdade, a língua da AD, como se pôde perceber, não é o objeto encerrado na estrutura, mas o elemento que materializa uma outra ordem de fenômenos, que dizem respeito à subjetividade em articulação com a História e com o inconsciente. O discurso, portanto, é um objeto que, para ser apreendido, requereu uma articulação interdisciplinar. Nesta pesquisa, contudo, procurou-se de algum modo construir um dispositivo de análise identificado com a pesquisa lingüística, a fim de que epistêmica e institucionalmente se constituísse uma identidade.

O caminho percorrido foi, primeiramente, o de buscar entender a conjuntura ou o contexto a partir do qual a AD emergiu. Isto resultou de uma necessidade, uma vez que, no Brasil, os estudos sobre o discurso nem sempre puderam oferecer um panorama preciso do quadro teórico conforme pensado por Pêcheux, figura axial da área. Esta preocupação não significou, contudo, um compromisso com alguma ortodoxia teórica, ou algum pudor com terminologias, mas a busca pelos benefícios do entendimento das bases epistemológicas que fundamentam o campo, ou seja, o entendimento do que há de específico nos estudos discursivos no grupo liderado por Pêcheux para, assim, trilhar uma rota um pouco mais precisa, dentro desse emaranhado teórico e terminológico que resulta dos estudos atuais que trabalham com um objeto transfrástico. Desse modo, pôde-se operar com a teoria da enunciação, julgando o que há nela de distinto da AD e as possibilidades que oferece para a efetivação de um procedimento de análise propriamente lingüística.

A outra perspectiva diz respeito ao feminino, ou seja, tanto as teorias lingüísticas quanto a teoria do discurso se articularam em torno de um problema anterior e independente do corpus. Isto quer dizer que o ponto de vista a partir do qual a pesquisa se instituiu construiu um objeto cuja especificidade acabou por direcionar cada procedimento de análise. Abordar o feminino fez com que, por exemplo, a teoria da enunciação tivesse como alvo as marcas de pessoa, e não os tempos verbais ou quaisquer índices ostensivos, e a morfossintaxe pudesse ser investigada nos variados mecanismos que de algum modo são atingidos pelas relações de gênero que, pela sua onipresença nas relações humanas, acabam também deixando marcas no emprego do sistema lingüístico. Mas a perspectiva da problemática de gênero, além e aquém disto, é um gesto analítico motivado politicamente, uma vez que não se apresenta senão pela ação consciente de um sujeito que se posiciona diante da realidade de forma interessada.

A história da AD nos informa que essa atitude interessada sempre esteve presente em suas pesquisas, evidenciada na ênfase em questões afetadas pelo ideológico: daí a política partidária ou estatal, ou questões de classe e suas implicações, como o papel do simbólico e do imaginário no delineamento do lugar “naturalmente” ocupado pelos indivíduos na produção de riqueza como um horizonte de observação constante. Ao apresentar as bases epistemológicas dos primeiros passos de Pêcheux naquilo que viria a se chamar Análise do Discurso, bem como o contexto institucional ao qual o filósofo estava submetido, percebe-se uma dimensão ética como pano de fundo dos gestos de investigação por ele empreendidos. Essa perspectiva ética, ou interessada, de ação sobre o real mediada pela pesquisa foi talvez a principal razão pela qual se aderiu às bases teóricas da AD. A percepção de que a estrutura da língua era afetada pelas assimetrias que se estabelecem entre o masculino e feminino conduziram a questões que não seriam respondidas em outra perspectiva de investigação, pelo menos nos estudos lingüísticos, já que o problema pareceria ser, por conseguinte, mais adequado a outros ramos das Ciências Humanas. Entretanto, a AD abre a possibilidade teórica

de investigação desse fenômeno que, numa de suas faces, se materializa na linguagem e na língua, por seu caráter simbólico arraigado no imaginário. Os gestos de interpretação que daí decorrem, por sua vez, lançaram mão de algumas teorias já consolidadas na lingüística: a teoria da enunciação, alguns conceitos e questões da morfossintaxe estrutural, uma abordagem funcionalista da sintaxe, ajustadas à construção do dispositivo de análise sem o qual a pesquisa não poderia figurar como também lingüística. E, em consequência, uma das mais relevantes conclusões deste trabalho: o entendimento de que o problema das relações de gênero (e, por inferência, outras questões que envolvem o humano) não é um fenômeno isolado ou autônomo incrustado nas práticas sociais, mas um elemento que afeta de modo decisivo as estruturas que organizam a existência social. Concebe-se, pois, que a língua inscreva em sua materialidade uma dimensão, histórica e ideológica, que se esquivava enquanto se enuncia, uma vez que os falantes não são senhores dos enunciados que proferem, pois (lembramos de Foucault) “crendo que seus propósitos lhes obedecem, não sabem que são eles que se submetem às suas exigências. As disposições gramaticais de uma língua são o a priori do que aí se pode enunciar.” (Foucault, 2000, p. 412)

Na construção do dispositivo de análise propriamente dito, adotou-se uma série de proposições que foram tomadas de *Arqueologia do saber*. A partir destas proposições, delineou-se como método para o trabalho que os enunciados selecionados para a análise seriam aqueles provisoriamente recortados em torno de uma regularidade: dentre os enunciados que tomam a mulher por referente, as cartas de Myrna figurariam entre aqueles que, nas práticas sociais de produção e circulação de textos, *falam para mulheres*. Tendo em vista tal recorte, pôde-se fazer um apanhado, ainda que breve, pelo menos esclarecedor, das condições mediante as quais uma fala dirigida especificamente para o feminino pôde se estabelecer: a relação da mulher com a leitura de romances é, pois, um fenômeno fortemente marcado por uma conjuntura sócio-cultural e econômica (efeito indireto da formação da

classe burguesa, da onda romântica e, posteriormente, das origens daquilo que atualmente se denomina indústria cultural), e de modo algum *natural* ou intrinsecamente relacionado a um modo de ser próprio à feminilidade. A convergência temporal entre formação da classe burguesa e romantismo proporcionou, entre outras coisas, uma maneira de pensar a relação entre o homem e a mulher e, por conseguinte, a sexualidade, que se transformou no que se convencionou chamar *amor romântico*. Algumas concepções deste amor romântico atravessam os enunciados de Myrna e determinam muito do que ela afirma que seja a mulher e a feminilidade e, conseqüentemente, o que ela, na relação intersubjetiva que estabeleceu, fala para as mulheres.

Daí decorre a outra característica relevante do material analisado: sendo Myrna subjetividade instituída lingüisticamente, uma vez que não há nela um indivíduo empírico que lhe corresponda, se impõe o aspecto histórico e cultural de que ela resulta de um trabalho heteronímico de NR. Isto significa que o correio sentimental não é mera palavra cotidiana, mas incontornavelmente afetada pela função autor. Assim, procedeu-se a uma análise desse processo, da dimensão específica dos enunciados que se submetem à figura autoral, e isto foi feito com vistas à justificativa de que, para efeito de análise, não se buscaria apreender dos enunciados os vestígios do trabalho do autor, já que ele trabalhou de um lugar heteronímico. O interesse se fixou, outrossim, nos processos de constituição e circulação de um texto caracterizado como sendo *de mulher para mulher*. A pergunta, no que diz respeito a esse processo de interlocução entre Myrna / NR e um público especificamente feminino foi a de como tais enunciados puderam se constituir, em vez de procurar pelo estilo de NR, ou pelas marcas de sua ficção. Assim, pôde-se identificar uma formação discursiva identificada ao amor romântico perpassando os conselhos de Myrna às suas supostas consulentes.

Essa não foi uma tarefa simples. A função autor tem muita força na sociedade e não se pode simplesmente ignorá-la. O teatro de NR representou uma revolução na dramaturgia

brasileira. Sua figura é também marcada por muitas polêmicas, em razão justamente de seus pronunciamentos sobre a política brasileira, numa época em que o comunismo ainda representava uma *ameaça* efetiva. A esquerda brasileira, militante e revolucionária, mobilizava opiniões e gerava embates entre pessoas e instituições: o jornal era um palco privilegiado dessa luta, e NR não era indiferente a isso. E foi assim que, em crônicas, entrevistas e artigos de jornal empreendeu uma militância pelo avesso: considerava a militância comunista equivocada e escrachava-a, via de regra, agudamente. Quanto aos seus pronunciamentos sobre a mulher, lendas envolvem seu nome: é célebre sua frase *Toda mulher gosta de apanhar*, pronunciada numa época em que as relações familiares e de trabalho começavam a mudar, revestiu-o de uma aura de reacionário que, ao que parece, não o incomodava, pelo contrário. E como Elza, sua mulher, lhe reclamasse um pronunciamento que minimizasse o impacto daquela afirmação, ele responde: “Meu anjo, eu não tenho que explicar nada. Se a pessoa é burra e não entende, o problema é dela. Burro nasce que nem capim” (Castro, 1992, p. 241).

Assim, afirmar o “machismo” de NR implica um truísmo. E, além disso, simplifica ao extremo as possibilidades de interpretação de textos notadamente complexos (e nesse caso não falamos apenas de Myrna, mas das crônicas e, principalmente, do teatro) que marcaram a produção multifacetada deste escritor. No mais, é notável que em sua biografia haja sinais visíveis de uma perspectiva que importa ressaltar: é possível observar uma ênfase no indivíduo, ou seja, naquilo que se opõe ao coletivo, e isto não se trata de indiferença ou alienação, mas de um posicionamento eletivo. Já vimos que ele, em tempos de grandes debates em torno do comunismo, porque tinha em vista o indivíduo, se posicionou contrariamente. Entretanto, esse posicionamento, conquanto represente o individualismo próprio à subjetividade moderna, não é indiferente: NR expressou de várias maneiras um sensível interesse por questões humanas sérias, como o sofrimento, a dor, a doença. Castro

(1992), a propósito do caráter freqüentemente mórbido de *A vida como ela é...*, transcreve o testemunho de NR sobre o tema:

“A vida como ela é...” se tornou justamente útil pela sua tristeza ininterrupta e vital. Uma pessoa que só tenha do mundo uma visão unilateral e rósea, e que ignore a face negra da vida, é uma pessoa mutilada. Por outro lado, nego a qualquer um o direito de virar as costas à dor alheia. Precisamos ter continuamente a consciência, o sentimento, a constatação dessa dor. Sei que nenhum de nós gosta de se aborrecer. Mais importante, porém, que o nosso frívolo conforto, que o nosso alvar egoísmo – é o dever de participar do sofrimento dos outros. Há uma leviandade atroz na alegria.

Resta mencionar um episódio que marcou decisivamente essa seção. Dias antes de começar “A vida como ela é...” estive, acidentalmente, em uma policlínica. Lá, numa sala apinhada, estava um menino de três ou quatro anos, no colo materno. Súbito, a criança começa a chorar. Mas seu pranto era diferente: ele chorava pus. Desejo ser sóbrio, mas permitam-me dizê-lo: viva eu cem, duzentos, trezentos anos e terei comigo, cravada em mim, essa lágrima espantosa. Durante meses, tive vergonha de minha alegria, remorso do meu riso, horror de minhas lágrimas normais e apresentáveis. Por vezes penso: rir num mundo tristíssimo é o mesmo que, num velório, acender cigarro na chama de um círio. (Castro, 1992, p. 239).

Como então justificar a visão que NR apresenta em Myrna? Não há possibilidades seguras de interpretar essa questão, pois falta-nos, inclusive, um estudo que abrangesse suas crônicas, o seu teatro e sua ficção pela perspectiva das relações de gênero. É possível, entretanto, entrever em sua opção pelo *indivíduo* aquilo a que Santos (1995) analisa como sendo uma característica da modernidade: é a propósito do triunfo da subjetividade descontextualizada e individualista (necessária, inclusive, à consolidação do capitalismo), em oposição a uma subjetividade não universal e coletiva, proposta (e fracassada) pelo romantismo de Rousseau e pelo marxismo, que talvez possamos entender sua posição, pois é possível apreender de seus escritos um homem e, principalmente, uma mulher “naturalmente” pensados como sujeitos cujos papéis e destinos se delineiam sem conexão com as condições materiais às quais se inscrevem, uma existência, nesse sentido, cartesiana: auto-centrada e auto-referente. A AD requer o princípio de que o sujeito não se origina em si mesmo, e para apreendê-lo, é necessário pensar a alteridade e a diferença.

Quando abordamos o correio sentimental de NR com os instrumentos fornecidos pela AD, a análise se constitui como uma pesquisa interessada em afirmar, de algum modo, o lugar

identitário e periférico do feminino. Com isto, entretanto, não se pretendeu tão somente apontar no escritor sua faceta desagradável, ou sua *mesaliance* para com o segundo sexo. O que buscamos, efetivamente, foi entender como a língua materializa, em sua estrutura, a complexa rede de relações históricas, sociais e culturais que a anima. Que a morfologia e a sintaxe de uma língua são elementos cuja regularidade é afetada pelo discursivo, e que o discursivo não é exterior ou paralelo ao sistema, mas nele e com ele fazem funcionar os processos simbólicos em que a subjetividade e a sociedade se constituem.

Tende-se, atualmente, a considerar a temática da ideologia, ou quaisquer perspectivas construídas a partir do materialismo histórico, como sendo anacrônica ou impertinente. Parece predominar, no meio científico, uma certa indiferença para com questões pensadas e concebidas politicamente. Entretanto, a violência contra a mulher continua existindo como estatística e como componente do imaginário, para citar apenas uma face do problema. Optar pela temática do discurso é um gesto, reafirmamos, interessado: Pêcheux chamou-o de tomada de posição, reconhecida como tal, resultado de um efeito de identificação assumido e não negado. Recusamos, assim, a atitude intelectual *blasé* para com o real, adequada, presume-se, ao trabalho científico. Optamos por continuar operando com conceitos que são capazes de abordar os fatos que desumanizam o feminino ou teimosamente transformam-no nessa alteridade marginal e necessária (mas sempre marginal, sejam as suas cores quentes ou frias, sofisticadas ou desprezíveis). Enquanto, no imaginário, o feminino e a mulher se constituírem como o *outro* constantemente interpelado por um androcentrismo ainda perene (constantemente reproduzida na intensa vigilância sobre o seu corpo, atualmente renovado pelo homossexualismo viril e, subrepticamente, misógino), não poderei, nos estudos da linguagem, ignorar o discurso.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de Gramática do Português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec / Ana Blume, 2002.
- BARTHES, Roland. **Aula**. 17 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- _____. **S / Z**. Tradução Lea Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- _____. **O neutro**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto: 2000.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Vol. I. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BEZERRA, Raquel Nery Lima. A ilusão da neutralidade – o caráter ideológico da categoria de gênero nas regras morfossintáticas do português. In: BRITTO DA MOTTA, Alda et alli.(orgs.) **Reparando a falta: dinâmica de gênero em perspectiva geracional**. Salvador: UFBA / Núcleo de estudos interdisciplinares sobre a mulher, 2005. (Coleções Bahianas; 10)
- BRAGA, Adriana. Corpo e Mídia: fragmentos históricos da imprensa feminina no Brasil. I ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO. Rio de Janeiro / RJ: 2003. Disponível em:
<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/anais/gt1_imprensa/corpo%20e%20midia%20-%20fragmentos%20hist%F3ricos%20da%20imprensa%20feminina%20n.doc> Acesso em 05 mar. 2006.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. **Dicionário de Lingüística e Gramática**. Petrópolis: Vozes, 2000. 21 ed.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 33 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. Vol. 2, 8 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.
- CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico** – a vida de Nelson Rodrigues. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

COURTINE, Jean-Jacques. Análisis del discurso político (el discurso comunista dirigido a los cristianos). Trad. Cast.: María del Carmen Saint-Pierre. **Langage**, 62. 18. 1981.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Armadilhas da sedução** – os romances de M. Delly. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. – 3 ed – São Paulo: Contexto, 2000.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. The romantic drive and human sciences in the western culture. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (on line). June 2004, vol.19, no.55, p.5-18. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200001&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-6909. Acesso em 02 mar. 2006.

DUBOIS, Jean, et alli. **Dicionário de lingüística**. 16 ed. Coordenação de tradução Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2004.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambigüidade ao equívoco** – a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FLAUSINO, Márcia Coelho. Mídia, sexualidade e identidade de gênero. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (Salvador/BA). Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/xxv-ci/np13/NP13FLAUSINO.pdf>> Citado em 02 Março 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 6 ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura, pintura, música e cinema**. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta; tradução, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

GADET, Françoise. Prefácio. Tradução, Eni Pulcinelli Orlandi. In: **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. As mudanças discursivas no Francês atual: pontos de vista da Análise de discurso e da Sociolingüística. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Clara Luz, 2005.

GADET, Françoise et alli. Apresentação da conjuntura em lingüística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. Tradução, Lourenço C. Filho e Manoel Gonçalves. In: GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

GADINI, Sérgio Luiz. Tematização da cultura no jornalismo Brasileiro. II ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO. [on line] Florianópolis, 15 a 17 de abril de 2004. Disponível em:
<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20dos%20jornalismo/trabalhos_selecionados/sergio_luiz_gadini.doc>
Acesso em 02 Março 2006.

GIANOTTI, Marco. Romantismo nasce do amor sombrio de Werther. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 mai.1994. Caderno Mais!

GUINSBURG, Jacó. Nelson, o pugilista dramático. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 set.1994. Suplemento Mais! p. 3-6.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso** – diálogos & duelos. São Carlos: Clara Luz, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Tradução de Tomás Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso”. Tradução, Bethânia Mariani. In: GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

HELLER, Bárbara. Tuteladas ou letradas? Imagens de mulheres em textos escolares e literários de 1800 a 1930. **Anais do 5o. Seminário Nacional Mulher e Literatura**. Natal, UFRN/Ed. Universitária, 1995. p. 519-525.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1997.

KOCH, Ingedore Villaça. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2001

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do Eu. (Edição inglesa em *New Left Review*, 51, set./out. 1968; tradução desta edição feita a partir do original francês, em *Ecrits*. Paris: Seuil, 1966) In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da Ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 97 – 104.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. **Sintaxe gerativa do Português**, da teoria padrão à teoria da regência e ligação. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert e VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2003.

MACHADO DE ASSIS. Joaquim Maria. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Globo, 1985.

_____. **Esau e Jacó**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. **Termos-chave da análise do discurso**. Tradução Marcus Vinícius Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

_____. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3 ed. Tradução Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes / Editora da UNICAMP, 1997.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso – (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethânia. Subjetividade e imaginário lingüístico. **Revista Linguagem em (Dis)curso**. [on line] Volume 3, número especial, 2003. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/revista/revista.htm>> Acesso em 02 mar. 2006.

MEYER, Marlyse. **Caminhos do imaginário no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso – princípios e procedimentos**. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORTIZ, Elsa Maria Nitsche. Sobre L'enoncé: enchâssement, articulation et de-liaison. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Clara Luz, 2005.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **O discurso – estrutura ou acontecimento?** 3 ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. **Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel e GADET, Françoise. **A língua inatingível – o discurso na história da lingüística**. Tradução Bethania Marianni e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: editora UNESP, 1998.

POSSENTI, Sírio. Notas sobre a relação entre sintaxe e discurso. In: MARI, Hugo et alli. **Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges Editora, 1999. p. 211-223.

PRADO, Décio de Almeida. O advento do teatro romântico no Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jul. 1992. Caderno *Mais!*, p. 6-12.

REZENDE, Otto Lara. Um velho papo furado: ninguém mais lê nada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 mar.1992. Revista *d'*, p. 4-5.

RIBEIRO, Renato Janine. Madame Bovary morreu de tanto ler romances. **Folha de São Paulo**, 2 mai. 1993. p. 6.

ROCHA, Luis Carlos de Assis. **Estruturas Morfológicas do Português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

RODRIGUES, Nelson. **Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O baú de Nelson Rodrigues** – os primeiros anos de crítica e reportagem. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RORTY, Richard. Feminismo, ideologia e desconstrução: uma visão pragmática. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

SANDMANN, Antônio José. **Morfologia Geral**. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice** – o social e o político na pós-modernidade. 4 ed. Porto: Afrontamento, 1995.

SANTOS, Gilberto de Moura. **Religião e Política: afinidades seletivas e negativas no processo de representação/ação na Igreja Presbiteriana do Brasil em Aracaju**. São Cristóvão: dissertação de mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Sociologia do NPPCS, Universidade Federal de Sergipe, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1990.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de lidar com as mulheres**. Introdução e notas de Franco Volpi. Tradução, Eurides Avance de Souza (alemão) e Karina Jannini (italiano). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVEIRA, Verli Fátima Petri da. Algumas reflexões sobre discursividade, gramática e sintaxe. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Clara Luz, 2005.

SEARLE, J. **Actos Lingüísticos**. Coimbra: Almedina, 1981, pp. 214 – 229.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais – a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. In: **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 34, p. 11-44, 2001. Editora da UFPR. Disponível em:
<<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewPDFInterstitial/2657/2194>>
Acesso em 02 Mar. 2006.

TIBURI, Márcia. As mulheres e a filosofia como ciência do esquecimento. **ComCiência** – Revista eletrônica de jornalismo científico. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/15.shtml>> Acesso em 25 jan. 2006.

VELLOSO, Monica. As mil faces de um herói canalha e outros ensaios. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS [online]. feb. 1999, vol.14, no.39, p.179-181. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000100011&lng=es&nrm=iso>. ISSN 0102-6909. Acesso em 02 mar. 2006.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura Infantil na escola**. 11 ed. São Paulo: Global, 2003.

ANEXO

ANEXO A – Cartas de Myrna transcritas do corpus, numeradas segundo a ordem em que foram publicadas no livro *Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo*.

CARTA 01

MYRNA ESCREVE:

Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo

Você deseja saber quem é Myrna. E fará a si mesma perguntas como esta: “É Loura? Morena? Nasceu no Cairo? Em Alexandrina? Adivinha o futuro? É velha ou moça?”. Respondo: “Myrna sou eu”. Entretanto, não é Myrna que está em causa. QUEM ESTÁ EM CAUSA É VOCÊ. Sim, leitora que nunca vi, bela, feia, juvenil ou passada. Você sofre e basta. E é para você própria que devem voltar suas atenções. Examine o seu caso e mais do que isso: examine o seu coração. Você tem um amor infeliz. Infeliz por quê? De quem é a culpa? Dele ou sua? Ou será da própria vida, cega, obtusa, implacável? São perguntas que você faz, a si mesma e aos outros, sem lhes achar resposta. Longe do bem-amado você é infeliz; perto, também. Na ausência, tem saudades; na presença sofre por outros motivos. Se ele é fiel, você chora, considerando a hipótese da infidelidade. Ora, as hipóteses também contam em amor. Nós pensamos assim: “Ele é fiel hoje; será amanhã?”. Basta esta possibilidade – tênue, remota, teórica possibilidade – para que cada uma de nós sofra na carne e na alma. Também sofremos por tudo que talvez aconteça, por tudo que talvez não aconteça. “Haverá remédio para isso?” é o que você pergunta a si mesma. Eu, Myrna, poderia responder, lacônica e definitiva:

- Não!

Mas seria justo atirar este “não” à sua face? Prefiro adiar a resposta. Você, antes de amar, tinha do amor uma idéia fabulosa. Você queria “ser feliz” no amor. Via as namoradas, as noivas, as esposas; e não vias as abandonadas, as desquitadas. Você não prestava atenção às notícias que dizem assim: “...Fulana de Tal, branca, solteira, por desgostos íntimos, pôs termo à vida, ingerindo...” E se, por acaso, você tomava conhecimento da tragédia, pensava, no mais íntimo de si mesma: “Comigo não será assim. comigo será diferente.” Hoje você acha que “não foi assim”, que “foi diferente”, mas para pior. Às vezes, você chega a invejar as que morreram, as que não têm mais problemas, as que, enfim, repousam no seio da morte. Você faz, então, uma série de reflexões triviais e, ao mesmo tempo, terríveis: “As mortas não desejam, não sonham, não esperam, não exigem. Nem têm maridos, noivos, namorados. Elas não têm nada!”. Assim pensará você, de vez em quando, na sua imensa tristeza e solidão. Será certo, porém, este raciocínio? Eu, Myrna, vou contar, sumariamente, o meu caso ou, por outra, um dos meus casos. Quando eu tinha meus dezessete anos, fazia uma idéia do amor. Pensava do amor maravilhas. “Vou ser feliz, muito feliz”, era o meu sonho, o meu desejo profundo. E, depois, quando me enamorei, quando me apaixonei, descobri a mais estranha das verdades: não havia entre o meu amor e a felicidade a menor relação. Eu amava e era infeliz. Descobri, ainda, outra verdade: Eu era infeliz, ele era infeliz. E não tínhamos culpa nenhuma, nenhuma. Éramos irresponsáveis, não fazíamos nada para merecer o nosso infortúnio. Lembro-me que, na época, uma senhora amiga, de vasta experiência amorosa, dizia assim:

Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo.

Depois, realizei uma série de estudos, adquirei e aprofundei-me em conhecimentos que a maioria das pessoas julga suspeitos ou surpreendentes. Olhar o futuro, como se ele já fosse passado, como se ele já tivesse acontecido. Eu poderia simplesmente, aplicar essa visão ou antevisão em assuntos gerais. Poderia adivinhar, para os que me consultassem, viagens, sucessos comerciais, sorte grande, etc.etc. Mas eu sou mulher e é para as mulheres que me

volto com toda a minha simpatia humana. É, sobretudo, para as que são infelizes, para as que amam e sofrem e se debatem num mundo de perplexidades cruéis. Posso aconselhá-las, orientá-las, dizer-lhes: “não faça isso!”. Ou conforme o caso: “faça isso!”. Imagine você, leitora, o seguinte: há dois homens que a cortejam. Seu coração ainda não optou. “Qual deles é o melhor? Qual deles é o marido ideal?” Outro caso: separação; ou abandono; ou incompatibilidade de gênios entre marido e mulher; ciúmes; suspeitas. Seja qual for seu drama, escreva para:

- Myrna - Redação do DIÁRIO DA NOITE - Rio.

Dê seu primeiro nome e o primeiro nome do seu namorado, noivo, ou marido. A data de nascimento de ambos. E conte seu romance. Eu lhe direi a verdade, só a verdade, presente e futura. E se quiser saber quem é Myrna, responderei:

- Apenas uma mulher.

CARTA 2

MYRNA ACONSELHA:**Conquiste todos os dias o seu marido**

A primeira carta que abri foi a sua, Lúcia. Você dá as indicações necessárias e, em seguida, passa a seu caso. E faz esta exclamação: “Meu marido deixou de gostar de mim! Meu marido não gosta mais de mim! Informa que vocês casaram apaixonadíssimos. É, não resta dúvida, uma desgraça. E o que a preocupa e atormenta é saber qual dos cônjuges tem a culpa da atual situação. Você não concebe que haja uma tragédia sem culpados. Está claro que você põe toda a responsabilidade sobre os ombros de seu marido. Destaco de sua carta – tão fremente de dor e de indignação – os seguintes trechos: ... “os homens são assim mesmo... os homens não prestam... os homens não são sinceros”... Ao passo que a mulher, segundo seu ponto de vista, possui todas as virtudes e nenhum defeito. Você, então, invoca, em causa própria, o que você é, o que você tem feito. Em resumo: você é uma esposa exemplar, fidelíssima, atenta aos deveres, esquecida dos direitos, dona-de-casa infatigável, que não refuga, em caso de necessidade, nem a cozinha, nem o tanque. Aduz uma prova definitiva de sua abnegação: “não tenho nem tempo de me pintar”. Como se não bastasse tanto devotamento e sacrifício, você vai além: a fim de não sobrecarregar os gastos do esposo, não compra vestidos e chega a esta perfeição realmente incomparável – “tenho uma única combinação!”. Tudo isso seria normal, se seu marido ganhasse pouco. Mas ganha muito, ganha bastante! Logo, você acredita que as privações que se impôs crescem de valor.

Isso diz você. Agora vejamos minha opinião. Suas qualidades domésticas, eu as considero de primeira ordem. Ótimo que você seja assim. Mas não basta, Lúcia! É pouco. Sei também que você é fiel. Mas a fidelidade significa apenas uma virtude e a condição de esposa exige várias virtudes. Você faz muita economia, faz economia demais. E uma virtude assim imoderada passa a ser defeito, e dos mais graves. Sobretudo, porque você exerce seu senso de economia contra si mesma, contra sua graça de mulher, contra a sedução de sua imagem. Uma mulher que, tendo dinheiro, vive com uma única combinação – ou duas – está se condenando a uma triste sorte amorosa. Eu compreendo o seu drama, que é nada mais, nada menos o drama de milhares de mulheres. Vejo você, no dia de seu casamento, ainda de noiva. Qual foi a sua convicção íntima, profunda, irredutível? De que o bem-amado era para sempre seu, de que era propriedade sua, uma conquista em termos definitivos. Para que se enfeitar, se embelezar, tornar-se graciosa e fascinadora para um homem que já lhe pertencia? Pensando assim, você errou. Porque, na verdade, nenhum homem é para sempre nosso. Nós precisamos conquistá-lo sempre, nós precisamos conquistá-lo todos os dias. Nisso se resume o amor, nesta conquista cotidiana. Pergunta você, em seu desespero, se não há amor eterno. Há, minha pobre Lúcia. Mas é uma eternidade toda especial que, se mal cultivada, pode acabar, pode durar seis meses ou até quinze dias. Certo poeta dizia do próprio amor: “...que seja eterno enquanto dure”. Somos nós que fazemos o nosso amor eterno, com muita graça, muita feminilidade, um esforço incessante e uma paciência infinita. Quem não quiser realizar este esforço ou demonstrar esta paciência, não tem o direito de se queixar do destino. Porque a culpada é ela mesma. Você diz que, ao chegar seu marido, você está exausta. E pensa que isso constitui título de glória. Engano, Lúcia. Você, exausta, moída de cansaço, saturada de sono, incapaz, já, de coordenar as idéias, de compor uma frase, você não seduz seu marido, não o encanta, não arrebatá. Ele achará, não resta dúvida, que você é uma formidável dona-de-casa, mas não encontrará este encanto, esta fascinação, que também pertence à condição de esposa. Sei que você está atônita diante de minhas ponderações que, afinal de contas, nada têm de notáveis, de insólitas, e apenas exprimem verdades cotidianas e eternas. Mas o pior não é isso.

O pior é que você daqui a depois ou três dias se esquecerá de tudo o que Myrna lhe diz agora. Você incidirá, então, nos mesmos erros e defeitos. Continuará achando seu marido culpado de tudo e você de nada. Desculpe, que eu lhe fale assim claro. Mas digo apenas verdades. Estou vendo, neste momento, seu futuro. Dia a dia vão crescer as suas incompatibilidades com o companheiro. Entre ele e você, uma incompreensão cada vez mais patética. Tenho pena, muita pena, mas é o destino, Lúcia. Antes de concluir, vou lhe dar um conselho, a si e a todas as mulheres casadas, conselho que você não vai seguir, porque não é esta a sua sorte:

- Conquistaste seu marido todos os dias!

CARTA 03

MYRNA ESCREVE:**Amar uma vez e sempre**

KATIA VEVEL, Rio – A rigor, a sua tragédia não existe: ou só existe de um maneira muito relativa. O mais importante, o fundamental, você tem: ama e é amada. E se quer obter um mínimo de felicidade, parta, sempre, do seguinte princípio: - o verdadeiro amor não pode ser integralmente feliz. Você sabe qual é o tremendo erro da maioria absoluta das mulheres? Eilo: - achar que o fato de amar implica, obrigatoriamente, a felicidade. Quem ama, pensa que vai ser felicíssimo; e estranha qualquer espécie de sofrimento. Ora, a vida ensina, justamente, que duas criaturas que se amam, sofrem, fatalmente. Não por culpa de um ou de outro; mas em consequência do próprio sentimento. É exato que os amores têm seus êxtases deslumbrantes, momentos perfeitos, musicais, etc. etc. Mas eu disse “momentos” e não as 24 horas de cada dia. Quando uma mulher apaixonada se queixa, eu tenho vontade de fazer-lhe esta pergunta: “Não lhe basta amar? Você quer, ainda por cima, ser feliz?” Pois o destino, quando concede a graça inefável do amor, subtrai uma série de outras coisas. Antes de mais nada, o sossego. Quem ama, não tem sossego, perdeu-o, para sempre. A intensidade de qualquer amor é, por si mesma, trágica. Você, minha doce amiga, escreve: “Tenho ciúme de tudo e de todos”. E isso já implica um sofrimento incessante e atroz. Mas, acontece uma coisa com os sofrimentos de amor: Eles se tornam um hábito, se fazem necessários e, no fim de certo tempo, se incorporam à nossa vida, participam dela, de maneira integral. Sofrer pela criatura amada – permita que lhe diga – não é um mal, é quase um bem. Você conhece tristezas mais lindas, mais inspiradoras, do que as tristezas do amor? Não, não há, minha querida amiga. Uma pessoa sensata diria: “São tristezas”, ao que eu replicaria: “Mas de amor!”. E tristezas desta natureza valem qualquer alegria.

Vejam, porém, concretamente, o seu caso. Você, há tempo, teve uma lesão pulmonar. Não sei se a chamada “peste branca” espanta alguém. A mim, não. Nem doença de espécie alguma. Se há amor, qualquer espécie de enfermidade, ainda as mais atroz, torna mais doces e mais fortes os vínculos que unem duas criaturas. E mais vale uma lesão pulmonar do que uma lesão de caráter, por exemplo, uma lesão da alma. As únicas doenças que realmente me assustam são as morais. Durante o seu tratamento, você ficou em uma tal prostração que, digamos, se desinteressou da vida. Foi um mal, cara amiga. Se lhe faltava a saúde, sobrava-lhe, no entanto, uma série de outros dons, para merecer a vida e dignificá-la. Mais tarde, quando você ficou boa, encontrou-se, acidentalmente, com aquele que seria o seu bem-amado. Um olhar, um brevíssimo *flirt* e este resultado maravilhoso: um amor recíproco e definitivo. Mas sucede que havia uma outra se interpondo entre vocês dois. Uma outra que não fazia o seu bem-amado feliz; que não o compreendia; que não tentava um esforço pela sua felicidade. Ele tinha companhia e era solitário. Ora, não há maior solidão do que estar mal acompanhado. Mais vale o deserto do Saara. Assim, ele encontrou, em você, toda a ânsia, toda a sede de amar. E você o retribuiu, apaixonadamente. Então, começou o que você chama o seu martírio. Você sofria e isso a espantava. Se você tivesse uma maior experiência de vida, saberia que o sofrimento, maior ou menor, é inseparável do amor. Impossível amar sem sofrer. E quando não há motivos concretos, a pessoa os inventa. O amoroso, ou amorosa, é, por excelência, fabricante de fantasmas, fabricante de possibilidades sinistras. Chega-se a sofrer por hipóteses as mais remotas, as mais inverossímeis, as mais absurdas. Imaginemos o marido de uma senhora honestíssima. Ele se põe a pensar: - “E se ela, um dia, me trair?”. É isto que eu chamo sofrer por hipótese. Você sofreria, Kátia, se a situação fosse outra, e outras

as circunstâncias. Conte-se com momentos de felicidade, não queira ser feliz as 24 horas do dia. Não sonhe com uma felicidade que não é compatível com a nossa condição humana.

Você me pergunta se deve contar à criatura amada o seu ciúme. Acho que não. E explicarei por quê – na minha opinião, a grande sabedoria, em amor, consiste em ter o ciúme e escondê-lo, ou, então, dar ao ciúme uma exteriorização muito pouco agressiva, muito pouco truculenta. Ouça, Kátia: não acredite que o seu bem-amado a traia. Mesmo que ele quisesse, não o conseguiria. Ninguém gosta de duas pessoas ao mesmo tempo. Assim como ele é o único homem para você, você é, para ele, a única mulher na face da Terra.

CARTA 04

MYRNA AFIRMA:**A mobília do quarto não interessa**

Chegou a sua vez, Luciana. Tenho recebido cartas de namoradas, noivas, esposas, desquitadas. Geralmente, as minhas leitoras usam um tom passional; estão desesperadas de tudo e de todos. E muitas terminam assim: “O amor é uma ilusão” ou “amor não existe”. E você? Você é diferente, Luciana, bem diferente. Na sua carta nada existe de patético, nem de trágico. Você me aparece como antitrágica. Você é a primeira “noiva sensata” que me escreve. E confesso – li sua carta, reli e meditei sobre ela. Você vai ficar talvez surpresa, mas estou alarmada. Nunca vi ninguém raciocinar tão bem, nunca vi tanto senso comum, idéias tão bem organizadas, idéias tão bem expressas. Eu devia ficar bem impressionada com tanto juízo, tanta lucidez e isenção. Mas pelo contrário.

Sua tragédia pode ser assim resumida – “seu noivo ganha pouco e você não quer casar nessas condições”. Diz, então, esta coisa aparentemente lógica: “Prefiro esperar”. Desculpe, Luciana, mas estou mergulhada na maior perplexidade. “Preferir esperar” em amor pode ser uma atitude sensata, mas não é, nem foi nunca amorosa. Um mulher enamorada não tem esse raciocínio minucioso, essa visão implacável das exigências da vida prática. Falta a você o frêmito, o ímpeto, o fervor das enamoradas perfeitas. Nenhuma grandeza, nenhum heroísmo, nenhum sacrifício, nenhum arrebatamento que faça lembrar as heroínas de novela, de ópera e de filme. Ora, qualquer romance autêntico, mesmo suburbano, se parece bastante com a literatura, o cinema e o teatro lírico ou dramático. Se um caso não sugere uma reminiscência artística qualquer – temos direito de pôr de molho a sua autenticidade. É o que acontece com você. Tenho recebido consultas de mulheres que já pensaram, até, na solução do suicídio. Pois bem. Nenhuma me assustou tanto quanto você, lógica e esclarecida noiva, calculista, objetiva e prática. Permita-me dizer – seu autocontrole é tenebroso. Você já fez orçamentos completíssimos: sabe quanto custa o colégio dos filhos que você não teve, que talvez não terá; sabe o preço do feijão etc. E muito satisfeita de si mesma exclama: “eu não sou como tantas, que se casam para passar fome”... Evidentemente, Luciana, eu não aconselharia ninguém a casar-se com o objetivo expresso de não comer. Mas uma coisa me parece certa: a pessoa só deve casar-se quando está disposta a isso e coisas piores, quando está disposta a passar fome e sede; quando está disposta a morrer e viver de amor. Isso pode parecer, à primeira vista, de um romantismo inatural e obtuso. Entretanto, quase posso afirmar – sem essa disposição, esse desprendimento, esse prévio heroísmo, essa carga de abnegação, a mulher deve procurar outro noivo. Ou, então, deve desistir do matrimônio e do amor. Pois o exame das circunstâncias práticas do casamento deve caber aos pais, aos conhecidos, à vizinhança, nunca aos principais interessados. Estes não pensam, nem agem, senão em função do amor. São, digamos, irresponsáveis. Mas esta me parece ser a única irresponsabilidade necessária e benemerita; é um dos meios mais capciosos de que se serve a natureza para levar duas pessoas ao amor e à conseqüente perturbação (sic) da espécie, à conseqüente eternidade da vida. Dirá você que “uma lua-de-mel com fome” seria desagradabilíssimo. Não, meu pobre anjo. Não existe esta hipótese. A lua-de-mel se basta a si mesma. É lua-de-mel e pronto. Vou lhe dar um conselho aparentemente absurdo e, na verdade, extremamente prático – não pense na mobília de quarto: não pense nem mesmo no quarto. Pense no amor. E não se esqueça: um começo de carreira matrimonial pode ser difícil, deve ser difícil. Porque é na adversidade que se tornam mais efetivos, mais legítimos, os vínculos entre marido e mulher. Infelizes os amorosos que não sofreram juntos.

Você termina dizendo que o seu bem-amado é “bonzinho”. Eu, se fosse homem, consideraria este elogio ofensivo. Às vezes, um simples qualificativo chega para invalidar um romance. Está nesse caso o “bonzinho”. O nosso bem-amado não pode ser “bonzinho”, nunca. É formidável, único, fabuloso, deslumbrante. Menos “bonzinho”. Agora algumas palavras proféticas: você não se casará com o atual namorado. Por um motivo muito simples: você mesma se convencerá de que não o ama. E ele também. Daqui a três anos, você conhecerá seu verdadeiro amor. E não se esqueça: com senso comum não se fazem os grandes amores.

CARTA 13

MYRNA ADVERTE:**Seja bela para o seu marido**

Maria das Dores faz a seguinte pergunta: “Devo andar bem vestida dentro de casa, para o meu marido? Ou não precisa?”. Preliminarmente, devo observar o seguinte: - nenhuma mulher tem o direito de formular semelhante pergunta. Porque é óbvio (embora “óbvio” seja uma palavra horrível), é óbvio que deve. Se há um lugar onde devamos ser de um requinte, de um capricho, de um gosto exemplar, é dentro de casa. Na rua, a mulher pode descuidar de sua imagem, de seu vestido, de suas atitudes: pode facilitar, pode transigir. Se for a um baile, a uma recepção, ou a um chá, também pode falhar por um detalhe de elegância, em um gesto menos belo. Dentro de casa, não. Dentro de casa, cumpra-lhe um autocontrole tremendo, um rigor inflexível na observação de uma série de coisas, sem as quais o encanto feminino perde oitenta, setenta, sessenta por cento. Ouço amigas, ou simples conhecidas, queixarem-se de que o interesse do marido declina. E elas não sabem explicar por quê, não conseguem descobrir as causas misteriosas e sutis dessa transformação. O fato lhes parece tanto mais inexplicável quanto elas continuam sendo as mesmas, em corpo e alma. E, no entanto, se prestassem mais atenção a pequeninas coisas, veriam que o marido, coitado, não é culpado de nada, não é culpado de coisa alguma. Elas próprias é que, sem saber e sem querer, se desvalorizam, de dez em dez minutos. E por quê? Porque não se cuidam, porque não se embelezam, porque não se enfeitam. Afinal, é uma pura e simples questão de senso comum. Qual mais importante para a felicidade de uma mulher? O seu marido ou suas amigas? O seu marido ou simples transeuntes? O seus amigos ou os eventuais frequentadores dos bailes, das recepções e dos chás? Claro, claríssimo que é o seu marido. E, no entanto, nenhuma mulher apareceria descabelada, ou sem pintura, ou de chinelos, ou trincando palitos, em um baile, um chá, uma recepção, ou na Cinelândia. Eu compreendo que seria um absurdo. Pior absurdo, porém, é fazer isso para o esposo: é desencantá-lo, desiludi-lo, é preparar todas as condições para a morte de um sentimento que, sem esses choques, poderia, talvez, eternizar-se. Imaginemos o seguinte caso: uma senhora que, no seu jantar cotidiano, usasse um vestido de baile; e que, para o baile, se vestisse de chita. “Maluca”, dirá a leitora. E dirá isso com um máximo de convicção. Eu, entretanto, penso de modo diferente. Se há em causa uma maluca, é a que põe o vestido de baile, para o baile, e o de chita para o marido. Considero que uma mulher deve estar sempre preparada, sempre bonita, sempre maquilada, seja para o marido, seja para os outros, seja para si mesma. Acho que, até sozinha, até em uma ilha deserta, até trancada no quarto, a mulher deve manter, intacta, a sua graça feminina. Mas se, por qualquer motivo, inclusive op de um simples e eventual desleixo, ela sacrifica a sua aparência, que seja para o resto do mundo, e jamais para o homem que a fará feliz ou infeliz. Este é o que importa, o que vale; este é que deve ser conquistado, de meia em meia hora. E, para este, a mulher deve conservar o seu encanto, intocável, intangível, como algo extremamente frágil, sensível, deslumbrante. Cabe a uma esposa fazer várias coisas, inclusive milagres. Acordar sem cara de sono, acordar linda, fresca; não ter, nunca, olhos fatigados, não dar nunca a idéia de graça exausta. Ora, tudo isso e muito mais, pode ser obtido através de processos. A técnica da maquiagem atinge os melhores e quase mágicos resultados. É apenas uma questão de escrúpulo, de refinamento, de cuidado vigilante e sistemático. São as mulheres assim que inspiram os amores imortais. E você, Maria das Dores, lembre-se: na rua, você só encontrará meros e distraídos transeuntes, ou amigas, conhecidas ou desconhecidas, que nada influem na sua felicidade. Mas, na sua copa, na sua sala, ou em qualquer dependência de sua casa, está o homem que você amou, entre milhões.

CARTA 16

MYRNA ESCREVE:**A mulher perdoa sempre**

Na carta que me enviou, Claudia conta a sua aventura. É uma história que faz pensar em uma novela, em um poema, e, porventura, na crueza de certos filmes franceses. Em síntese: Claudia amava, loucamente, um homem. E, segundo todos os indícios, era largamente retribuída. Um dia, ficaram noivos, e não houve, em toda a terra, uma mulher mais feliz ou tão feliz. Claudia sonhava, dia e noite, com a sua lua-de-mel; imaginava-se vestida de noiva; e pensava, minuto a minuto, no seu enxoval. Antes do casamento, o noivo deveria fazer, a negócios, uma viagem de quatro meses. Claudia, porém, sentia-se segura de si mesma e do próprio amor. Que significavam quatro meses para uma eternidade de amor? Parte o noivo. Claudia teria um consolo – a correspondência. Ouvia falar do encanto das cartas amorosas. Achava que ele devia escrever muito bem, dizer, por escrito, coisas lindas. Entretanto, passaram-se quatro meses e o bem-amado, ausente, não enviou uma única frase. Claudia se desesperou, é claro. Pensou em todas as hipóteses, inclusive as trágicas. Estaria doente? Morto? Graças a Deus, não. Pois, um dia, recebe a notícia de que o noivo chegaria no dia seguinte. Ficou delirante de alegria. Todas as suas queixas, as suas mágoas, os seus temores se dissolveram em uma onda de amor. Imaginava o momento em que, na estação, seria abraçada por ele, beijada etc. etc. Passou a noite em claro; e nunca a vida lhe parecera tão doce. Amanheceu na estação, muito antes da hora. Esperou, sentido nos nervos, na alma, um frêmito sem igual. Eis que chega o trem. Descem os passageiros, e, por fim, o bem-amado. Claudia estaca. Ele desembarcava, sim, mas não estava sozinho. Vinha de braço com outra. E não era, nem ao menos, uma rápida, uma efêmera aventura. Pois o noivo namorara, noivara e casara, nos quatro meses. Foi como se, de súbito, a vida tivesse acabado para Claudia. Pensou na morte, desejou a morte. Não morreu, porém. Mas, levava na alma uma tristeza mortal. Passaram-se vários meses, um ano, vários anos. E, de repente, a notícia de que o ex-noivo sofrera um desastre, talvez ficasse inválido. Eis Claudia com inveja da outra, com inveja da esposa, que teria, entre todas as mulheres, a glória e a felicidade de tratá-lo, de velar por ele, de perder as noites à sua cabeceira. Sucede, então, o imprevisto. A esposa não gostou nada, absolutamente nada, desse privilégio. Pelo contrário. Esfriou, imediatamente, desleixou no tratamento do marido; foi rude, foi grosseira; e não sacrificou um momento de sono em benefício do doente. Mas isso não era bastante. Acabou abandonando o lar. “Não sou enfermeira profissional” – teria dito. Que fez o desprezado? Volta-se para Claudia. Pede socorro a Claudia. Ela não desejava, não esperava outra coisa. Durante meses e meses não viveu para si; viveu para ele, só para ele. Seu carinho operou milagres. Procurou médicos; consultou todo mundo, na ânsia desesperada de torná-lo são, normal e feliz. Depois de uma luta dramática e solitária, Deus teve pena desse esforço. Tanto que, hoje, passa as noites fora de casa, já se dá ao luxo de não almoçar em casa. Em conclusão: Claudia está alarmada. Seu coração, seu instinto de mulher a adverte que o destino lhe reserva uma experiência idêntica à do noivado desfeito. Será? É a pergunta que me faz, no seu desespero. Infelizmente, Claudia, também me parece que sim. Você deu todo o seu carinho, todo o seu amor, a um homem a um homem que a trata da maneira mais ignominiosa; depois, este homem, quase agonizante, recorre a você. E você o salva, redime, faz a sua ressurreição. Agora ele acha que deve passar as noites fora de casa. Que coisa vil, minha pobre Claudia! E, como certas criaturas enfeiam, degradam a vida! Uma coisa, porém, eu lhe afirmo: se for vítima de novo abandono, aí do seu companheiro. Ele conhecerá, em vida, todos os infernos, todas as agonias. E, então, chamará

você, de novo. O pior não é isso. O pior, Claudia, é que você voltará. Voltará outra vez e sempre.

CARTA 23

MYRNA ESCREVE:**A mulher é vítima da natureza**

Escreve-me uma leitora, para fazer uma reclamação: - “A senhora protege, demais, os homens!” E continua: - “A senhora é, sempre, contra as mulheres!” Fico perplexa e trato de fazer uma revisão em todas as opiniões que tornei públicas, desde que criei esta seção. Procuro ver, preliminarmente, se, alguma vez, incido no feio pecado da injustiça ou se, pelo contrário, quem está sendo injusta comigo é a leitora. Inclino-me para esta última hipótese. Eu não tenho sido injusta; eu procuro cingir-me, tão-somente, às lições que a vida nos oferece, todos os dias. Segundo a reclamante, eu protejo os homens. Não é verdade. Quem protegeu o homem, antes de mim, foi a própria natureza. Se a mulher é vítima de alguém, o é da natureza, e não dos homens.

Semelhante ponto de vista, apresentado assim, sumariamente, pode parecer precário, unilateral e parcialíssimo. Portanto, devo esclarecer o meu pensamento. Inicialmente, lanço esta pergunta: - “Por que a natureza protegeu o homem?” E passo a responder. A partir do momento em que surgiu a primeira mãe, patenteou-se o seguinte fato: - a natureza era unilateral e, assim, colocava sobre os ombros das mulheres as piores penas, os mais graves deveres e as mais dramáticas responsabilidades que resultam do simples e puro fato da maternidade. “Ser pai” pode representar, na vida de um homem, um mero episódio, sem a menor repercussão na sua vida. É preciso que ele tenha uma série de qualidades pessoais, qualidades de caráter, de inteligência, de coração para que veja o acontecimento, na sua verdadeira transcendência. Se ele for um frívolo, um superficial, um leviano, pode, perfeitamente, sacudir os ombros e passar adiante. A natureza foi tão parcial com o homem que, inclusive, ele pode ignorar, pode não saber, precisa ser informado da própria paternidade; e, mesmo informado, pode se dar ao luxo de duvidar, de não acreditar. Já a mulher, nunca. Ela jamais poderia duvidar, ignorar, não acreditar na sua maternidade. Não é preciso que lhe digam, não é preciso que a informem. A maternidade estará, nela, através de mil e uma manifestações nítidas, indiscutíveis, insofismáveis, manifestações físicas e psíquicas. O homem ainda pode se refugiar no cinismo e na mistificação, sugerindo: “Serei eu o pai?” Digamos que isso seria uma infâmia, mas, em todo caso, uma infâmia praticável e que eximiria o fulano de suas responsabilidades de deveres. Ao passo que jamais veríamos uma mulher duvidar de si mesma, duvidar da própria maternidade. Mesmo que ela conseguisse escondê-la, guardá-la em sigilo, não conseguiria enganar a si mesma, não poderia se libertar das tremendas conseqüências mentais, afetivas e físicas que decorrem da maternidade. Portanto, o homem aceita, se quiser, se lhe convier e se for bastante humano para isso – os deveres e responsabilidades de sua condição de pai. A mulher não. Perante a natureza, ela é obrigada a aceitar os deveres, as responsabilidades e os sofrimentos de sua condição de mãe. E isto faz com que, em face do amor, o homem e a mulher tenham atitudes diferentes. Não falo nos homens excepcionais, mas no homem médio. O homem poderá ver, na mulher (embora não deva), apenas a graça, o maior ou menor encanto, o prazer possível. Enquanto que a mulher, queira ou não, mas por um imperativo de sua natureza profunda, considera o homem, não só como o caso amoroso, como o galã, e, também, como o pai de seus filhos. Como conseqüência, é mais natural que a mulher escolha mais, selecione com mais escrupulo, na procura do melhor pai. E ela faz isso, sem sentir, sem saber, por um instinto eterno e sábio. Tendo mais deveres, mais responsabilidades, mais sofrimento – queira ou não queira – a mulher é, sempre, a vítima. Perante a natureza, o amor pode ser, para o homem, uma simples aventura: e, para a mulher, tem, sempre, alguma coisa de trágico e definitivo. Para um

homem, entregar-se a um amor pode significar pouco ou muito: para a mulher, significa muitíssimo, de qualquer maneira. Faz mal, a leitora, quando me acusa de ser contra as mulheres. A natureza é que é, sempre, contra nós. Não somos vítimas do homem. Vítimas, sim, mas da natureza.

ANEXO B – Transcrição de matéria escrita por Nelson Rodrigues no Jornal *Crítica*, em 8/6/1929.

O DESFECHO DE SANGUE E DESESPERO DA MANHÃ DE ONTEM FIXA A TRAGÉIDA DE AMOR QUE CULMINOU EM UMA RAJADA DE ÓDIO E LOUCURA

Apaixonou-se doidamente por aquele tipo de homem forte, másculo, atlético, que vira pela primeira vez em um baile de clube de regatas.

Dançando com maestria, simpático, bonito mesmo, aquele rapaz, a quem todos homenageavam pelos seus grandes dotes esportivos, também impressionou-se por ela. E, nos compassos lentos do tango, unidos pelo mesmo amplexo de simpatia, quase amor – eles deslizavam embevecidos.

Pareciam feitos um para o outro. Depois vieram as confidências mútuas. Frases exaltadas.

Promessas de eternas felicidades. Juras quentes. E nasceu para aquelas dias almas um mundo novo, cheio de ilusões, cheio de belezas, cheio de encanto. Moços, na idade em que a vida se nos apresenta pelo róseo prisma da felicidade, eles, os namorados venturosos, se fizeram noivos. Todo se engalanou o coração da jovem. Ia, afinal, realizar o seu sonho dourado, sonho que lhe provocava as noites virginais de mil e um anseios de esperanças. Eram felizes.

O CASAMENTO

Coroou aquele noivado o casamento dos jovens Murilo Lopes, empregado da empresa S.K.P. com escritório na rua da Quitanda nº147, e da senhorinha Maria da Glória Andrade Lopes, que uniram-se em 18 de outubro de 1929 pelos laços do matrimônio. Foi uma linda festa, aquele enlace.

Queriam as famílias dos nubentes emprestar àquele ato um brilho invulgar. Glorinha, como chamavam a noiva, na intimidade, estava linda vestida de noiva. Flores de laranja engrinaldavam-lhe a frente. Roçagantes véus lhe envolviam o corpo de sereia. Murilo, vestido de branco, feliz, era todo sorrisos, todo alegria. Aquele casal parecia destinado a gozar a mais perene e duradoura das venturas. Entretanto o destino assim não o quis. E em uma rajada de sangue terminou aquele sonho branco de noivado.

PRIMEIRAS RUSGAS

Foi, infelizmente, passageira a felicidade daquele casal.

Incompatibilidade de gênios os separava. E ainda com oito dias de casados, houve violenta cena entre os dois, que culminou com violenta bofetada pelo marido na esposa. Esta caiu, debulhada em pranto.

E ele então, arrependido da brutalidade do gesto, ajoelhou-se a seus pés implorando perdão, que foi concedido. E terminou em beijos aquela cena violenta. Estava, porém, lançada a primeira semente para a discórdia. O estalido de uma bofetada prenuncia sempre uma tragédia!

Dias depois novas discussões surgiram.

E foram de tal forma se multiplicando as desavenças que, ao fim de quinze dias, Glorinha encontrou no bolso do marido um bilhete inquietante que dizia assim:

“Minha mãe: Não posso suportar mais a minha desgraça, a minha infelicidade. Peço mil perdões. (a)Murilo.”

Aflita, a esposa levou aquelas linhas à sua mãe. Depois também mostrava à sogra. Ninguém, porém, conseguiu decifrar o que queria dizer aquele bilhete.

E guardaram em silêncio sobre ele. Nessa época, a família de Murilo residia em Niterói, de onde se transferiu para a rua Moncorvo Filho, 79, nesta capital.

SEPARADOS

Sempre naquele doloroso ritmo prosseguiram as relações do casal, até que um dia, 6 de Janeiro de 1929, as coisas chegaram a tal ponto que se tornou inevitável a separação. Residiam na pensão Avenida, à avenida Mem de Sá, 393. Com um lacônico bilhete Murilo despediu a esposa.

Não podiam continuar a viver juntos. Que ela levasse a sua roupa e fosse embora.

Glorinha aceitou, resignada, a situação. E foi morar com a sua progenitora, d. Belmira Vairo de Andrade, que reside, em companhia de sua irmã d. Júlia Vairo de Melo, à rua Santos Rodrigues, 59, casa onde também moram vários irmão de Glorinha e uma sua irmã, Haydée, de 22 anos de idade, noiva do sr. Mário Vieira.

DESPEITO

Murilo nunca esperou que a esposa atendesse com tanta submissão ao bilhete de separação. Apesar de tudo ainda a amava. E agora, que estava longe, com mais veemência.

Aquela mulher o obsedava. Temperamento emocional, mórbido até, não se conformou com a situação que ele mesmo criara. Agora que ela lhe fugia, mais ele a desejava. E sofria torturas, o rapaz.

Espírito fraco, incapaz de aceitar com resignação a procela que lhe ia n’alma, deixou-se dominar pelo despeito. E se ontem levou avante o plano sinistro que a sua mente desequilibrada por intensa paixão arquitetara, não foi por crueldade e, sim, por amor. Por aquele amor que gerava o despeito.

Desvairado, passou a assediar a esposa para que voltasse para a sua companhia. Chegou ao cúmulo de agredi-la, fisicamente, em plena rua! E ela, apesar de tudo, também o amava. E voltou para a sua companhia. Isso foi no dia 11 de outubro. Haviam, portanto, decorridos cinco dias de separação. Não foram, porém, residir na pensão Avenida e sim na casa da família de Murilo, à rua Moncorvo Filho, 79. Aquel resolução veio a alegrar a todos. Esperavam que se emendasse os cônjuges e se compreendessem melhor.

VIDA DE TORTURAS

Não cessaram as rugas do casal. Glorinha queria, agora, mostrar ao marido a sua superioridade..

Orgulhosa, rebelde, caprichosa, fazia pequenas desfeitas ao marido, que sofria verdadeiras torturas com o procedimento da esposa.

Às vezes, diminutos incidentes têm larga repercussão em certos espíritos. Certa vez, reclamou Murilo à esposa por que ela não o esperava para o jantar: “Se gostasse de mim” – dizia – “nada te custava fazer esse pequeno sacrifício”.

“Não gosto mesmo” – respondia Glorinha – “odeio-te até.” E lhe voltava as costas.

Aquela indiferença da esposa era um martírio para o rapaz. Glorinha vingava-se do que sofrera antes, fazendo-o sofrer agora.

Debalde pessoas da família intervieram no sentido de harmonizá-los. Não se compreendiam.

Assim, compreenderam, outra vez, a necessidade de separarem-se.

Desta vez, porém, foi Glorinha quem tomou a iniciativa.

Motivou a separação um baile a que o marido lhe obrigara a comparecer, segunda-feira de Carnaval, no Club Internacional de Regatas. E na Quata-Feira de Cinzas, aproveitando o sono do marido, Marido da Glória vestiu-se e abandonou o lar indo para a casa de sua mãe à rua Santos Rodrigues. Vingara-se, enfim.

SUSPEITAS QUE NÃO SE CONFIRMAM

Separado da esposa, Murilo não deixou de amá-la. Interessava-se por seu procedimento. Almas perversas incutiram-lhe no espírito atribulado suspeitas infames sobre a conduta de Glorinha. Disseram-lhe até que ela possuía um amante em São Paulo. Essa denúncia levou Murilo a ir à Capital paulista apurar a verdade. De lá escreveu várias cartas a sua família e asua sogra, em que tratava Glorinha com extremo carinho, mandando-lhes lembranças e interessando-se por sua saúde. De uma dessas cartas, datada de 7-5-1929 e enviada a sua sogra, ora em nosso poder, extraímos o seguinte trecho que prova insofismavelmente a honestidade de Glorinha.

“D. Belmira, logo que aqui cheguei tratei de averiguar com muita cautela e segurar, para ver o ruir de meu lar com os meus próprios olhos e, no entretanto, que satisfação ao ver ruir não o ruir de meu lar, e sim o ruir de informações maldosas e errôneas. Antes assim. Sempre julguei Glorinha incapaz de tal ato praticar, pois tenho estudado bastante a psicologia desta criatura, em quem notei todos os excepcionais predicados de moral e do bom viver”.

TENTATIVAS DE RECONCILIAÇÃO

Convencido da honestidade da esposa, Murilo tentou nova reconciliação. E terça-feira última, 4 do corrente, foi à casa onde ela de encontrava para pedir que voltasse. Glorinha, porém, não estava em casa. Retirou-se o marido prometendo voltar depois. Quando a filha voltou, d. Belmira, com quem Murilo havia conversado, falou-lhe no assunto. Glorinha recusou a idéia de unir-se novamente ao marido. Não queria saber mais dele. D. Belmira insistiu. Fez-lhe ver que era casada, assumira compromissos perante a sociedade, a lei e o altar, devia conformar-se. O marido ainda era muito moço. Vinte e dois anos. Podia corrigir-se. A esposa, porém, a nada atendia. “Prefiro suicidar-me a voltar para a companhia de Murilo!” – exclamou pondo termo aos pedidos de sua mãe. No dia seguinte, quarta-feira, Murilo voltou. Vinha saber a resposta. Apresentava, entretanto, visíveis sinais de embriaguez. Ao receber dos lábios da mulher a dolorosa certeza de que não mais o queria, ele exaltou-se. E sacou de um revólver, disposto a liquidá-la. Os parentes de Maria da Glória dominaram-no, fazendo-o jogar o revólver longe. Este, ao cair, detonou. A bala, porém, ficou engasgada no tambor. Acalmado pelos parentes, Murilo conformou-se com a situação. E propôs desquite amigável. Iria procurar o seu advogado para iniciar o processo. Voltaria depois para que ela assinasse e estava finda a questão. Procuraria esquecê-la de qualquer forma. Era melhor assim. Pediu desculpas do que fizera momentos antes, e retirou-se. Vendo-o partir, ficaram tranqüilos os parentes de Glorinha. Julgavam definitivamente encerrado o incidente.

PRELIMINARES DA TRAGÉDIA

Enganara-se a família de Glorinha. Murilo domara, apenas, a tempestade que lhe ia n'alma. E nasceu em seu cérebro o trágico intento de eliminar a esposa e suicidar-se em seguida. E com esse fim bateu, ontem, à porta da casa da mulher. Atendido, entrou para a sala de jantar. Disfarçadamente, fechou a porta à chave, sem que ninguém percebesse. E disse o fim da sua visita. Trazia uma petição do seu advogado, dr, Mário Brandão, para o início do desquite, que era necessário fosse assinada por Glorinha. Esta acedeu em assinar. Depois, pediu Murilo que assinassem como testemunha a mãe e a irmã de Maria da Glória. D. Belmira acedeu. Haydée, porém, recusou-se. Jamais contribuiria para o desquite da irmã. E retirou-se da sala, onde ficaram d. Belmira, d. Júlia, Carmem Alonso, amiguinha da família de dezesseis anos de idade, Glorinha e o marido. Este, ante a recusa de Haydée, chamou-a. A mocinha perguntou de seu quarto, onde se encontrava, o que ele desejava. Respondeu Murilo que trazia um recado de seu noivo. A moça atendeu e, quando transpunha o limiar da porta que dá acesso à sala de jantar, Murilo levantou-se e, sacando de uma pistola automática de grande calibre, gritou para todos os que o fixavam transidos de espanto:

- Não fujam, nem gritem.

DESFECHO SANGRENTO

Apavorados com a inesperada e agressiva atitude de Murilo, todos obedeceram à sua ordem.

Ele então, alvejando a esposa, detonou a arma. Esta, ferida no braço, correu. Ele tentou persegui-la. Haydée, então demonstrando grande heroísmo e sangue frio, atirou-se ao cunhado que, como louco, atirou novamente na esposa, que havia caído na precipitação da fuga. O segundo disparo atingiu-a na região glútea. Ainda assim, Glorinha conseguiu escapar, indo cair na rua. Na luta com a cunhada, deixou, Murilo, a pistola cair.

Disso aproveitou-se a corajosa Haydée para escapar à sanha assassina do cunhado. Este também alvejou-a, porém o tiro foi alojar-se na parede.

D. Belmira, d. Júlia e Carmem, também alvejadas, porém sem resultado, conseguiram escapar.

Murilo, então, voltou a arma contra a cabeça e deu ao gatilho.

Esta arma, porém apenas raspou-lhe o pescoço. Alucinado, o moço deu alguns passos, e voltou a arma novamente contra a cabeça, dando novamente ao gatilho. Dessa vez a bala, penetrando na região pré-auricular, varou-lhe o crânio.

Murilo caiu, gravemente ferido. Havia se consumado a tragédia.

SOCORROS

Atraídas pelos estampidos, compareceram ao local inúmeras pessoas que se encontravam pelas imediações.

Também compareceu a polícia do 9º. distrito.

A Assistência Municipal socorreu os feridos, removendo-os para o Hospital de Pronto-Socorro, onde foram operados.